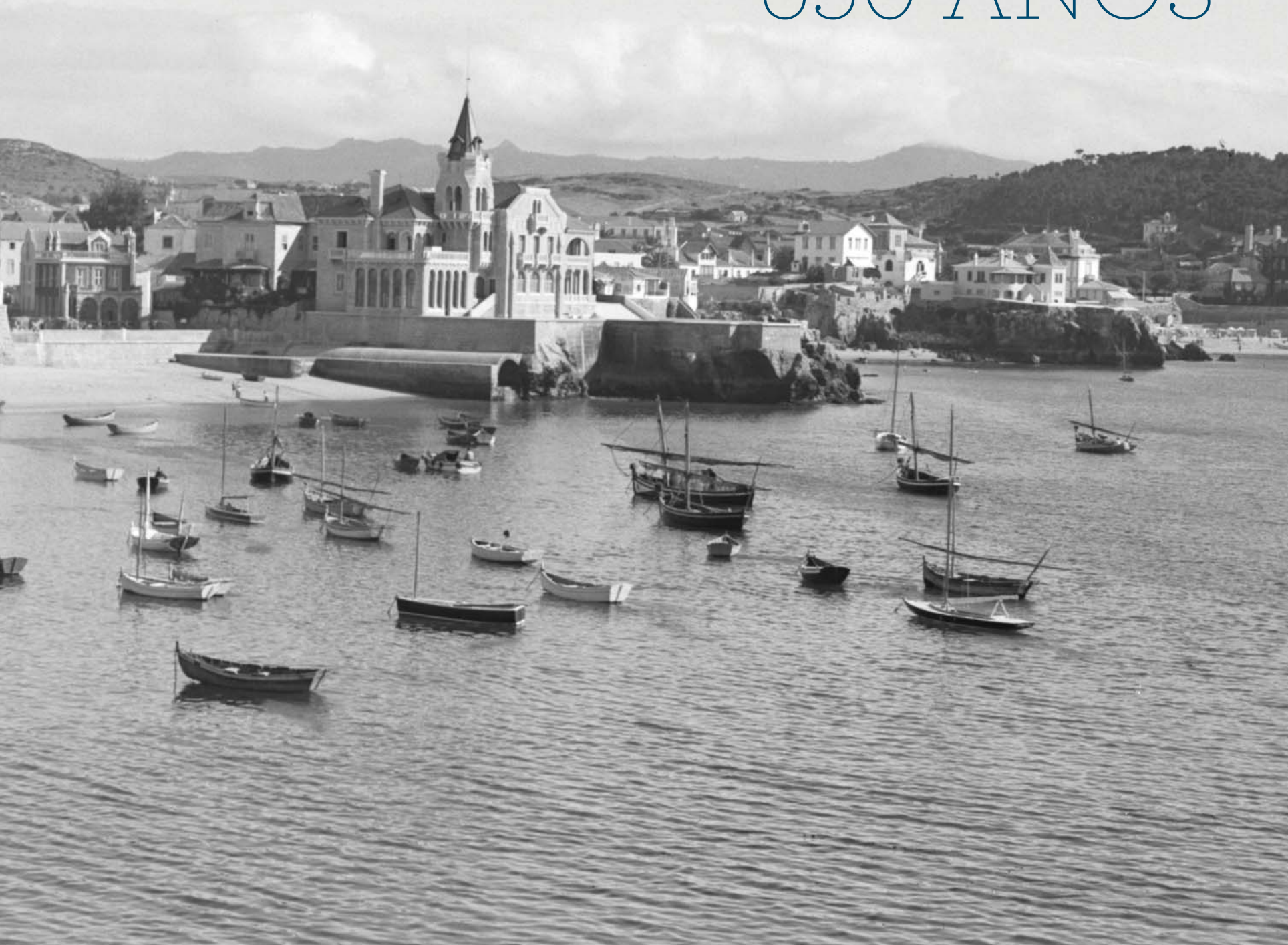


1364-2014

CASCAIS

TERRITÓRIO • HISTÓRIA • MEMÓRIA

650 ANOS



1364-2014

CASCAIS

TERRITÓRIO • HISTÓRIA • MEMÓRIA

650 ANOS

Conceção

Câmara Municipal de Cascais - Departamento de Inovação e Comunicação
Divisão de Arquivos Municipais
Divisão de Marca e Comunicação

Coordenação

João Miguel Henriques

Investigação, textos e seleção de imagens

João Miguel Henriques
Margarida Sequeira
Helena Gonçalves Pinto
Jorge Mangorrinha
Irene Pimentel
Helena Matos

Colaboração

Mafalda Martinho
Cristina Neves
Maria Conceição Santos
Edite Sota
Rui Teixeira

Imagens

Arquivo da Casa de Alba [ACA]
Arquivo Histórico Municipal de Cascais [AHMCSC]
Arquivo Nacional - Torre do Tombo [AN-TT]
Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]
British Library [BL]
Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Comércio e Empreendedorismo, E. M., S. A
Direção-Geral de Energia e Geologia [DGEG]
Direção-Geral do Território [DGT]
Fundação Biblioteca Nacional do Brasil [FBNB]
Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar [GEAEM]
Guiherme Cardoso
José Luís Tomé Sabido
José Santos Fernandes [AHMCSC/AESP/CSJF]
Maria José Lacerda e Mello
Palacio del Viso del Marqués [PVM]

Fotografia

Diana Lares

Design gráfico

David Pinto

Impressão

Editora Cercica - Cercica, C.R.L

Tiragem

1000 exemplares

ISBN

978-972-637-260-8

Depósito legal

376254/14

CASCAIS

TERRITÓRIO • HISTÓRIA • MEMÓRIA

Cabe-me a honra de presidir aos destinos da nossa autarquia precisamente no tempo em que cruzamos uma das mais importantes datas da nossa vida coletiva: as comemorações dos 650 anos da elevação de Cascais a Vila – que, por coincidências da história, caminham de braço dado com os 500 anos do Foral e com os 645 anos da criação das fronteiras do concelho.

Foi no dia 7 de junho de 1364, pela mão de D. Pedro I, que os homens bons de Cascais cumpriram um sonho. E que sonho era esse? O sonho de serem soberanos de si mesmos e não subordinados a Sintra. O sonho de serem livres na sua própria casa. O sonho de deixar aos seus filhos, e aos filhos dos seus filhos, um pedaço de terra em que pudessem construir o seu projeto de felicidade.

650 anos depois, a história mostra que esses pioneiros, esses homens bons de Cascais, tinham a razão do seu lado. Porque hoje, mais de seis séculos e meio passados, Cascais é mais do que alguém um dia ousou sonhar.

É uma terra sem muros entre os homens nem fronteiras entre as culturas.

É um espaço de prosperidade, de tolerância e de solidariedade.

É uma janela do mundo para o mundo.

O nosso papel, neste espaço e neste tempo, é honrar esse legado, material e imaterial, trabalhando cada dia para que Cascais seja sempre um destino e uma aspiração.

A nossa responsabilidade é grande porque tal como há 50 anos, este é um momento que ficará registado nas páginas de ouro do nosso concelho e nas histórias da nossa gente.

Cascais: Território | História | Memória, obra que agora chega às suas mãos, em edição comemorativa dos 650 anos da elevação de Cascais a Vila, não é só uma entre centenas de iniciativas que apresentamos aos cascalenses até 6 de junho de 2015. Reunindo informação preciosa para quem quer saber de onde vimos e para onde vamos, compilando a análise dos melhores historiadores e académicos com ligações a este território, este é um livro indispensável em qualquer biblioteca e que está, sem reservas, em cada uma das suas páginas, ao serviço do público. É um livro que tem passado e futuro. Que tem memória e prospetiva. Que tem, acima de tudo, a capacidade de nos mostrar que há um diálogo permanente entre os cascalenses de ontem e

os cascalenses de hoje. Quase como que gerações e gerações de cascalenses estivessem ligadas por um contrato não escrito. E quais são os termos desse contrato? O orgulho na nossa identidade, a abertura tolerante ao mundo, a defesa do nosso património e a humanidade na defesa solidária de todos os cascalenses, qualquer que seja a sua condição.

Desse ponto de vista, este é um livro que assume muitas das características da nossa identidade e que opera no seu reforço. É minha convicção que Cascais é cada vez mais competitiva globalmente quanto mais potenciados forem os seus fatores diferenciadores. Território, história e memória são precisamente três elementos fundamentais na promoção holística da nossa identidade.

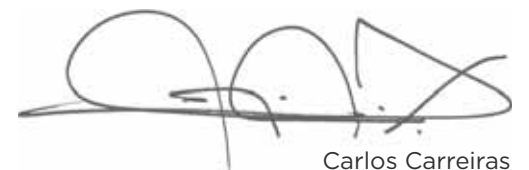
Cascais: Território | História | Memória é uma ferramenta preciosa ao serviço de uma ideia para este tempo especial. A ideia de que as comemorações possam ser um ponto de encontro da identidade, da cultura, da solidariedade e das pessoas. É esse o desafio que lhe deixo nestas linhas: que cada um de nós ponha de lado as suas diferenças e valorize o que nos une, porque no fim do dia só Cascais importa.

Eu e o leitor estamos apenas de passagem por este local a que temos o privilégio de chamar “casa”. Mas Cascais fica. A nossa obrigação é que fique melhor depois da nossa viagem por este lugar extraordinário. É nosso dever legar aos cascalenses que não de vir um território melhor do que aquele que herdámos. Em tempos tão exigentes como aqueles que vivemos, as comemorações dos 650 anos oferecem-nos uma oportunidade única de fazer o atípico, o incomum. A oportunidade de formar um movimento positivo que está ao serviço de Cascais no lançamento de um novo ciclo de desenvolvimento. Esse é um ciclo que é feito com as pessoas, para as pessoas e pelas pessoas.

Aos 650 anos, Cascais cumpre assim a visão dos seus pais fundadores: é um território que se eleva às pessoas.

Ambicionamos e desejamos que as comemorações que se iniciam, acredito que da melhor forma, com o lançamento deste livro, estejam à altura da nossa história e das nossas origens. E que elas sejam verdadeiramente de todos e para todos os cascalenses. Que sejam vividas nas nossas escolas, nas nossas empresas, nos nossos museus, nas nossas ruas, em cada uma das nossas freguesias.

Para que tal como os homens e as mulheres retratados neste livro, as Cidadãs e os Cidadãos de Cascais sejam lembrados pelas suas obras na história que um dia sobre nós há de ser escrita.



Carlos Carreiras
Presidente da Câmara Municipal de Cascais



Marina e vila de Cascais
Cascais Dinâmica. Fotografia de Rui Cunha



Do nascimento da vila à afirmação do concelho

«a notável vila de Cascais, [que] sendo a última do mundo da parte do Ocidente, na qual parece que quis a natureza ajuntar tudo o bom, que há do Oriente até à mesma vila, dando-lhe purísimos e temperadíssimos ares»¹

A origem do topónimo *Cascais* perde-se no tempo, ainda que na opinião do etimologista José Leite de Vasconcelos deva provir do substantivo *casca*, remetendo-nos, assim, para a existência de montes de conchas e detritos calcários de crustáceos nas imediações da pequena aldeia de pescadores que veio depois a dar o nome ao concelho.

Aninhado entre Sintra, Oeiras e o Oceano Atlântico, Cascais espria-se por pequenas colinas e vales pouco acentuados, desde a encosta da serra até ao litoral, que se caracteriza por praias e arribas entre Carcavelos e Cascais, às quais se segue, da vila até ao Guincho, uma área de costa alta, rochosa e desgastada pela erosão e, depois, vastos areais e dunas.²

Já em 1620 Frei Nicolau de Oliveira, ao referir-se no *Livro das grandezas de Lisboa* à «notável vila de Cascais», bafejada pela natureza com «purísimos e temperadíssimos ares», elogiava o clima da região, anotando que «não há verão tão caloroso que nela [se] faça sentir grande calma, pela vizinhança do mar [...] que quase a cerca e da fresquíssima Serra de Sintra que, com frescos e brandos ventos, ficando-lhe da parte da terra, lhe está refrescando o ar, que o Sol com seus raios aquece». Da mesma forma, «não há inverno tão rigoroso que nela faça sentir grande frio por respeito dos ventos sul e noroeste, que de ordinário naquele tempo ventam e de si são mais brandos que o norte e nordeste do verão. E assim é a mais sadia terra que se sabe em Portugal e em que os homens mais vivem e mais são»³...

O município tem hoje aproximadamente 97,4 Km², sendo constituído pelas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana e pelas uniões de freguesias de Carcavelos e Parede e de Cascais e Estoril. Como se verificará, esta organização evoluiu ao longo dos tempos.

A presença do Homem no território que hoje constitui o concelho de Cascais parece remontar ao Paleolítico, período de que ainda subsistem importantes vestígios arqueológicos, o mesmo sucedendo no que concerne à época romana, cujas *villae* contribuíram de forma decisiva para o povoamento da região⁴. Não obstante, seria durante os quase quatro séculos e meio de domínio muçulmano que se assistiria ao nascimento de uma constelação de pequenas aldeias que ainda hoje constituem parte fundamental da matriz identitária do concelho, como o atesta a abundante toponímia de raiz árabe e a afirmação do primeiro povoado de certa importância: Alcabideche, cujos moinhos de vento o poeta Ibn Mucana celebrou.⁵

1. OLIVEIRA, Nicolau, Frei - *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: [s. n.], 1620. P. 78-78 v.
2. Cf. SEQUEIRA, Eugénio Menezes de; RAMALHO, Miguel Magalhães - *Roteiros do património de Cascais: património natural e geológico*. Vol. 1. Cascais: Câmara Municipal, 2010.
3. OLIVEIRA, Nicolau, Frei - *Op. cit.* P. 78 v.
4. Cf. CARDOSO, Guilherme Cardoso; ENCARNACÃO, José d' - *Roteiros do património de Cascais: património arqueológico*. Vol. 2. Cascais: Câmara Municipal, 2010, em que se apresenta também a riquíssima bibliografia existente acerca desta temática.
5. Cf. ANDRADE, Ferreira de - *Cascais vila da Corte: oito séculos de história*. Reimp. em fac-símile. Cascais: Câmara Municipal, 1990. P. 34-35.



Cascais e seus lugares: boletim da Junta de Turismo de Cascais, setembro de 1957

A conquista cristã de Sintra e Lisboa, em 1147, empurrou a fronteira de Portugal mais para sul, acautelando a segurança dos habitantes desta parcela de território, num período marcado pela fundação de póvoas marítimas, garante da proteção da costa e das necessidades de um comércio em desenvolvimento. Cascais muito beneficiou desta evolução, enquanto porto privilegiado para o escoamento dos produtos agrícolas do concelho de Sintra, a que pertencia. Por esta altura, a região era também afamada pela criação de aves de caça, às quais parece dever-se o nome Estoril, derivado do baixo-latim *Asturil* –

de *astur*, i. e. açor – já referenciado em 1256.⁶ O documento mais antigo que se conhece acerca da futura vila de Cascais – onde os romanos haviam construído um complexo para transformação de pescado e provavelmente uma torre defensiva – remonta à mesma época, mais concretamente a 11 de maio de 1282, quando D. Dinis transmitiu ao concelho de Tavira as normas de conduta usadas pelo alcaide do mar de Lisboa, referindo-se a Cascais.⁷ A este desenvolvimento económico se ficou decerto a dever a sua ascensão à categoria de vila, em 1364, a que nos referiremos em seguida.

6. Ainda em meados do século XIII se escrevia o topónimo com u, ou seja, «Sturil». Aí existia uma vasta herdade doada pelo Rei D. Afonso III ao seu valido, o chanceler Estêvão Eanes. Cf. AN-TT, Chancelaria de D. Afonso III, Lv. 1, fl. 19 v. (Carta régia, Guarda, 13 de julho de 1256).

7. Cf. MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1944. P. 17.



«Dom Pedro, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que os homens-bons de Cascais me enviaram dizer que fosse minha mercê de os fazer isentos da sujeição de Sintra, cuja aldeia era, e lhes outorgasse que o dito logo de Cascais fosse vila por si e houvesse por si jurisdição e juízes para fazer direito e justiça e os outros oficiais que fossem compridoiros para bom regimento desse lugar; e que eles dariam a mim em cada ano 200 libras mais, além daquilo que me rendiam os meus direitos que eu havia do dito logo»

Carta de Vila de Cascais
 Em foya da pedra com desminta
 Om pedra pella graça de de
 Rey de portugal e do algarve
 aquantos esta carta virem faço saber que
 os homens bons de cascais me enviaron diz
 que fosse minha mercê de os fazer isentos
 da sujeição de sintra cuja aldeia era e lhes
 outorgasse que o dito logo de cascais fosse vil
 la por si e ouvesse por si jurisdicção e juizes pa
 fazer direito e justiça e os outros officiaes
 que fossem compridoiros pa bom regimento d'esse
 lugar e que elles terviam annuam mda

Foi nestes termos que, a 7 de junho de 1364, D. Pedro I – rei que a história imortalizaria como *O Justiceiro* – subscreveu no Paço da Alcáçova de Santarém a carta de vila em que para «serviço de Deus e meu e guarda da minha terra» apartou Cascais do concelho de Sintra, elevando a pequena aldeia de pescadores, mareantes e alguns lavradores à categoria de vila, com jurisdição cível e crime.

O imposto adicional que esta distinção implicou atesta a relevância da atividade económica do aglomerado populacional, cedo transformado num porto de escala concorrido, de apoio a Lisboa, por assegurar parte do abastecimento de peixe à capital e a exportação, por via marítima, das produções agrícolas de uma área que se estendia até Sintra, da qual se afastaria irremediavelmente.

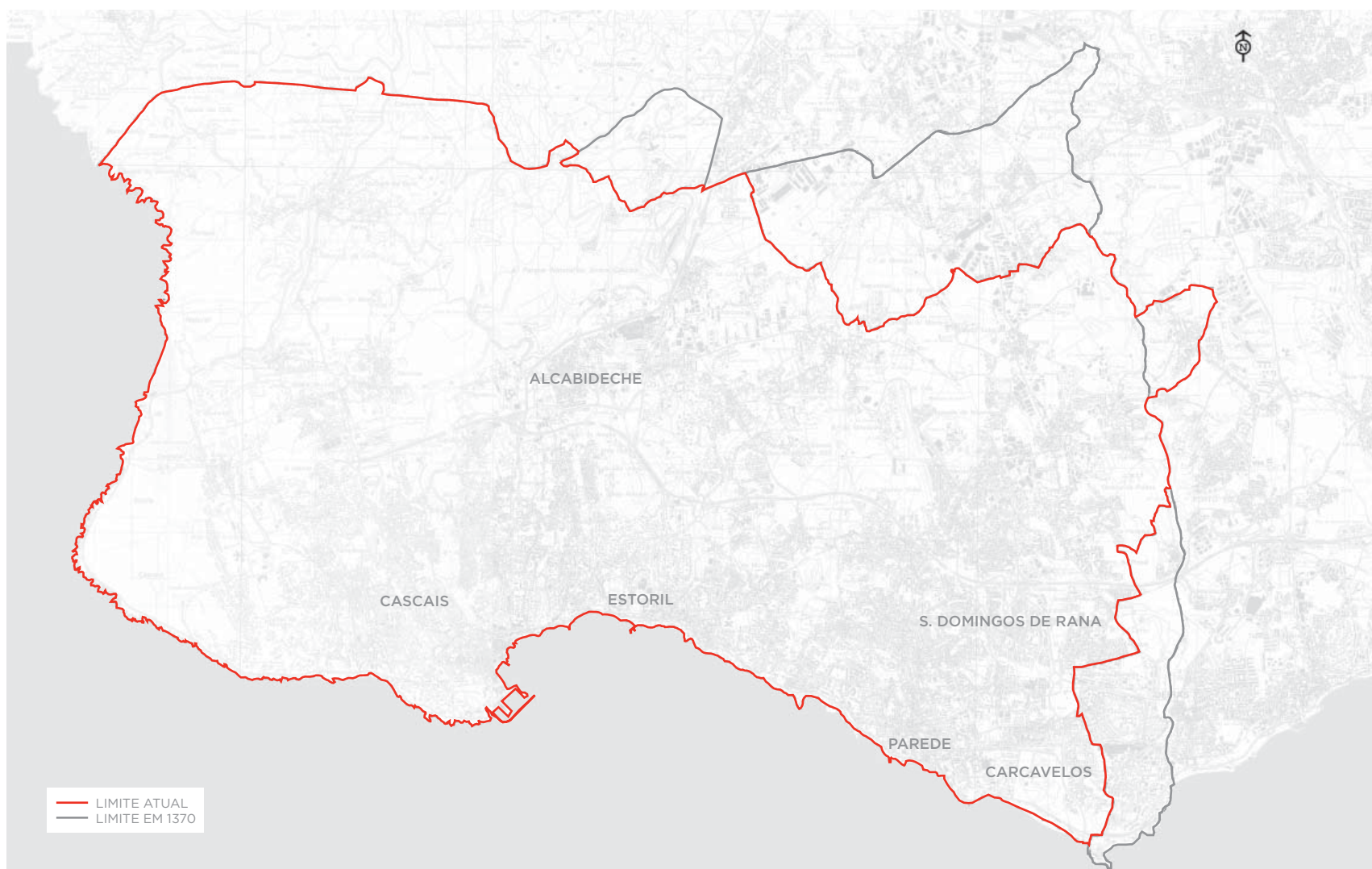
Segundo A. H. de Oliveira Marques, o documento que então foi entregue aos homens-bons de Cascais perdeu-se em data incerta. Já a transcrição original, registada no livro da chancelaria de D. Pedro I, seria destruída no século XV, quando, ao proceder-se à seleção dos documentos relativos aos reinados anteriores ao de D. Afonso V, os dez livros da chancelaria originais foram condensados num só volume. A carta de vila de Cascais foi felizmente um dos documentos transcritos na íntegra, ainda que com alterações ao nível ortográfico.⁸

«Dom Pedro, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que os homens-bons de Cascais me enviaram dizer que fosse minha mercê de os fazer isentos da sujeição de Sintra, cuja aldeia era, e lhes outorgasse que o dito logo de Cascais fosse vila por si e houvesse por si jurisdição e juizes para fazer direito e justiça e os outros oficiais que fossem compridoiros para bom regimento desse lugar; e que eles dariam a mim em cada ano 200 libras mais, além daquilo que me rendiam os meus direitos que eu havia do dito logo. E eu, vendo o que me enviaram dizer e pedir, e tendo que é serviço de Deus e meu e guarda da minha terra, porque aquele lugar está em aquela costa do mar, e querendo fazer graça e mercê aos moradores do dito lugar de Cascais, tenho por bem e mando que o dito lugar de Cascais seja isento da sujeição de Sintra cuja aldeia era, e que seja vila por si e que haja jurisdição do cível e do crime como hão as outras vilas do meu senhorio que assim são isentas. E mando que elejam seus juizes para fazerem direito e justiça e façam seus oficiais segundo é costume de fazer nas outras vilas do dito meu senhorio. E eles devem dar a mim a cada ano, daqui em diante, as ditas 200 libras, além do que eu i hei. E em testemunho disto lhes mandei dar esta minha carta. Dante em Santarém, 7 dias de Junho. El-Rei o mandou por Afonso Domingues, seu vassalo. Aires Lourenço o fez. Era de 1402 anos»⁹.

8. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *Carta de Vila de Cascais, 1364: estudo e transcrição*. Cascais: Câmara Municipal, 1989.

9. Era de César, então usada, correspondente a 1364 da Era de Cristo, só seguida em Portugal a partir de 1422.

Hum ano duzentas e tres mil e acentos e sessenta e sete
que me juridiam os meus d'ytos que eu aya
do d'ito lugar e seu termo e que me euyasom di
zer e p'pedir e tornando que he fuyto de de men
e guarda da minha terra porque aquelle
lugar esta em aquella costa do mar e que
juro fazer graa e mercer aos moradores
do d'ito lugar de castaões e bens por bem na
do que d'ito lugar de castaões sua herança da
jurisdicção de s'nta eua aldea e que e que
sua villa p'p' e que aia juridicção de d'ito
e do em me como ham as outras villas do meu
reyno que app' p' heranças e maço q'
elegam seus juizes pa' fazerem d'ytos ju
ficia e facam seus officiaes p' he custo
me e fazer nas outras villas do d'ito meu
reyno e elles d'uem dar auy em cada hum
ano daqum endiant as d'itas duzentas e tres
mil e acentos e que eu he e em t'ra d'ito
mandar dar esta minha carta e ante em
santarem by e de junho elrey o mandou
p' a s'ra d'ito seu nasallo a p' a t'ra a f' e e
ampl' m' p' d'ois anos // Santa m'



Limites do concelho em 1370
AHMCSC/AESP/CNM/021

A carta de vila não definiu, porém, o território que constituiria o seu termo, pelo que aparentemente apenas o povoado passou a ser considerado autónomo, até que, a 8 de abril de 1370, D. Fernando I delimitasse uma área muito semelhante à do atual concelho, aquando da entrega de Cascais, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar.

A leitura deste documento levanta, assim, uma dúvida acerca da efetiva autonomia de Cascais entre 1364 e 1370, por anotar que «damos a ele dito Gomes Lourenço e a todos os seus sucessores [...] o nosso castelo e lugar de Cascais que é termo de Sintra, o qual lugar de Cascais de nosso movimento próprio e da nossa certa ciência fazemos isento e isentamo-lo e tiramo-lo e dessujeitamo-lo de Sintra em que esteve até ao tempo de ora. E queremos e mandamos que daqui em diante seja per si e haja jurisdição alta e baixa como a qualquer castelo e lugar que não é sujeito a cidade, nem a vila, nem a castelo».¹⁰ Tal facto talvez se possa explicar por entraves levantados pelo concelho de

Sintra, que não deve ter visto com bons olhos a perda do rentável porto de Cascais ou eventualmente pela incapacidade de os homens-bons assegurarem o pagamento das 200 libras adicionais devidas...

O concelho passou, então, a ter por limites, a sul e poente, o mar; a norte, a foz do Rio Touro, o sítio de Barbas de Rei, a Penha da Hera (depois Penedo da Hera), o açude da Azenha do Tarambulho, Janes, o caminho do Rio Tortulho, a Estrada de Lisboa, as Portas de Manique (Capa-Rôta) e a vereda que se prolongava pela estrada de Sintra até Rio de Mouro e, como fronteira a nascente, «daí em diante pelo Rio [hoje conhecido por Ribeira da Laje] ao mar».

Por avançar até este curso de água englobava, assim, uma pequena fração do Reguengo de Oeiras, que veio depois a ser conhecida por Reguengo de a par de Oeiras e a adquirir individualidade própria, transformando-se, mesmo, numa circunscrição de regime equiparável

10. AN-TT, Chancelaria de D. Fernando I, Lv. 1, fl. 119-120.

monyo a allem e aa que daqda do doto fio
de monyo. **Q**uissy aaldea dalgafamy oqf
lugaz de castaacs com os termos supo dty
com os mojadores e pobradores dellos que
opa som e fojem daqy endiante dos regue
jos e jugadis e acenhas que nos dty caste
llos e termo supo dty auemos e com todos.
Dyto da pestriza que se hi faz e fizet da
mos adeto lugaz e castello pello dty tinoz
adeto gomez leo e seus successores com toda su
dicam altar baxa e meior e mysto impio e com
todallas pendas e dytos e ptenças delles pe
lla gra que os nos auemos. **H**epaluado hi
anos e anosos successores aalcada daapellaca
dos ftyz emnaacs. **Q**uissy pfluado anos
ajuz dicam dos homes domar do dety lugaz
e castello e termos pnos diuysados como aa
uemos sobz os dety homes domar na tya
da horden de santia go. **Q**uissy hepaluado
hi anos que passa hi entyar onosa e e conyge
como nas tyas das hordens do nosso senhorio
Quissy hepaluado hi anos e anosos successores
as diximas e out dyto de qces qz conyge
que venham em nauos que se iam de fora de
nosso senhorio ou do dety nosso senhorio que
hi venham de scayegue ou vender ou stanbar
ou dar que tyagam dalguis lugazes com que
de dyto ou decustume nos opa anemq ou aia
mos duer dixima ou out custumagem ou
dyto pro dety castello fosse nosso. **E** por mite
mos por nos e nossos successores no venham a
dety dcaam. **E** e em alguma coupa qd per ftya
insinacam na dety dcaam e coupas em ella q
thendus p esta nosa pnte carta assy de pntz
hordenado como auoluto que auemos insinu
amos adety dcaam e auemq por insinuada
E p alguma dyto ou hordenaca do pcy no ou
openyam ou deternynacam de doutores hi q
aesta dcaam assy pnos fetya das dety coupas
adeto gomez leo e seus successores passam e
peccer ou qaz pque nom sua valliga ou val
lez nom passa venogamy Capamy e mitem
os dety dyto hordenaces custumes e openyacs

E deternynaces que adety dcaam qstya gem e po
sam empecer e auemollos por penguados casados
mritados quato he adety dcaam assy pnos fetya
ao dety gomez leo e seus successores. **E** m dcaam
e queyemq e outorgamos que esta nosa dcaam
valla e tenha e aia firmidore pa sempre pella gra
que em ella he qstendo. **S**em testi dety mando
dar adeto gomez leo esta nosa carta alberta e pella
da do nosso pello do dety e assinada pnos amaro
dante em pta gem bny d dopyl ellycy omidou al
uazo qstz aftz e pa de mlt mly oyo anos. //

Que os detyes lugazes abixo nomeados
piguem fityas e tallas como os
do gcelho de villa real.

Dom fernando e anos e dtyallos moty
e atodallas outd mnyhas justicias que esta
carta vnydes pvide pbede que os e homes boos
de villa real me emyaron dtyer que notmo
da dety villa auya alguns lugazes assy como fa
nuas e alagos e abacas e sam tes de fitya e pnta
e pcedes e amellas e pnytes e fityella que som
lugazes de fityagos e dtydtes e som suas honyas
em que moxauam pcey de gra e pnyha. **E** que
moxauam todos accerq da dety villa e que se al
gua pnta agtcey que no auya hi out villa ma
is accerq que se omiegem dacolher pena adety
villa de villa real. **E** que se pnyaniam p pnyl
legros e cartas que tyntiam mnyhas e dos pntz
que dante mly foym pa nom auemq de pnyque
em fitya ne em tallas que lançarem pnyas obz
da dety villa e hi no vnyrem bellas nem qnax
dar adety villa pella qe pnyam os mojadores
da dety villa dizem que hordenam qnax agnyano
e pedyam me sobz ello mlt. **E** en beendo oque me
pedyam e queyendolhe fazer qra e mlt tenho
por bem e mandouq que se achardes que esty
lugazes sobz detyes stam no termo da dety villa
q no sta hi out villa mais accerq a que se
passam colher mais agnyha pro tyo do mester se
pcey que aesta que nom embezyando todos
pnyllegros e cartas ante da dante dety mnyha cta
que os fityas qstya ger que pnyque nas fityas
e tallas que foym lançadas pa fazimeto e pnta
zimento da dety villa e pa todallas coupas q
foym pa sua defenyam e pa hntz bellas qntz

ouros moedas de fora do rei ²¹⁰ e em lizboa
viii d. abril de mil iiii. vij. anos //

Casas em lizboa

Carta pque o duto ²¹⁰ deu de fora hmas ca-
sas potam e sobrado que elle ha em lizboa na
fua nona na foz de sam guiao que ptem to
porta de rna e com casas do duto pnhor e co
fua pa / ab^o lco e alua ppoa que elle no
mea p por h^o l^o em cada hui ano de fo
po / em lizboa xxviii d. abril de mil iiii. vij.
anos //

Julgado de salgados do porto ao sabugal

Carta acustumada pque o duto ²¹⁰ fez
do g^o e mercede a o g^o e homes lcos da villa do
sabugal l^o deu por termo em quatro pa m
ce foz p^o julgado de salgados com todo pnt
mo e f em lizboa xxviii d. de maio de mil iiii.
e vij. anos //

Doa cam do castello e lugar de Cascades a gomez lco do auellar como aqui he d^o p^o e mado

Dom fernã do pella g^o de de Rey de
portugal e do algarue / a quatoz esta
carta vijem fazemos pabr que auendo nos
guerra com gentes de de suayzadas nacoes
que entraram no nosso pnhorio fazer d^o p^o
em elle / por alongarmos out^o maiores d^o p^o
nos que se a nosso pnhorio e nossos poier
tos podera receber hor de nam^o mada^o
per nos frontey^o p partes de nosso pnhor
io pa guardarmos nossas tyas e pa de f^o
de p^o os lugares del e entradas aos em g^o
que nom p^o de p^o dent^o em elle entrar ne
fazer d^o p^o / Ant^o os q^oers que assy p^o l^o g^o
por frontey^o pa nos fuz^o / stollhemio gomez
lco do auellar nosso aualle^o e nossa g^o da
moar e leal buallo e mada mollo hi faz
por frontey^o q^o nossos pnhorios / e por guar
da dor e de f^o de r^o da nossa nobr cidade de
cidade f^o e dos r^o da r^o e pnhorios de
la / o q^o l^o gomez lco stando na dita nossa cida

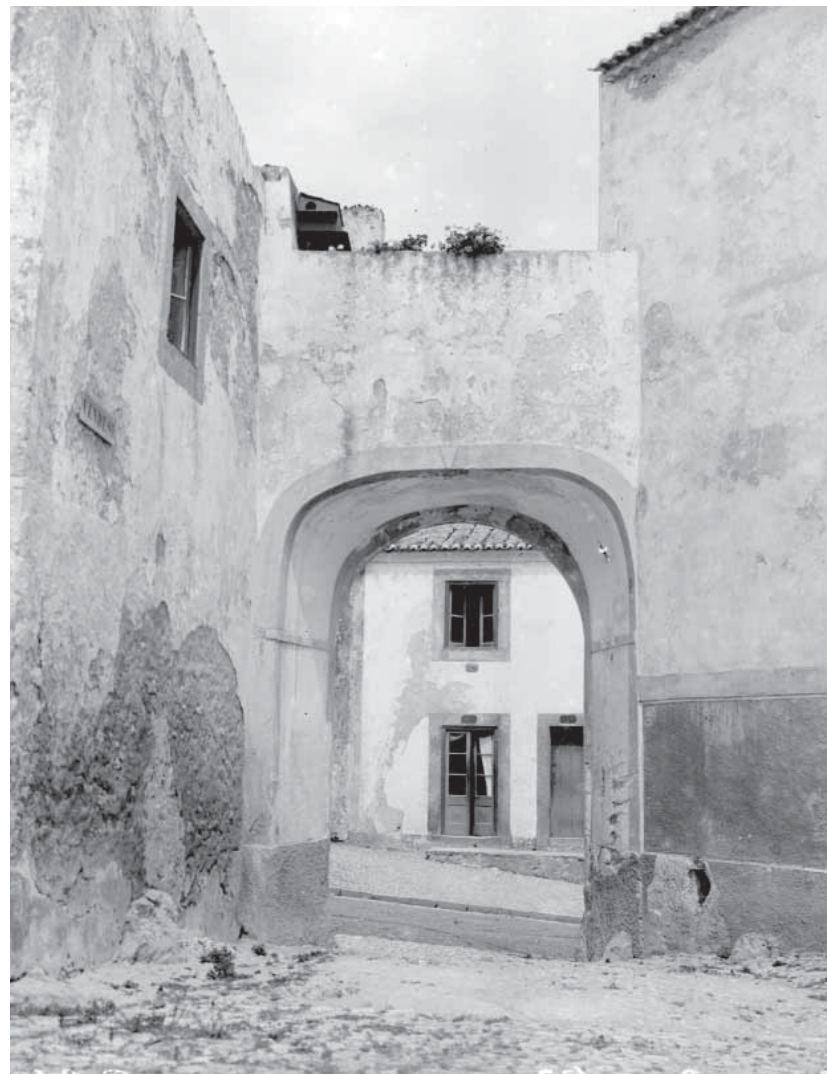
de e fazendo o que l^o p^o nos eja mandado
foe hi certado p dom anyrique nosso pnhor
e p out^o g^o pnhorios de nacoes de suayzadas e
foe hi g^o b^o t^o / no q^o l^o certo e q^o l^o tomou
g^o pnhorios e auctu^oas por nosso pnhor / e
nos hy f^o e ao nosso pnhorio em defen^o e g^o
da da dita cidade e mada^o de r^o de r^o / e f^o d^o p^o
no aos pnhorios nossos p^o l^o g^o que ade g^o p^o
louu^oas adeta nossa cidade f^o l^o l^o de r^o de r^o
tos nossos pnhorios / e nos e onosso pnhorio rece
bemos em elle / del g^o de fuz^o / e p^o que da
nobrera e altera dos reis e dos pnhorios he re
muneraz e galardao e dar galardao e remuner
cam a aquelles que tem fuz^o e fuz^o fazem e
tr^o mados como nos em esto fez o duto gomez lco
p^o p^o nos que pendo l^o remuneraz e galardao
faz com merces como somos theudo o duto fuz^o e
out^o m^o pnhorios fuz^o que anos fez e anosso ²¹⁰
damos a elle duto gomez lco e a todos seus suce^o
res por jur deidade / onosso castello e lugar de ca
stello que he termo de sint / o q^o l^o lugar de cas
cades de nosso moun^o p^o e da nossa certa c^o
era fazemos exeto e exetamollo e tyamollo e des
sugertamollo de sint em que stene ataa of^o
dora / e queyemos e mandamos que da que
diante s^o p^o castello e aia pndicam alta e be
ra como a qualq^o castello e lugar que nom he
sugerto a cidade nem a villa ne a castello / e
damos l^o por seu termo como se come^o pollo
porto do touro e des^o p^o cima da debar^o de
Rey e d^o acima da malucya e pella p^o da
eja como se v^o d^o e ndiante ataa ho acide
da d^o de r^o bulho e des^o como se v^o p^o
cima de p^o ita os fornos da cal acima
da d^o de r^o t^o ad^o ag^oas vertentes e
des^o pella strada d^o ao fio do fuz^o com
villa nona e des^o como se v^o pella strada da
m^o de lizboa ataa as p^o do m^o / e dy
adiante pello de r^o acima como se v^o top^o
na strada de sint que nay top^o na ponte do
fio de moun^o e dy adiante pello fio ao mar
e em este termo v^o todas as q^ostas e l^oz
dades que oja o duto gomez lco ha em fio de

ao dos verdadeiros municípios, como adiante anotaremos. Por carta régia de 10 de maio desse ano, menos de um mês após a criação do termo de Cascais, já D. Fernando I, na sequência de reclamações dos proprietários da área, seria forçado a esclarecer a sua dúbia situação, que também beneficiaria do facto de os territórios de Cascais e Oeiras pertencerem habitualmente ao mesmo senhor, como o atestam as cartas de 1373 e 1385, em que Henrique Manuel de Vilhena foi presenteado com o senhorio de Cascais e o reguengo de Oeiras, o mesmo sucedendo com o Dr. João das Regras, em 1386.

A razão desta amputação, estudada por Jorge Miranda, parece dever-se ao facto de, por ocasião da doação, o novo senhor de Cascais possuir propriedades em Asfaml e «além e aquém da água do dito Rio de Mouro». Consequentemente, para além destes lugares, hoje integrados no concelho de Sintra, D. Fernando I também outorgaria o território vizinho da região em que o beneficiário detinha já significativo património, com casas, lagares e azenhas que se espriavam até à atual Ribeira da Laje, à época incrustada no Reguengo de Oeiras.¹¹

A autonomia de Cascais afigura-se, pois, algo imperfeita, por integrar a vila e seu termo num feudo senhorial, o que implicou a doação de toda a jurisdição cível e crime, com exceção do direito de apelo para o rei nos feitos crimes; da jurisdição sobre os marítimos, da responsabilidade do monarca; da liberdade de atuação dos corregedores no novo senhorio e ainda dos direitos reais sobre dízimas de mercadorias de navios que fossem descarregadas e transacionadas em Cascais. Conhecer-se-iam quatro “dinastias” de titulares: a primeira, dos Avelares, em 1370-73; a segunda, dos Vilhenas, em 1373-84 e 1385-86; a terceira, de João das Regras e seus descendentes, a partir de 1386; e a quarta, dos Condes de Monsanto, depois Marqueses de Cascais, desde 1441, cuja sucessão raras vezes decorreria de forma pacífica e isenta de percalços. No interior das muralhas do castelo, que já existia em 1370, os primeiros senhores montariam o seu paço, onde o segundo senhor de Cascais, D. Henrique Manuel de Vilhena já pôde, por exemplo, receber o Rei D. Fernando I, em dezembro de 1375.

A história dos senhores de Cascais ainda está por estudar. Não obstante as informações compulsadas por João da Cruz Viegas, Afonso do Paço, Fausto J. A. de Figueiredo, Ferreira de Andrade e A. H. de Oliveira Marques serem, por vezes, discordantes¹², identificaram-se os nomes que em seguida se registam, cuja sequência carece de confirmação definitiva: Gomes Lourenço do Avelar, fronteiro, cavaleiro e guarda-mor de D. Fernando I (1370-73); Henrique Manuel de Vilhena, 1.º Conde de Seia, meio-irmão da Rainha D. Constança, mulher de D. Pedro I e mãe de D. Fernando I (1373-84); Sancho Gomes do Avelar, filho de Gomes Lourenço do Avelar (1384-85); Henrique Manuel de Vilhena, 1.º Conde de Seia (1385-86); Dr. João das Regras (1386-1404); D. Branca da Cunha (1404-12?); D. Afonso de Cascais, assim conhecido por ter casado com D. Branca, filha única do Dr. João das Regras e herdeira do senhorio, primeiro como consorte e depois como regente (1408-36?); D. Pedro da Cunha (1412?-36?), filho de D. Branca e de D. Afonso; D. Afonso (1436-41); D. Isabel da Cunha, irmã de D. Pedro



Porta do castelo de Cascais, aberta já no século XVI
AHMCS/C/AFTG/CAM/A/0731

da Cunha (1441-82); D. Álvaro de Castro, 1º Conde de Monsanto (1441-71), viúvo de D. Isabel da Cunha; D. João de Castro, 2º Conde de Monsanto, filho do 1.º Conde (1482-96); D. Joana de Castro, irmã de D. João de Castro (1496-1519); D. Pedro de Castro, 3º Conde de Monsanto, sobrinho do 2º Conde; D. Luís de Castro, seu sucessor, sem renovação do título; D. António de Castro, 4º Conde de Monsanto, neto do 3º Conde; D. Luís de Castro, 5º Conde de Monsanto, filho do 4º Conde; D. Álvaro Pires de Castro, 6º Conde de Monsanto e 1º Marquês de Cascais, filho do 5º Conde; D. Luís Alvarez de Castro Noronha Sousa e Ataíde, 7º Conde de Monsanto e 2º Marquês de Cascais; D. Manuel José de Castro Noronha Ataíde e Sousa, 8º Conde de Monsanto e 3º Marquês de Cascais; D. Luís José Tomaz de Castro Noronha Ataíde e Sousa, 10º e último Conde de Monsanto e 4º Marquês de Cascais; D. Maria José de Castro Noronha Ataíde e Sousa, irmã do 4.º Marquês de Cascais; e sua filha, D. Ana José Maria da Graça de Menezes e Castro, última donatária de Cascais, falecida em 1762.

11. Cf. MIRANDA, Jorge - Joham das regras e a doaçam de cascães e do reguêgo dhueiras. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 8 (1989) p. 13-34; CASTELO BRANCO, Fernando - *Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383*. Cascais: Câmara Municipal, 1972.

12. Cf. PAÇO, Afonso do; FIGUEIREDO, Fausto J. A. de - Os donatários de Cascais. *Cascais e seus lugares: boletim da Junta de Turismo de Cascais*. Cascais: Junta de Turismo. N.º 2 (julho de 1947) p. 13-18 e N.º 3 (novembro de 1949) p. 13-15; VIEGAS, João da Cruz - "Memento" ao General D. Diogo de Menezes: valoroso defensor de Cascais em 1580 - *Ibidem*. N.º 4 (6 de abril de 1951) p. 37; ANDRADE, Ferreira de - *Op. cit.*; MARQUES, A. H. de Oliveira - Para a história do concelho de Cascais na Idade Média. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 6 (1987) p. 32.

D. António de Castro, 4º Conde de Monsanto, ficou também para a história por ter prometido seis galinhas recheadas em pagamento de uma copla a Luís de Camões, que passaria por Cascais em 1570, a bordo da nau *Santa Clara*. Todavia, como princípio do pagamento apenas lhe mandaria meia galinha, o que levou o poeta a dedicar-lhe o seguinte epigrama:

**«Cinco galinhas e meia
deve o Senhor de Cascais
e a meia vinha cheia
de apetite para as mais»**

O documento de criação do senhorio nada prescrevia acerca da organização do concelho – comunidade constituída num território, cujos moradores, os vizinhos, eram dotados de maior ou menor autonomia administrativa – desconhecendo-se, assim, a data em que se terão realizado as primeiras eleições. De acordo com A. H. de Oliveira Marques, em 1377 já existia pelo menos um alcaide, um

alvazil para os pleitos cíveis e um juiz, porventura correspondente ao segundo alvazil: o dos feitos crimes. Seis anos depois a organização estava completa, compondo-se de dois alvazis, dois vereadores e um procurador, cargos eletivos restringidos aos homens-bons da vila. Abaixo destes oficiais superiores havia, ainda, um porteiro e um pregoeiro. Por sua vez, a estrutura militar incluía, desde antes dessa data, um anadel, um coudel e vintaneiros, existindo também um almoxarife para cobrança dos réditos e dois tabeliães, de nomeação senhorial.¹³

Inicialmente, as reuniões de homens-bons, que não contariam com mais de vinte participantes, devem ter sido promovidas na praça junto à Igreja (de Santa Maria?) existente no interior do castelo, ou num pequeno largo junto às suas portas. Não será também despicienda a possibilidade de se realizarem no novo rossio extramuros onde se encontrava o pelourinho, destruído aquando do terramoto e maremoto de 1755: a atual Praça 5 de Outubro, onde vieram a funcionar os Paços do Concelho, pelo menos desde 1653.



Pescadores ao largo de Cascais, c. 1900
AHMCSC/AFTG/CAM/A/0999

A relevância económica do litoral do concelho fora já atestada a 11 de maio de 1282, por carta régia de confirmação das atribuições do alcaide do mar de Lisboa, a quem também cumpria nomear um alcaide para Cascais, que tinha por missão o policiamento dos pescadores. Para além do episódio do achamento da imagem de Nossa Senhora da Graça pelos mareantes da futura vila, supostamente em 1362, a importância do porto de Cascais é ainda denunciada pelo Foral da Portagem de Lisboa, de 5 de outubro de 1377, que nos informa que aí se procedia ao carregamento da fruta produzida em Sintra.

A colónia de pescadores responsável pela fundação de Cascais parece ter-se instalado primeiramente no «Alto do Longo» ou «Monte Lombo», a noroeste do atual centro da vila. Fixou-se depois junto ao mar, talvez sob a proteção de uma estrutura defensiva improvisada, que o castelo, construído antes de 1370, reforçou, dissuadindo o desembarque de piratas e corsários, não obstante a parte da vila que se desenvolvera sobre a falésia junto à Ribeira das Vinhas, na área da Rua do Poço Novo e dos Becos Tortos e Esconso, não ser abrangida pela muralha.

Apesar da conquista e saque do castelo pelos castelhanos em 1373 e do bloqueio do porto em 1382 e 1384, de acordo com A. H. de Oliveira Marques continuar-se-ia a assistir ao crescimento da vila no exterior das muralhas, no arrabalde denominado Vila Nova e, já no final do século XVI, à criação das paróquias de Nossa Senhora da Assunção, de S. Vicente de Alcabideche e de S. Domingos de Rana, que deixaram, então, de estar sujeitas à paróquia de S. Pedro de Penaferrim, em Sintra.¹⁴

Num documento de 1383 regista-se a existência de sete vintenas no termo de Cascais, o que correspondia a uns 140 vizinhos ou cerca de 700 habitantes, aos quais importa associar a população da vila, porventura umas 200 ou 300 pessoas. O concelho possuía, desta forma, aproximadamente 10 habitantes por Km², ultrapassando a média nacional. Com exceção da futura vila, a ocupação humana rareava na zona litoral, menos atrativa para a agricultura, distribuindo-se, antes, por dezenas de casais que pontilhavam o território concelhio, de forma a explorar as suas ricas terras de cultivo e afastar-se dos “perigos” do oceano, a que já nos referimos.

É neste contexto que importa compreender a atribuição de um privilégio, supostamente pela Rainha Santa Isabel – donatária da vila de Sintra desde 1287 – que concedia aos mareantes instalados a poente da Ribeira das Vinhas a possibilidade de pagarem apenas metade dos tributos impostos, desde que o lessem duas vezes por ano, em Murches e na Malveira, vigiassem a Praia da Ribeira, em Cascais, durante a noite do primeiro sábado de setembro e guardassem duas vezes por ano o castelo de Sintra. A pedido de Henrique Manuel de Vilhena, de forma a evitar o despovoamento da região, em 1385 D. João I também isentou os moradores de Cascais de servir nas galés do almirantado e outras, no caso de as armadas serem de seis ou menos galés. Já em 1426 eximiria os pescadores de possuírem cavalos

e armas e de responderem à revista e a alardos, se pescassem pelo menos durante oito meses por ano. Anote-se, por fim, que em 1446, D. Álvaro de Castro – donatário de Cascais desde 1441 e conde de Monsanto, a partir de 1460 – receberia de D. Afonso V plenos poderes para armar navios destinados a combater os corsários que ainda continuavam a atacar o litoral.¹⁵

Parece remontar a este período o culto a Nossa Senhora do Cabo, que constitui uma das mais antigas manifestações de religiosidade popular em Portugal, já mencionada em carta régia de D. Pedro I, de 1366. Tendo por base o miraculoso achamento da imagem de Nossa Senhora no espigão rochoso do Cabo Espichel, divulgar-se-ia rapidamente pela região saloia das margens do Tejo, razão pela qual, numa das versões da lenda, a descoberta é atribuída a dois anciãos de Alcabideche e da Caparica. No dealbar do século XV estava já edificada ou reedificada junto ao Cabo Espichel a pequena capela de Santa Maria do Cabo ou Santa Maria da Pedra de Mua, atualmente conhecida por Ermida da Memória, até onde convergiam grandes romarias, tanto mais que desde 1430 várias paróquias dos atuais concelhos de Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras e Sintra decidiram organizar um “giro”, para que pudessem prestar, anualmente e à vez, culto ao santuário do Cabo Espichel. Ainda hoje as paróquias de Alcabideche, Cascais e S. Domingos de Rana integram este “giro saloio”, que apesar de interrompido durante a I República, entre 1910 e 1926, continua a registar enorme adesão popular.

Na primeira metade do século XV a pesca mantinha-se como a principal fonte de receita da vila, contribuindo para a prosperidade do senhor de Cascais, que sucessivamente ampliou o seu palácio no recinto amuralhado. As armas dos Castro perduraram na torre do castelo na Rua Marques Leal Pancada, cujo arco deve ter sido aberto já no século seguinte, de forma a facilitar o acesso aos moradores, impondo, então, a Rua dos Navegantes como novo eixo viário da vila¹⁶.

Reconhecia-se, desta forma, que o castelo, densamente habitado, já não cumpria as funções militares, tanto mais que, em 1488, D. João II ordenara a construção, na Ponta do Salmado, da «Torre de Cascais, com sua cava, com tanta e tão grossa artilharia», que cedo se transformou na principal fortificação da vila. Este edifício, de transição entre o castelo medieval e a fortaleza abaluartada, encontra, pois, a sua principal mais-valia na localização junto ao mar, razão pela qual veio a ser conhecido por Torre de Santo António, por então assim se designar toda a costa até ao Estoril.¹⁷ A ordem para a sua edificação ainda deveria ter bem presente o ataque do corsário João Bretão, que em setembro de 1484 aterrorizou a vila, bloqueando-lhe o porto durante semanas. Na verdade, a torre não só impediria a perseguição de embarcações que junto a ela se refugiassem, como o desembarque na vila, funcionando, ainda, como atalaia, de forma a salvaguardar pessoas e bens, em caso de perigo.

13. Cf. Idem - *Ibidem*, p. 13-40; Para a história do concelho de Cascais na Idade Média: Il. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 37-46.

14. Cf. ANDRADE, Ferreira de - *Op. cit.*; MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar - *Atlas de cidades medievais portuguesas: séculos XII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990; CABRAL, João; SANTOS, Conceição - *Patrimónios de Cascais: exposição*. Cascais: Câmara Municipal, 2003; CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro - Apontamentos sobre os vestígios do antigo castelo de Cascais. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 7 (1988) p. 77-92.

15. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *Op. cit.*; RAMALHO, Margarida; CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João - *Um olhar sobre Cascais através do seu património*. Vol III. Cascais: Câmara Municipal: Associação Cultural de Cascais, 1989; SOUTO, Henrique; MARTINS, Luís Sousa - *Cascais: tradição e indústria nas pescas*. Cascais: Câmara Municipal, 2009.

16. Cf. CABRAL, João; CARDOSO, Guilherme - Escavações arqueológicas junto à torre-porta do castelo de Cascais. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 12 (1996) p. 127-145.

17. Cf. RAMALHO, Margarida; CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João - *Op. cit.*; BOIÇA, Joaquim M. F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *As fortificações marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa: Quetzal, 2001.



Cascais, c. 1530
AHMCSC/AESP/CALM/F/1029



O movimento de barcos na enseada e porto aumentou no período inicial dos Descobrimientos. A 4 de março de 1493, Cristóvão Colombo passou pela vila aquando do regresso da sua primeira viagem à América. Já a 10 de julho de 1499, Cascais também assistiria ao desembarque de Nicolau Coelho, o primeiro capitão da armada de Vasco da Gama a chegar da Índia, no intuito de se deslocar até Sintra para transmitir a D. Manuel I a boa nova.

A representação detalhada mais antiga que se conhece do litoral de Cascais que atrás se reproduziu parece remontar à década de 1530, ainda que apenas tenha sido editada em 1572, por Georg Braun e Frans Hogenberg, no primeiro volume de *Civitates orbis terrarum*. Em primeiro plano, sobre o esporão rochoso, destaca-se a Torre de Santo António, secundada pelo castelo medieval, que ocupa cerca de 0,6 hectares, junto ao qual se desenha o casario extramuros – cerca de 24 casas – que parece tender a formar um rossio (a futura Praça 5 de Outubro?), cujas construções ladeiam a margem direita da Ribeira das Vinhas, não representada na imagem. As sete torres do castelo eram apoiadas, junto à Praia da Ribeira, por uma barbacã que defendia a única porta da muralha que se desenha. Já na torre sul se acoplavam duas construções, provavelmente as casas do senhor de Cascais, que viriam a ser ampliadas, mercê da riqueza gerada pelo porto, que a presença de três embarcações ancoradas atesta. Para além da Igreja (de Santa Maria?) e das cerca de 46 casas protegidas pelas muralhas, que se distribuíam por uma dezena de ruelas, é igualmente representada, fora de portas, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, ainda que com orientação distinta da atual.

Remonta também a esta época a gravura que se reproduz ao lado, de 1530-34, atribuída a António de Holanda e inserida na *Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal*, que representa a Torre de Cascais na segunda ou terceira década do século XVI, circundada por um pano de muralha onde são visíveis aberturas para as bocas de artilharia. À direita da fortaleza, em perspetiva algo deformada, representa-se, ainda, o casario da vila, com destaque para o imponente palácio dos donatários.

A 15 de novembro de 1514, D. Manuel I concedeu a Cascais o seu primeiro foral, uma vez que desde 1364 se regia pelo foral de Sintra, datado de 1154, pois «por a dita vila de Cascais ser àquele tempo de seu termo, passaram os ditos forais com seu foro à dita vila de Cascais». A produção deste documento regulador da vida municipal outorgado pelo monarca inseriu-se nas reformas então implementadas que, invocando o arcaísmo dos forais em vigor, contribuíram para a centralização do poder régio, ao nível jurídico, político e fiscal. Desta forma, «mandamos que todas as coisas neste foral que nós pomos por lei se cumpram para sempre, do teor do qual mandámos fazer três, um deles para a câmara da dita vila de Cascais, outro para o senhorio dos ditos direitos, outro para a nossa Torre do Tombo, para em todo o tempo se poder tirar qualquer dúvida que sobre isso possa sobrevir». Refira-se, por curiosidade, que o texto do foral de Sintra apenas é conhecido por certidão passada a 5 de



Cascais, c. 1530
BL - ADD 12531

setembro de 1472, a rogo dos oficiais e homens bons de Cascais, por quem fora solicitada uma cópia do foral do seu concelho.¹⁸

Em 1527 Cascais dispunha de 172 núcleos-familiares, vizinhos ou fogos na vila e 310 no termo, o que deve corresponder a cerca de 600 a 1000 habitantes em Cascais e 1200 a 1900 no resto do concelho. Por esta altura apenas um quarto da população da vila residia na área protegida pelas muralhas, pelo que a Vila Nova já se espalhava pelo vale ou baixa até à Ribeira das Vinhas. Em finais do século XVI um terço da população tinha, mesmo, passado a habitar na “outra margem” deste curso de água... Em termos de efetivos populacionais, Cascais era, então, seguido por Caparide, com 26 fogos; Manique, com 22; Almoínhas Velhas, com 19; e Carcavelos, com 14.¹⁹

18. Cf. *MONOGRAFIA DE CASCAIS*. Dir. Ferreira de Andrade - Cascais: Câmara Municipal, 1969. P. 9-31.

19. Cf. DIAS, José Alves - Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI: aspetos demográficos. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 6 (1987) p. 67-84.

Ainda hoje é possível apreciar vestígios dessa época em alguns prédios dispersos pela antiga malha urbana da vila, na Capela de S. Sebastião ou na Ermida de Nossa Senhora da Guia, com portal manuelino tardio e lápide tumular de 1577. Também os elementos arquitetónicos reaproveitados na Igreja de Alcabideche comprovam a sua vetusta fundação, à semelhança dos fechos de abóbodas da Igreja de S. Domingos de Rana. Destaque-se, ainda, a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda, que preserva a mais bela pedra armoriada do concelho, datada de 1579, assim como a Igreja e Convento de Santo António do Estoril, erigida em 1527 pelos frades franciscanos sobre a ermida de S. Roque, com sepultura de Roque Lopes, piloto da Carreira das Índias e outras pedras tumulares datadas dos finais do século XVI. Também o convento da Piedade, em Cascais, fundado em 1594, remonta a este período, à semelhança do Farol da Guia, que, pertencente à irmandade com o mesmo nome, já existia em 1537, de forma a avisar os navegantes dos perigos da costa. Esta estrutura é inclusivamente mencionada por Damião de Góis, em 1554, ao descrever o porto de Cascais como o local «onde as naus de carga, ancoradas em porto amplo e seguro, esperam a maré e monção», não obstante as notícias de naufrágios que perpassam a história da região.²⁰

O reforço dos laços sociais conduziu à fundação de confrarias ou irmandades que se afirmaram enquanto associações de socorros mútuos, de cariz material e/ou espiritual. Ainda que tenhamos notícia da existência, pelo menos desde 1429, de uma Confraria do Hospital de Santa Maria de Cascais, assim como da Confraria de Nossa Senhora do Socorro – constituída em data por ora desconhecida, que geria o Hospital dos Mareantes e Pescadores – a 11 de junho de 1551, tendo por inspiração a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os cascalenses procurariam debelar as suas carências ao nível assistencial e da saúde por meio da instituição da Santa Casa da Misericórdia de Cascais.

O seu principal objetivo era a prática das catorze obras de misericórdia, espirituais e corporais, entre as quais constavam remir os cativos, visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que têm sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os finados. A confraria afirmou-se, assim, como uma associação de devotos com vista ao estabelecimento de laços de solidariedade, que se estendia, também, à comunidade mais carenciada, em especial aos navegantes doentes e pobres, como o denuncia, por exemplo, a licença para esmolar em Cascais, concedida pelo Arcebispo de Lisboa, em 1561, ou a anexação do hospital da vila, em 1587.

Inicialmente sedeada na Capela de Santo André, a irmandade foi dirigida desde a fundação por uma Mesa, a que presidia um Provedor. Todos os irmãos que integravam a confraria deveriam ser «homens de boa consciência, tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes», servidores dos pobres e dotados dos meios suficientes para a servir nas suas obras. Desta forma, em 1698 a Misericórdia de Cascais já se compunha de 300 irmãos, metade dos quais eram «homens do mar» e os restantes «da terra», número elevado para uma vila, quando



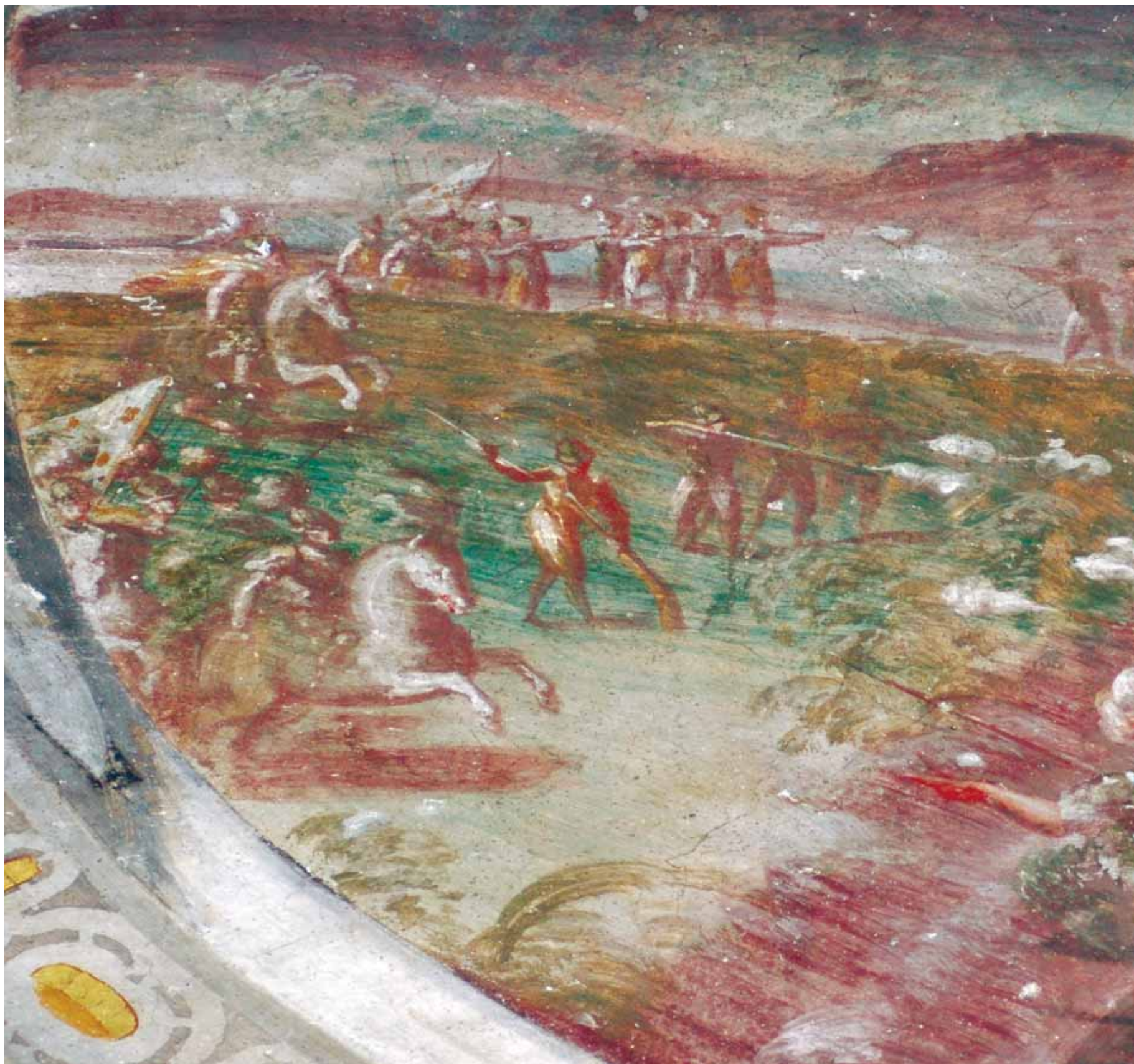
Foral de Cascais, 1514
AHMCS/AADL/CMCS/A/003/001

comparado com os registos constantes em compromissos de outras Misericórdias, nomeadamente de cidades.

Por esta altura, como anotou João Cordeiro Pereira, a Carreira da Índia, que acelerara a tendência para a macrocefalia da cidade de Lisboa, conduziu à anemia dos pequenos portos em seu redor, de que Cascais constitui exemplo.²¹ Não obstante, foi a partir desta vila que, a 17 de agosto de 1574, D. Sebastião enviou uma carta ao Papa para o informar da sua resolução de ir ao Algarve para «mandar proceder nas coisas de África». Neste contexto, em junho de 1578 desembarcariam em Cascais 3 000 soldados alemães que contratara, partindo depois com o rei para o norte de África, onde se veio a travar a batalha de Alcácer Quibir, cujo desaire implicaria, a curto prazo, a perda da independência nacional²².

Na madrugada de 30 de julho de 1580, o exército espanhol, comandado pelo Duque de Alba, desembarcou nas imediações do Cabo de Sanchete, atacando Cascais, com o apoio de D. António de Castro, Senhor de Cascais, a fim de conquistar Lisboa para colocar

20. Cf. CABRAL, João; SANTOS, Conceição - *Op. cit.*; FIALHO, António; FREIRE, Jorge - *Cascais na rota dos naufrágios: Museu do Mar - Rei D. Carlos: catálogo*. Cascais: Câmara Municipal, 2006.
21. Cf. PEREIRA, João Cordeiro - Importações de ocasião em Cascais nos anos de 1530 e 1531. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. Cascais: Câmara Municipal. N.º 6 (1987). P. 73-82.
22. Cf. FERRÃO, Isabel - *Património histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal: Santa Casa da Misericórdia, 1998.



Representação da invasão de Cascais, em 1580
PVM



Filipe II no trono de Portugal. A resistência, que contava com cerca de 1 500 homens mal preparados e pouco apetrechados, revelou-se, desde logo, ineficaz, em grande parte pelo facto de o local escolhido para o desembarque a ter surpreendido e desorganizado.

A fortaleza que defendia a vila foi tomada no dia seguinte, entre pilhagens não controladas, cuja violência foi punida com a destituição de oito capitães, diversas penas de morte e o envio de homens para os remos das galeras de Santa Cruz. A 2 de agosto, D. Diogo de Meneses, general supremo das tropas lusas por nomeação de D. António, Prior do Crato, era degolado, numa cerimónia destinada a demonstrar aos portugueses qual o destino dos adversários de D. Filipe...²³



Costa de Cascais, em desenho atribuído a espião ao serviço de D. Filipe II, a. 1580.
ACA

O exército invasor avançou, depois, até S. Julião da Barra, deixando uma pequena guarnição em Cascais e outras tropas no vasto areal de Santo António do Estoril, no intuito de proteger o flanco de um possível golpe das forças navais portuguesas. Ao fim de dois dias de cerco, a fortaleza capitulou, entregando-se, em seguida, a Torre de Belém. Desta forma, até ao início do inverno, D. Filipe conseguiria arrebatrar a coroa portuguesa, visitando, mesmo, Cascais em 1581.

A região seria, depois, alvo de ataques que resultaram em destruição e prejuízos de vulto. A 19 de maio de 1587 uma esquadra de navios ingleses comandados por Drake atacou a vila, ainda que não tivesse conseguido desembarcar, na sequência de renhida refrega com a fortaleza. Também em 1589, D. António - gorada a tentativa de desembarque em Peniche, com o apoio do exército inglês, naquela que foi a sua derradeira tentativa de conquista do trono português - tomara Cascais, que saqueou e incendiou.

Consciente das deficiências defensivas da região, denunciadas pelo sucesso da campanha do Duque de Alba e da arremetida de 1589, D. Filipe I ordenaria a Frei Vicenzio Casale o levantamento da planta de Cascais e de uma carta da costa até S. Julião da Barra. Em fevereiro de 1590 já o rei recebia o documento que solicitara, tendo por base o decalque de um desenho do Capitão Fratini desse mesmo ano. Cascais é também representada em cartas datadas de 22 de janeiro e 3 de outubro de 1594, a última das quais da autoria de Filipe Terzio, sucessor de Casale.²⁴

Todos estes desenhos se inserem no projeto de reforço das capacidades defensivas da Torre de Santo António, de cujo abaluartamento resultaria a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, de traçado triangular, pouco comum no nosso país, que veio a ser integrada, depois de 1640, na Cidadela de Cascais. Ordenar-se-ia, ainda, a construção da Fortaleza de Santo António do Estoril, nas imediações do futuro S. João do Estoril, cujo projeto, também gizado por Casale, remonta igualmente a 1590.

A 19 de janeiro de 1587, sob o jugo de D. Filipe I, proceder-se-ia à revisão das posturas que regulamentavam a vida municipal, «por acharem, que o livro das posturas da dita Câmara estava muito embaraçado e mal concertado e com muitas entrelinhas e riscaduras de muitas posturas. Umhas quebradas, outras emendadas e de letra embaraçada e escura, parecendo-lhe bem e serviço de Deus e que era utilidade e bem comum do povo que se trasladassem em livro novo, pondo-se limpas e com clareza».

Numa compilação da primeira metade do século XVIII, conservada no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, constam, ainda, algumas destas posturas de finais do século XVI, assim como o auto da reforma do «livro velho», então promovida pelos oficiais da Câmara com o apoio de «muitos lavradores e homens do termo da dita vila». Apenas se conhecem as posturas emendadas, que foram «vistas por todos, emendando umas, quebrando e diminuindo, acrescentando e inovando outras», pelo que se torna impossível aferir o nível de adaptação a que foram sujeitas. A compilação do período filipino, fonte primordial para o estudo da vivência do concelho na época, viria a ser reformada em 1772-73, com a participação exclusiva do juiz de fora e dos oficiais da Câmara, sem colaboração da comunidade, atestando a política de centralização do poder implementada durante o período pombalino, assim como a tendência para a elitização da administração local.²⁵ Este livro foi utilizado para o registo de novas posturas até 1837...

Durante o domínio filipino assistiu-se, ainda, em 1620, à edição do *Livro das grandezas de Lisboa*, que já citámos, em que Frei Nicolau de Oliveira, religioso da Ordem da Santíssima Trindade, exalta a excelência da capital e dos seus arredores, nomeadamente Cascais, em prosa de tom autonomista ou até de resistência, que contribui decerto para a elevação da autoestima de um Portugal que em 1640 reconquistaria a sua autonomia.²⁶

Após a Restauração da independência nacional, também os portugueses investiram na fortificação da região pela qual se processara a investida que lhes havia custado o trono durante seis décadas. Sob a direção de D. António Luís de Meneses, Conde de Cantanhede – que fora encarregado da defesa da barra do Tejo, principal porta de acesso à capital – ampliaram-se e restauraram-se as fortificações existentes, levantando-se, ainda, mais de uma dezena de baluartes entre o Guincho e Carcavelos, de que os Fortes de S. Jorge de Oitavos e de Santa Marta, hoje musealizados, constituem importantes exemplos.

De entre as estruturas então construídas importa destacar a Cidadela de Cascais que, agregando a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, reforçou consideravelmente a defesa deste ponto estratégico da costa. Na verdade, apesar do projeto de alargamento remontar ao período filipino, apenas parece ganhar fôlego a partir de 1641, sob a direção de Simão Mateus e depois de Philipe Guitau, a quem se sucederam João Pascásio Cosmader e Nicolau de Langres. Não obstante em



BNP

1675 as suas muralhas continuarem em construção, o conjunto de novas fortificações que então se decidiu edificar foi maioritariamente concretizado até ao final da década de 1640, em face da simplicidade estrutural adotada. Remonta, assim, a este período a construção dos fortes do Guincho, de S. Brás de Sanchete, de S. Jorge de Oitavos, de Nossa Senhora da Guia, de Santa Marta, de Santa Catarina, de Nossa Senhora da Conceição, de S. Roque, de Santo António do Estoril, da Cruz de Santo António da Assubida, de S. Pedro, de S. João da Cadaveira e de S. Domingos de Rana ou do Junqueiro, aos quais se viriam a juntar, no reinado de D. José, as baterias da Crismina, Alta e da Galé, assim como, em 1832-33, o Forte Novo.²⁷

A futura Cidadela recebeu, ainda durante as obras de (re)construção, três companhias dos regimentos da Corte que, na segunda metade do século XVII já contavam com 400 homens. Em 1764 o Regimento

23. Cf. ALVES, Ivone Correia - *D. Diogo de Meneses: 02 de Agosto de 1580: morte em Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 2010.

24. Cf. BOIÇA, Joaquim M. F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Op. cit.*; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Fortificações marítimas*. Cascais: Câmara Municipal, 2010.

25. Cf. RIBEIRO, Maria Alexandra - O livro de posturas da Câmara da Vila de Cascais (1587-1837): notícia preliminar. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. N.º 7 (1988) p. 57-68.

26. Cf. ENCARNACÃO, José d' - Um elogio político: Cascais visto por Frei Nicolau de Oliveira. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*. N.º 6 (1987) p. 85-97.

27. Cf. BOIÇA, Joaquim M. F.; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de; RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Op. cit.*; BOTELHO, Afonso - *Os regimentos de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1964; PEREIRA, António José Pereira da - *Cidadela de Cascais: pedras, homens e armas*. Lisboa: Estado-Maior do Exército - Direção de Documentação e História Militar, 2003.



AHMCSC/AESP/CMES

de Cascais era formado por dois batalhões de 14 companhias com 55 efetivos, vindo a participar, em 1793-95, nas campanhas do Rossilhão e Catalunha. Em 1806 passou a ser designado por Regimento de Infantaria 19, defendendo bravamente, quatro anos depois, a causa nacional na Batalha do Buçaco, a que se seguiram muitas outras vitórias – em que participou a imagem de Santo António, que ainda hoje se venera em Cascais – até à capitulação de Napoleão, que lhe valeram, a 4 de setembro de 1814, um apoteótico regresso a Cascais.²⁸

No dia 1 de novembro de 1755 um violento terramoto devastou o concelho. De acordo com Frei António do Espírito Santo, do Convento de Nossa Senhora da Piedade, que descreveu no ano seguinte os efeitos do cataclismo na vila, o tremor de terra iniciou-se pelas nove horas e quinze minutos, fazendo-se sentir por nove minutos e transformando «a grande povoação [em] um insensível e frio cadáver do que havia sido e uma desfeita cena do que já não era»²⁹.

Ao terramoto seguiu-se o maremoto, pois «entrou logo sem demora pela vila o mar, derrubando sua fortíssima ponte e absorvendo as casas mais vizinhas, com morte de muitos habitantes». Na verdade, para além de centenas de feridos, registaram-se, então, oficialmente, duzentas e duas mortes no concelho, sobretudo nas paróquias da vila, número significativo se pensarmos que em 1736 apenas existiam 5 109 habitantes. Entre as vítimas da hecatombe, o livro de registo de óbitos da paróquia de S. Vicente de Alcabideche anota, a 13 de novembro de 1755, o nome de D. Maria José de Castro Noronha Ataíde e Sousa, mãe da última donatária de Cascais, que «tendo escapado do primeiro perigo e estando de joelhos dando a Deus as graças por lhe livrar da morte a sua filha herdeira de poucos anos, caindo de repente as duas paredes da casa [na Quinta de Valverde] ficou mortalmente ferida e maltratada, de sorte que dentro em poucos dias espirou da vila de Cascais, na flor da idade».³⁰

A violência da experiência vivida serviria, ainda, de mote a Frei António do Espírito Santo para escrever trinta sonetos e uma redondilha sobre o terramoto, pois «Quem em Cascais buscar quem foi Cascais, na mesma terra a terra não divisa», uma vez que «foi tão grande aquele movimento, que sendo tu Cascais, ficas Cascalho».³¹ Em 1758, o Cura da Ressurreição de Cristo, António Inácio da Costa Godinho, também não hesitaria registar que «de todas as terras foi esta a que experimentou maior ruína», pois todos os edifícios do concelho sofreram com o abalo, como as Igrejas da Ressurreição, da Assunção e da Misericórdia e o Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais, o Convento de Santo António, no Estoril, ou as Igrejas de S. Domingos de Rana, de S. Vicente de Alcabideche e de Nossa Senhora dos Remédios, em Carcavelos. Na verdade, nem mesmo os locais de culto escaparam à devastação, que muitos acreditaram ser castigo divino...

Três anos depois do fatídico dia, as marcas desta catástrofe ainda persistiam, pois «a vila toda ficou arruinada até ao chão. Não há casa que ou não caísse em terra ou não ficasse abalada e ameaçando ruína. Os templos, a ponte, a Cidadela e seus quartéis, tudo está demolido e feito em pó. A maior parte da vila habita ainda em barracas [...], a ponte está com um só arco em pé [...] e tudo em a última ruína, sem que se reparasse ainda nada». Eis o retrato da destruição de Cascais, na perspetiva de Manuel Marçal da Silveira, Reitor de Nossa Senhora da Assunção, paróquia sedeada na atual Igreja Matriz.

Ainda que *a posteriori*, ficou também a dever-se ao terramoto o desaparecimento da segunda paróquia de Cascais: a da Ressurreição de Cristo, fundada na sequência do desenvolvimento da margem esquerda da Ribeira das Vinhas. Apesar dos sacramentos de matrimónio e baptismo continuarem a ser ministrados na arruinada Igreja da Ressurreição até 1782, passariam, depois, a realizar-se na Igreja da Misericórdia, onde se mantiveram até 17 de maio de 1840, data em que se registou o termo de encerramento da paróquia e a sua agregação à de Nossa Senhora da Assunção, que desde então se passou a designar por Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo.³²

28. Cf. MIRANDA, Jorge - A presença de Santo António no Concelho de Cascais. *Arquivo de Cascais: boletim cultural do município*, N.º 13 (2005) p. 23-38.

29. Biblioteca da Academia das Ciências, *Papel sobre o[s] terramotos e sobre o de 1755 feito no Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais em 20 de maio de 1756 por Frei António do Espírito Santo, natural de Cascais, com muitos versos de sonetos à vila de Cascais, copiado em Curiosidades de Frei Vicente Salgado, da Congregação da Terceira Ordem de S. Francisco de Portugal*, fl. 48.

30. PEREIRA, António - *Comentário latino e português sobre o terramoto e incêndio de Lisboa: de que foi testemunha ocular seu autor António Pereira, padre da Congregação do Oratório, que também ilustrou com notas*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1756. P. 11-12.

31. Biblioteca da Academia das Ciências - *Ibidem*. Fl. 73 v.

32. Cf. ANDRADE, Ferreira de - *A vila de Cascais e o terramoto de 1755*. Cascais: Câmara Municipal, 1964; HENRIQUES, João Miguel - *Cascais em 1755: do terramoto à reconstrução*. Coord. António Carvalho. Cascais: Câmara Municipal, 2005.



Cascais, c. 1800
DSE - GEAM

Os últimos vestígios da destruição provocada pelo terramoto só desapareceram definitivamente da malha urbana na primeira metade do século XX, como foi o caso dos escombros do Palácio dos Marqueses de Cascais, quando deram lugar à casa do Conde de Monte Real, junto à curva da atual Avenida D. Carlos I.

Como já se registou, o concelho, tal como fora primitivamente constituído, englobava, pelo facto de avançar até à Ribeira da Laje, uma pequena parte do reguengo de Oeiras, que acabaria por adquirir estatuto próprio. Por alvará de 11 de agosto de 1759, o reguengo de a par de Oeiras, já conhecido por Bucicos, seria associado a outras áreas do território do concelho de Cascais para a formação da vila de Carcavelos, não obstante se manter sob a alçada da donatária de Cascais. Recuaram, assim, até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho, que perdeu as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, assim como a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo.

O projeto foi decerto gizado por Sebastião José de Carvalho e Melo, já então Conde de Oeiras e grande proprietário em Bucicos, a quem interessava libertar a região do jugo alheio, sobretudo no tocante à

cobrança dos tributos, tanto mais que por carta régia de 13 de julho desse ano conseguira garantir, para seu benefício, a constituição do concelho de Oeiras. Na sequência da morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça de Menezes e Castro, a 7 de setembro de 1762, a Coroa apoderar-se-ia das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 9 de abril de 1764, a de Carcavelos e anexar o seu território a Oeiras. Poucos dias antes, a 5 de abril de 1764, assistira-se à independência jurídica do concelho de Cascais, com a nomeação do primeiro juiz de fora, com atribuições semelhantes às de presidente do município.³³

A *Carte Chorographique des Environs de Lisbonne*, editada à escala de c. 1:80 000, em 1821, apresenta-nos um concelho pontilhado de aldeias cuja população se dedicava maioritariamente à agricultura e que parecia, à exceção de Cascais, virar as costas ao oceano. No território abrangido pela futura paróquia de Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo destacavam-se, então, os lugares de Aldeia de Jusó, Areia, Birre, Charneca, Cascais, Cobre, Estoril e Torre. Já na paróquia de S. Vicente de Alcabideche preponderavam, para além da sua sede, Abuxarda, Adroana, Alapraia, Alcoitão, Alcorvim, Almoínhas Velhas, Alvide, Amoreira, Atrozela, Bicesse, Biscaia, Cabreiro, parte de Cai-Água, Figueira, Galiza, Janes, Livramento, Malveira, Manique de

33. Cf. MIRANDA, Jorge; CARDOSO, Guilherme; TEIXEIRA, Carlos A. - *Registo fotográfico de Carcavelos e alguns apontamentos histórico-administrativos*. 2ª ed. Cascais: Câmara Municipal, 2001.



Cascais, c. 1821
DGT/0120

Baixo, Manique de Cima³⁴, Murches, Pau Gordo, Pisão, Porto Covo, Ribeira de Penha Longa e Zambujeiro. Por sua vez, S. Domingos de Rana abarcava os lugares de Abóboda, Arneiro, Caçanito, parte de Cai-Água, Caparide, Cheirinhos, Conceição da Abóboda, Folia, Murtal, Outeiro de Polima, Parede, Penedo, Polima, Quenena, Rana, Rebelva, S. Domingos de Rana, Sassoeiros, Talaíde, Tires, Torre da Aguilha, Trajouce e Zambujal.³⁵

A agricultura constituiu, durante séculos, a principal atividade dos habitantes do concelho, ainda que pareça ter-se ressentido de algum atraso na adoção de novas técnicas e da tendência para o excessivo emparcelamento das terras de cultivo, a que Martinho Pereira Coutinho ainda se referiria em 1900. De natureza geológica diversa, os terrenos geravam searas consideráveis, «como prova o facto deles produzirem razoavelmente, mal trabalhados, com um arado rudimentar e sem estrumes ou quase, logo que o ano corra favorável, isto é, logo que não escasseie muito a humidade»³⁶. O maior obstáculo à atividade era, assim, a secura de que se ressentiam durante o estio, agravada pelo deficiente abastecimento de água, visto que a maioria das ribeiras quase secava. Desta forma, apesar de algumas nascentes permitirem o funcionamento de azenhas no inverno, muitas propriedades tinham de recorrer a engenhos, como as noras, os estanca-rios e as cegonhas ou picotas, a que se juntariam também os moinhos de vento.

A atividade revelava-se, pois, de baixo rendimento e tecnologicamente deficitária, pelo que a produção não supria sequer as necessidades de consumo internas. Na realidade, nem mesmo a lavra do trigo, a mais relevante do concelho, pareceu satisfazer a procura, o mesmo sucedendo com a da cevada, de produção menos significativa, cultivada em terrenos de qualidade inferior, para ração. Também o milho era considerado secundário, à semelhança de outras culturas tradicionais, casos da aveia e do centeio. Escasseavam igualmente as hortas, sobretudo plantadas em quintas, perto dos vales mais frescos e junto a terras abastecidas por ribeiros ou servidas por poços.

A vinha constituía a cultura mais emblemática do concelho, pela fama do vinho de Carcavelos, conhecido desde os finais do século XVIII por «Lisbon Wine», cuja produção se concentrava, de acordo com o mesmo autor, «nas colinas suaves ou lombos, que se estendem próximos do mar, junto ao lugar de Carcavelos, mas [também] numa área mais extensa, [...] junto aos lugares da Parede, Murtal, Livramento e Galiza». Viria a ser fortemente afetada pelo oídio, que, detetado em Portugal ainda em 1852, produziu avultados estragos nos seis anos seguintes, à semelhança da filoxera, desde 1885. Procedeu-se, desde então, à replantação com videiras americanas, que o mildio não poupou em 1893. Em 1900 já se estimava, contudo, um aumento da produção, ainda que se advogasse uma seleção mais escrupulosa



Quinta da Torre da Aguilha, 1804
AHMCSC/AESP/CALM/1871

34. Em 1873 já não pertencia ao concelho. Cf. BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges - *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*. Lisboa: Tipografia Universal, 1873. P. 61.

35. Cf. CORREIA, J. Diogo, *Toponímia do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1964; HENRIQUES, João Miguel, *Op. cit.*

36. COUTINHO, Martinho de França Pereira - *A cultura no concelho de Cascais*. Lisboa: Tipografia e Litografia de A. F. Barata, 1900. P. 22. Cf. ainda, PEREIRA, Ana Duarte Baptista - *A vinha e o vinho em Carcavelos*. Cascais: Câmara Municipal, 2007.

dos garfos, castas e cepas. Pouco depois, por carta de lei de 18 de setembro de 1908, definir-se-iam os princípios gerais da sua produção e comercialização numa região demarcada, que seria fortemente penalizada pela urbanização da região.

À atividade agrícola associa-se a figura do saloio – minuciosamente estudada por Maria Micaela Soares – com fortíssima implantação nas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana, que representavam a maior extensão rural do concelho. Por saloio entende-se genericamente o camponês que, arriegado à terra há gerações, se encontrava no termo de Lisboa à data da sua conquista por D. Afonso Henriques e que ao longo de gerações desenvolveu uma cultura própria, traduzida nos seus costumes, crenças, linguagem e vestuário. O saloio foi, assim, o herdeiro da tradição árabe do amanho da terra, a que viria a ser roubado em meados do século XIX, em função do surto de desenvolvimento do litoral, para passar a dedicar-se sobretudo à construção civil ou a servir nas casas mais abastadas.³⁷

A arquitetura popular, dita saloia, hoje preservada sobretudo no interior do concelho, constitui um testemunho desta importante cultura. Solidamente erguido em alvenaria de pedra, o volume cúbico da casa saloia é normalmente rematado com telhado mourisco. Caiada, de um ou dois pisos ou torreada, encontrava-se quase sempre delimitada por muros de pedra seca ou de alvenaria.

A privilegiada situação geográfica de Cascais, que se imporia enquanto porto de pesca, de abrigo e de refresco à escala regional, transformou os pescadores numa das mais fortes imagens de marca do concelho. Aos pescadores se ficou, decerto, a dever a autonomia da vila, em 1364, que a atribuição de privilégios desde o reinado de D. João I fortaleceria, assegurando a manutenção de uma tradição que orgulhosamente se evoca no Museu do Mar Rei D. Carlos.



Varinas na Praia da Ribeira, em Cascais, c. 1930
AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001/0116

A fragilidade e insegurança das embarcações traduzir-se-ia numa fortíssima religiosidade, que nas horas de aflição se exprimiu em orações e promessas à sua padroeira – Nossa Senhora dos Navegantes – assim como aos seus santos favoritos e, ainda, em procissões, missas, bênçãos e ex-votos de demonstração de agradecimento ao poder divino, que em parte ainda se mantêm. Quando os homens voltavam do mar parte do peixe era descarregado e vendido na praia, momento a que se seguia a venda pelas ruas de Cascais, a cargo das peixeiras que, por vezes descalças, com canastras à cabeça, sogra ou rodilha, algibeira e avental, chamavam os compradores à porta dizendo «Olha a sardinha! É viva da costa! Venha cá freguesa!».

O brasão da vila não poderia deixar de homenagear a atividade dos homens do mar, servindo-se, para o efeito, das redes como símbolo heráldico. Desta forma, a 15 de junho de 1934, a portaria n.º 7839 procedeu à «constituição heráldica das armas» do concelho da seguinte forma: «De prata com um castelo de vermelho, aberto e iluminado de prata, sobre uns rochedos de negro, saindo de um ondado de prata e de verde. O ondado coberto de uma rede de ouro. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres *Câmara Municipal de Cascais* a negro. Bandeira vermelha. Cordões e borlas de prata e de vermelho. Lança e haste de ouro. Selo circular tendo ao centro as figuras das armas sem indicação dos esmaltes, tudo dentro de círculos concêntricos, com os dizeres *Câmara Municipal de Cascais*».

O castelo representa a praça-forte, que impusera Cascais enquanto sentinela avançada de defesa da entrada do Tejo e de Lisboa. Já o esmalte vermelho do castelo é a cor que heraldicamente significa vitória, ardis e guerras e representa, ainda, a vida, a alegria, o sangue e a força. Por sua vez, a prata do campo das armas demonstra humildade e riqueza, qualidades dos naturais da região. O negro dos rochedos representa a terra e significa firmeza e honestidade, qualidades que também sempre distinguiram os naturais de Cascais. Note-se que o ondado de prata e o verde são as cores indicadas para simbolizar o mar, tanto mais que em termos heráldicos o verde corresponde à água e significa esperança e fé. Finalmente, a rede representa a vida ativa dos cascalenses e o seu sustento, tendo a cor escolhida sido o ouro, que significa fortuna, poder e liberalidade. Refira-se, por fim, que o vermelho da bandeira teve por base a cor do castelo, o elemento principal das armas. A prata da coroa mural obedece à norma estabelecida para simbolizar as vilas.

As condições para a abertura do concurso para a confeção e aquisição do estandarte com as novas armas da Câmara Municipal de Cascais foram aprovadas pela Comissão Administrativa em 1934. Junto a este estandarte em seda com o Brasão Municipal, que ainda hoje se preserva na vitrine estilo renascentista exposta na parede da escadaria principal do edifício dos Paços do Concelho, foi colocado, em 1964, o distintivo da Ordem Militar de Cristo, condecoração conferida pelo Almirante Américo Tomás, então Presidente da República, por ocasião do VI Centenário da Vila de Cascais.

37. Cf. CABRAL, João; SANTOS, Conceição - *Op. cit.*; CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João - *Povoamento e arquitetura popular na freguesia de Cascais*. Cascais: Junta de Freguesia, 2004; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge; TEIXEIRA, Carlos A. *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos*. Alcabideche: Junta de Freguesia, 2009; SOARES, Maria Micaela R. T. - *Salaios de Cascais: etnografia e linguagem*. Cascais: Câmara Municipal, 2013.



Quinta de Caparide, c. 1900
AHMCS/AFTG/CAM/A/0776



Canteiros, c. 1900
Coleção José Luís Tomé Sabido

Também a extração e preparação da pedra ocupava parte substancial da população, em função da variedade de mármore, pedra de cantaria e de adorno existentes. A beleza e qualidade da matéria-prima da região, como o mármore preto que ornamenta a ara que em 1529 se produziu para a capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa; o mármore que ornamenta a capela da Quinta de Manique, do século XVIII; ou o granito da base do monumento a D. Pedro I, inaugurado em 1965, atestam a continuidade desta atividade ao longo de séculos, erigindo os canteiros como uma das principais forças de trabalho do concelho.³⁸

Em 1873, Pedro Barruncho anotava que estavam em lavra 26 pedreiras que em cinco anos tinham produzido cerca de 7 324 carradas. Entre as pedras mais afamadas destacavam-se o denominado mármore apinhado de Cascais, cor de mel e com muitos fragmentos de conchas; o mármore busano; o resistente mármore bastardo, acinzentado, com manchas roxas e brancas; ou o azulino de Cascais, pedra calcária de cor cinzenta azulada com manchas castanhas claras e pontuações negras dispersas.

A figura do canteiro, que José Sabido descreve como a «pessoa que trabalha a pedra em todas as suas vertentes», tenderia a desaparecer, mercê da mecanização, do paulatino esgotamento das pedreiras e, por fim, em função do surto urbanístico das localidades mencionadas, a que adiante nos referiremos. Longe está, assim, o tempo em que, como recorda, «a execução das cantarias era feita manualmente com a ajuda da maceta, escopros de dentes ou lisos, ponteiros, picões, escodas de dentes ou lisas, bojardões e bojardas»...³⁹

Em 1774 Francisco Mailhol fundou na vila a Real Fábrica de Lanifícios de Cascais. Na década seguinte, sob a sábia administração do seu sócio, Manuel Pereira Guimarães, o empreendimento já prosperava, contando com 500 operários e até reconhecimento internacional, por se impor também como escola de fiação. Não obstante, em 1809, o edifício seria adquirido em hasta pública por investidores que se

revelaram incapazes de contrariar a decadência de um projeto que em 1816 encerrou definitivamente a atividade.⁴⁰

Na noite de 30 de novembro de 1807, Cascais foi ocupado pelas tropas francesas de Junot, chefiadas pelo Barão Maurin. Treze dias depois içar-se-ia a bandeira francesa na Cidadela, sob o mais vivo protesto do juiz de fora, João Belo Madeira, por considerar que os franceses se tinham instalado como amigos... Esta situação manter-se-ia até 2 de setembro do ano seguinte, quando, na sequência da assinatura da Convenção de Sintra, que a tradição diz ter sido negociada em Cascais, a esquadra britânica avançou pelo Tejo para tomar as fortalezas de Cascais, S. Julião e Bugio.

Já em 1809, por ocasião da construção das Linhas de Torres Vedras, projetadas por Wellesley de forma a impedir o avanço da última invasão francesa sobre Lisboa, se constituiria entre os fortes de S. Domingos de Rana e de S. João das Maias a chamada 3ª Linha de Torres, com vista a uma eventual evacuação das tropas inglesas, da qual faziam ainda parte mais de uma dezena de fortificações provisórias – os redutos – unidas por linha de trincheiras.

Durante o período das lutas liberais, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, integrada na Cidadela de Cascais, foi utilizada como prisão dos opositores de D. Miguel, sendo então conhecida como o *Inferninho*, mercê das terríficas condições que propiciava. A decadência da vila, que ainda não se recuperara devidamente do terrível terramoto, acentuou-se com a extinção das ordens religiosas e a retirada do bravo Regimento de Infantaria 19. Ainda assim, o litoral de Cascais, onde se localizavam pontos de referência fundamentais para a entrada na barra do Tejo e porto de Lisboa, continuou a ser amplamente representado. Recorde-se, neste sentido, o novo *Plano hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa*, cujos levantamentos decorreram entre 1842 e 1849 e se materializaram em vinte e uma pranchetas que cartografavam as margens do Tejo, aparentemente da autoria dos Tenentes de Engenharia José C. C. de Chelmicki e Augusto C. S. Teles e Moraes e do Tenente de Engenharia Luís de Sousa Folque. As representações foram, depois, utilizadas para a produção de dez cartas de representação conjunta desta parcela de território, na escala 1:10 000, fundamentais para a compreensão da fisionomia do concelho na época.⁴¹

Cascais pareceu, depois, reencontrar nas águas, primeiramente termais e depois salgadas, a justificação para o seu desenvolvimento futuro, em função de um (vilegia)turismo que ainda hoje constitui parte fundamental da sua imagem de marca. Na verdade, a utilização das praias do concelho para a prática dos banhos de mar – que a reconstrução da estrada para Oeiras, entre 1859 e 1864, e da estrada para Sintra, concluída em 1868, muito facilitariam – imporia a região como destino de eleição dos lisboetas, que, sedentos de novos espaços de sociabilização, recuperariam também a tradição termal, promovendo, ainda, a montagem de sanatórios. Já em 1853 Almeida Garret celebraria este Cascais mundano nas suas *Folhas caídas*...

38. Cf. BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges - *Op. cit.*; TEIXEIRA, Carlos A.; CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge - *Registo fotográfico da freguesia de S. Domingos de Rana e alguns apontamentos histórico-administrativos*. Cascais: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, 2003.

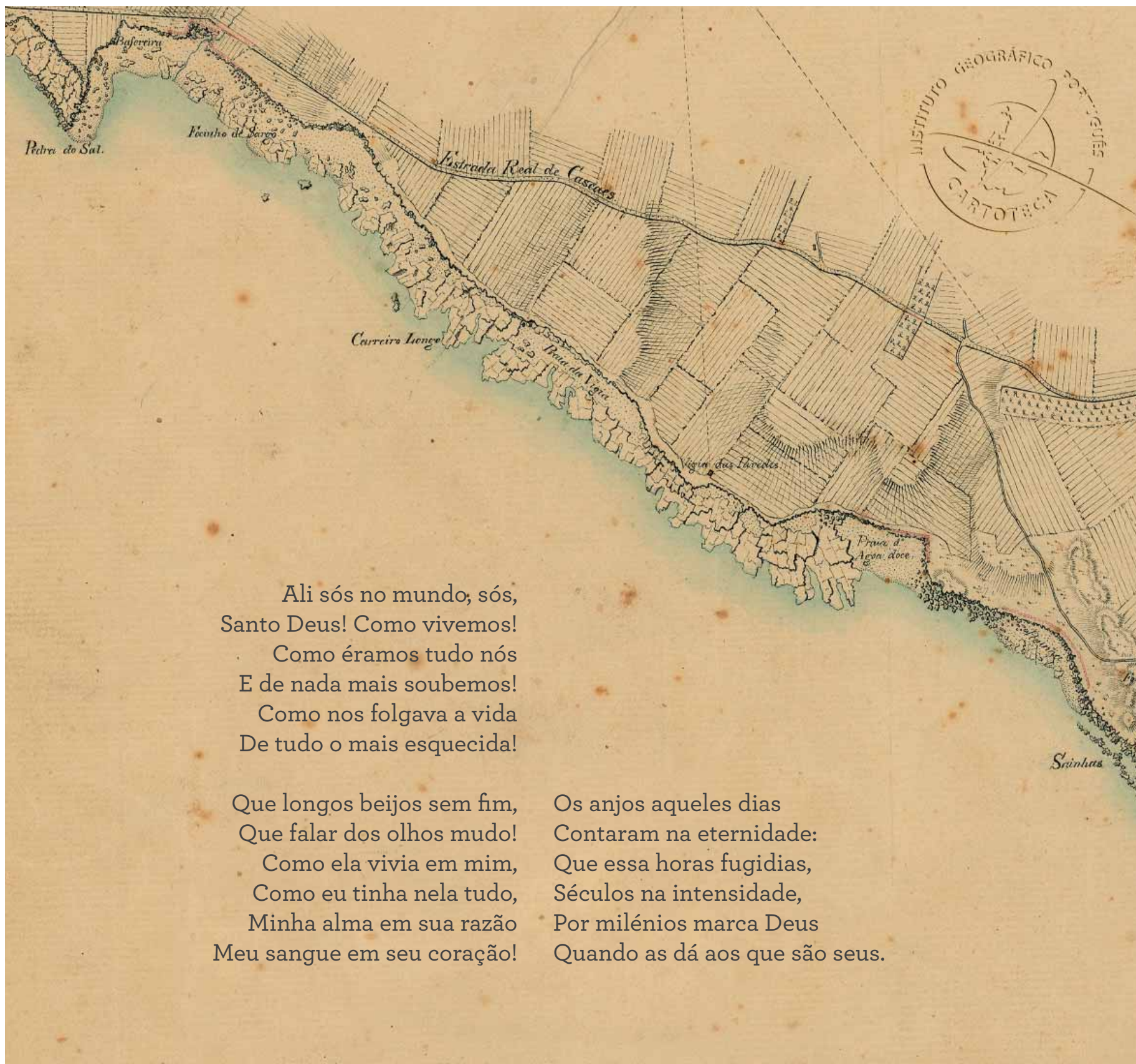
39. José Luís Tomé - *Tires, terra de canteiros*. Cascais: Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana: Associação Cultural de Cascais, 2003. P. 9.

40. Cf. GOES, Maria das Dores Jorge - *A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1964.

41. Possivelmente da responsabilidade de Caetano Maria Batalha. Embora os trabalhos de referência se encontrassem terminados em 1852, o *Plano hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa* foi apenas publicado em 1857 numa folha à escala de 1:20 000 e sem a representação da costa entre a Guia e o Cabo da Roca. Cf. BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira Boiça, coord. - *Cartografia em Oeiras: 4 Séculos de representação do território: do século XVI ao século XX*. Oeiras: Câmara Municipal, 2003. P. 13-14.



Litoral de Cascais ao forte de Santo António da Barra, c. 1844
DGT/10 Ep 7-7



Ali sós no mundo, sós,
Santo Deus! Como vivemos!
Como éramos tudo nós
E de nada mais soubemos!
Como nos folgava a vida
De tudo o mais esquecida!

Que longos beijos sem fim,
Que falar dos olhos mudo!
Como ela vivia em mim,
Como eu tinha nela tudo,
Minha alma em sua razão
Meu sangue em seu coração!

Os anjos aqueles dias
Contaram na eternidade:
Que essa horas fugidias,
Séculos na intensidade,
Por milénios marca Deus
Quando as dá aos que são seus.

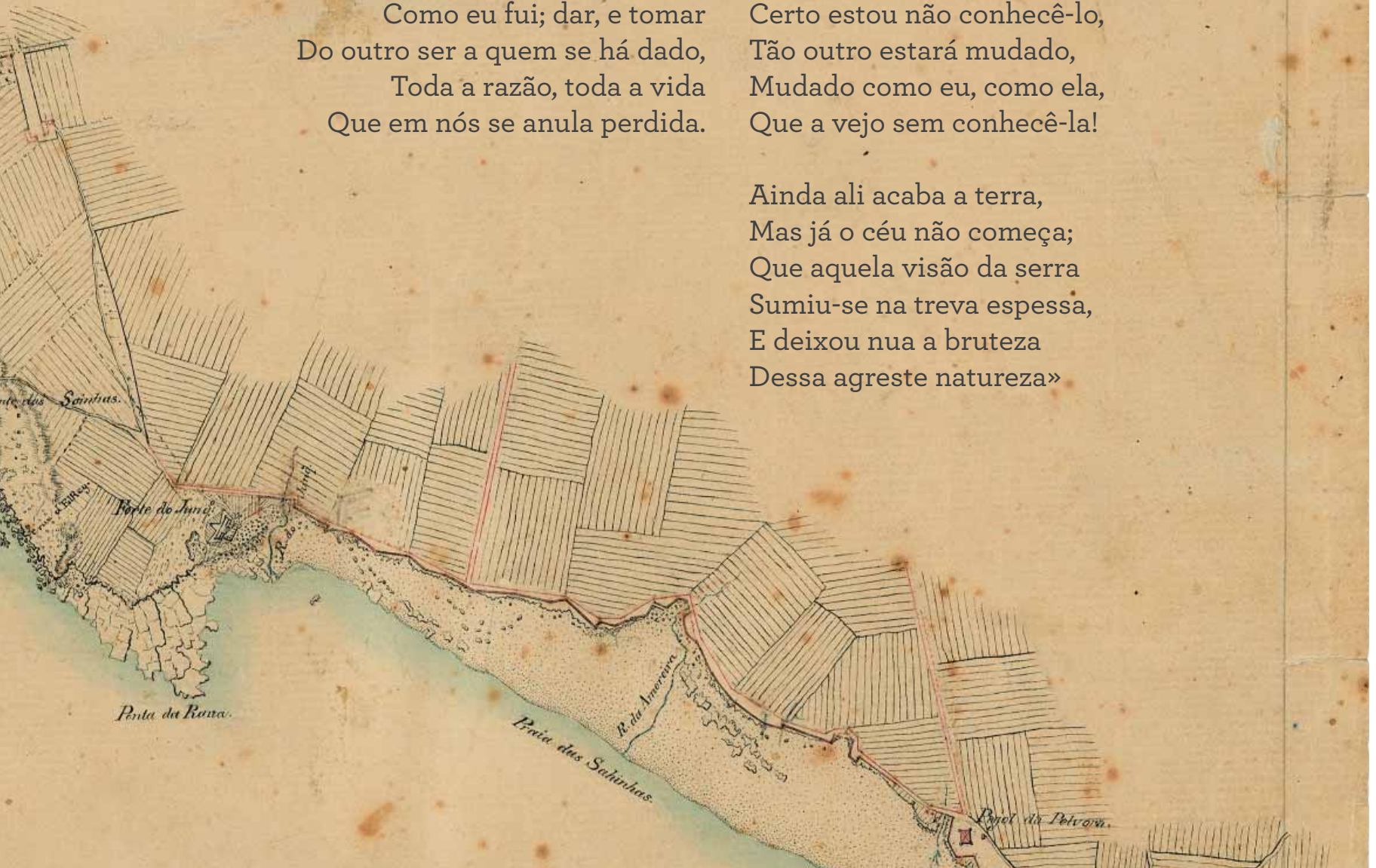
Ai! Sim foi a tragos largos,
Longos, fundos que a bebi
Do prazer a taça: amargos
Depois... depois os senti
Os travos que ela deixou...
Mas como eu ninguém gozou.

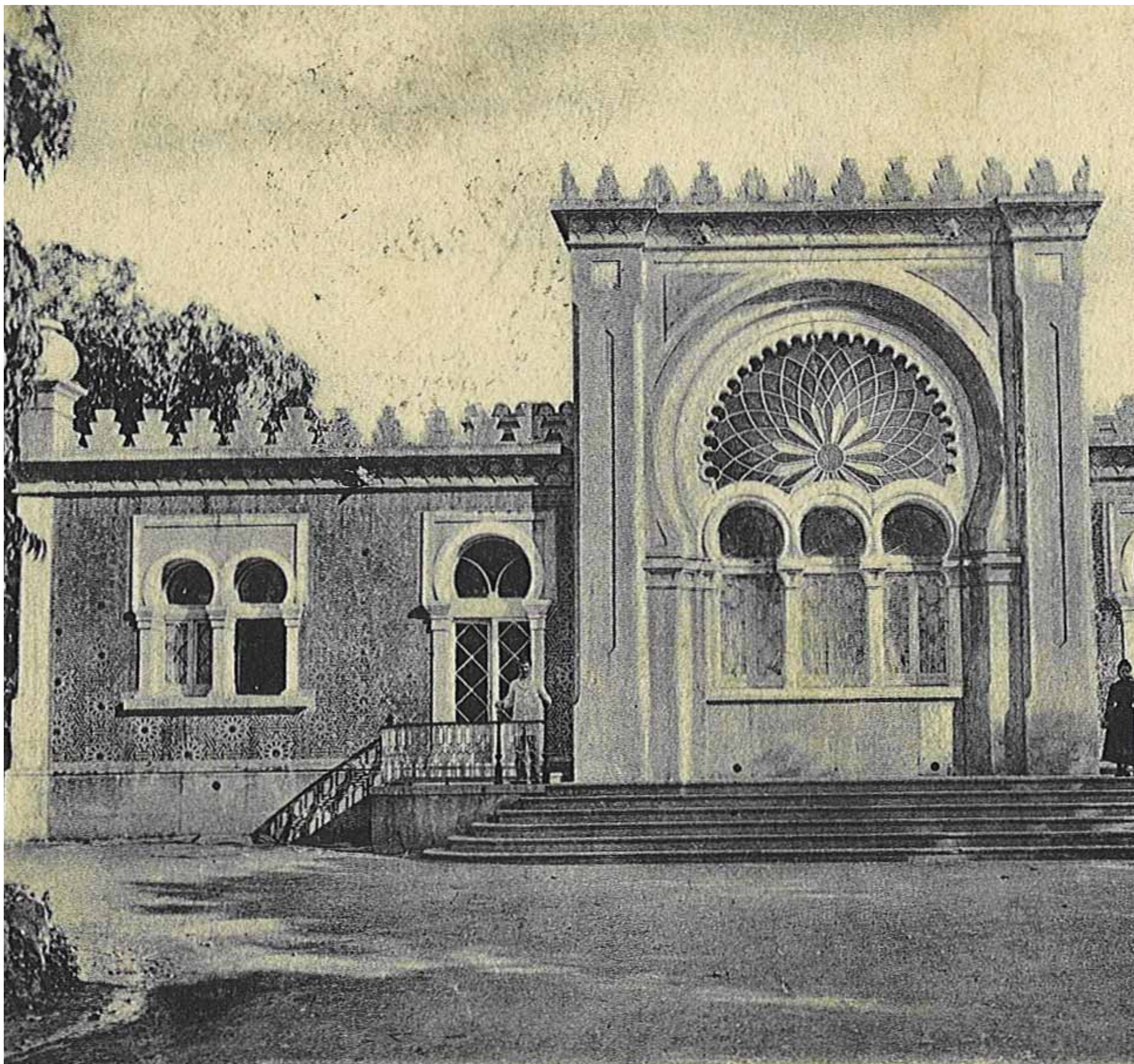
Ninguém: que é preciso amar
Como eu amei – ser amado
Como eu fui; dar, e tomar
Do outro ser a quem se há dado,
Toda a razão, toda a vida
Que em nós se anula perdida.

Ai, ai! Que pesados anos
Tardios depois vieram!
Oh, que fatais desenganos,
Ramo a ramo, a desfizeram
A minha choça na serra,
Lá onde se acaba a terra!

Se o visse – Não quero vê-lo
Aquele sítio encantado;
Certo estou não conhecê-lo,
Tão outro estará mudado,
Mudado como eu, como ela,
Que a vejo sem conhecê-la!

Ainda ali acaba a terra,
Mas já o céu não começa;
Que aquela visão da serra
Sumiu-se na treva espessa,
E deixou nua a bruteza
Dessa agreste natureza»





Termas do Estoril, inauguradas em 1894
AHMCSC/AESP/CJSF/H/120

O Sítio Balnear¹

por Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha

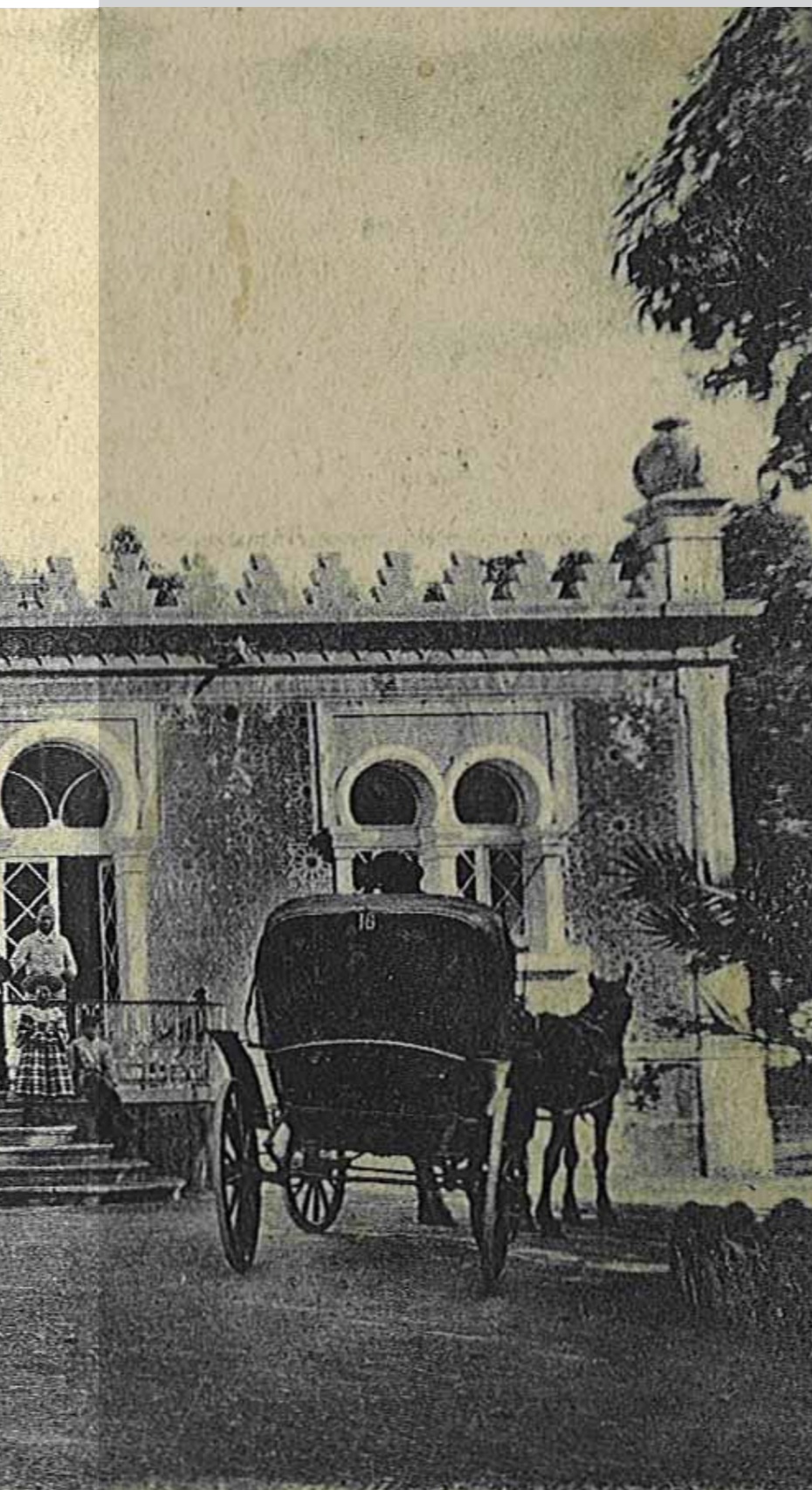
Um novo território de cura e lazer

Desde finais de Oitocentos e princípios do século seguinte que prevenir e cuidar da saúde foi um dos desafios que se colocaram a Portugal. Estas matérias constituíram o tema central das inúmeras sessões da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, nas quais se preleccionavam estratégias, quer do foro médico, como das políticas de promoção e educação das práticas higiénicas, a incrementar nos estabelecimentos de ensino, de modo a incorporar novos hábitos de higiene individual e social. O combate às doenças era apresentado de forma integrada, com plena certeza de que o tratamento só seria eficaz se fossem resolvidas as questões da salubridade urbana (como a assepticção do solo, o incremento de sistemas eficazes de esgotos, a existência de jardins e praças públicas, a construção de habitações com água potável e a criação de balneários públicos), melhorasse a alimentação das populações, criassem novas práticas de higiene individual, maternidades e protecção às grávidas e delimitassem as horas de trabalho e protecção dos menores. Paralelamente, os médicos pretendiam que fossem construídos novos hospitais e uma rede de modernos sanatórios e centros para férias balneares – marítimas e termais – vocacionados para as curas helioterápica, hidroterápica e crenoterápica, complementadas pelas massagens manual e mecânica, aplicações eléctricas e mecanoterapia, sempre sob sua prescrição e vigilância.

A preservação da integridade física e o tratamento do corpo e da mente conduziram a uma procura crescente das terras-de-águas, por parte dos portugueses. A criação de estâncias de vilegiatura inscreveu-se no advento dos lazeres e das preocupações com a saúde, e pelo País foram sendo construídos sanatórios, preventórios, colónias infantis e centros para férias balneares. As curas helioterápicas, ou aplicação da luz solar enquanto agente terapêutico, passaram a ser teorizadas e divulgadas nos trabalhos e revistas médicas internacionais e nacionais. Estes incluem os manuais da prática do aquista e do banhista, ditando a forma de vestir e aconselhando o tempo de exposição solar – para os doentes deitados na areia ou num rochedo à beira-mar – e a gradação das partes do corpo a expor.

A terapêutica crenoclimática e a talassoterapia impuseram-se como campos privilegiados para o tratamento e repouso, contribuindo para o investimento em novos equipamentos para a saúde e lazer em certas zonas climáticas e marítimas nacionais. Ganharam vantagem as estâncias termais à beira-mar, pelo facto de associarem as suas indicações clínicas às do clima marítimo. O clima passou, desta forma, a ser equacionado, por exemplo, no tratamento de crianças, e as estâncias especializaram-se em clínica pediátrica e no tratamento do osteo-linfatismo e nas afecções das vias respiratórias, que em determinadas condições beneficiavam da articulação da cura termal,

1. Este texto não foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.



climática e marítima. Assistiu-se, gradualmente, à valorização do efeito terapêutico da helioterapia, sendo relevados os factores naturais – clima, águas e pelóides – e a variação microclimática, que oferecia possibilidades para a individualização dos tratamentos.

No campo do investimento público, foi a Assistência Nacional aos Tuberculosos, criada por iniciativa da Rainha D. Amélia, que lançou um programa para construir, com financiamento do Estado e dos privados, uma rede de sanatórios e hospitais especializados no combate à tuberculose, como o Sanatório Marítimo do Outão (1900). Na costa de Cascais foi criado, em 1902, o Sanatório Marítimo de Carcavelos, no antigo Forte do Junqueiro, por iniciativa do médico José Joaquim d'Almeida, e o Sanatório de Sant'Ana, na Parede, a mando de Amélia Biester, inaugurado em 1904, cujo projecto de 1902 é da autoria do arquitecto Rosendo Carvalheira, conjuntamente com o arquitecto Álvaro Machado. As comissões médicas publicitariam, depois, novas estratégias para a criação de sanatórios marítimos ou de montanha, dado que Portugal possuía todas as condições para receber os benefícios de uma rede mais alargada de unidades marítimas.

Os resultados obtidos nas estâncias de recuperação hidrológica e climática actualizavam as linhas de investigação científica que, gradualmente, a divulgação turística acompanhava e promovia, editando álbuns, cartazes e outros materiais gráficos, para que se afirmassem estes novos territórios de vocação heliomarítima e os seus recursos naturais. A explicação urbanística do fenómeno dos lugares de vilegiatura parece encontrar-se na transgressão da ordem da cidade, processo que se inicia quando o contacto se estabelece com as águas que brotam das entranhas da terra e beneficiam os corpos em banheiras dentro de compartimentos individualizados, até à sua larga difusão, justificada pela magnitude do fenómeno termal, com a abertura de sumptuosos balneários equipados com sofisticados

equipamentos de banho e duche, mecanoterapia e electroterapia, marcando uma estética e propiciando os ambientes necessários às estratégias terapêuticas e lúdicas consequentes da íntima relação entre o Homem e a água e o Homem e a paisagem.

As Caldas de Cascais

A acção terapêutica das águas emergentes no Estoril é conhecida pelo menos desde o século XVI, mas foi sobretudo a partir do século XVIII que passaram a ser referidas por especialistas. O médico do Rei D. João V, Francisco da Fonseca Henriques, compilou, no ano de 1726, informações sobre o estado das nascentes do País, referindo-se, no primeiro capítulo da sua obra, às «Caldas» e, em particular, às Caldas de Cascais, localizadas «numa Quinta chamada do Estoril», ao anotar que «há um tanque na cerca do Convento de S. Francisco», na qual os «seus religiosos tomam banho», para «achques a que chamam do fígado»². Apontou, igualmente, que no fundo de um tanque brotavam três olhos de água que, ao romper da manhã, estava quase morna e, pelo dia adiante, se punha menos fria que qualquer outra água comum. Ainda nesse século é comum referir-se a deslocação periódica do Rei D. José para se curar de um eczema, sabendo-se, que «são de utilidade os banhos desta água nas paralias e estupores espúrios, nos reumatismos, nas convulsões, na gota artética, nas hidropesias quentes, em diarreias, fluxos mensais imódicos, nas intemperanças cáldas das entranhas, dos hipocondríacos, do ventre e do útero; e por isso muito convenientes nos affectos hipocondríacos e flatos melancólicos; e finalmente para todas as queixas espúrias e do calor, o que nos consta por muitas experiências, algumas próprias, outras comunicadas através de várias pessoas, particularmente o Dr. Paulo Dias Polcção [sic], Médico da Vila de Cascais, de quem temos vinte e três observações de diferentes achques remediados felizmente



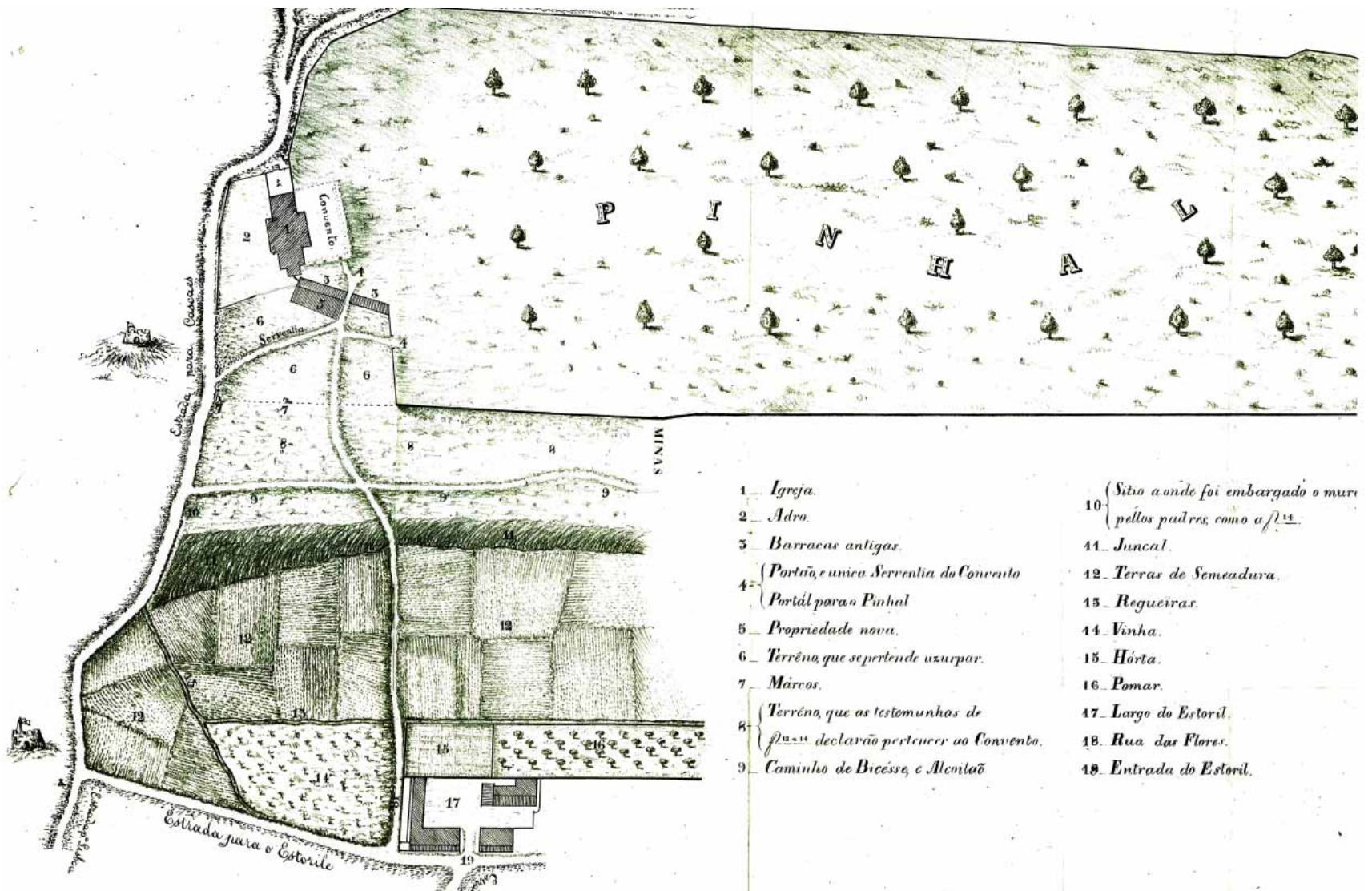
Sanatório de Sant'Ana, na Parede
AHMCSC/AFTG/CAM/B/5246

2. Cf. ACCIAIOLI, Luís de Meneses - *Águas de Portugal minerais e de mesa: história e bibliografia*. Lisboa: Soc. Tipográfica, 1944.

com estes banhos. Assim eles se tomarão em tanque coberto e com a comodidade e reparo necessário, como eles são excelentes. Muitas pessoas que se curaram com estas Caldas tomaram banhos delas em suas casas e ainda assim melhoraram, o que conseguiriam mais facilmente se tomassem os banhos no tanque em que a água nasce».³

A grande expansão da balneoterapia europeia ocorre durante o século XIX, motivada pela confluência de diversos factores de carácter social e científico, muito especialmente pela incorporação dos progressos da química aplicada às águas minerais por parte da ciência médica. Os tratados científicos sobre hidrologia começam a surgir em maior número na Europa, mas em Portugal esse caminho é mais lento, ainda que saibamos que um naturalista italiano, Domenico Agostino Vandelli, analisou as águas do Estoril, cujo resultado foi publicado, em 1819,

na *Farmacopeia naval e castrense*, de Jacinto Costa. Nos *Diários da Câmara Constituinte* está registada uma proposta do Governo, datada de 28 de Agosto de 1821 e remetida para apreciação dos deputados, relativa à transferência do Hospital de S. Lázaro de Lisboa para o sítio do Estoril que, para além de uma excelente água para o efeito, tinha a vantagem de a nascente se encontrar num terreno que, pela morte do proprietário, passara a pertencer ao Estado. Em 1835, José Dionísio Correia realiza uma análise destas águas; em 1842-43, é publicada a primeira edição do *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias*, do físico de origem polaca Pedro Chernoviz, agrupando as águas do Estoril ou Cascais nas águas salinas, transcrevendo-se, no ano de 1844, na *Gazeta médica de Lisboa*, a análise da água de Santo António do Estoril, que J. Tedeschi promovera nesse mesmo ano, intitulada *Memórias sobre a água mineral que brota na cerca do extinto convento de Santo António do Estoril*.



- | | |
|--|--|
| 1. Igreja. | 10. { Sítio a onde foi embargado o muro pellos padres, como a fl. 13. |
| 2. Adro. | 11. Juncal. |
| 3. Barracas antigas. | 12. Terras de Semeadura. |
| 4. { Portão, e unica Servenha do Convento Portal para o Pinhal | 13. Regueiras. |
| 5. Propriedade nova. | 14. Vinha. |
| 6. Terrêna, que se pertende usurpar. | 15. Horta. |
| 7. Marcas. | 16. Pomar. |
| 8. { Terrêno, que as testemunhas de fl. 12. declarão pertencer ao Convento. | 17. Largo do Estoril. |
| 9. Caminho de Bicêsse, e Alcoltão | 18. Rua das Flores. |
| | 19. Entrada do Estoril. |

Santo António do Estoril, c. 1845
AHMCSC/AESP/CMES/252

3. Cf. HENRIQUES, Francisco da Fonseca - *Aquilegio medicinal*. Lisboa: Oficina de Música, 1726. P. 50-51

A qualidade e o reconhecimento das águas das nascentes da Pôça, do Estoril e do Convento de Santo António fizeram com que as mesmas integrassem o catálogo *Renseignements sur les eaux minérales portugaises*, elaborado, em 1866, pelo químico Agostinho Vicente Lourenço, para a Exposição Universal de Paris, no ano seguinte. Este autor considerava não haver diferença entre a composição da água das duas primeiras nascentes e a do convento, que embora semelhante tinha uma mineralização mais fraca. Sobre as da Pôça, aponta que a proximidade do mar ocasionava a entrada da água salgada, no Inverno, apesar dos altos muros que se construíram para o evitar. Já a *Corografia moderna*, publicada entre 1874 e 1879, se refere apenas às nascentes do Estoril, enquanto Ramalho Ortigão, em *Banhos de caldas e águas minerais*, no ano de 1875, alarga a sua descrição

às águas de Cascais, Estoril e Pôça. O escritor tomou mesmo banhos nestas termas, como afirma numa carta para o seu genro, António Ramos, desabafando que «unicamente me incomoda um pouco este reumatismo, que pouco minoraram os banhos do Estoril, mais benéficos para as doenças da pele que para as dos ossos. Com estes banhos se dará muito bem a Maria Berta, o João e a própria Berta. No estabelecimento do José Viana está muito completa a hidroterapia, havendo além de banhos de imersão de água cloretada e salgada, inalações e duches de todas as sortes. Almeida aprova muito os duches que está tomando a Berta. Eu vou tomar a Lisboa, por conselho de Moreira e de Almeida, aos banhos do Arsenal; e se com eles me não clarificar de todo irei aos Cucos»⁴.



Planta de reconhecimento das águas mineromedicinais do Estoril, 1893
DGEG

4. Carta para António Ramos, [s.d]. Documento inédito dos autores.

Em 1892, o médico Alfredo Luís Lopes publica *Águas minero-medicinais em Portugal*, cadastro geral de 151 localidades do território continental, insular e ultramarino, com cerca de 400 nascentes, das quais 50 nas ilhas e Ultramar, contendo notas históricas, análises, indicações e vocações terapêuticas e ainda a bibliografia produzida sobre cada local, incluindo as referências às nascentes do Estoril. No ano seguinte, começaram a elaborar-se relatórios de reconhecimento das nascentes, cujos proprietários iam pedindo as concessões em função de nova legislação, sendo aqueles assinados por engenheiros subalternos do quadro de Minas, como Frederico de Albuquerque d'Orey, que se encarregaria do Estoril. Preparado o processo, passou-se o respectivo alvará em Abril de 1894. No documento anexo ao pedido de concessão, denominado *Águas minero-medicinais do Estoril* e assinado pelo médico-cirurgião José Pucariça da Costa Freire, é referido que as águas podem ser empregues, internamente, em bebida, gargarejos, pulverizações, inalações, clisteres, injeções, irrigações e, externamente, em banhos de imersão, lavagens, semi-cúpios e duches. Todavia, eram quase exclusivamente aplicadas em banhos de imersão, lavagens e, raríssimas vezes, para bebida e gargarejos, pela falta de acessórios e equipamentos hidroterápicos para tal fim. A planta do processo apresenta o troço da costa, as linhas de curva de nível dos terrenos; ao centro, a delimitação da propriedade de José Viana e, a poente desta, o Monte Estoril e a Cerca de Santo António. São bem visíveis as edificações, os principais conjuntos arbóreos e as nascentes existentes.

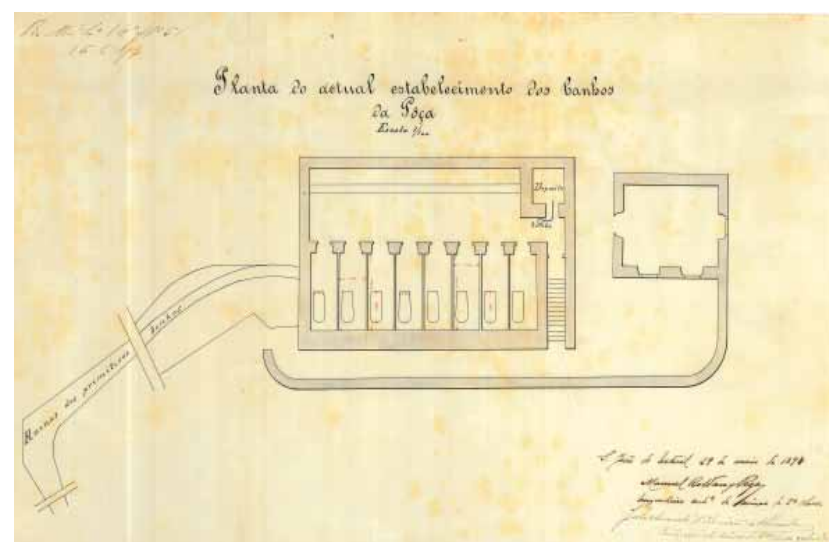
O controlo analítico das águas mantinha-se como necessário e fundamental. Desde 1888 que o químico francês Charles Lepierre se estabeleceu em Portugal, encontrando na análise uma das suas principais áreas de actividade e tendo ficado particularmente conhecido pelo importante trabalho analítico sobre as águas minerais portuguesas. Em 1921, estudaria a água do Estoril, classificando-a como termal, hipersalina, cloretada sódica, magnésica, sulfatada e bicarbonatada cálcica. Logo nos primeiros anos de funcionamento do estabelecimento termal, muitos doentes encontraram aí o seu tratamento com êxito, com particular especialidade nas doenças do aparelho circulatório, pelos banhos carbogasosos, com resultados similares aos obtidos em termas estrangeiras, como Royat (França) e Bad-Nauheim (Alemanha). Estas águas também eram procuradas por utentes com patologias clínicas do foro reumatismal, ginecológico, dermatológico, gastro-intestinal e neurológico. Em 1931, o químico apresentaria, ainda, o *Estudo químico e de radioactividade da água do Estoril*, com a colaboração de A. Herculano de Carvalho.

Os tratamentos faziam-se durante todo o ano, em virtude das condições climatéricas excepcionais do Estoril, com temperaturas médias mensais nunca inferiores a 10,5°, não havendo, pois, oscilações de monta. O clima sempre foi, aliás, uma das mais-valias desta região, com benefícios «tónico-sedativos» que lhe conferiram condições de atracção muito próprias. Estas características resultam de diversos factores: das condições especiais da sua relação geográfica com a baía e com a sua exposição dominante a sul e poente, da influência que a corrente do Gulf-Stream tem no equilíbrio das suas temperaturas, da segura relativa da sua atmosfera e da protecção, pelo lado do norte,

do maciço da Serra de Sintra, que serve de condensador a grande parte da humidade vinda do norte. No estudo intitulado *Notes on the climate of Mont'Estoril and the Riviera of Portugal: or the climate of Mont'Estoril determined by the flora and by oceanic and atmospheric currents*, publicado em 1908, e em *The thermal springs and the climate of Estoril in chronic rheumatism and gout during winter*, publicado em Paris, no ano de 1910, o médico Daniel Gelásio Dalgado, membro da Academia das Ciências de Lisboa, conclui ser o clima do Estoril incontestavelmente melhor do que os de Lisboa, Biarritz, Nice ou Catânia, com latitudes semelhantes. No XV Congresso Internacional de Medicina, realizado em Lisboa de 19 a 26 de Abril de 1906, com a participação de cerca de 2 000 congressistas portugueses e estrangeiros, já Dalgado tivera a ocasião de consagrar, no meio científico, as naturais potencialidades terapêuticas daquela que viria a ser conhecida como a Riviera de Portugal.

Os Banhos da Pôça

As águas da Pôça situam-se em S. João do Estoril, entre os fortes de S. Pedro e de S. João da Cadaveira, tendo sido aproveitadas para doenças de pele e do aparelho digestivo, pelas suas características cloretadas sódicas e temperatura de 27°. Conhece-se uma notícia datada de 1835 acerca da exploração destas nascentes por Matias José de Oliveira Leite. Anos depois, a 21 de Setembro de 1842, um ofício do Governo Civil de Lisboa, dirigido à Câmara Municipal de Cascais, dava resposta ao requerimento da Santa Casa da Misericórdia de Cascais no sentido de lhe ser concedida a sua concessão, assim como de terreno para a construção de um estabelecimento de banhos. A 16 de Fevereiro de 1843, um alvará régio entrega a exploração das águas à Santa Casa, assim como a possibilidade de construção de um balneário, ficando esta instituição obrigada a destruir as obras que nesse terreno fizesse sempre que fosse preciso para a defesa e segurança do Forte de S. João e sem que daí lhe proviesse direito a alguma indemnização.



Banhos da Pôça - Planta do antigo balneário, 1894
DGEG



AHMCSC/AESP/CMES/062

Foram, então, edificados dois barracões de madeira, desmontáveis no período de Inverno: um para banhos e outro de espera, sendo que o de banhos dispunha de quatro compartimentos divididos em madeira, cada qual com o seu tanque de pedra talhado na rocha, alimentados por água da nascente, bombeada para um reservatório. Nesse mesmo ano a esplanada do Forte de S. Pedro seria concessionada à Santa Casa, passando o baluarte a constituir um novo espaço de logística, destinado a albergar os utentes e ao armazenamento dos equipamentos e acessórios. Já em 1861-62 se realizariam obras de protecção da nascente, ainda hoje registadas em lápide evocativa junto ao passeio da praia, e a edificação de uma nova casa dos banhos, dotada de oito compartimentos. Com este balneário definitivo, a Santa Casa pôde proceder à desobstrução do local dos antigos banhos, colocando-os em funcionamento para serviço dos pobres.

Em 1894 o balneário foi sujeito a um levantamento gráfico pelo engenheiro de minas Manuel Roldan y Pega, em que se representam os primitivos banhos em ruína e a casa em funcionamento na época. Desde 6 de Junho de 1890 que a Câmara deliberara atribuir o nome de S. João do Estoril aos terrenos junto ao Forte da Cadaveira até à Pôça. Três anos depois, a 7 de Setembro, a Câmara Municipal orçamenta a construção dos arruamentos de acesso àquele sítio, que o *Relatório acerca da nascente de águas minero-medicinais da Pôça* descreve como «muito pitoresco, cortado de avenidas espaçosas, orladas de jardins, [e] oferece[ndo] aos banhistas todas as comodidades, tais como facilidade de transportes, proximidade de Lisboa e Cascais, pequenas vilas [sic] para residência confortável, abastecimento fácil e bom de alimentos, venda ambulante de frutas e hortaliças, etc».

Estavam, assim, criadas as condições para o arrendamento da exploração destas águas e terrenos adjacentes, estabelecido a 31 de Janeiro de 1894, por 99 anos, com o tenente-coronel de Engenharia Jacinto Parreira e Carlos Tavares, médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, os quais constituiriam, em 31 de Maio,

com os comerciantes Isidro José de Freitas e Luís Filipe da Mata, a Empresa dos Banhos da Pôça. Dois dias antes era produzido um relatório acerca da nascente e, a 5 de Julho, autorizada, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, a construção de um novo edifício termal, gizado por Jacinto Parreira, sendo suspensos os primitivos banhos. Em 28 de Julho, o alvará é assinado pelo Rei, para ser publicado no *Diário do Governo*, pouco depois, a 3 de Agosto.

O edifício dos Banhos da Pôça, sem escala erudita, é estruturalmente assente no vocabulário de baluarte, apresentando uma planta centralizada, original no contexto da arquitectura termal, onde predomina o amplo salão central que reúne as funções recreativas de jogo, leitura e música e à volta do qual se localizam diferentes compartimentos destinados aos banhos de imersão, servindo também outros banhos, de água do mar e de água simples, bem como salas de inalações e de duches, duas bicas para ingestão de águas, vestíbulo, bilheteira, gabinete médico, vestiário, pequena sala, instalações sanitárias e corpo de escadas. Alguns elementos perduraram no tempo, como o sistema de luz e ventilação através dos óculos sobre os vãos interiores de comunicação da sala de espera com os diferentes compartimentos. Curiosos são, ainda, os vãos de porta interior, duplos, porque correspondem a duas entradas independentes, cada qual com um batente, dando um efeito cénico original e o engrandecimento que a sala de convívio exigia, num edifício que não apresenta dimensões de grandiosidade, antes se serve de pequenas subtilezas formais para ganhar enobrecimento. Inicialmente, o edifício foi dotado com equipamentos e acessórios de duches (circular e escocês), pulverizações e irrigações nasais. As banheiras, em número de vinte, eram de pedra calcária branca, com rebordo boleado, corpo direito ligeiramente mais estreito na zona dos pés e orifício na base. Foi projectado um sistema de alimentação, com quatro canalizações independentes destinadas a água cloretada-sódica, fria e quente, e a água do mar, fria e quente, depositadas em reservatórios sobre a cobertura dos quatro torreões.

Com o arranque do grande projecto turístico do Estoril, os Banhos da Pôça foram perdendo o glamour e a inovação de que tinham gozado até então. A função do edifício como balneário termal acabaria em 1918, já que, a 13 de Outubro, a pedido do Sub-delegado de Saúde, foi reconvertido em hospital provisório, recebendo os contagiados pela gripe pneumónica. A 29 de Dezembro de 1921, Luís Filipe da Mata, único sobrevivente à época dos sócios fundadores da Empresa, participa à Santa Casa o trespasse do contrato para Corvinel Moreira e Beja da Silva, mas o imóvel seria poucos meses depois ocupado por militares. O edifício dos Banhos da Pôça jamais reabriria como termas, não obstante se conhecer a iniciativa do milionário norte-americano Mac Fadden para o reconverter numa Colónia Infantil.

As Termas do Estoril

As primeiras referências conhecidas acerca dos banhos do Estoril remontam a 1527, quando se noticia a existência de uma pequena ermida de madeira dedicada a S. Roque, com um altar a Santo António.

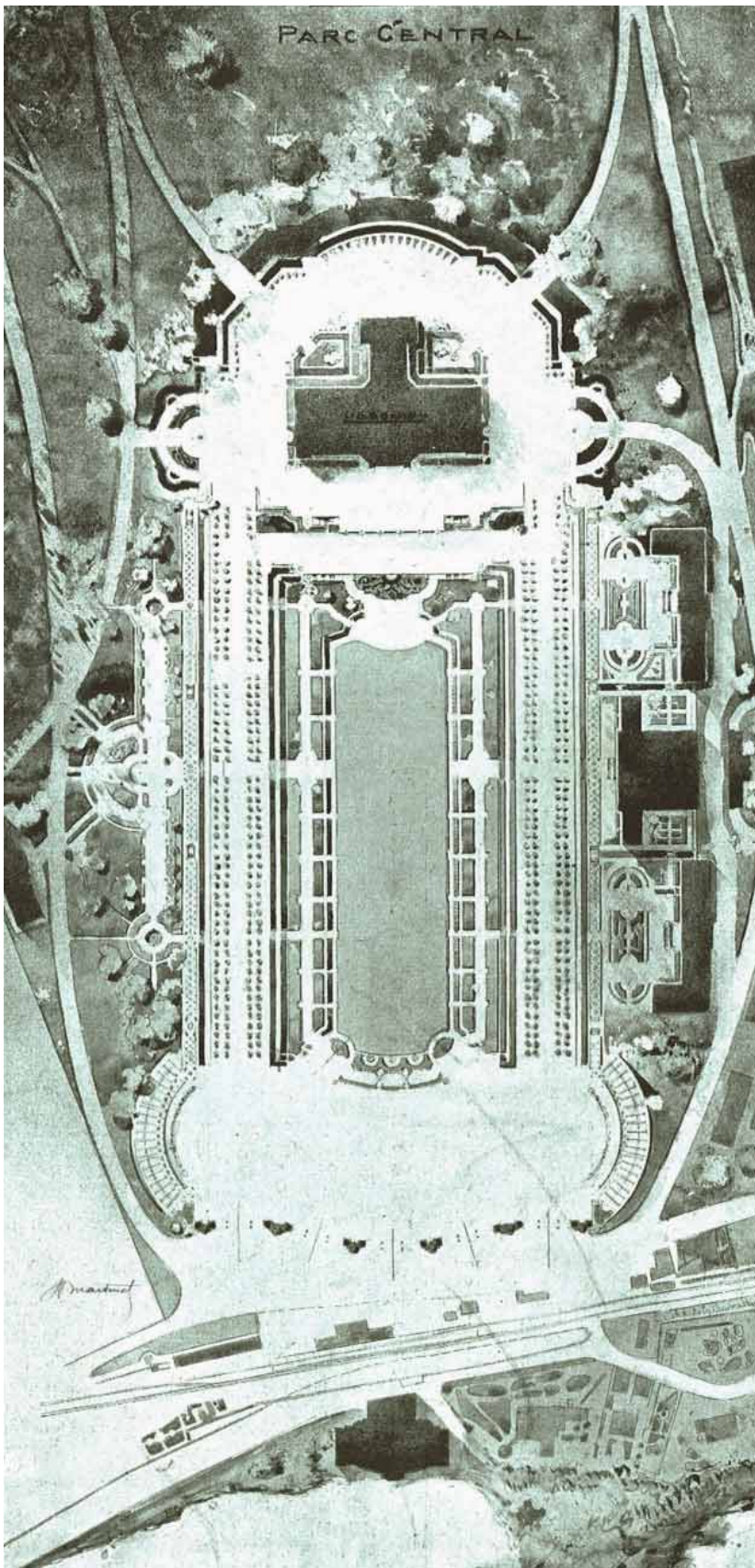
Nesse ano, Luís da Maia doaria o vale denominado do Estoril à Ordem de S. Francisco, para esta fundar o Convento de Santo António, referindo-se no título «[a]o meu vale em pouca distância dos banhos do Estoril». Em 1787-88 dá-se a construção de banhos num edifício de planta trapezoidal, com divisões de lajes postas a prumo, havendo diferenciação de classes e um tanque maior para o Rei. Com a extinção das ordens religiosas, o convento é vendido a Manuel Joaquim Jorge, que manda construir, junto à cerca, um grande edifício destinado ao alojamento das famílias que procuravam tratamento nestas águas, durante a época balnear. De 1835 data um relatório do Governo Civil de Lisboa sobre os Banhos do Estoril, que considera o balneário mal construído, mas conservado com asseio. O autor do documento, Ribeiro Barral, regista ainda que os banhos deviam ter origem num único tanque de grandes dimensões que foi posteriormente dividido.

Na sequência de heranças e vendas, a Quinta chega à posse de José Viana da Silva Carvalho que, em 1880, restaura profundamente o edifício dos banhos, com banheiras de mármore destinadas a banhos de imersão, em quartos individuais dispostos em volta de um jardim coberto que servia de sala de espera, sala de inalação dos vapores naturais e jardim. Esta reforma torna o balneário mais procurado, sendo em 1892 de novo ampliado para trinta banheiras. O edifício tinha planta quadrangular e compartimentos de banhos em redor de um pátio coberto com entrada de luz zenital, possuindo um jardim-estufa, com bananeiras, dracaenas, iucas e outras plantas de folhagem. A sua entrada resultava de um corpo apenso a um outro mais antigo, sendo encimada por frontão em forma de arco batido, no centro do qual se inscrevia uma espécie de leque. Lateralmente, corpos mais baixos justapunham-se ao corpo central entre os quais existiam contrafortes.⁵



Estoril, c. 1910. Ao centro, escondido pelas árvores, encontra-se o edifício termal
Coleção dos autores

5. Cf. PINTO, Helena Gonçalves; MANGORRINHA, Jorge - *O desenho das termas: história da arquitectura termal portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 2009.



Plano do Estoril - Henri Martinet, 1914
Coleção dos autores

O pátio central envidraçado também servia de emanatório natural, devido à concentração da atmosfera sulfurosa que incessantemente se formava. Aliás, uma proposta funcional e formal semelhante já tinha alcançado grande sucesso no novo e amplo balneário construído com predominância do ferro e vidro, em Enghien-les-Bains, ou Bagnères-de-Luchon, com projecto do engenheiro Laupières, no ano de 1801, em França. Localizado a uma pequena distância da estação do caminho-de-ferro, o local recebera, nos últimos anos, um hotel, novas habitações e um bairro no Alto do Estoril, destinados a alojar os aquistas, numa frequência que se previa intensa, dado que este era um dos três estabelecimentos de águas cloretadas em exploração regular no País e, principalmente, pela sua proximidade à capital. Nos anos seguintes, seria sucessivamente renovado.

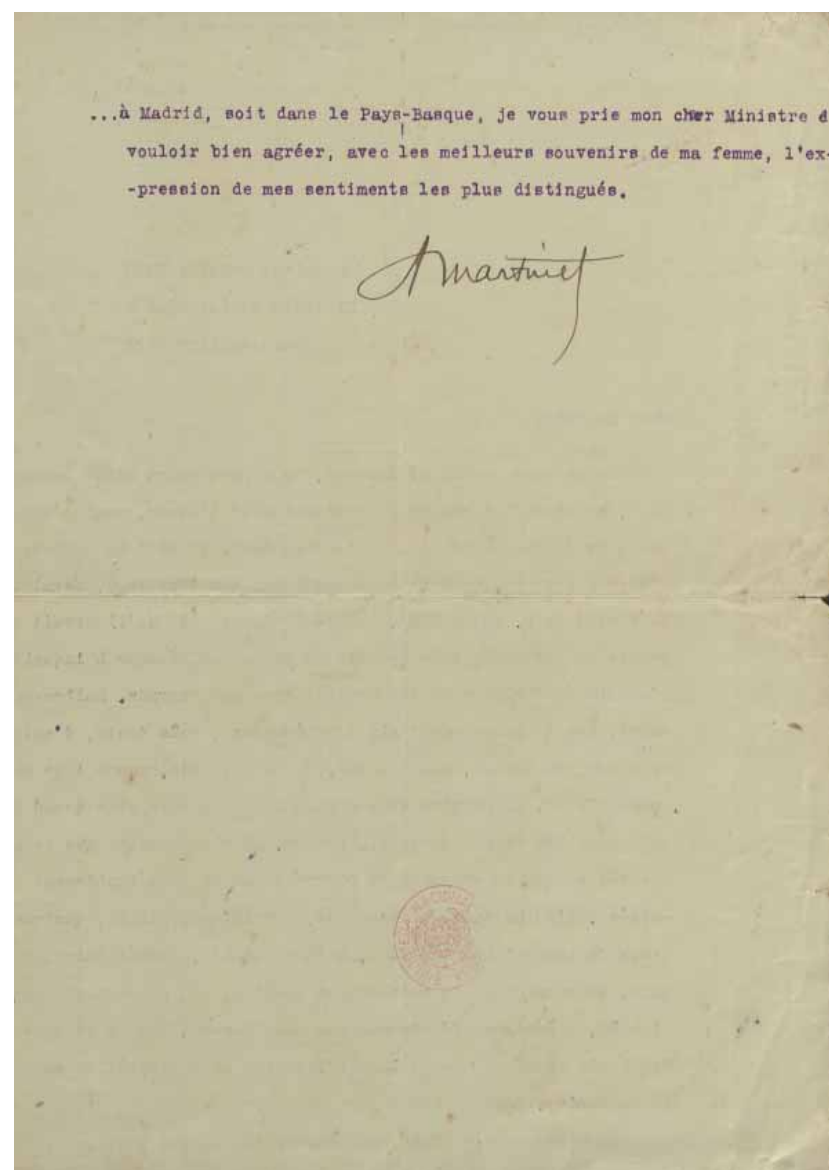
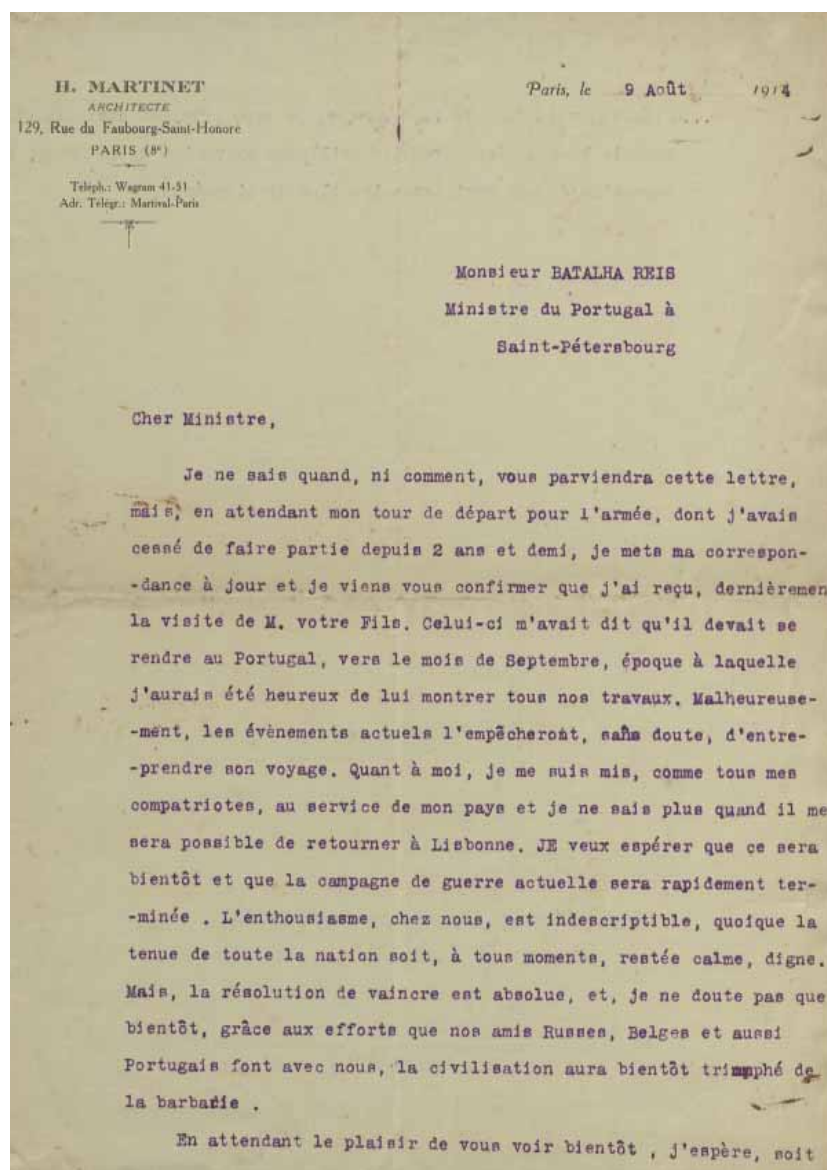
Todavia, em 1894 é aberto um novo balneário, de feição neomourisca, com escadaria central e três grandes vãos na fachada. No interior, a piscina era o elemento principal à volta da qual existiam os compartimentos de banho e duche. O balneário mais antigo passa, então, a receber também os pobres e indigentes. O novo edifício tinha uma sala de atmosfera húmida, com quatro pulverizadores; uma sala com duchas de agulheta e em forma de chuva, para senhoras; uma sala com iguais instalações, para homens, tendo a mais um aparelho para duchas circulares; uma sala para duchas rectais, vaginais, perineais e lombares, com uma banheira de mármore para imersão; uma sala com quatro inaladores e pulverizadores e dois aparelhos para duchas nasais e auriculares. A parte central do edifício era ocupada por uma ampla sala em estilo oriental, no centro da qual existia uma grande piscina de forma circular inscrita num quadrado, contendo água do mar, destinada a exercícios de natação. Em dezoito gabinetes mobilados havia outras tantas banheiras de mármore, onde se ministravam os banhos de água termal, água do mar e água comum, conforme prescrição clínica. Tinha sala para consultório, sala de espera, dependências para empregados, guarda-roupas e vestíbulo de entrada com uma cadeira apropriada para transporte de doentes. O seu funcionamento foi regular, mas à entrada da segunda década do século já se apresentava com limitações, a anunciar um projecto mais grandioso para o local...

A Estância Turística do Estoril

Os participantes do IV Congresso Internacional de Turismo, realizado em Lisboa, de 12 a 19 de Maio de 1911, visitaram o concelho de Cascais, a propósito de um evento sem precedentes no País, que se preparou para receber uma comitiva de 1 475 congressistas, nacionais e estrangeiros de diferentes áreas profissionais, como médicos, arquitectos, engenheiros, representantes das sociedades de propaganda, empresários, publicistas, correspondentes, industriais e políticos. Entre estes encontrava-se o Presidente do Sindicato de Iniciativa de Hendaya e Delegado do Touring Club de França, Henri Martinet, que então tomava contacto com os desafios territoriais e turísticos que se lançavam a Portugal, sobressaindo entre os restantes congressistas, pela inovação das suas propostas, posição diplomática e firmeza das convicções. O Congresso revelou-se um momento

único para os representantes estrangeiros tomarem contacto com as estratégias e orientações turísticas que se ambicionavam e planeavam para Portugal, no contexto das políticas turísticas internacionais, tendo Martinet participado activamente nas sessões de trabalho presididas por M. Guénot, Presidente do Syndicat d'Initiative de Toulouse, e secretariadas por Fernando Emídio da Silva, Director da Sociedade Propaganda de Portugal, que debateram e aprovaram propostas estruturantes para a criação dos Office National de Tourisme e o reforço das funções dos Syndicats d'Initiative na criação de novas orientações de itinerários e na aposta nas áreas de publicidade e de divulgação. Provavelmente, este foi o primeiro contacto que teve com Fausto de Figueiredo, então Administrador da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses e também congressista. Em breve, um encontro entre os dois tornar-se-ia decisivo para a criação de um novo território turístico de cariz internacional.

A proximidade à capital e as excelentes condições naturais fizeram com que nos Estoris se reforçassem a vivência cosmopolita e o papel de local de veraneio da moda. Mas as boas águas exigiam um projecto de outra dimensão... Augusto Carreira de Sousa solicitara, a 22 de Dezembro de 1913, a concessão de umas nascentes localizadas na Praia do Estoril, em terrenos do Estado, cujas águas brotavam dos calcários cretácios à beira-mar, sendo os pontos de emergência cobertos pelas areias que as marés aí depositavam. Pretendia, assim, delimitar a zona da emergência e construir um depósito abobadado do qual se elevariam as águas, por meio de bombas, para serem utilizadas conjuntamente com a das nascentes da Quinta do Viana. Esta intenção não se concretizou, por falta de documentos decisivos no processo de candidatura, mas não impediu o grande projecto que este investidor protagonizaria com seu cunhado, Fausto de Figueiredo, a partir desse mesmo ano, aproveitando uma outra nascente com caudal de cerca

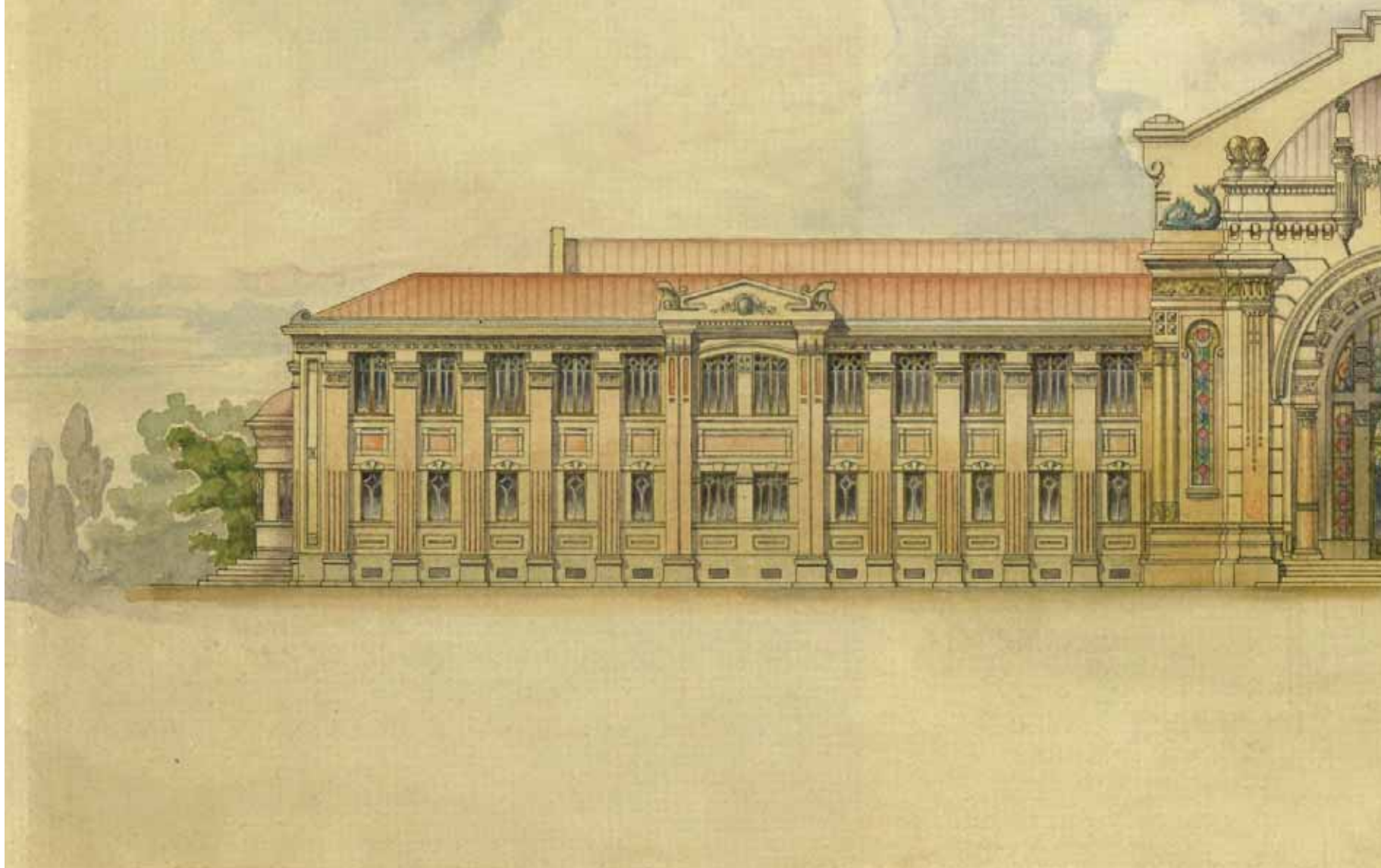


Carta de Henri Martinet a Batalha Reis, 1914
BNP

ESTORIL-ESTABEL

ESCALA

FACHADA



Fachada principal das Termas do Estoril - Silva Júnior, 1918
AHMCSC/APSS/ASJ/F/001/001/005

RECIMENTO TERMAL

A=0.01 P.M.

PRINCIPAL



ARQUITECTO

S. de Sá

LISBOA 18 DE JUNHO DE 1918

de 100 m³ em cada 24 horas. Ainda nesse ano, os herdeiros de Silva Carvalho pedem autorização para transferir a sua licença para Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa⁶, que se efetivaria no ano seguinte⁷. O novo concessionário solicitou autorização para que o estudo de uma nova captação de água mineral natural fosse realizado por Freire de Andrade, partindo, então, para Paris com o objectivo de contratar o arquitecto Henri Martinet. Começa um novo tempo para o Estoril!

Martinet prepara um conjunto de propostas a apresentar à Câmara dos Deputados, que seriam compiladas na brochura *Estoril: estação marítima, climatérica, termal e sportiva*, onde se reforça a necessidade de conferir à iniciativa privada condições para a construção de um plano integrado de turismo. Esta proposta ia, aliás, ao encontro da recente lei apresentada na Câmara dos Deputados pelo ministro das Finanças Tomás Cabreira, considerando-se mesmo que teve por base servir o empreendimento que se previa para o Estoril. O plano, verdadeiramente ambicioso, mereceu um parecer positivo do Conselho de Turismo, garantindo as condições iniciais para a criação e exploração de uma estância de vilegiatura, com diferentes valências de banhos de mar e termais, através da construção e exploração de balneários, hotéis, casino, parques, jardins e áreas recreativas, a que se associaria também a exploração de transportes.⁸ Esta ideia já havia, aliás, sido ensaiada, na sequência da inauguração da linha férrea entre Lisboa e Cascais, em 1889, pela Companhia Monte Estoril, do Conde de Moser e Carlos Anjos.

A 10 de Agosto de 1914, a *Ilustração Portuguesa* mostra «Como o Estoril se transforma»⁹ freneticamente, com mais de 500 trabalhadores a rasgarem clareiras enormes, no meio do parque do Viana, para o que viria a ser a «pelouse» relvada, orlada de árvores. Compactou-se o terreno, onde se edificaria a esplanada do casino, abriram-se as fundações do novo estabelecimento termal e marcou-se o lugar onde se montaria um dos novos hotéis, mesmo ao lado do balneário que, neste artigo, aparece, pela última vez, com uma imagem fotográfica do seu alçado lateral, antes da demolição. O plano de Martinet consistiu no desenvolvimento de um sítio balnear, com extensa alameda ajardinada olhando o mar, anunciando a transição para uma nova filosofia no planeamento das estâncias estivais portuguesas. A orografia permitiu conferir maior protagonismo ao casino, localizado no topo do jardim, passando a definir a hierarquia dos elementos, com os restantes edifícios – hotéis e termas – destinados a uma localização lateral e anunciando o papel que o jogo deteria neste novo centro turístico. Rematando este conjunto eclético e monumental, junto à praia previa-se a construção de um estabelecimento de banhos de mar, de cariz neoclássico, sobre um *digue-promenade* para passeios de fim-de-tarde.

Em 9 de Agosto de 1914, no início da Grande Guerra, Henri Martinet escreve ao seu amigo Jaime Batalha Reis, ministro em S. Petersburgo, afirmando que se tinha voluntariado para os contingentes militares franceses. Esse será um dos motivos que o levará, no imediato, a

afastar-se do projecto do Estoril. A afectuosidade de Martinet para com Portugal nunca esteve em causa, já que, em 1918, disponibilizará o seu Casino Hendaya-Plage e toda a logística para aí ser instalado um hospital para a convalescença dos militares portugueses, que seria administrado pela Cruzada das Mulheres Portuguesas.

As contrariedades decorrentes da Grande Guerra e das próprias obras iniciais fizeram com que a empresa decidisse suspender os trabalhos, denunciando os contratos que assinara com a equipa francesa e adjudicando novos projectos a Silva Júnior. Este seguiu genericamente o plano de Martinet e projectou novos edifícios, tendo realizado projectos para casino, balneário, garagens e cocheiras, palácio de desportos, hotel e diversos pavilhões (incluindo um pavilhão de floresta para restaurante) e casas de habitação, numa ampla diversidade de propostas arquitectónicas e soluções cenográficas.

Em 16 de Abril de 1916, coloca-se a primeira pedra do casino projectado por Silva Júnior, quando já decorria a construção da ala sul daquele que viria a ser o Hotel Palácio, mas cujas obras ficariam suspensas. Em 25 de Agosto de 1918 é aberto o estabelecimento termal, ainda em fase de acabamento. As três versões do edifício que se conhecem do espólio de Silva Júnior permitem verificar que, num primeiro momento, a proposta se baseia ainda numa solução de fachada muito influenciada pelo projecto de Martinet, a que Silva Júnior chamou de «Transformação do Projecto Primitivo», a 15 de Julho de 1917. Trata-se de um edifício de desenho neobizantino – à semelhança do estabelecimento termal de Vichy, de 1910 – de grande volumetria e enorme portal com vitrais. A versão datada de 31 de Setembro de 1917 abandona a solução de cúpula envidraçada, elemento central e recorrente nas várias versões que realizaria para o corpo principal do casino, para incorporar um novo desenho de cobertura, mantendo as clarabóias, os janelões laterais e amplos espaços interiores. O projecto foi apresentado na revista *A arquitectura portuguesa*, em Dezembro desse ano, que permite confirmar as semelhanças com a planta de Martinet. Previa um uso misto de balneário e hotel, aproveitando uma parte da planimetria e das fundações iniciadas dois meses antes e redesenhando os alçados. A 18 de Junho do ano seguinte o projeto estava finalizado.

Este verdadeiro monumento termal tinha, formalmente, a planta desenvolvida em forma de I grego, ou em H se o virmos na orientação norte-sul, e dois corpos paralelos ligados por um corpo perpendicular coincidente com o eixo da entrada. O grande vestíbulo tinha pé-direito duplo, uma galeria ao nível do primeiro piso, sendo rematado por um tecto em semi-círculo com clarabóias na área central e janelões de ambos os lados. Compunha-se, funcionalmente, pelas áreas de *buvette* e fisioterapia (hidroterapia, fototerapia, electroterapia, massagem e outros tratamentos), instaladas no piso térreo da ala norte; piscina e anexos; salas de mecanoterapia e ginástica (topo sul) e sala de festas (anexa à piscina). A *buvette* estava colocada no corredor da sala de inalações e pulverizações e as instalações hidroterápicas eram constituídas por compartimentos com banheiras para banhos

6. Cf. *Diário do Governo*. N.º 238 (11 de Outubro de 1913).

7. Cf. *Ibidem*. N.º 74 (15 de Março de 1915).

8. Em 1918, a Sociedade arrendou à Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, por 50 anos, a linha de Lisboa-Cascais, suportando os encargos de a electrificar, o que aconteceu em 1926, e da construção da Estação do Cais do Sodré, em Lisboa, inaugurada em 1930, no ano em que abre também o Hotel Palácio do Estoril. No ano seguinte inaugura-se o casino.

9. *A Ilustração Portuguesa*. N.º 422 (10 de Agosto de 1914) p. 165-168.

de imersão. As canalizações foram montadas de modo a permitir, indiferentemente, o uso da água mineral, salgada e potável, aquecidas à entrada da banheira em esquentadores de vapor. A esterilização das banheiras era feita igualmente pelo vapor. Em seis compartimentos estavam instalados banhos carbogasosos artificiais, produzidos por aparelho especialmente destinado a esse fim. Em três deles existia a aparelhagem necessária para banhos de bolha-de-ar. Em dois compartimentos aplicavam-se banhos de imersão com duchas subaquáticas. Nos banhos de imersão com irrigação vaginal, dentro do banho, empregavam-se depósitos de vidro com água mineral aquecida à temperatura necessária. Havia, ainda, um compartimento para irrigações e enteróclises munido de aparelhagem apropriada. A sala de duchas – quentes, frios, escoces, de agulheta, circulares de chuveiro, etc. – era rodeada de oito compartimentos. Em três deles existiam banheiras de imersão e num estava instalado o aparelho para banho de luz geral. Havia, ainda, salas de inalações, pulverizações e duchas nasais, bem como duas cabinas comunicando com quartos para repouso depois do banho, massagem, aplicações fisioterápicas de lamas radioactivas, especialmente trazidas das minas da Serra de Estrela, e outros tratamentos. A sua área de mecanoterapia era considerada única no País, pela dimensão e importante conjunto de máquinas.

O estabelecimento termal dispunha, também, de todos os aparelhos e instalações necessários às várias aplicações: banho de luz (local, branca e corada); raios ultra-violetas; aparelho de diatermia; duchas de ar quente; aparelhos para a aplicação de calor local combinado com luz; aplicação de correntes eléctricas; banho de quatro células; máquina de electricidade estática e aparelhos de massagem vibratória. A massagem geral ou local era realizada em sala destinada a esse fim ou nas cabinas anexas aos quartos de banho por um técnico massagista habilitado e, em certos casos, por médico especializado.

A sua inauguração decorreria a 25 de Agosto de 1922¹⁰. Ao escrever o artigo sobre os Estoris, no *Guia de Portugal*, em 1924, Raul Proença testemunha que o parque ainda está em construção, apenas sendo permitida a entrada mediante um bilhete passado pela sociedade concessionária: «Protestámos, mas admirámos. É já um campo enorme todo arroteado, com finas, verdes pelouses no chão macio»¹¹. Neste período, o estabelecimento termal abria durante o Inverno. A pedido de alguns clínicos e a fim de que todas as classes pudessem beneficiar dos tratamentos, «foi instituído um preçário para as classes menos abastadas, ao alcance das bolsas mais modestas»¹², fixando-se, ainda, tabelas anuais de preços que, de ano para ano, sofreram actualizações consideráveis, como sucedeu em 1920, em função do aumento do custo do carvão e da lenha e da aquisição de novas banheiras e aparelhos.

Em 1926, a empresa passou a denominar-se Sociedade Estoril-Plage¹³, assinando o contrato de arrendamento e exploração do hotel e recomeçando os trabalhos para o seu acabamento. O hoteleiro Alexandre de Almeida seria o seu arrendatário, propondo-se aí

ESTORIL-TERMAS

**ESTABELECIMENTO
HIDRO-MINERAL
E FISIOTERÁPICO**

ESTORIL PORTUGAL

COSTA DO SOL

HIDROTERAPIA

FOTOTERAPIA MAÇOTERAPIA

TERMOTERAPIA ELECTROTHERAPIA

MECANOTERAPIA

GIMNASTICA - CULTURA FISICA

DIRECCÃO CLÍNICA
Prof. RAPOSO DE MAGALHÃES
e Dr. MATOS TAQUENHO

Grande Piscina de Nataçao

ABERTO TODO O ANO

Coleção dos autores

10. No ano da abertura do balneário dá-se a nomeação do director-clínico, o médico João Emilio Raposo de Magalhães, tendo como adjunto Arnaldo Augusto Rodrigues de Almeida. Francisco de Oliveira Luzes tomara, desde 1913, esse cargo, tendo como adjuntos José Joaquim de Almeida, que já exercia como médico há mais de 20 anos, Eduardo de Arbués Moreira, que exercia as funções de Sub-director desde 1913, tendo sido nos dois anos anteriores médico dos Banhos da Pôça, e Francisco Formigal Luzes, que exercia, desde 1915, a clínica no estabelecimento termal do Estoril.

11. PROENÇA, Raul - *Guia de Portugal*. 3.ª reimp. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

12. *Estoril-Jornal*. N.º 2 (12 de Dezembro de 1925) p. 2.

13. *Diário do Governo*. n.º 211 (8 de Setembro de 1926).



Coleção dos autores

instalar o melhor hotel de Portugal, o que fazia adivinhar o progresso desta nova estância turística. Desta forma, na primeira página do *Estoril-Jornal*, de 13 de Março de 1926, era já apresentada uma imagem aguarelada do novo casino projectado, «arrojada obra de iniciativa particular»¹⁴, entregue ao arquitecto Raoul Jourde, em 1930 e concluída no ano seguinte, para gáudio de Fausto de Figueiredo, cujo projeto muito beneficiou da regulamentação das Zonas de Jogo, em 1927 e da integração do complexo turístico numa operação mais vasta de valorização da região de Lisboa, com o Plano de Urbanização da Costa do Sol, elaborado, entre 1933 e 1936, por Alfred Agache, e retomado, em 1948, por Etienne de Gröer.

Gradualmente, o Estoril afirmava-se como um local de lazer, de cultura física e de promoção da saúde. Os novos projectos tendem a apurar essa especialização, como é o caso da original proposta redigida, em 12 de Abril de 1932, pelo engenheiro Rogério Cavaca. Chama-lhe «Parque de Educação e Cultura Física» e parte do pressuposto de que a fisioterapia ocupava, na terapêutica da época, um lugar cada vez mais importante, pelo que o estabelecimento termal do Estoril teria todas as condições para que a mesma fosse praticada convenientemente. Nesta altura são também realizados os projectos de melhoramento da captação da água mineral natural e da remodelação do estabelecimento termal, igualmente assinados por Rogério Cavaca. Deste plano que seria aprovado, em 1937, pelas entidades licenciadoras, faz parte a introdução de uma piscina alimentada com água termal, cuja nascente não era aproveitada para o balneário. Em 1935 é realizado o anteprojecto para uma *buvette*, pelo arquitecto Vasco de Lacerda Marques, a construir entre a rua do hotel e a Avenida de Portugal, não concretizada, possivelmente pelos custos que implicava. O mesmo sucedeu a uma outra projectada em 1937 pelo engenheiro civil Raimundo Quintanilha de Pinto.

A actividade termal no Estoril manteve-se até finais dos anos 50, justificando-se o encerramento do balneário pela invocada desactualização do edifício, a funcionar em condições deficientes, facto que tinha levado a Inspeção de Águas, nos autos de visita, a alertar para a necessidade urgente de obras de melhoramento. Em 23 de Novembro de 1960, o Subsecretário de Estado da Indústria autorizaria a Sociedade Estoril-Plage a proceder à sua demolição. A hotelaria e o jogo passam, então, a ser preponderantes.

À entrada dos anos 60 é apresentado um «Estudo de uma hipótese de localização do Novo Casino do Estoril junto da praia», título que o seu autor, o arquitecto Luís Cristino da Silva, atribui à memória descritiva.¹⁵ Datado de 11 de Setembro de 1960 e redigido em Toulouse, o manuscrito, em jeito de rascunho, refere que a proposta de construção de um novo casino resulta do arranjo urbanístico da zona previsto, designadamente na alteração de arruamentos. O casino localizar-se-ia entre a Igreja de Santo António e o eixo do Parque, sendo formado por dois grandes corpos: um a norte, junto das arcadas poente, com a entrada principal, cine-teatro e serviços administrativos; e outro a sul, sobre o terreno do Tamariz¹⁶, com restaurante, dancing, boíte, copa,

14. A 1 de Março desse ano (1926) já os Casino Portuguez e Stranger's Casino tinham encerrado, para que as respectivas empresas se associassem para a exploração do Grande Casino Internacional, no Monte Estoril.

15. A este manuscrito, segue-se o rascunho da carta, datada do dia seguinte, dirigida ao ministro das Obras Públicas, engenheiro Arantes de Oliveira, onde se sabe que a proposta de Cristino da Silva decorre de um desafio lançado informalmente pelo ministro, no Hotel Ritz. A este encontro seguiu-se o desenvolvimento da ideia por parte do arquitecto, durante uma estada nas termas espanholas de Cestona.

16. O conjunto de piscinas do Tamariz, realizadas entre 1954 e 1956, da autoria do arquitecto Manuel Tainha, procedente de concurso público de arquitectura.

cozinha e serviços anexos. Tais corpos seriam interligados por uma larga *passerelle* que se desenvolveria sobre as vias de trânsito. Em complemento a este estudo previa-se, na zona compreendida entre as duas arcadas, uma grande esplanada para alargamento dos terraços públicos, bem como um amplo auditório ao ar livre, reservado a concertos, bailados, danças regionais e outras atracções populares. Segundo Cristino da Silva, estes equipamentos estabeleceriam uma interligação mais evidente entre as arcadas e um maior equilíbrio na composição do conjunto.

Entretanto, a Sociedade começa a trabalhar no projecto para um novo estabelecimento termal que, até à actualidade, seria objecto de diferentes projectos, mas apenas com concretização em obra entre 2006 e 2009-10. Em 1960-61, realizam-se trabalhos de escavação e sondagens no perímetro da nascente e é apresentado um projecto de arquitectura pela empresa portuguesa Profabril e pela francesa Sogenor, com maquete do conjunto. Em 1965, a Geo-Hidrol, do geólogo Hartmurt Seifert, realiza o estudo sobre a utilização da água termal do Estoril nas piscinas projectadas. Já em 1971-72, o Plano de Urbanização, promovido pela própria Sociedade, prevê um novo estabelecimento termal, entretanto projectado pelo arquitecto Alberto Pereira da Cruz. Nesse ano, a Sociedade requer autorização para utilizar, a título provisório, as águas minerais, de forma a alimentar a piscina do Hotel Palácio. A Inspeção de Águas mostra-se favorável, mas a Direcção-Geral de Saúde emite parecer negativo, pelo que o pedido é indeferido.

Segue-se a realização de um outro projecto para estabelecimento termal, preparada pela Profabril, em 1974, que prevê um edifício de dois pisos e um volume de três corpos integrados e articulados por uma área geral que comporta circulações e acessos. O plano merece um parecer favorável da autoridade sanitária. No entanto, tinha de ser melhorado em determinados aspectos, designadamente com a instalação de um vestiário, após a recepção, comum a todas as instalações terapêuticas, e de uma zona de otorrinolaringologia e de duchas com massagem (tipo Vichy) e de agulheta. Já a *buvette* deveria ser visível do exterior, por meio da utilização de material transparente, ao mesmo tempo que exigia uma maior pormenorização da piscina e dos acessos à zona de repouso. A proposta acaba por ser abandonada.

Finalmente, entre 1998 e 2000, o arquitecto Manuel Gil Graça desenvolve um primeiro projecto para o novo balneário termal, a que se segue um outro, desenvolvido entre 2004 e 2005, cujas obras e instalação e testes de equipamentos se desenvolveram até 2010. A empresa concessionária manda realizar dois furos de prospecção e pesquisa, captando a água termal a uma temperatura que ronda os 34°, a cerca de 200 metros de profundidade. A água é certificada pela Direcção-Geral de Saúde e pelo Instituto Geológico e Mineiro como água tipo Estoril, a mesma que existia até ao término da exploração. A concepção proposta para o novo Complexo Termal e Clube de Saúde e Beleza tem como linha de força a constituição de

uma unidade termal de alta qualidade, que favoreça o conceito de bem-estar e que, em conjunto com o Hotel Palácio, assumam como prioridade a (re)valorização das características cosmopolitas do local, originariamente lugar de saúde de raiz moderna, quando perdeu a casualidade dos balneários antigos, românticos, e ganhou um território com características balneares amplas, cujo reforço passará, no futuro, por atenuar a barreira estabelecida pela avenida e a linha férrea entre o jardim e o mar.

Epílogo

Na sua origem, os Estoris correspondem a um acto urbanístico de construção de um centro turístico internacional. Este desejo de construção de uma imagem, de um micrososmo turístico, num período em que se iniciam estratégias de afirmação e promoção intensiva do litoral, onde os roteiros e guias turísticos elaboram as primeiras descrições dos sítios balneares e reproduzem as fotografias dos lugares, transmite um novo sentido de modernidade.

Nascido a partir de um território virgem, o novo Estoril foi consagrado ao turismo de lazer e construído num quadro inovador de políticas de criação de planos turísticos nacionais, diferenciados dos anteriores, que potenciavam a construção de sítios balneares. O Estoril estrutura-se como um plano-modelo de um território unitário, pleno de espaço e de liberdade entre os edifícios balneares, separados do entorno por uma alternância de cerca arbórea e muros e portões. Lentamente, a nova estação afirma-se como unidade turística, apoiada nos distintos elementos de ligação que a compõem. A localização dos equipamentos foi definida por um sistema de vizinhança claramente hierarquizado: um *boulevard* protegido em frente ao mar, que aproveita esse extraordinário enquadramento organizativo marcando a ruptura com as demais terras-de-águas existentes no território nacional e que consagraram os Estoris como a Riviera de Portugal.

Os Estoris representaram a primeira grande experiência portuguesa de uma estância de turismo integral, muito para além de uma prática ritualizada entre as elites, com origens europeias no século XIX, onde se incutiram a vilegiatura termal e marítima, à semelhança da inglesa Brighthon; das alemãs Doberan, Travemünde, Colberg e Kiel (no Mar Báltico), Nordeney, Wyk e Helgoland (no Mar do Norte); das francesas Biarritz, Dieppe, Boulogne, Royan, Granville e, depois, Sete, Nice e Cannes. Os seus promotores fizeram deste local um centro civilizacional de extrema importância para os vários estratos sociais que se deslocavam em busca da praia, das termas, do jogo e do divertimento. Para isso foi fundamental, também, o desenvolvimento dos transportes, em especial do caminho-de-ferro, e o papel da publicidade para a divulgação de uma estância balnear como local da moda entre as elites, contribuindo assim para a assimilação dos seus padrões de comportamento por parte dos outros grupos sociais.



Praia da Ribeira, em Cascais, c. 1900. Ao fundo, destacam-se as primeiras habitações da Avenida D. Carlos I
AHMCSC/AFTG/CAM/A/1004

A Cascais, uma vez... e muitas mais!

por João Miguel Henriques

«"Cascais uma vez e nunca mais" dizia o velho prolóquio; "Cascais uma vez e muitas mais" o dizem agora quantos visitam a velha sentinela do oceano garridamente embelezada com os mais modernos melhoramentos que a tornam a mais bela estância de banhos dos arredores de Lisboa»¹

Até se afirmar enquanto praia da moda, Cascais desenvolvera-se em função da agricultura, da pesca e da extração e preparação de pedra. A assunção desta nova vivência dever-se-ia, assim, antes de mais, à reconstrução da estrada para o termo de Oeiras, entre 1859 e 1864, pelo empenho do Visconde da Luz, que facilitou o acesso a Lisboa; e da estrada até Sintra, concluída em 1868, a expensas do Estado, por iniciativa de Francisco Joaquim da Costa e Silva. Ainda que o argumento invocado para a sua concretização fosse o das profícuas relações comerciais entabuladas entre as três vilas, sedes de concelhos vizinhos, estas vias afirmar-se-iam sobretudo enquanto suporte do surto de vilegiatura, tempo de repouso desfrutado na estação calma, que se apossou do litoral cascalense, permitindo-lhe superar um longo período de crise, iniciado aquando do terramoto de 1755 e agudizado pelo encerramento dos conventos e retirada do Regimento de Infantaria 19. Na verdade, «estas duas estradas foram as artérias por onde se injetou novo sangue que veio dar vida a Cascais».²

A melhoria dos acessos revolucionou a viagem até à vila, tornando-a mais apetecível, razão pela qual, em 1863, ainda antes da conclusão oficial da estrada até Oeiras, a Companhia de Carruagens Omnibus estabeleceria uma carreira especial para Cascais, não obstante o percurso implicar maior despesa, esforço suplementar das cavalgaduras e conseqüentemente mais mudas, cavaliças e pessoal.³ O aumento da procura exigira, pois, a aposta na ligação, até porque, no ano anterior, já o *Arquivo pitoresco* apontava que «no Verão concorre muita gente aos banhos de mar»⁴, prática que impôs a vila enquanto destino sazonal de muitos lisboetas, num período em que o ar e a água marítimos foram exaltados para a profilaxia e tratamento dos mais diversos males. A morosa viagem até Cascais permitia, desta forma, ao banhista o afastamento físico e mental da viciada urbe, rumo a um ambiente naturalmente purificador, num trecho de costa onde funcionavam, também, outros equipamentos dedicados à cura pela água: as Termas do Estoril e os Banhos da Poça – cuja história foi já aqui amplamente analisada – aos quais se associariam, na primeira década do século XX, os sanatórios marítimos de Carcavelos e de Sant'Ana, na Parede.

Apesar de o pioneirismo da utilização das praias do concelho para os banhos de mar parecer dever-se aos religiosos que habitavam no



1. *Gazeta dos caminhos-de-ferro* (16 de setembro de 1894) p. 296.

2. BARRUNCHO, Pedro - *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*. Lisboa: Tipografia Universal, 1873. P. 146

3. Cf. VIEIRA, António Lopes - *Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1982. P. 73-76. Note-se, ainda assim, que a carreira «é certa só de Verão: no Inverno continua somente até Oeiras». ABREU, João António Peres - *Roteiro do viajante no continente e nos caminhos-de-ferro de Portugal em 1865*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865. P. 78.

4. *Arquivo pitoresco* (1862) p. 134.

convento do Estoril⁵ e a alguns liberais que haviam sido aprisionados na Cidadela de Cascais durante o miguelismo, o primeiro período de desenvolvimento em função desta moda processou-se sob a égide de entusiastas como o Visconde da Luz. Consequentemente, em 1863 o *Arquivo pitoresco* anotaria que «a carreira diária dos vapores da empresa Burnay e das carruagens omnibus tem atraído para esta vila [...] a concorrência de muitas famílias no verão, o que vai contribuindo para o progresso e asseio da terra».⁶ Os banhos evoluíram sobretudo enquanto forma de ócio, que paulatinamente se democratizou, em benefício do desejo de valorização social da burguesia, atestada, por exemplo, pelo sucesso das excursões por via marítima até à região.

À semelhança de outras praias da margem norte da barra do Tejo, a frequência de Cascais revelou-se de cariz elitista, alcançando pela primeira vez, em setembro de 1867, o estatuto de praia da Corte, pela preferência concedida pela Rainha D. Maria Pia, reportada no *Diário de notícias*, uma vez que «Sua Majestade a rainha foi pela primeira vez à vila de Cascais em a tarde de 19, causando ali grande regozijo a sua rápida visita».⁷ A distinção devera-se ao facto de, em meados de setembro, quando a habitual nortada da costa atlântica amaina, o mar ser normalmente mais calmo em Cascais, pois, como anotaria Ramalho Ortigão, «a praia é extremamente abrigada. A água está serena como numa tina e a brisa é tão suave que não faz ondear uma fita nos chapéus das senhoras sentadas à sombra das suas barracas!»⁸ Não obstante, a viagem da Rainha a partir de Sintra beneficiou da nova ligação entre as duas vilas, que, concluída no ano seguinte, determinaria o estabelecimento de uma nova relação, tendo por base o lazer, em que Cascais se impôs, por intermédio da praia, enquanto espaço público, socialmente mais permeável, capaz de diluir o aristocratismo sintense.

No ano de 1868, D. José Coutinho de Lencastre referiu-se às transformações operadas na vila, que «vestindo-se, lavando-se e remoçando agora, tornou-se moda, para ser imensamente concorrida e frequentada pelas pessoas de mais fina qualidade».⁹ Para além do Passeio Visconde de Nossa Senhora da Luz, onde o contacto com a natureza servia de argumento para a convivência, Cascais disporia, ainda, a partir de 1869, do Teatro Gil Vicente, florescendo, desde então, as primeiras associações recreativas, de que a Sociedade Filarmónica Cascaense constitui o primeiro exemplo conhecido.¹⁰ Porém, apesar de nesse ano já laborar «o famoso e frequentadíssimo Grande Hotel Lisbonense»¹¹, a vila debatia-se com sérias carências ao nível do alojamento, que a afluência de visitantes realçou, forçando, também, a Câmara Municipal a reequacionar o sistema de esgotos, o abastecimento de água, a recolha de lixos, a iluminação pública e até a rede viária.

A estada da Família Real consolidou-se em 1870, na sequência da conversão da antiga casa do Governador da Cidadela no desprezioso Paço de Cascais, onde a Corte se passou a instalar em meados de setembro. Com D. Carlos, a entrada oficial na vila processar-se-ia no dia 28 desse mês, data do aniversário do Rei e da Rainha, por um período que se estendia por outubro, até à abertura da temporada do Teatro de S. Carlos. Na verdade, «a sociedade lisboeta tinha dois pontos principais de contacto – Cascais e o teatro de S. Carlos. Era aí que os ricos, ou os que aparentavam, procuravam impor-se a certa roda, que dificilmente os recebia».¹²

As restantes festividades – os aniversários de D. Maria Pia, a 16 de outubro e, em menor escala, do seu casamento, a 6 de outubro – não perderiam fulgor, constituindo momentos simbólicos da estada em



D. Luís, D. Maria Pia, D. Carlos e D. Afonso, a quem Cascais deveu a sua nobilitação
AHMCSC/ESP/CMES/335-338

5. Cf. FERREIRA, Vicente José - *Memória sobre a utilidade e uso medicinal dos banhos do Estoril aplicados ao tratamento das afecções cutâneas e de muitas outras moléstias: contendo juntamente a segunda análise química desta água mineral que se acha inserida no Jornal das Ciências Médicas de Lisboa, tomo 2.º*, p. 16. Lisboa: Tipografia de Vieira & Torres, 1839.
6. *Arquivo pitoresco* (1863) p. 341.
7. *Diário de notícias* (21 de setembro de 1867) p. 1.
8. ORTIGÃO, Ramalho - *As praias de Portugal: guia do viajante e do banhista*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1876. P. 79.
9. LENCASTRE, José Coutinho de - *Passeio de Lisboa a Cascais*. [S.l.: s.n., 1868]. P. 22-23.
10. Os estatutos parecem remontar a 14 de julho de 1868. Cf. AHMCSC/AESP-CMES/576, p. 1.
11. *Diário de notícias* (2 de setembro de 1868) p. 2.
12. BRANDÃO, Raul - *Memórias*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1983. P. 184.



Praia da Ribeira, em Cascais. À esquerda, encontra-se o Casino, ponto de encontro dos banhistas
AHMCSC/AFTG/CAM/A/1114

Cascais, que, no reinado de D. Luís, findavam habitualmente antes de 31 de outubro, dia em que, já no Paço da Ajuda, se comemorava o seu nascimento, em simultâneo com o do pai, D. Fernando.

Face à escassez de alojamentos dotados das condições exigidas pelos vilegiaturistas, assistiu-se à edificação de novas habitações, que se transformaram em imagens de marca do concelho, entre as quais importa destacar a dos Duques de Palmela, projetada em 1871, e a dos Duques de Loulé, que em 1873 já se encontrava concluída. Os mais ambiciosos promotores do desenvolvimento da região foram, porém, os Viscondes de Gandarinha, ao adquirirem as ruínas dos dois maiores edifícios da vila destruídos pelo terramoto de 1755: o Convento da Piedade, que adaptaram a habitação, e o Palácio dos Marqueses de Cascais, progressivamente desmantelado para a venda de lotes destinados à urbanização. Também a Câmara Municipal procurou conquistar novos espaços públicos, como a Parada, onde se instalaria, a 15 de outubro de 1879, o Sporting Club de Cascais, que recebeu, de imediato, a alta sociedade a banhos, apesar de, desde 1872, o Casino da Praia, junto à foz da Ribeira das Vinhas, ter funcionado como centro de reunião da colónia balnear.

Os hotéis em funcionamento não passavam de hospedarias de classe superior, encontrando-se referência a várias unidades – para além do Hotel Lisbonense, também apelidado de Hotel Neto, a que já nos referimos – casos do Hotel União, em 1880; do Hotel Central, em 1886; e do Hotel do Globo, em 1888. Algumas eram, contudo, decerto mais antigas, pois já em 1876 Ramalho Ortigão se referira à existência de três estabelecimentos na vila¹³, que paulatinamente se transformou em referência obrigatória dos guias de viagem, como o atesta o *Guide du voyageur en Portugal*, de 1881, ao anotar que «Cascais é a *Trouville* de Portugal: a praia mais bem frequentada durante a *saison*. A família real instala-se habitualmente aqui, transformando-a no *rendez-vous* do *beau monde* da capital»¹⁴...

Não obstante a primeira experiência de iluminação elétrica em Portugal decorrer na Cidadela de Cascais, em 1878, por ocasião do aniversário de D. Carlos, até 1899 persistiria a utilização de petróleo para aluminação das vias públicas. Também as deficiências sentidas ao nível do abastecimento de água se manteriam, pois somente em 1889 se concluiu a canalização do precioso líquido a partir da Malveira. Contudo, enquanto aguardavam a definitiva implementação destas

13. Cf. ORTIGÃO, Ramalho - *Op. cit.* P. 80.

14. Tradução nossa. BRUNSWICK, H. - *Guide du voyageur en Portugal*. Lisbonne: Lalléant Frères, 1881. P. 39.



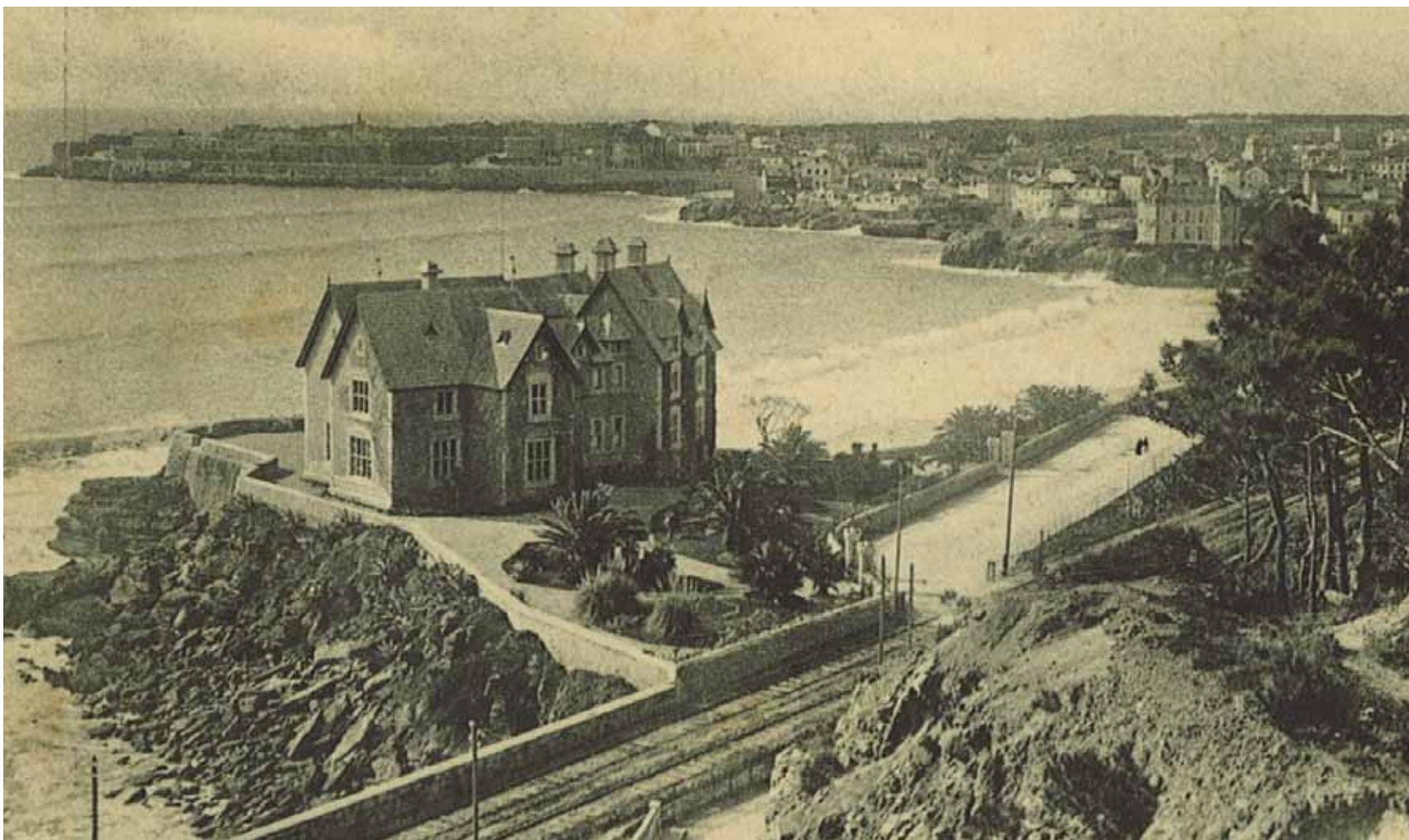
Cascais no final do século XIX
AHMCSC/AFTG/CAM/B/5146





O mesmo trecho de costa na atualidade





Casas Palmela e Loulé (à direita), os mais antigos exemplares de arquitetura de veraneio do concelho
AHMCSC/AESP/CMAM/4

e de outras comodidades, imprescindíveis à civilização moderna, os visitantes não hesitaram em transformar Cascais na capital do ócio, no período do ano consagrado aos banhos de mar, promovendo o desporto enquanto forma de lazer ativo. Desta forma, a região assumiria um protagonismo inusitado ao nível da introdução e promoção de novas modalidades em Portugal, como a vela, o remo, a natação, o ténis ou o futebol.

A primeira notícia conhecida a propósito da realização de uma regata na baía de Cascais remonta a 1871, sabendo-se que, no ano seguinte, este evento já alcançara grande popularidade, como nos informa o *Diário de notícias*, ao apontar que «a muralha que corre desde a fortaleza até à praia [da Ribeira], mas sobretudo esta, estavam cobertas de espetadores de todas as condições, que se mexiam, agitavam e moviam».¹⁵ A caça, o tiro aos pombos e o hipismo também eram exercitados na vila, à semelhança da tourada, recolhendo-se informações acerca do funcionamento de uma arena improvisada desde 1869, a que se sucederia uma nova praça, junto à Parada, quatro

anos depois. Cascais destacar-se-ia igualmente ao nível do ténis, que parece ter sido praticado pela primeira vez em Portugal por nacionais nos campos do Sporting Club, no ano de 1882. Desde então, pelo entusiasmo de D. Carlos e a incansável atividade de Guilherme Pinto Basto, o primeiro campeão da modalidade, com múltiplas vitórias nos torneios organizados no clube, a Parada afirmou-se como a principal difusora deste desporto no nosso país, à semelhança do que sucederia com o futebol, visto que o primeiro desafio público entre portugueses também aí teve lugar, em 1888. Apesar de o cavalheirismo devido aos *sportsman* ter decerto imperado, a inexperiência dos jogadores, associada à visível diferença de idades e ao desconhecimento das regras por parte da maioria, assim como a qualidade do terreno e a inexistência de equipamentos apropriados, devem ter proporcionado aos assistentes uma competição peculiar, marcada pela assunção do seu pioneirismo. Concretamente, apenas temos conhecimento de que o evento foi planeado por Guilherme Pinto Basto e seus irmãos, sabendo-se, ainda, que os participantes passaram a manhã a retirar pedras do campo a fim de o prepararem para a competição.

15. *Diário de notícias* (15 de outubro de 1872) p. 1.



Cascais em dia de regata, 1906
AHMCSC/AFTG/CAM/A/0574

A região pareceu tornar-se merecedora de uma ligação ferroviária até à capital, que Pedro Barruncho já advogara em 1873, ao afirmar que «não bastam as velhas estradas: Cascais adquiriu jus ao caminho-de-ferro».¹⁶ Desta forma, a 30 de setembro de 1889 chegaria à vila o primeiro comboio a vapor, na sequência da inauguração da linha até Pedrouços, que em 1895 alcançou o Cais do Sodré, assumindo-se definitivamente enquanto o mais poderoso instrumento de desenvolvimento do concelho. As primeiras notícias relativas à sua utilização apontavam que «nesta nova linha férrea o movimento de passageiros no domingo foi cerca de 6 mil e seria muito mais se não faltasse o material».¹⁷ Pouco depois já se pensava, mesmo, proceder à organização de comboios extraordinários...

D. Luís, a quem Cascais tanto devera para a sua divulgação, faleceu na Cidadela poucas semanas após a inauguração do caminho-de-ferro. Como referimos, D. Carlos manteria a tradição da estada sazonal na vila, transformando-a, mesmo, na base das campanhas oceanográficas que promoveu entre 1896 e 1907. Beneficiando da experiência do Príncipe Alberto do Mónaco, com quem trocava correspondência,

foi sucessivamente adaptando barcos de recreio para o efeito, batizando-os de *Amélia (I), II, III e IV*. Prospetava habitualmente na costa da Guia, na foz do Tejo e em Sesimbra, montando na Cidadela – junto à qual já funcionava um marégrafo desde 1882 – o primeiro laboratório de biologia marítima em Portugal, equipado com um sistema de tanques em que mantinha vivas as espécies capturadas. Em Cascais, mercê das condições privilegiadas da sua enseada, o novo monarca encontrou, assim, o cenário ideal para apurar interesses artísticos, aptidões desportivas e uma curiosidade científica insaciável...

Para além da vela e do remo, D. Carlos pôde aqui dedicar-se ao tiro aos pombos, no recinto de Santa Marta, e à caça, sobretudo em Oitavos e na Marinha, assistindo, ainda, a inúmeras touradas, que galvanizavam multidões. A vila serviu-lhe igualmente de inspiração artística, sendo representada em várias pinturas assinadas pelo monarca, que se consagraria enquanto um dos expoentes do naturalismo português. Permitiu-lhe, ainda, dedicar-se à fotografia, contribuindo para a realização de exposições, como a promovida em outubro de 1898 na Escola Conde de Ferreira, em Cascais.

16. BARRUNCHO, Pedro - *Op. cit.* P. 162.

17. *Diário de notícias* (9 de outubro de 1889) p. 1.

MONTE ESTORIL

A construção do caminho-de-ferro permitiu uma gigantesca redução do tempo de duração da viagem entre Cascais e Lisboa. Na verdade, os passageiros, que até aí não conseguiam percorrer em cada hora mais do que 9,5 quilómetros, passaram a poder deslocar-se a cerca de 40 quilómetros horários. O comboio conduziria, também, ao desaparecimento dos antigos meios de transporte, acentuando, pelas suas características, a cisão entre o interior e o litoral concelhios. Desta forma, para além dos apeadeiros iniciais, instalados em Carcavelos, Parede-Galiza, Estoril e Cascais, a linha seria dotada de novas paragens, mercê do crescimento das áreas que a circundavam, mais precisamente em S. João do Estoril e no Monte Estoril, no ano de 1894, e em Cai-Água, futuro S. Pedro do Estoril, em 1905.

Esta evolução traduzir-se-ia igualmente na produção de uma carta topográfica e cadastral do concelho a custas do município, entre 1912 e 1916, sob a direção de João José Callais Grilo, António Emídio Abrantes e Júlio da Silva Costa. A vila e as principais localidades do litoral ganharam, assim, nova representação em 97 folhas que, mercê da escassez dos recursos então reinante, seriam alvo de constante atualização até ao início da década de 1930. Constituem, desta forma, documentos fundamentais para o estudo do território do concelho, que reproduziremos parcialmente.

O projeto de urbanização do Monte Estoril – a antiga Costa de Santo António – foi conduzido pela Companhia Monte Estoril, a partir de 1888, em função da linha férrea. Tendo por acionistas maioritários Carlos Anjos, proprietário na região, e o Conde de Moser, administrador da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, ambicionava, então, recriar um cenário similar ao das reputadas praias de Cannes, Arcachon ou Saint Raphael, impondo a nova localidade enquanto «estação veraneal e hibernal, quase um sanatório, que devia reunir os atrativos usados no estrangeiro para chamar a concorrência, servir de refúgio à população de Lisboa que precisasse de metalizar o seu sangue e atrair viajantes estrangeiros».¹⁸ Para o efeito, a Companhia adquiriu terrenos e edificou as primeiras habitações, dotando a localidade de abastecimento de água e de iluminação elétrica, muito antes de Cascais dispor desta mais-valia.

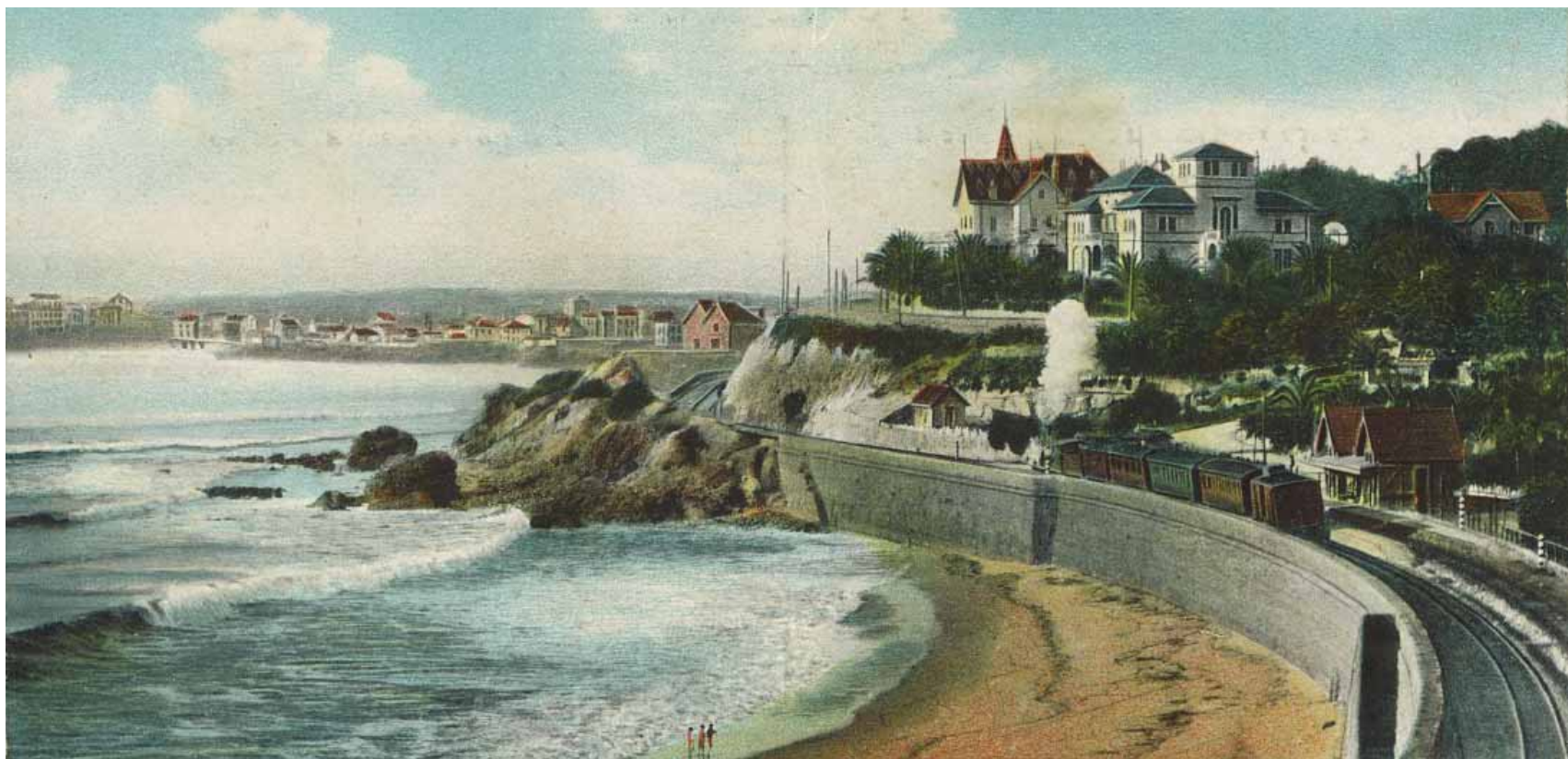
A sua imposição enquanto centro de vilegiatura de primeira ordem, frequentado pela aristocracia e burguesia abastada, seria facilitada pela instalação da Rainha D. Maria Pia no antigo chalet de João Henrique Ulrich, a partir de 1893, ainda que o Casino do Monte Estoril, em funcionamento desde 1891; o Grand Hotel, inaugurado no ano de 1898; e o Casino Internacional e o Grand Hotel d'Italie, que remontam a 1899, se destacassem como as estruturas mais relevantes para a atração das elites sociais, sedentas de diversão e conforto. Desta forma, apesar da proibição do jogo, em 1900, conduzir à falência do projeto inicial, as bases para o desenvolvimento futuro da localidade estavam definitivamente lançadas, pelo que, em 1906, Daniel Dalgado, o criador da expressão *Riviera de Portugal*, anotaria que «se o número de visitantes continuar a aumentar na mesma proporção que o ano passado, em breve os alojamentos serão insuficientes».¹⁹

18. *Gazeta dos caminhos-de-ferro* (16 de maio de 1899) p. 149.

19. Tradução nossa. DALGADO, Daniel G. - *The climate of Lisbon, and of the two health resorts in its immediate neighbourhood Monte Estoril, on the Riviera of Portugal, and Cintra*. London: H. K. Lewis, 1906. P. 36.



Monte Estoril, 1912-16
AHMCSC/AESP/CCM/001/029
AHMCSC/AESP/CCM/001/030



Comboio a vapor junto ao Monte Estoril, c. 1900. Ao fundo, destacam-se as casas Sommer e da Rainha D. Maria Pia
AHMCSC/AESP/CMES/236



Panorâmica do Monte Estoril, c. 1900. Ao centro encontra-se o Grand Hotel d'Italie, inaugurado em 1899
AHMCSC/AESP/CMES/243



Casa da Rainha D. Maria Pia, junto à Avenida Marginal, no Monte Estoril, no final do século XIX e na atualidade
AHMCSC/AESP/CMES/246



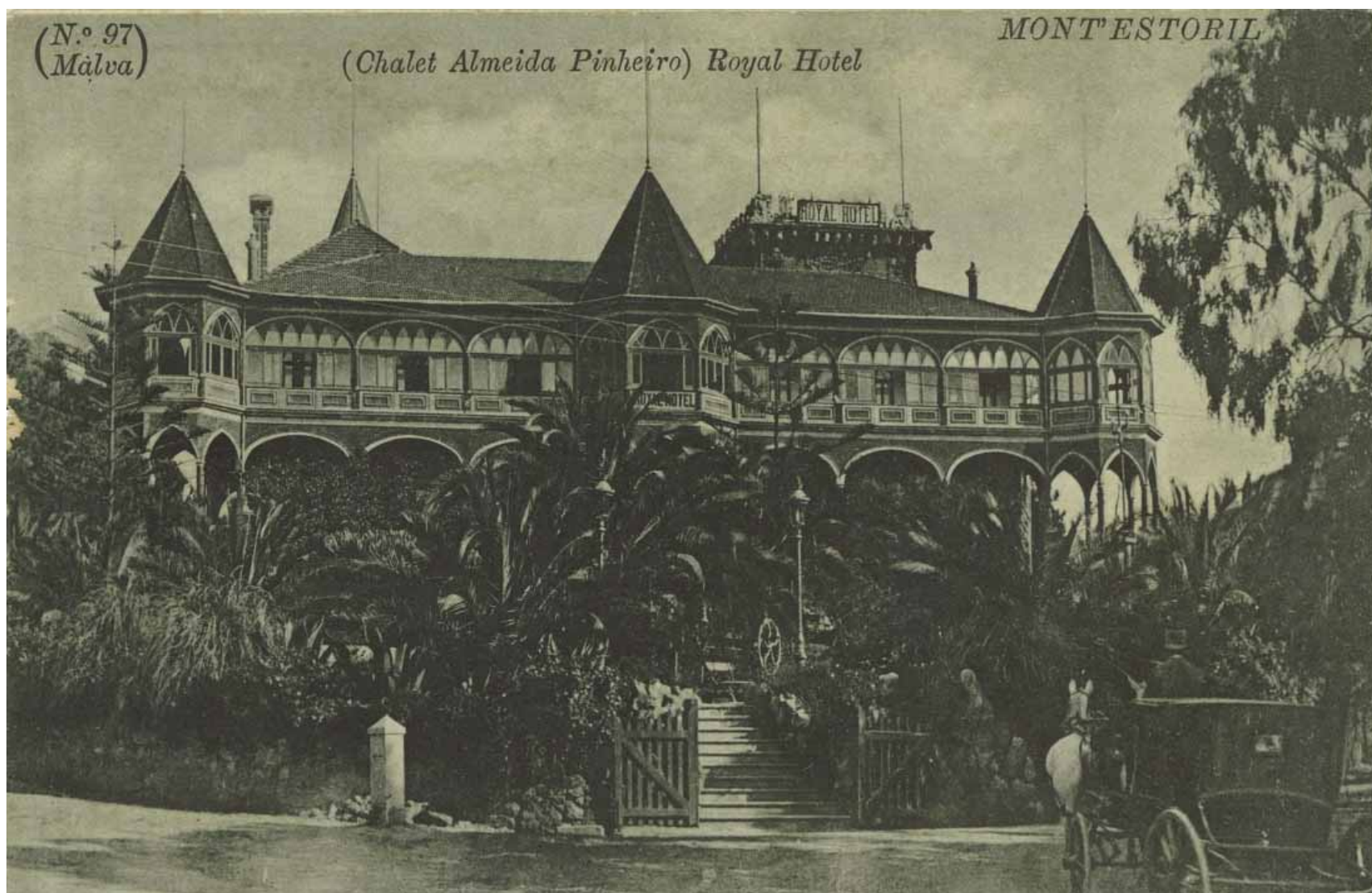
O edifício do Grand Hotel Estrade, fundado em 1898, na Avenida de Saboia, ainda marca a fisionomia da localidade
AHMCSC/AESP/CJSF/B/053

«O Estoril está suplantado pelo Monte Estoril que lhe fica próximo.
Aí sim; aí é que do comboio se vê a montanha transformada
numa rica estação de Verão, coberta de *chalets* e outras edificações,
as mais artísticas, as mais elegantes, que o gosto aprimorado de uma
sociedade constituída *ad hoc* para transformar aquele lugar,
aliado ao de algumas famílias da nossa primeira sociedade,
tem sabido construir ali»²⁰

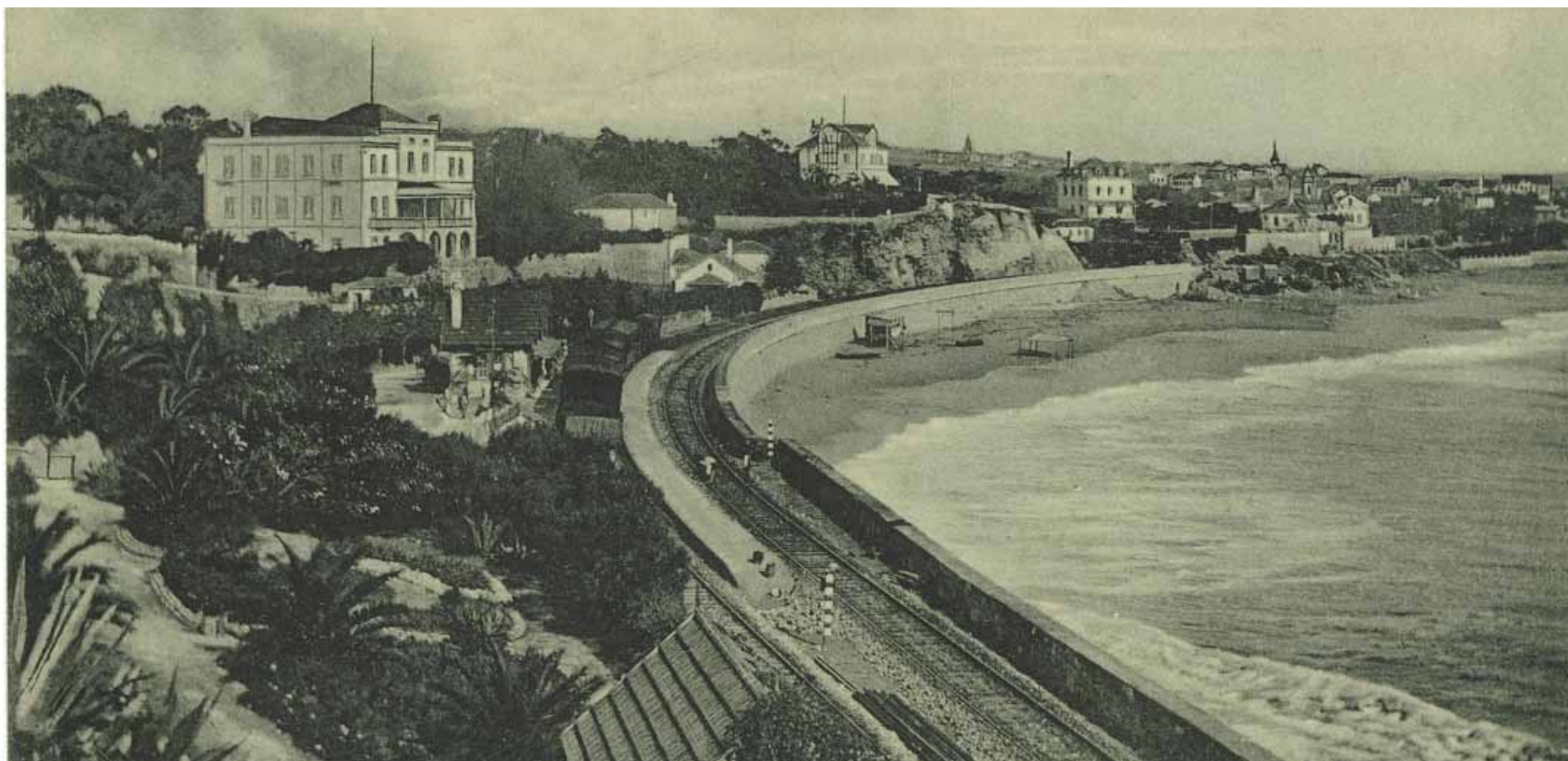
20. *Gazeta dos caminhos-de-ferro* (1 de outubro de 1899) p. 291.

21. PROENÇA, Raúl - *Guia de Portugal: Generalidades, Lisboa e arredores*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924. Vol. 1. P. 617.

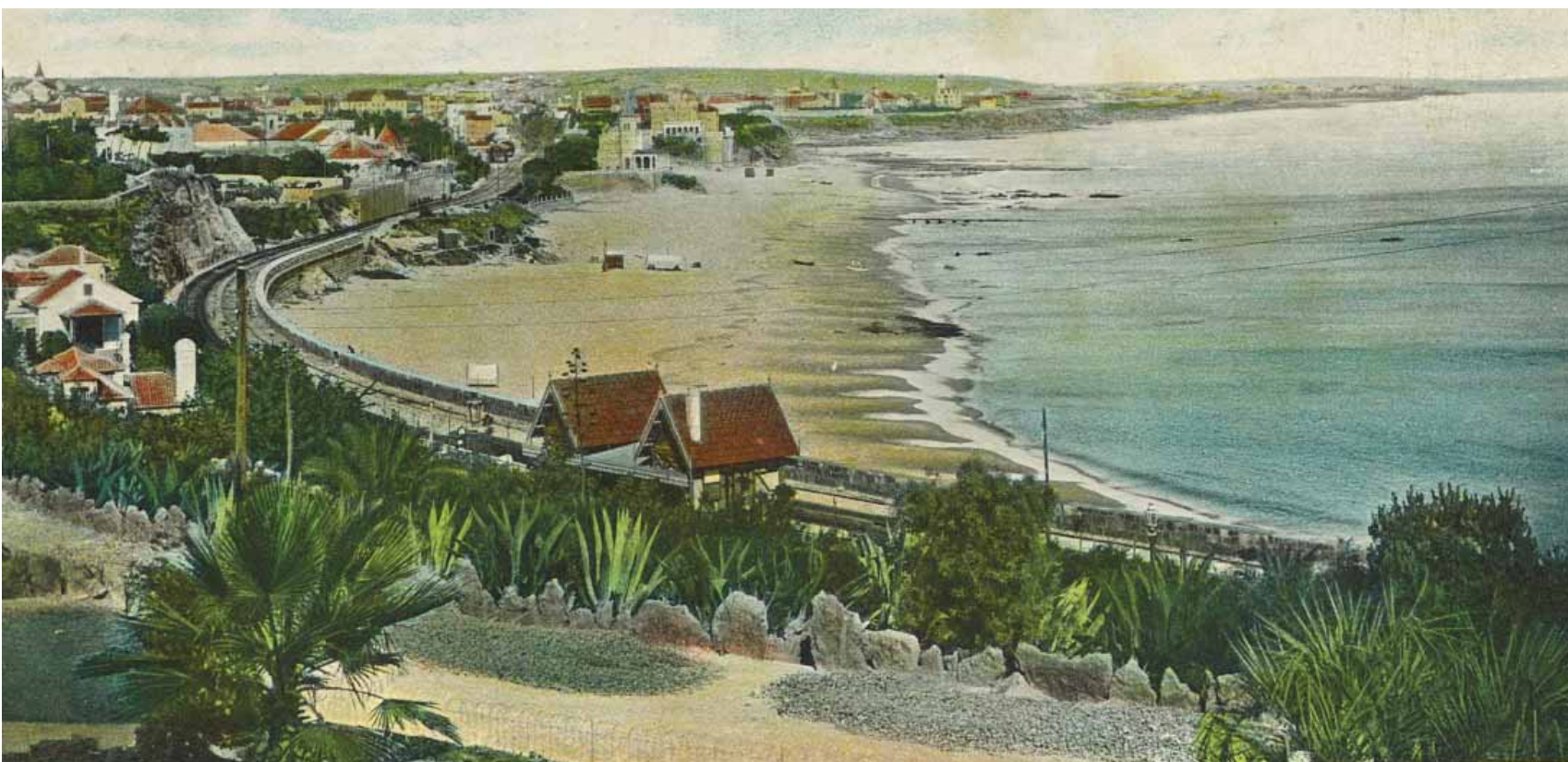
«Sobe-se e atinge-se o cimo da estância (109 metros de altura), onde o olhar surpreende em toda a sua grandeza o esplendor da baía e a costa recortada, em cuja orla os chalets esfuziam no azul os seus negros coruchéus de ardósia. Desce-se e por sobre a escaleira que conduz à estação e à praia depara-se um altar todo florido [...] No Inverno, diante deste mar tão cariciosamente azul, sob a abóbada doce e cetínea do céu, com os campos ainda matizados e floridos e o ar impregnado dum perfume tépido, o Monte Estoril conserva o encanto voluptuoso das primaveras inextinguíveis»²¹



Casa Almeida Pinheiro, onde funcionaram, depois, o Royal Hotel e o Hotel Miramar
AHMCSC/AESP/CMES/244



Apeadeiro do Monte Estoril, no final do século XIX. À esquerda destaca-se a Casa Barahona, onde veio a funcionar o Hotel Atlântico
AHMCSC/AESP/CMBP/202



Praias do Monte Estoril e do Tamariz, antes e depois da construção do Paredão
AHMCSC/AESP/CMES/242

«O pinhal afoga o Monte Estoril num mar de tom verde escuro, num mar sombrio que se destaca no céu. Visto do alto, o tapete escuro das ramarias dá à terra um tom quase uniforme, monótono, mesmo melancólico. As ruas vão da praia aos cômodos, serpenteando, orladas dum lado e outro pelos renques das moradias erguidas nos começos deste século, no tempo áureo da estância. Moradias airozas, floridas, etiquetadas de nomes espampanantes, escritos em todas as línguas [...] O Monte Estoril... Uma estufa florida de magnólias, ornamentada pelos leques decorativos das palmeiras, embalsamada pelos aromas dos trópicos. Dorme nos braços do seu arvoredo o ar antigo e feliz do século XIX. Sente-se, no ambiente morno e dormente, a tranquilidade, a doçura duma outra era, duma era que nos não pertence»²²



22. COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria - *Memórias da linha de Cascais*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1943. P. 325.

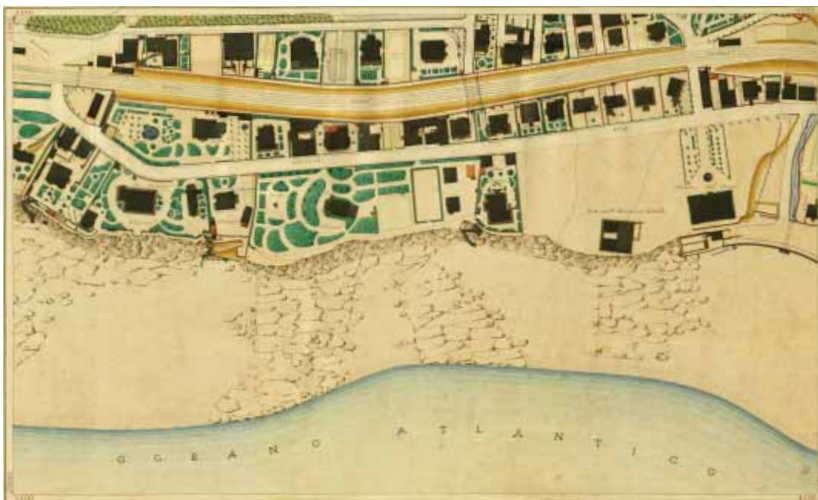


Avenida de Savoia, no Monte Estoril, no início do século XX. No edifício à esquerda funcionou o Hotel Ideal
AHMCSC/AESP/CMBP/561



«À noite a luz eléctrica, como nas grandes estações mediterrânicas, já ilumina aquelas largas estradas; durante o dia, os *landeaux*, os pequenos carrinhos puxados por *poneys* passeiam sob os frondosos arvoredos. Em pouco tempo o Monte Estoril será a nossa principal estação de Verão; tem todos os elementos para isso, assim haja habitações para toda a população flutuante que ali concorrerá»²³

23. *Gazeta dos caminhos-de-ferro* (1 de outubro de 1899) p. 291.



S. João do Estoril, 1912-16
 AHMCSC/AESP/CCM/001/035 | AHMCSC/AESP/CCM/001/038 | AHMCSC/AESP/CCM/001/039



S. JOÃO DO ESTORIL

Até à construção dos Banhos da Poça, o território onde se viria a fundar S. João do Estoril apresentava-se praticamente desabitado, tendo por pontos de referência as fortificações marítimas de S. Pedro, de S. João da Cadaveira e de Santo António da Barra, para além da Praia da Cadaveira e da Prainha, depois conhecida por Praia do Conde da Azarujinha. A região era, ainda, servida pela Estrada Real e pelos caminhos que avançavam até Bicesse e Galiza, onde se instalara a reputada exploração agrícola de António José Marques Leal.²⁴

Mercê da fama das suas termas, administradas pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais, na década de 1880 assistiu-se à edificação das primeiras habitações na zona que desde 1890 se passou a designar S. João do Estoril, cujo desenvolvimento, ao contrário do Monte Estoril, se deveu a múltiplas iniciativas individuais, que obliterariam qualquer noção de conjunto. Ainda que o novo edifício termal, inaugurado em 1894 pela Empresa dos Banhos da Poça, se transformasse no ponto de encontro da localidade, esta nunca se destacou pela sua vivência social, ressentindo-se da falta de alojamento, que a inauguração do Bijou Hotel, em 1901, não conseguiu suprir.

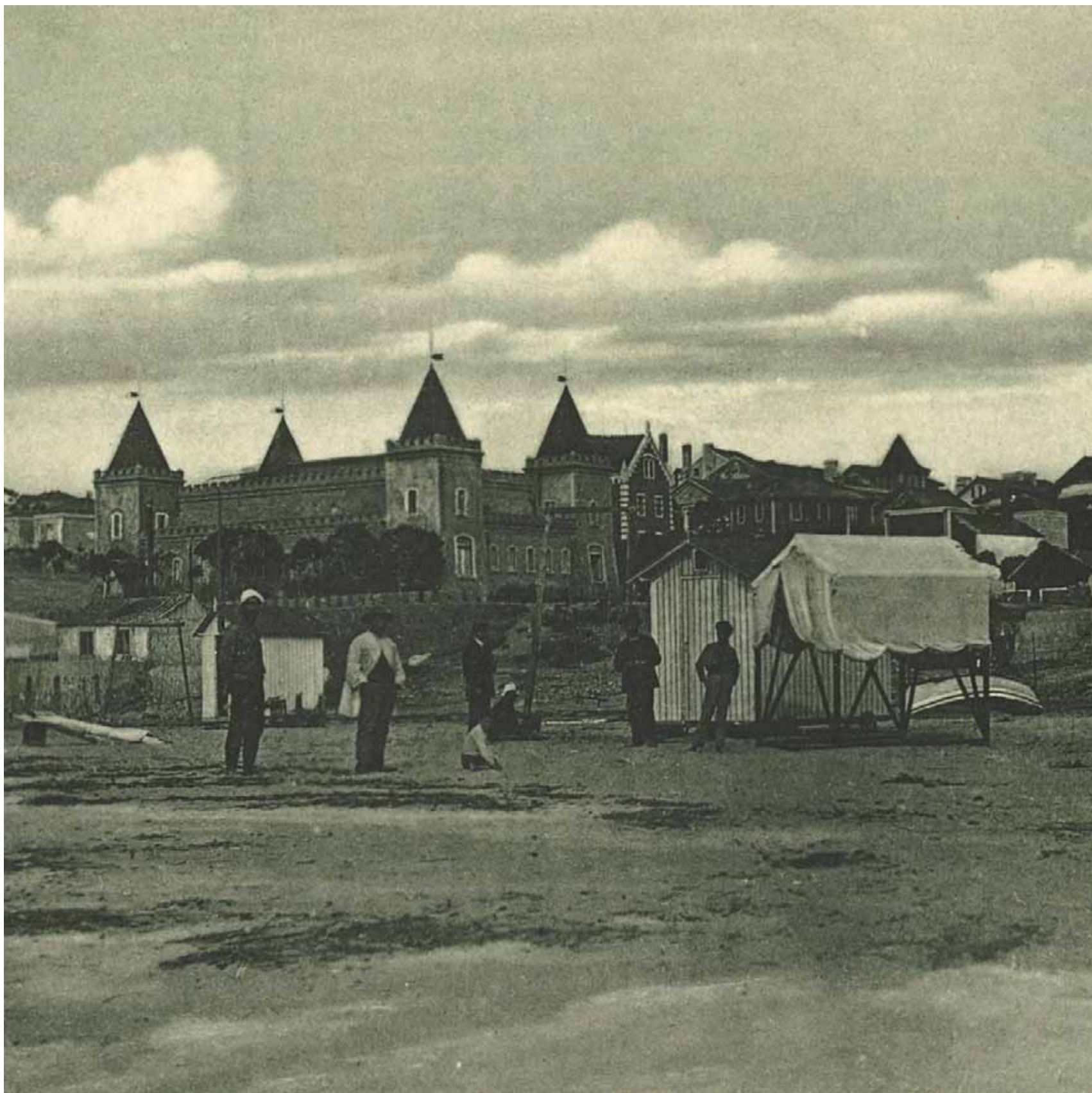
24. Cf. BARRUNCHO, Pedro - *Op. cit.* P. 153-155.



Forte de S. Pedro, junto à Praia da Poça, em S. João do Estoril, c. 1910. À esquerda encontra-se o edifício dos Banhos da Poça
AHMCSC/AESP/CMES/064

«S. João do Estoril deve todo o desenvolvimento à sua situação excepcional e ao salubérrimo clima de que desfruta. Os simples forasteiros que por ali passam algum tempo convertem-se em crentes da beleza dessa povoação que os fortifica e os reanima das forças perdidas na vida das cidades. E esses crentes têm-se feito proprietários das belas vivendas que por ali se encontram dispersas como monumentos levantados a consagrar a cura de uma filha querida, de uma esposa idolatrada ou de uma mãe estremecida»²⁵

25. *Correio de Cascais* (16 de julho de 1899) p. 2.



Banhistas na Praia da Poça, em S. João do Estoril, junto ao edifício das Termas, c. 1900, onde hoje funciona um estabelecimento de ensino
AHMCSC/AESP/CMBP/478





Vista aérea do Alto Estoril e de S. João do Estoril, c. 1930
AHMCSC/AESP/CJSF/C/004



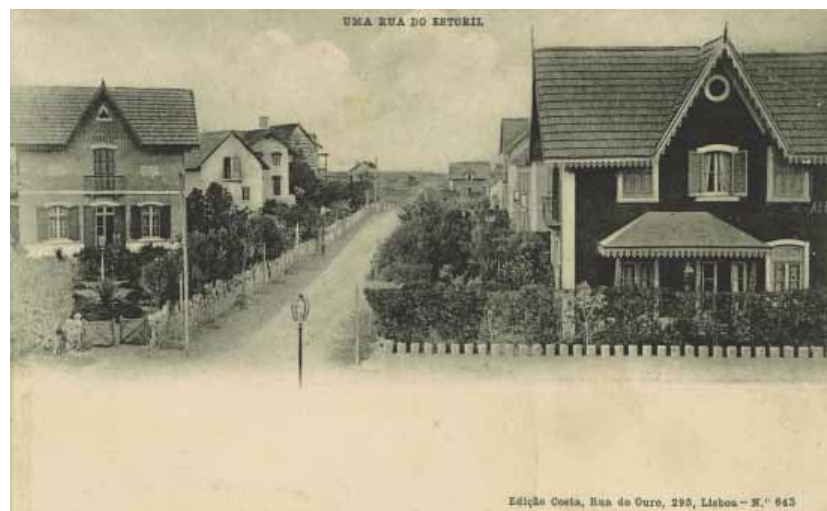
«A linha férrea corta o centro da povoação. De face para Cascais, à direita da linha, no lado da terra, fica a parte mais modesta [...] de São João. É para as bandas do mar que se erguem os palacetes ostentosos [...]. São João... Ruas geométricas, esquadriadas, arborizadas, limpas, bonitas. Urbanismo vistoso e rico, sem máculas de casebres [...] Toda a gente se abastece no Estoril. São João é como uma dependência ou uma sucursal do Estoril e dá-nos a impressão de que toda a sua vida nasce e desagua no fulcro coruscante da Costa do Sol»²⁶



Estrada Real, atual Avenida Marginal, em S. João do Estoril, c. 1900
AHMCSC/AESP/CJSF/C/053



Casas da Avenida Marginal, em S. João do Estoril, na atualidade e no final do século XIX
AHMCSC/AESP/CMES/247



26. COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria - *Op. cit.* P. 274.

S. JOÃO DO ESTORIL (ARREDORES DE LISBOA) — *Avenida Marques Leal vista do Sul*



Chalets junto à arriba da Praia da Azarujinha, c. 1900
AHMCS/AESP/CMBP/479



As mesmas casas vistas a partir da Avenida Marques Leal, no início do século XX
AHMCS/AESP/CJSF/SJE/054



S. PEDRO DO ESTORIL

Cai-Água, futuro S. Pedro do Estoril, 1912-16

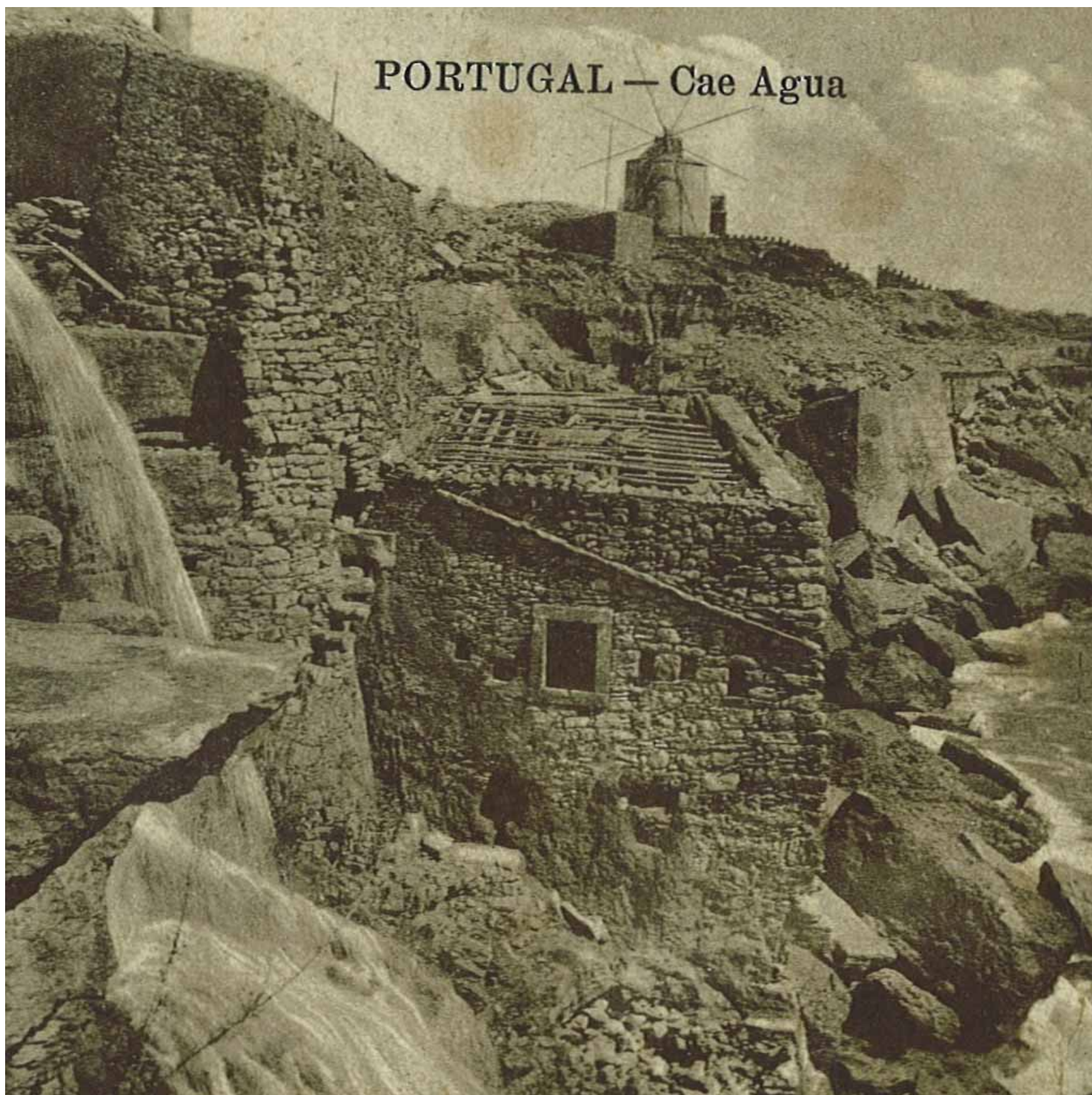
AHMCSC/AESP/CCM/001/046 | AHMCSC/AESP/CCM/001/048 | AHMCSC/AESP/CCM/001/049

Cai-Água deveu o seu nome a uma azenha a oeste da Pedra do Sal, junto à qual desaguava a Ribeira de Caparide. Na verdade, «no sítio onde corria o veio cantante da ribeira, Cai-Água de seu nome, havia um moinho, duas azenhas, uma taberna à beira da estrada e os casebres onde viviam os homens do moinho e das azenhas. Nada mais»²⁷. Ainda que rareiem informações acerca da localidade durante este período, sabemos que deveu parte do seu desenvolvimento ao capitalista Abílio Nunes dos Santos, proprietário dos Grandes Armazéns do Chiado, que aí adquiriu terrenos e edificou habitações, divulgando o lugar – entretanto dotado de apeadeiro ferroviário – por meio do sorteio, em 1905 e 1906, dos chalets *Ideal* n.ºs 1 e 2, como prémio aos clientes do seu estabelecimento...

A localidade associou-se, mais tarde, a uma iniciativa benemérita: a Colónia Balnear Infantil de *O Século*. A 19 de setembro de 1927 a Câmara Municipal tomara conhecimento de correspondência deste jornal, solicitando um donativo para a organização de uma colónia infantil da cidade de Lisboa em S. Pedro do Estoril, durante os meses de setembro e outubro. O projeto instalar-se-ia na antiga fábrica de conservas de Carlos Correia, a 10 de setembro desse ano, em cooperação com as juntas de freguesia da capital, sendo de referir que, de acordo com a edição d'*O século*, de 30 de dezembro de 1927, «a ideia [...] surgiu em 22 de agosto e nos primeiros dias de setembro já se encontravam em S. Pedro do Estoril, cómoda e higienicamente instaladas, 300 crianças».²⁸

27. Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da linha de Cascais*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1943. P. 261. Cf., ainda, ANTUNES, Ana Cristina Brites; FERREIRA, Carlos Alberto Miguel; PEREIRA, Francisco Mata - *De Cai-Água a S. Pedro do Estoril*. Lisboa: Colibri; Cascais: Câmara Municipal, 2005.

28. *O século* (30 de dezembro de 1927) p. 8.



Azenha e moinho de Cai-Água, nas imediações da Pedra do Sal, no início do século XX
AHMCSC/AESP/CJSF/G/024



Praia de Cai-Água, c. 1900
AHMCSC/AESP/CMBP/497





Praia de S. Pedro do Estoril, na atualidade
AHMCSC/AESP/CMBP/497



«Por esforços inteiramente particulares, os sítios de Cai-Água não há muitos anos quase sem uma habitação têm adquirido um desenvolvimento material extraordinário. Onde se estendiam terrenos de aspeto pouco atraente veem-se hoje *chalets* e edificações risonhas abrigando uma população relativamente importante»²⁹

«Tendo em atenção o pedido, formulado por grande número de habitantes de Cai-Água [...] sobre a mudança de nome daquela povoação para o de S. Pedro do Estoril [...] considerando que Cai-Água se tem desenvolvido muito nos últimos anos e possui ainda terrenos suficientes para permitir a efetivação do plano de melhoramentos, já elaborado pela Câmara Municipal de Cascais, o que facilitará a sua rápida transformação em uma das belas estâncias da região estorilense, decreta-se que a povoação de Cai-Água, situada na linha de Cascais, passa a denominar-se S. Pedro do Estoril»³⁰



Chalets Ideal, mandados construir por Abílio Nunes dos Santos, em Cai-Água, no ano de 1905
AHMCSC/AESP/CMBP/501

29. AHMCSC/AADL/CMCSC/C-A/002 (20 de maio de 1906).

30. Decreto n.º 12 288. *Diário do Governo* (31 de agosto de 1926)



Vila Natália, na atual Rua 9 de Abril, com esquina para a Avenida Marginal, onde funcionava a Pérola Comercial de Cai-Água, propriedade de Abel Ferreira & C.ª, no início do século XX
AHMCS/AESP/CJSF/G/018



Estrada Marginal e Colónia Balnear Infantil de O Século, em meados do século XX
AHMCS/AESP/CMBP/504



Praia de S. Pedro do Estoril, c. 1950, em fotografia de António Passaporte
AHMCSC/AESP/CMBP/496 | AHMCSC/AFTG/CAP/A/0480



PAREDE

A Parede encontrou o seu principal divulgador em José Nunes da Mata, que projetou um novo bairro entre o mar e o caminho-de-ferro, a partir de 1890, divulgando-se, depois, por intermédio do Sanatório de Sant'Ana, idealizado por Amélia e Frederico Biester, cuja primeira pedra seria lançada em 1901. A instalação do edifício no sítio das Sainhas, junto ao mar, fora definida pelo Dr. Sousa Martins, em colaboração com o seu colega e amigo, Dr. Francisco Rompana. Todavia, a materialização do sanatório foi algo atribulada, dada a resistência dos habitantes locais, assustados com a ideia de o ver erigir junto às suas casas.

Surgiu, mesmo, a crença de que se encontrava amaldiçoado, pela sucessão de falecimentos dos intervenientes: primeiramente do Dr. Sousa Martins, depois do Dr. Bento de Sousa, seu sucessor; de Frederico Biester e, mais tarde, de D. Amélia Biester. Impressionado com o sucedido, José António Gaspar, professor da Academia das Belas Artes e primeiro arquiteto a quem fora encomendado o projeto para o edifício que o Dr. Sousa Martins idealizara, abandonou, mesmo, a obra. Apenas a determinação de D. Claudina de Freitas Chamiço, tia e herdeira de D. Amélia Biester, permitiu a concretização do projeto, convidando o arquiteto Rosendo Carvalheira para a planificação do edifício, que contou, também, com o apoio dos colegas Norte Júnior, António do Couto, Marques da Silva e Álvaro Machado. Desta forma, a 31 de julho de 1904 seriam inauguradas as três secções já concluídas do edifício, que veio a ser definitivamente terminado em 1912.³¹

O desenvolvimento posterior da localidade foi notável, assumindo-se, então, como área privilegiada para a cura e profilaxia de várias doenças, em função da praia e do sol que o solário, inaugurado a 16 de outubro de 1930, para tratamento dos doentes em demanda de banhos de sol, popularizaria em novos moldes.



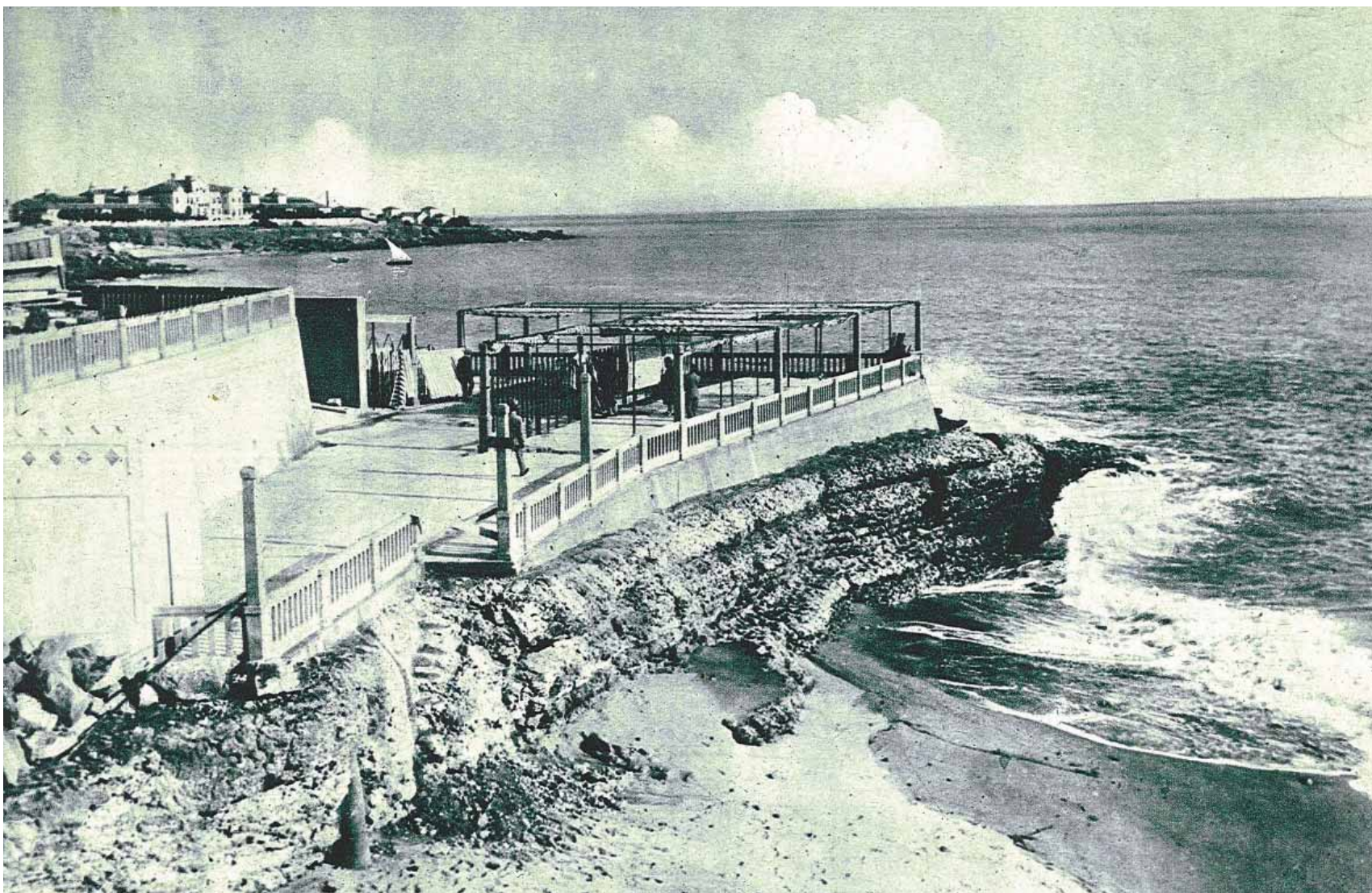
Parede, 1912-16
AHMCSC/AESP/CCM/001/057 | AHMCSC/AESP/CCM/001/058 | AHMCSC/AESP/CCM/001/059

31. Cf. Idem - *Parede: as pedras e o mar: monografia de Parede*. Parede: Junta de Freguesia, 1997.



Praia da Parede, c. 1915. À direita destaca-se o Sanatório de Sant'Ana, concluído em 1912
AHMCSC/AESP/CMBP/452





Solário da Pedra, na Parede, cuja atividade se iniciou em 1930
AHMCSC/AESP/CJSF/A/373C

«Comprei quase tudo o que me venderam e pelos preços que me pediram. Comprei quase todo o espaço onde agora assenta este povoado com quinze mil almas. Comprei terrenos a vintém e a pataco o metro. Caros, muito caros para a época, para o local, para o estado de abandono em que se achavam. E até os lavradores da Parede, ao venderem-me as terras por aqueles preços tão altos, se riam de mim...»³³ [Nunes da Mata]

32. COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria – *Op. cit.* P. 243.

33. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres, 1904. Vol. I. P. 445.

«Parede era uma povoação vinhateira. Os retângulos de terreno que se viam em grande quantidade e de que hoje ainda alguns se vêem circundados por muros de pedra solta, eram vinhas que produziam o bom vinho de Carcavelos e que a filoxera destruiu por completo. Justifica isto, também, a grande aridez, a ausência quase completa de árvores, que se notava ali, mas que hoje, graças aos cuidados dos modernos proprietários vão desaparecendo, pois em torno de muitos chalets vêm-se magníficos maciços de verdura»³²



AHMCSC/AESP/CJSF/D/037



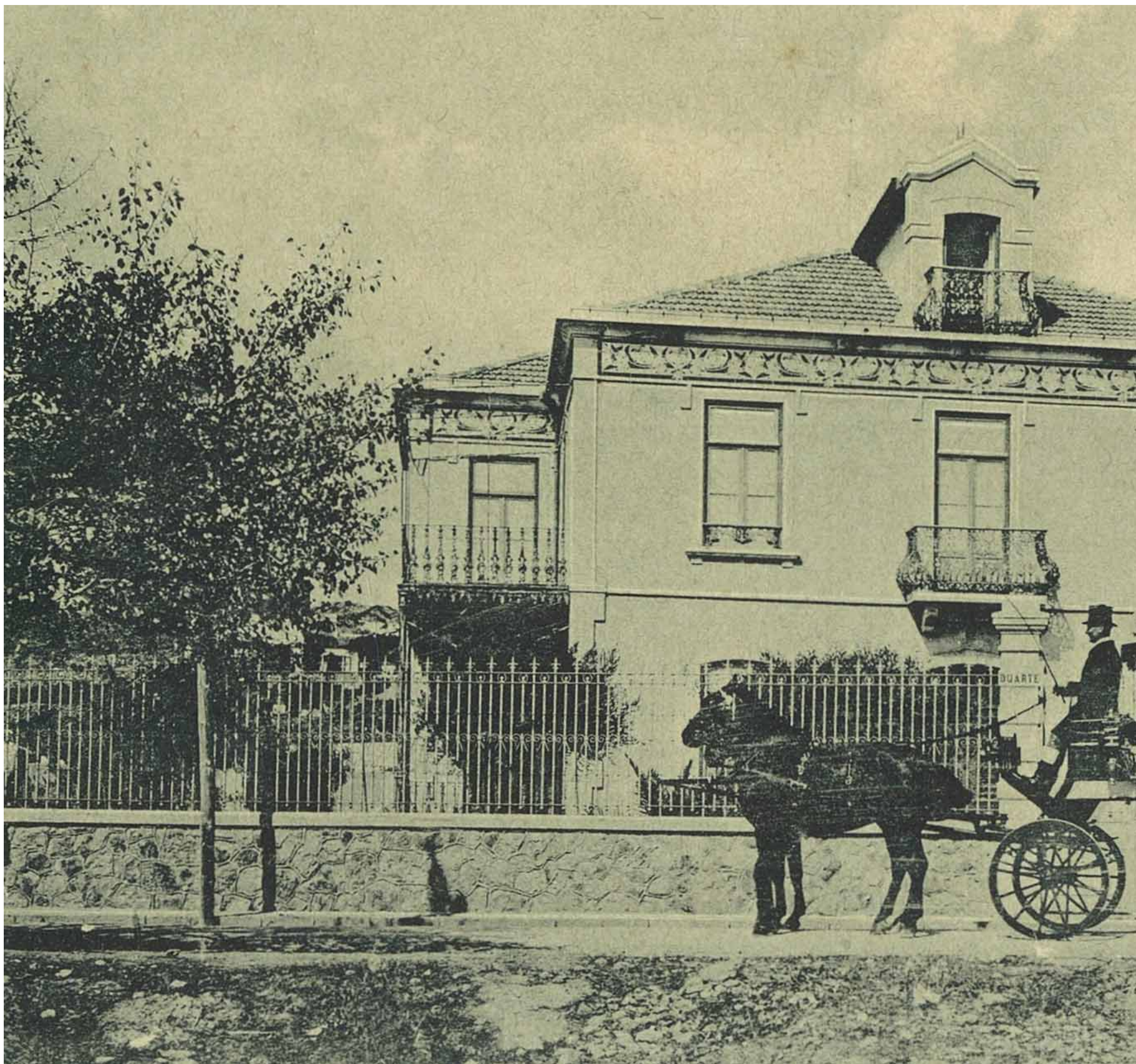
AHMCSC/AESP/CJSF/D/006



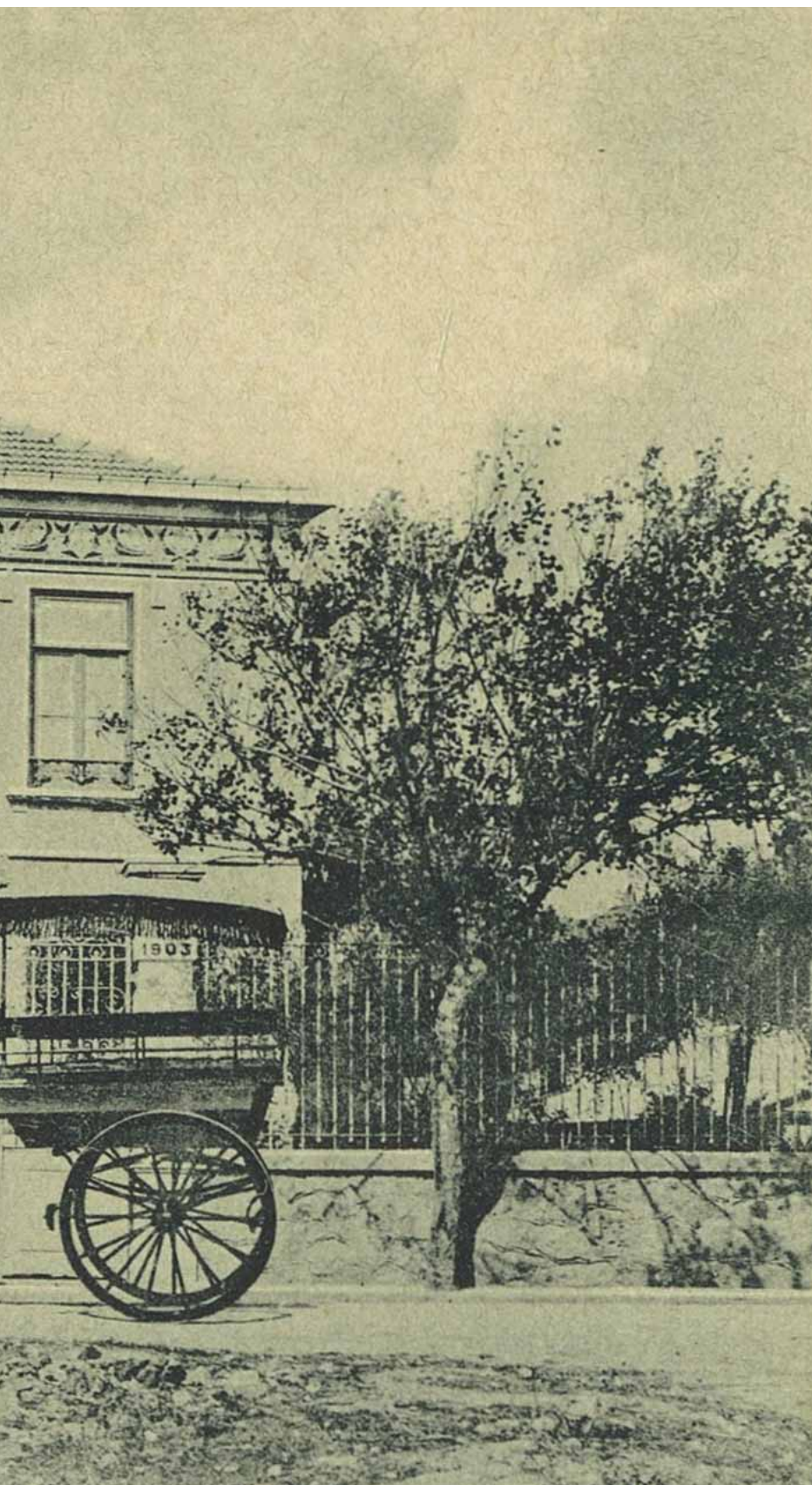
AHMCSC/AESP/CJSF/D/036



AHMCSC/AESP/CJSF/D/008



Casa Duarte, na Avenida da República, na Paredes, c. 1900
AHMCSC/AESP/CMBP/443



«Tem uma magnífica praia de banhos e é hoje considerada como uma das mais importantes do concelho. [...] Ainda não há oitenta anos era pouco conhecida a praia de Parede, vendo-se apenas algumas barracas de pescadores, pequenas e pobres na povoação que fica ao norte na Estrada Real. Desde então começaram-se a edificar vários *chalets*, mais ou menos importantes, e hoje são numerosas as construções e vão ali passar muitas famílias de Lisboa e de outros pontos a época balnear»³⁴

34. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme - *Op. cit.* P. 445.



Vista da Parede, em meados do século XX. Em primeiro plano destaca-se a Rua Dr. António Granjo
AHMCSC/AESP/CJSF/D/038



Igreja de Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1953, na Parede
AHMCSC/AESP/CJSF/D/050



Sanatório de Sant'Ana, junto à praia frequentada pelos seus utentes, desde 1904
AHMCSC/AESP/CMBP/458



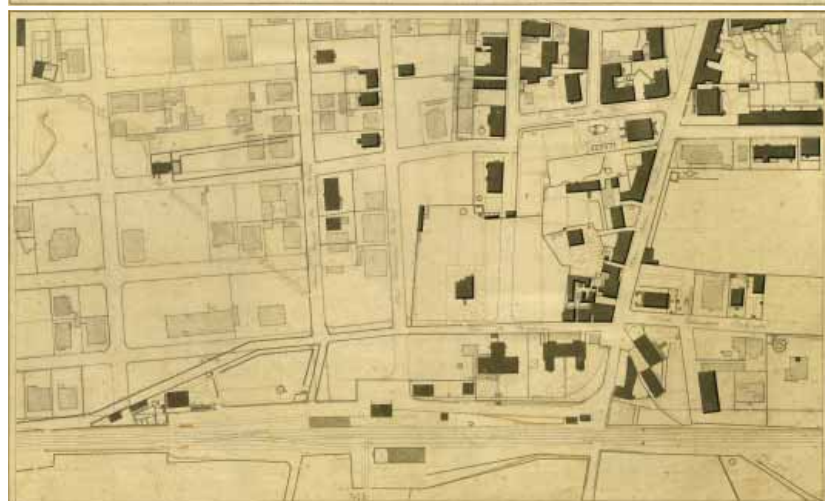




CARCAVELOS

As pragas de filoxera, míldio e oídio que assolaram Portugal no século XIX devastaram os vinhedos que asseguravam a produção do vinho generoso de Carcavelos, fazendo diminuir drasticamente a sua produção. Não obstante, a partir de 1870 abrir-se-ia um novo ciclo da vida da região, quando a Falmouth, Gibraltar and Telegraph Company obteve do governo português a concessão para o estabelecimento do cabo submarino para transmissão de mensagens telegráficas entre Inglaterra, Portugal, Gibraltar e Malta. Em 1872, os descendentes do Morgado da Alagoa venderam a Quinta Nova de Santo António para a instalação da Companhia, que transferiu a 19 de fevereiro do ano seguinte a concessão para a Eastern Telegraph Company. Desde então, a influência da comunidade britânica que se fixou na região foi de tal forma marcante que a Quinta Nova passou mesmo a ser conhecida por Quinta dos Ingleses.

Mais do que um novo ciclo na história das comunicações em Portugal, a instalação do cabo submarino em Carcavelos inaugurou um período de intenso contacto entre duas culturas, em que a colónia britânica assumiu um protagonismo que se espalhou para além da introdução de inovações tecnológicas. Mercê do contacto com os habitantes locais, foi também responsável pela divulgação de novos hábitos, entre os quais se destacam desportos como o futebol, o ténis, o cricket, o rugby ou o ciclismo. Em nome do progresso alargaram-se, assim, definitivamente os horizontes da comunidade local. Desde 1897 assistir-se-ia, também, à concretização do projeto de adaptação do baluarte seiscentista do Junqueiro enquanto Sanatório Marítimo de Carcavelos, mercê da atividade do Conselheiro Tomás António Ribeiro Ferreira e do Dr. José Joaquim de Almeida, que, na sequência de várias obras de beneficiação, seria reinaugurado em 1902. Note-se que por decreto de 26 de setembro de 1895, aquando da extinção do concelho de Oeiras, Cascais passou, também, a agregar as freguesias de Carcavelos, Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra. Todavia, a 13 de janeiro de 1898, por ocasião da restauração do concelho de Oeiras, a freguesia de Carcavelos manter-se-ia agregada a Cascais.



Carcavelos, 1912-16
AHMCSC/AESP/CCM/001/072 | AHMCSC/AESP/CCM/001/073 | AHMCSC/AESP/CCM/001/074



Atual Praça da República, em Carcavelos, no início do século XX. Ao fundo encontra-se a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios
AHMCSC/AESP/CALM/008



Rua 5 de Outubro, antiga Rua do Cabo Submarino, c. 1910
AHMCSC/AESP/CALM/023



Mercado no topo da Rua 5 de Outubro, c. 1930
AHMCS/AESP/CALM/037





A mesma rua na atualidade





Rua Dr. José Joaquim de Almeida, antiga Rua Direita, no início do século XX e na atualidade
AHMCS/AESP/CALM/007



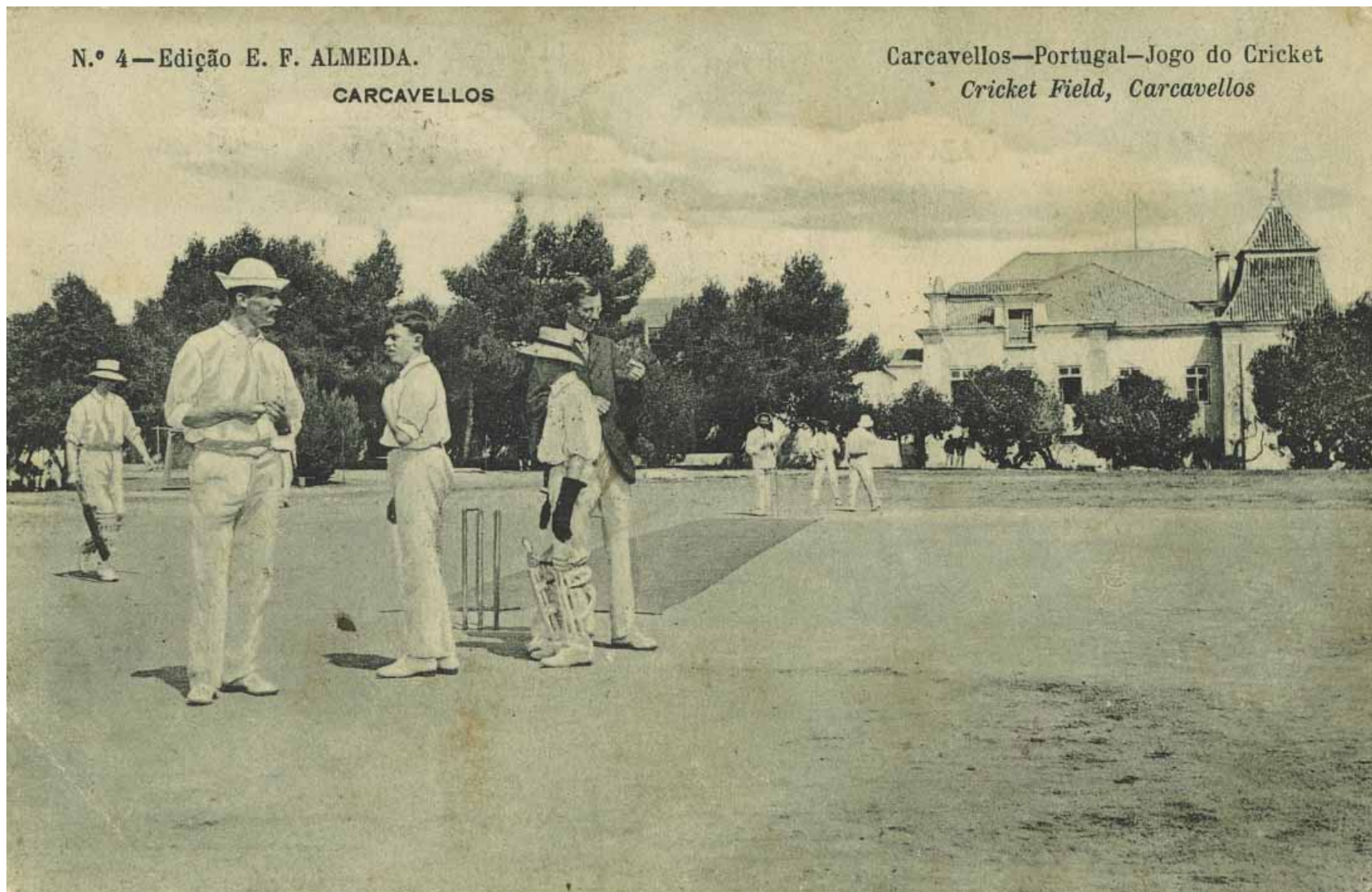
AHMCS/AESP/CMBP/152

«A matriz está no meio da praça. Junto a ela está um chafariz de óptima água (como são todas de aqui) e muito abundante. [...] Há nesta freguesia muitas e formosas quintas, muito férteis em tudo. Entre Carcavelos e o oceano está a Quinta Nova de Santo António, que era do morgado da Alagoa. [...] Foi vendida em 1872, por uns 23 contos de réis à Companhia do Cabo Telegráfico Submarino, que aqui fez a sua estação; o que bastante tem feito prosperar esta terra»³⁵

35. LEAL, Pinho - *Portugal antigo e moderno: Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, biográfico e etimológico*. Lisboa: Livraria de Matos Moreira e Companhia, 1874. Vol. II. P. 105.

36. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme - *Op. cit.*, Vol. I. P. 742.

«Amarraram nesta estação cinco cabos submarinos. Nas vastas salas do palácio instalaram-se as respectivas repartições e os aparelhos telegráficos, que são dos mais modernos e aperfeiçoados. Os empregados, na maior parte ingleses, residem no edifício. [...] Ao centro do jardim ergue-se um grande mastro, por meio do qual, com o emprego de sinais convencionais, os empregados da estação se correspondem com todos os navios que pertencem à companhia. É à pequena colónia inglesa que se deve em parte o desenvolvimento e a prosperidade de Carcavelos nos últimos tempos»³⁶



Jogo de cricket na Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos, que se viria a popularizar como Quinta dos Ingleses
AHMCSC/AESP/CALM/010



«Situada em uma elevação muito linda e saudável, vendo-se grande parte do mar e muitas povoações e serras. [...] Há muito boas frutas, sobretudo laranjas. Produz muito e famoso vinho, principalmente o branco, muito conhecido e apreciado, não só em Portugal, como no estrangeiro. Fica-lhe o mar a uns 300 metros de distância e próximo fica a torre de S. Julião da Barra. Tem um forte na praia, onde esta é de areia, pois que o mais são rochedos inacessíveis, que por si se defendem. Abundante de bom peixe»³⁷



Praia de Carcavelos, c. 1900
AHMCSC/AESP/CMBP/151

37. LEAL, Pinho - *Op. cit.* Vol. II, P. 105.





Praia de Carcavelos, em fotografia de António Passaporte, de meados do século XX
AHMCS/AESP/CALM/055

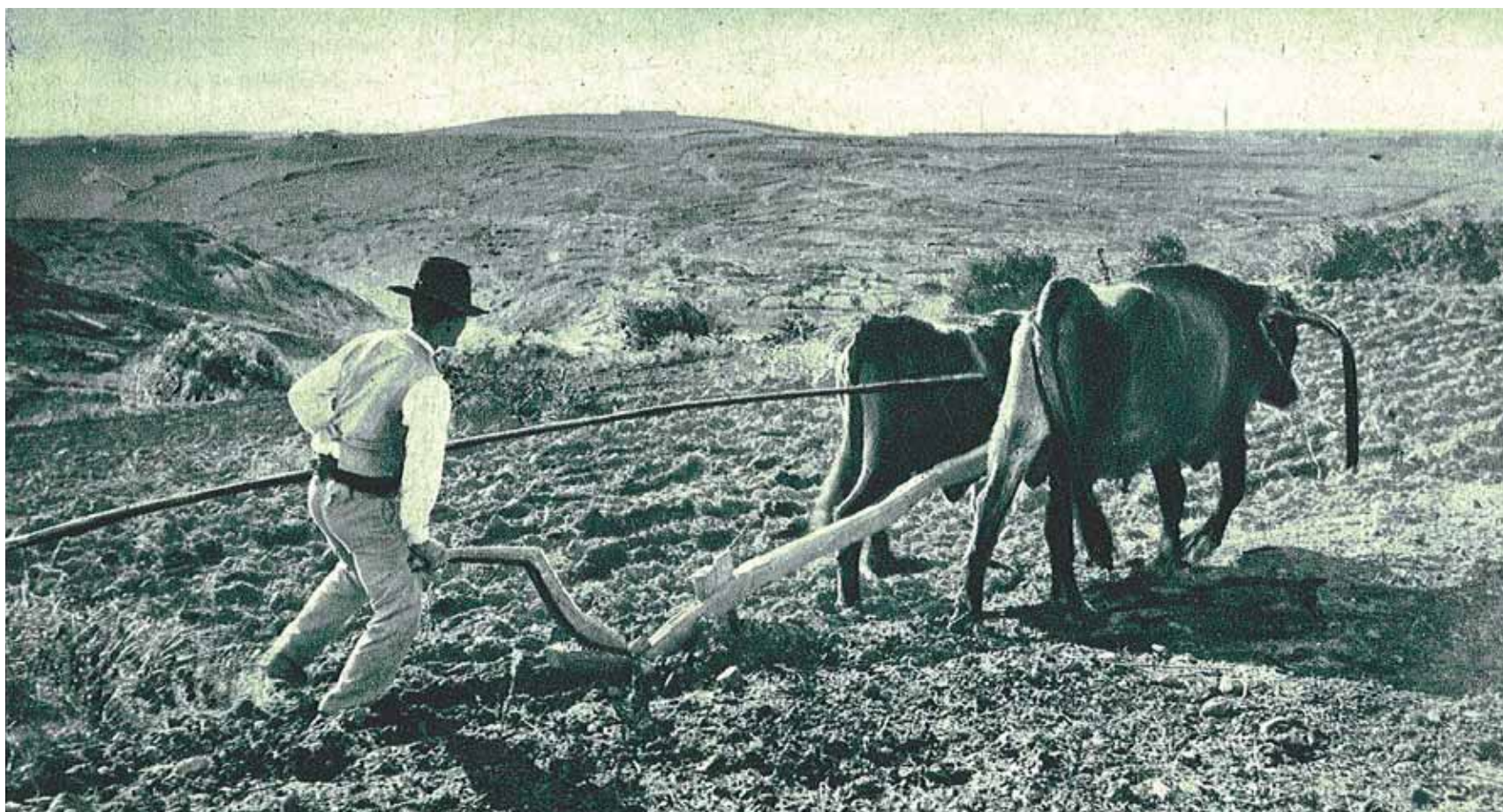


Sanatório Dr. José de Almeida, inaugurado em 1902, junto à Marginal

AHMCS/AESP/CALM/069

S. DOMINGOS DE RANA

«A sua igreja matriz, edificada no cimo dum cômoro, avista-se a muitas milhas de distância, sendo ponto de referência para a navegação [...] Como todas as terras saloias, nem uma nota de pobreza, de fealdade, de nódoa. Também nem sombras de grandeza ou de fidalga prosápia. Casas garridas, alegres, ao longo da estrada, florida como jardim»³⁸



Lavra
AHMCSC/AESP/CJSF/A/373

38. COSTA, Américo - *Dicionário corográfico de Portugal continental e insular*. Porto: Livraria Civilização, 1948. Vol. X. P. 874.



Igreja de S. Domingos de Rana, c. 1900 e na atualidade
AHMCSC/AESP/CALM/109



ALCABIDECHE

«A povoação dista 3 quilómetros da sede do concelho. Orago S. Vicente. De esta povoação colocada num lugar alto, descobre-se Palmela, Sesimbra, Cabo do Espichel, monte da Arrábida, serra de Sintra e a barra de Lisboa. Deriva a palavra Alcabideche, do árabe, *alçai* e *dacque*, que significa encontro apertado. Possui vales férteis mas rodeados de altos fragosos»³⁹

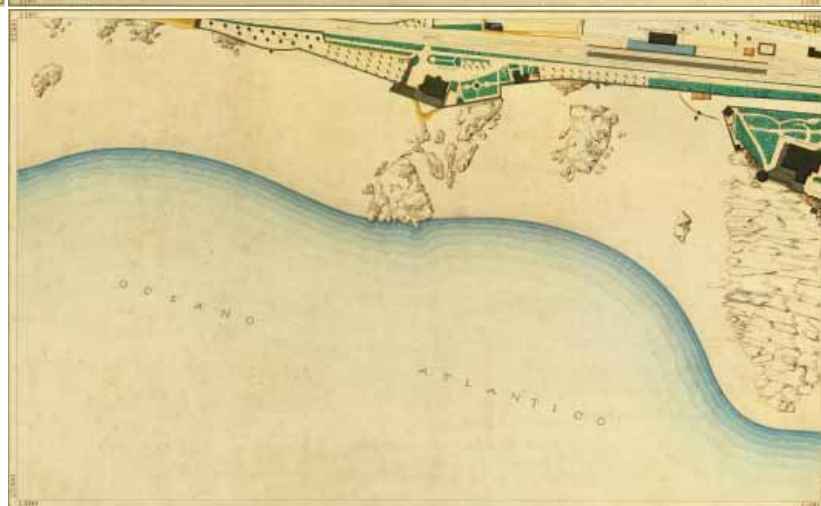
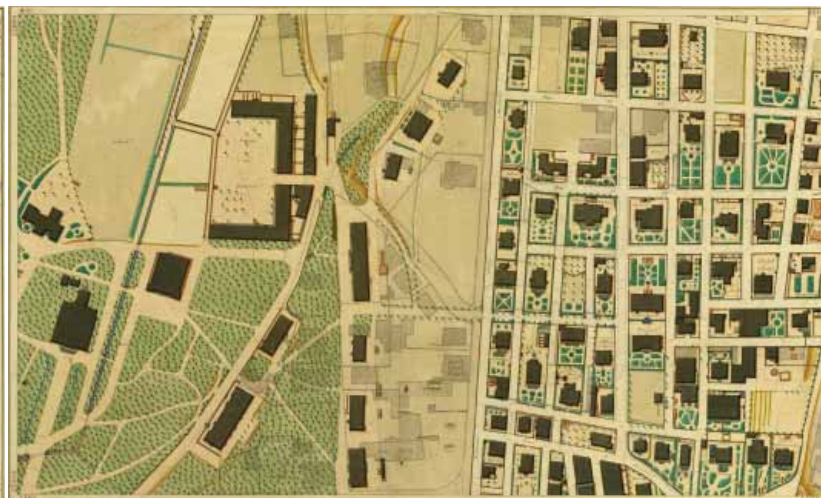


Regresso a casa, depois da venda no mercado da vila
AHMCSC/AESP/CJSF/A/373

39. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme - Op. cit. Vol. I. P. 143.



Lavra
Coleção Guilherme Cardoso



ESTORIL

Santo António do Estoril continuava a ser sobretudo recomendado pelas termas, inseridas na quinta de José Viana da Silva Carvalho. Existiam, então, dois estabelecimentos, inaugurados em 1880 e 1894, respetivamente, assim como um grupo de casas de aluguer instaladas no *Pátio do Viana*, a quem se deveu, depois, a construção de um hotel, que fica mesmo na frente da linha férrea. Trata-se do Hotel Paris, a primeira unidade deste tipo em funcionamento na região, acerca da qual, em 1910, o visionário Daniel Dalgado anotaria que «se todos estes dons da natureza fossem judiciosamente empregues, com a devida atenção às necessidades e confortos dos doentes ingleses e outros, o Estoril tornar-se-ia muito em breve no melhor centro de águas cloretadas de sódio para o tratamento do reumatismo crónico e da gota, durante o Inverno».

Em 1913 Fausto Cardoso de Figueiredo e seu cunhado, Augusto Carreira de Sousa, adquiriram a *Quinta do Viana*, do falecido José Viana da Silva Carvalho, convidando, na sequência de uma viagem a Paris, o arquiteto Henri Martinet a desenvolver um inovador projeto turístico, que publicitaram no ano seguinte na brochura *Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva*, com vista à reconversão deste território, da forma a que adiante nos referiremos.

Estoril, 1912-16
AHMCSC/AESP/CCM/001/032 | AHMCSC/AESP/CCM/001/034 | AHMCSC/AESP/CCM/001/033

A inusitada capacidade de promoção do plano, com recurso à comunicação social, garantiria o sucesso de uma operação imobiliária residencial sem precedentes, ao contrário do que havia sucedido com o Monte Estoril. O êxito da eletrificação do caminho-de-ferro, em 1926, levaria, mesmo, a que toda a região dos Estoris passasse a ser conhecida como A Linha, num período em que se assistiu, também, à crescente afirmação do transporte automóvel de passageiros e de mercadorias. O litoral passou, desde então, a ser definitivamente concebido como um espaço de lazer, associado a um estilo de vida despreocupado e desportivo.



Igreja de Santo António do Estoril, junto à Estrada Real, c. 1900
AHMCSC/AESP/CMBP/100



«O Estoril, *Estação marítima, termal, climatérica e sportiva* não é já uma noção vaga, uma aspiração indefnida de sonhadores. Todos os planos estão minuciosamente feitos e estudados. No instante em que escrevemos, já cerca de duzentos homens iniciaram os trabalhos preliminares de aterros e desaterros, construção de avenidas, pesquisa e captação de águas termais, ensaios de cultura de planta decorativas – enfim, a realização de um programa singularmente completo, em que cada pormenor foi objeto dos mais minuciosos cuidados por parte dos que procederam à sua elaboração.»⁴⁰

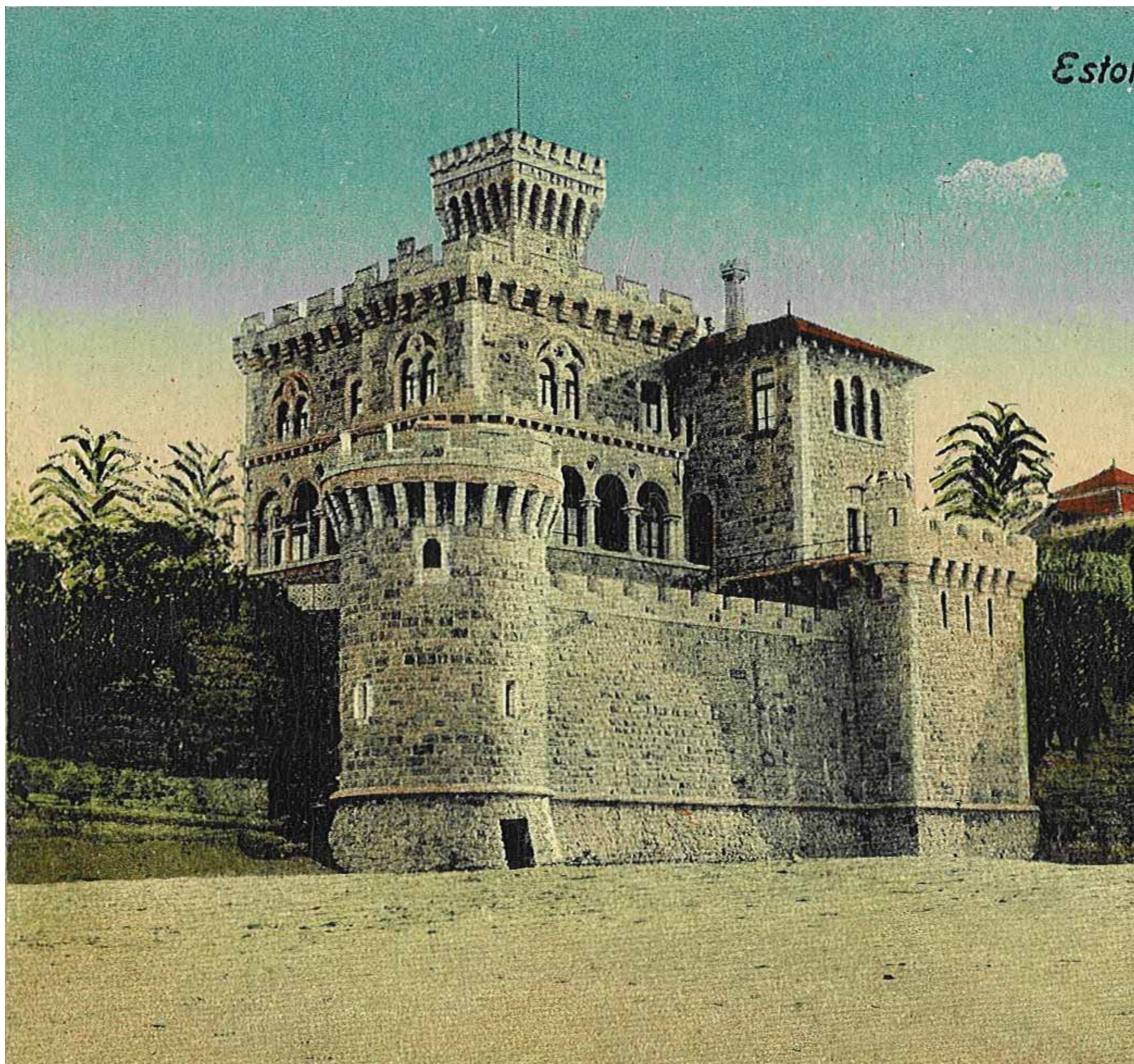


Paredão junto à Praia do Tamariz, em meados do século XX
AHMCSC/AFTG/CAP/422

40. *Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Termal e Sportiva*. Lisboa: Tipografia A Editora Limitada, 1914.



Casino do Estoril, no segundo quartel do século XX
AHMCSC/AESP/CJSF/H/281

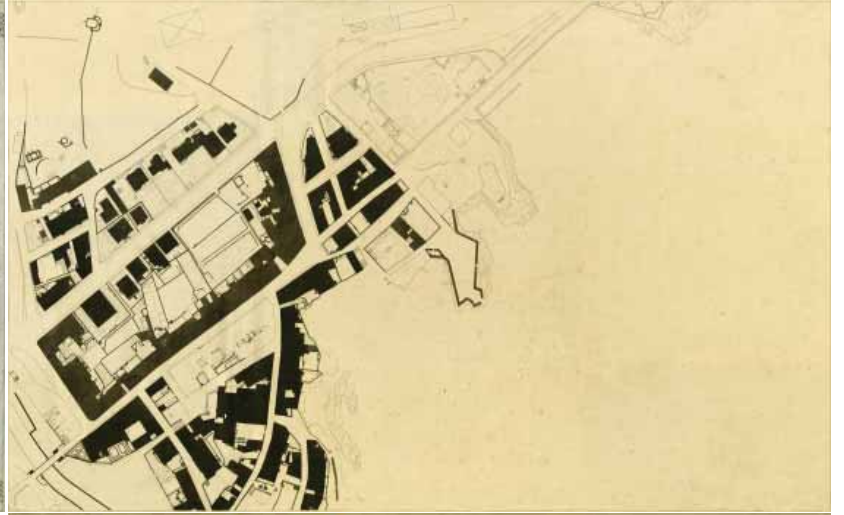


Praia do Tamariz, c. 1900
AHMCSC/AESP/CJSF/H/089

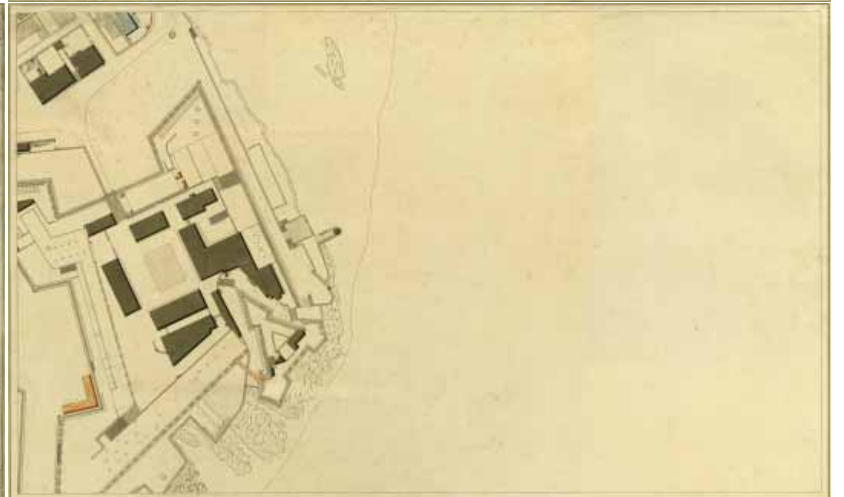
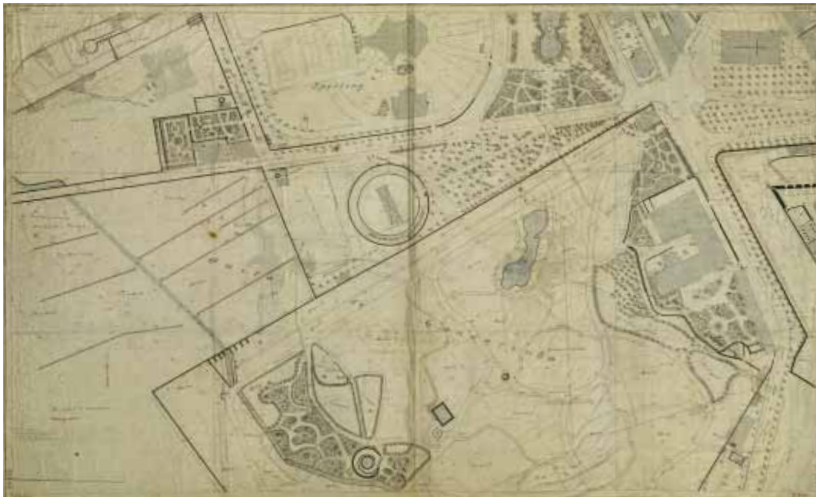


«Nó mestre da pitoresca e entrançada corda de povoados que, borda de água fora, vem atando Lisboa a Cascais, o Estoril destaca-se de todos os outros, antes de mais nada, pela felicidade da situação. É deste noivado imprevisto e contente das graças da terra com os encantos do oceano que resulta a sedução rara da sua paisagem. Seja para onde for que os nossos olhos passeiem, que riqueza e diversidade de perspetivas!»⁴¹

41. OLIVEIRA, João Correia de - *Portugal: A arte, os monumentos, a paisagem, os costumes, as curiosidades: Costa do Sol: Estoril*. Lisboa: Agência Geral da Ocogravura, [s.d.], P. 5. Câmara Municipal de Cascais - *Legítima defesa da Câmara Municipal de Cascais: Terrenos da Marinha: Documentos coligidos pelo advogado Francisco Pinto Coelho*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1902. P. 87.



CASCAIS



Cascais, 1912-16

AHMCSC/AESP/CCM/001/015 | AHMCSC/AESP/CCM/001/016 | AHMCSC/AESP/CCM/001/019 | AHMCSC/AESP/CCM/001/020 | AHMCSC/AESP/CCM/001/021



Panorâmica de Santa Marta, em Cascais, c. 1930

AHMCSC/AESP/CMBP/008

A renovação operada em Cascais não pode, também, ser menosprezada, visto que o conjunto de obras e melhoramentos implementados sob a direção de Jaime Artur da Costa Pinto, Presidente da Câmara Municipal até 1909, foi verdadeiramente extraordinário. Desta forma, em 1890 atribuir-se-ia o nome de Passeio Maria Pia à nova artéria paralela à Cidadela, defronte da baía; a que se sucederia, quatro anos depois, a construção da nova praça de touros e da Avenida Valbom, ligando a estação ao centro da vila; e, no ano de 1899, a inauguração da Avenida D. Carlos I, de acesso à Cidadela, e da iluminação a gás, a que se seguiu a primeira ligação telefónica, já em 1900.

Paralelamente, como já se anotou, a arquitetura de veraneio – que Raquel Henriques da Silva descreve como «as casas, quase sempre moradias unifamiliares, que foram construídas para uso estival, embora desde sempre algumas delas fossem ocupadas durante todo o ano»⁴² – espriar-se-ia pelo litoral, erigindo-se alguns dos seus mais emblemáticos edifícios, casos da Torre de S. Sebastião e da Casa de

Santa Maria, de Jorge O'Neill; da Casa de S. Bernardo, do Conde de Arnoso; ou das habitações dos Marqueses do Faial, de Joaquim da Silva Leitão, do Conselheiro Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos, de Francisco Augusto Trindade Baptista e de Henrique Sommer.

Para além da implementação de melhorias ao nível do abastecimento de água, gás e, depois, de electricidade, a vila assistiria, ainda, neste período, à inauguração do seu primeiro museu – o Museu Biblioteca Condes de Castro Guimaraães, a que nos referiremos em seguida – assim como à edificação de outro tipos de estruturas, que atestam a necessidade de congregação nacional de que se ressentiria a I República. Desta forma, a 11 de janeiro de 1925 já se encontrava sobre o pedestal o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, da autoria de Simões de Almeida Sobrinho, a que se sucedeu o Monumento ao Regimento de Infantaria n.º 19, de Anjos Teixeira, que, seria erigido defronte da Cidadela. Estas duas estátuas, adquiridas por intermédio de uma Comissão de Monumentos, cuja fundação remonta a 1921, foram inauguradas a 12 de abril de 1925.

42. SILVA, Raquel Henriques da - *Arquitectura de veraneio: Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 2010. Cf., ainda, Idem - *Sobre a arquitetura do Monte Estoril: 1880-1920*. Arquivo de Cascais: boletim cultural do município. Cascais: Câmara Municipal. N.º 5 (1984) p. 20-22; *A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos: 1890-1930*. Ibidem. N.º 7 (1988) p. 93-17; *Estoril, estação marítima, climática, termal e sportiva: as etapas de um projeto: 1914-1932*. Ibidem. N.º 10 (1991) p. 41-60.



Casa de Santa Maria, Torre de S. Sebastião e Casa Arnoso, no início do século XX e no presente
AHMCSC/AESP/CMBP/220

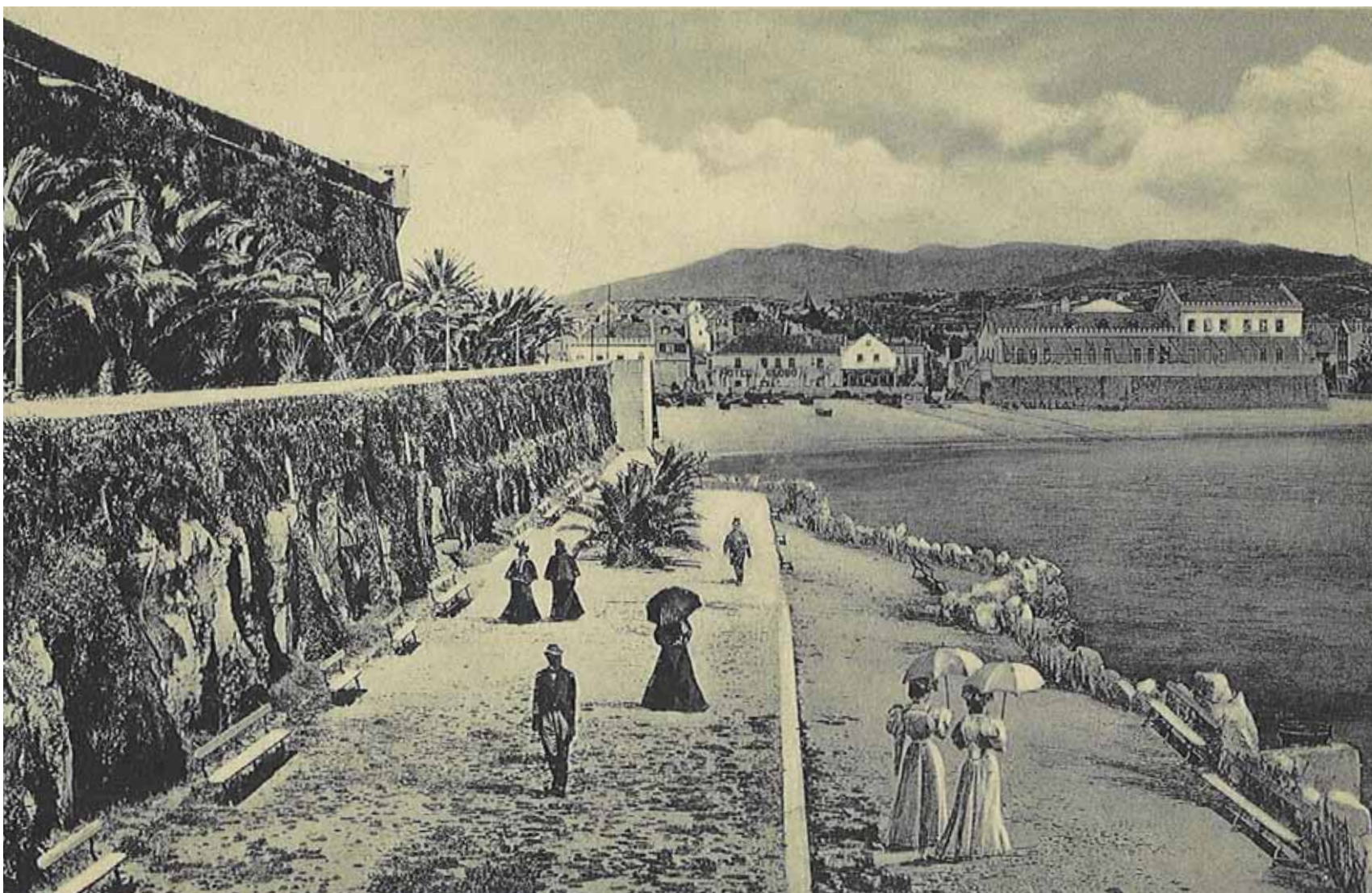




Em 1936-37 o Farol de Santa Marta seria ampliado
AHMCSC/AESP/CMBP/578



Forte e Farol de Santa Marta na atualidade, após intervenção de reabilitação e musealização



Esplanada Príncipe Real D. Luís Filipe, junto da Cidadela, c. 1900
AHMCSC/AESP/CJSF/A/226

«Para corresponder à posse deste privilégio de chique balnear, Cascais, além da serenidade azul da sua baía e da cidadela em que por algum tempo reside a família real, dispõe apenas de um medíocre hotel, de um club de *sport* e de um casino de aspeto pacato como o de uma botica hospitaleira, onde à noite se joga ou bailarina ao piano»⁴³

43. Idem - *Ibidem*. P. 296.

44. ORTIGÃO, Ramalho - *As farpas: O país e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.ª (Filhos), 1943. Tomo VI. P. 298.

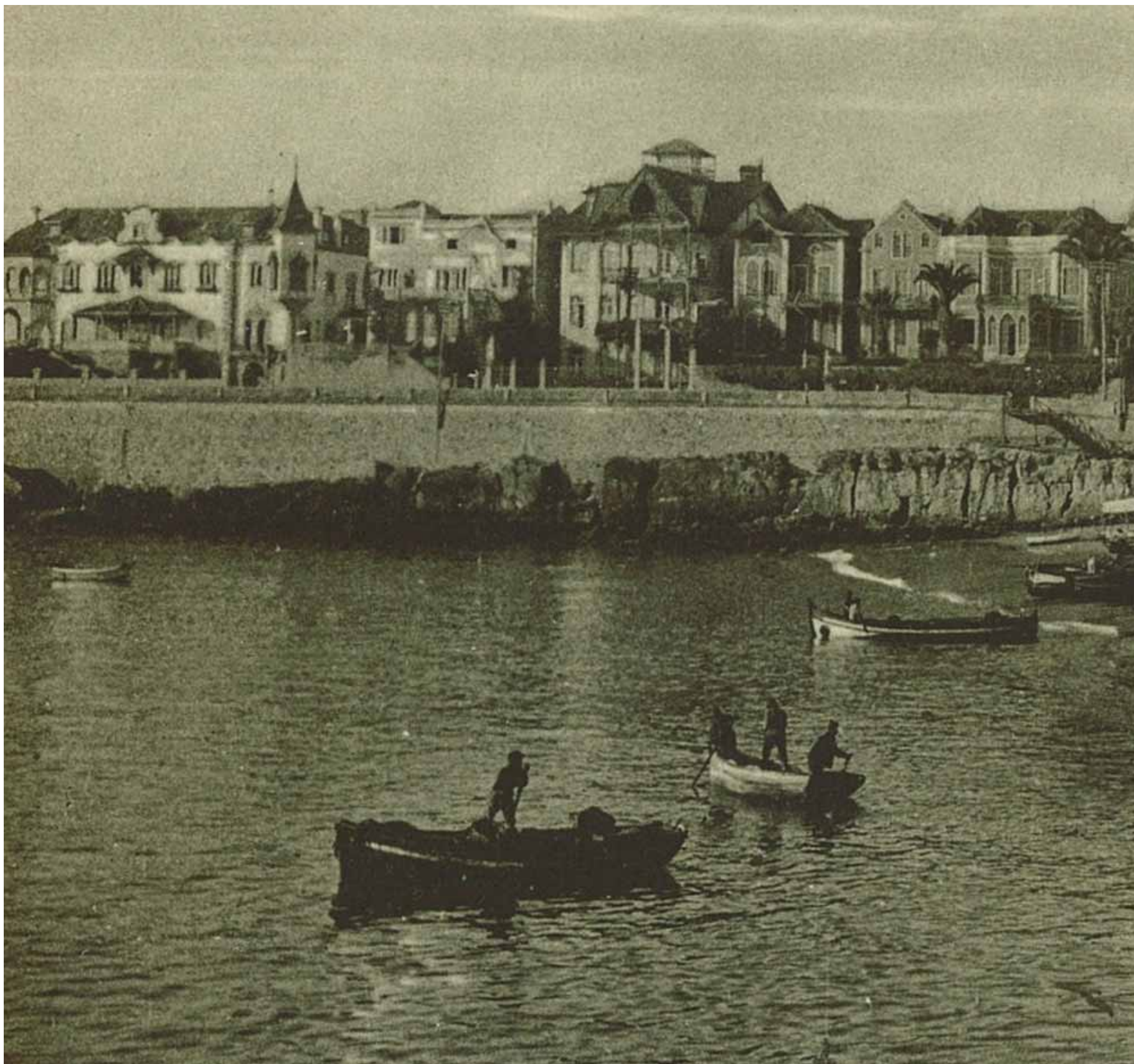
«Com os primeiros dias de setembro, terminou o período consagrado pela moda à vilegiatura de Sintra. Desde que o mês de agosto finda, até que S. Carlos começa, prescrevem as praxes que a estação marítima suceda à estação de montanha. Enchem-se nesta época, até deitar por fora, as praias de banhos da saída do Tejo e do litoral desde Setúbal até Âncora. Lisboa inteira debanda. Mas de todas as praias portuguesas, é principalmente Cascais a que herda de Sintra a *élite* do seu verão»⁴⁴



AHMCSC/AESP/CMBP/028

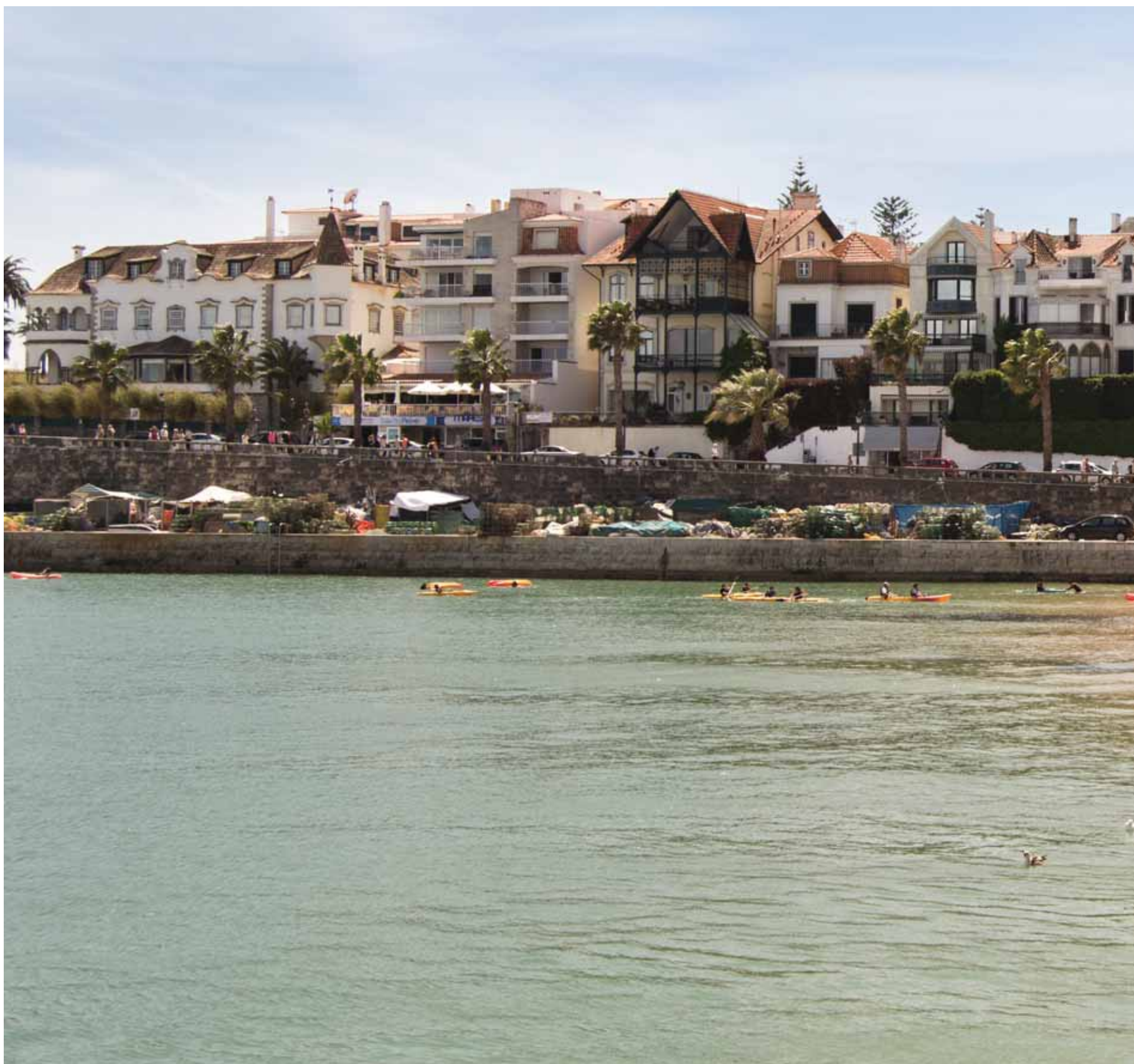


AHMCSC/AESP/CMBP/029



Praia da Ribeira e Avenida D. Carlos I, em Cascais, c. 1930
AHMCSC/AESP/CMBP/163





A mesma Praia e Avenida, na atualidade



«A praia é extremamente abrigada. A água está serena como numa tina e a brisa é tão suave que não faz ondear uma fita nos chapéus das senhoras sentadas à sombra das suas barracas».⁴⁵

«Não tomávamos banho, mas íamos à praia para ver os outros tomá-los. Simplesmente o espetáculo era raríssimo, porque em Cascais quase ninguém toma banho. Vai toda a gente para a praia, mas quase ninguém vai para o tomar»⁴⁶



Praia da Ribeira, c. 1900. À direita destaca-se o Casino da Praia
AHMCSC/AESP/CMBP/160

45. Idem - *As Praias de Portugal: Guia do viajante e do banhista*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1876. P. 79.

46. CHAGAS, Álvaro Pinheiro - *Notas de um lisboeta*. Porto: Livraria Magalhães e Moniz Ld.ª, 1910. 2.ª série. P. 60.

Hotel do Globo em Cascaes



AHMCSC/AESP/CMES/282

«É a plena vida de corte na sua expressão mais genuína. De dez senhoras que passam, com as suas toilettes de campo, vestidos de *mousseline* semeados de flores silvestres, chapéus de palha, o grande leque - *coup de vent* - suspenso do cinto por um gancho - oito são titulares. Representam os mais belos nomes da tradição monárquica. Têm os finos pés pequenos, o vestuário simples e modesto, a voz clara e bem timbrada, as atitudes de cabeça altas e senhoris, os gestos resolutos das famílias privilegiadas»⁴⁷

47. ORTIGÃO, Ramalho - *Op. cit.* P. 81-82.



«É cortada a vila [...] por um estreito rio, atravessado por duas pontes, que das proximidades de Sintra vem entrar no mar [...]. Divide-se em vinte e oiro ruas, treze travessas, quatro becos, doze largos, três calçadas, dois caminhos, dois altos e três sítios. A parte baixa da vila e que reputamos a mais antiga é a que compreende as ruas do Arco, do Baluarte, da Bela Vista, do Castelo, da Conceição, da Foz, da Palma, da Praça, dos Prazeres, da Rosa e do Valente; as travessas da Palma e da Palmeira, os largos da Praça e da Praça Nova, e o beco dos Inválidos»⁴⁸



A Ribeira das Vinhas, em Cascais, seria canalizada no segundo quartel do século XX, para dar lugar à Alameda dos Combatentes da Grande Guerra
AHMCS/AESP/CMBP/178

48. BARRUNCHO, Pedro- *Op. cit.* P. 56.





Os Paços do Concelho de Cascais, já instalados no Palácio dos Condes da Guarda, c. 1940
AHMCSC/AESP/CMBP/201





Atuais Paços do Concelho de Cascais



«Só em meados de setembro, quando já o sol demora menos no céu e o calor vai apaziguando para as branduras deliciosas do outono, a Lisboa elegante se transfere definitivamente para Cascais. [...] Ao retraimento de classe em que vive a Sintra aristocrática sucederá a franqueza indulgente, a cordialidade despreconceituosa de Cascais. [...] Cascais é um logradouro público. O mar e a praia pertencem indiferentemente à corte e à burguesia»⁴⁹



D. Carlos em Cascais, no início do século XX
AHMCSC/AFTG/CAM/B/1083

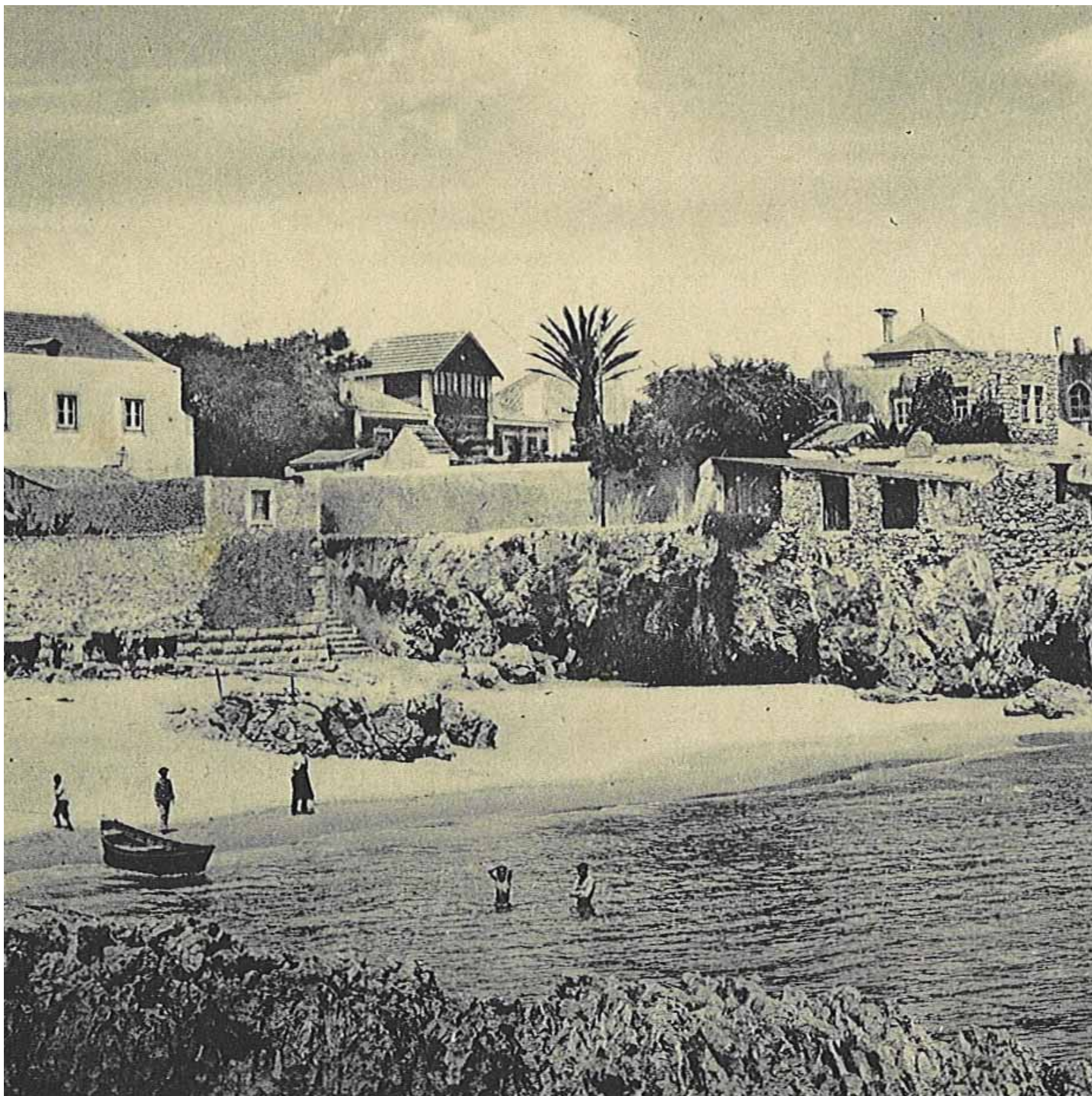
49. DIAS, Carlos Malheiro - *Cartas de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1907. 3.ª série. P. 296-297.

«Cascais encheu-se para receber a honrosa visita [real]. As ruas estavam embandeiradas, ornadas as janelas com colchas de seda, buxo pelas ruas, a ponte adornada de colunelos com bandeiras, festões de buxo e flores, e tudo à custa e por iniciativa de um benemérito cidadão desta localidade. Os ilustres viajantes chegaram às seis horas e meia da tarde, sendo esperados na Cidadela pela Câmara Municipal, vestida de gala, pelas autoridades civis e militares, oficiais de veteranos, membros do clero e pessoas gradas. Subiu ao ar grande número de foguetes e tocava na praça, que estava apinhada de povo, a filarmónica da vila. À noite houve iluminação quase geral e música»⁵⁰



Antigos Paços do Concelho, concluídos em 1822
AHMCSC/AESP/CMES/096

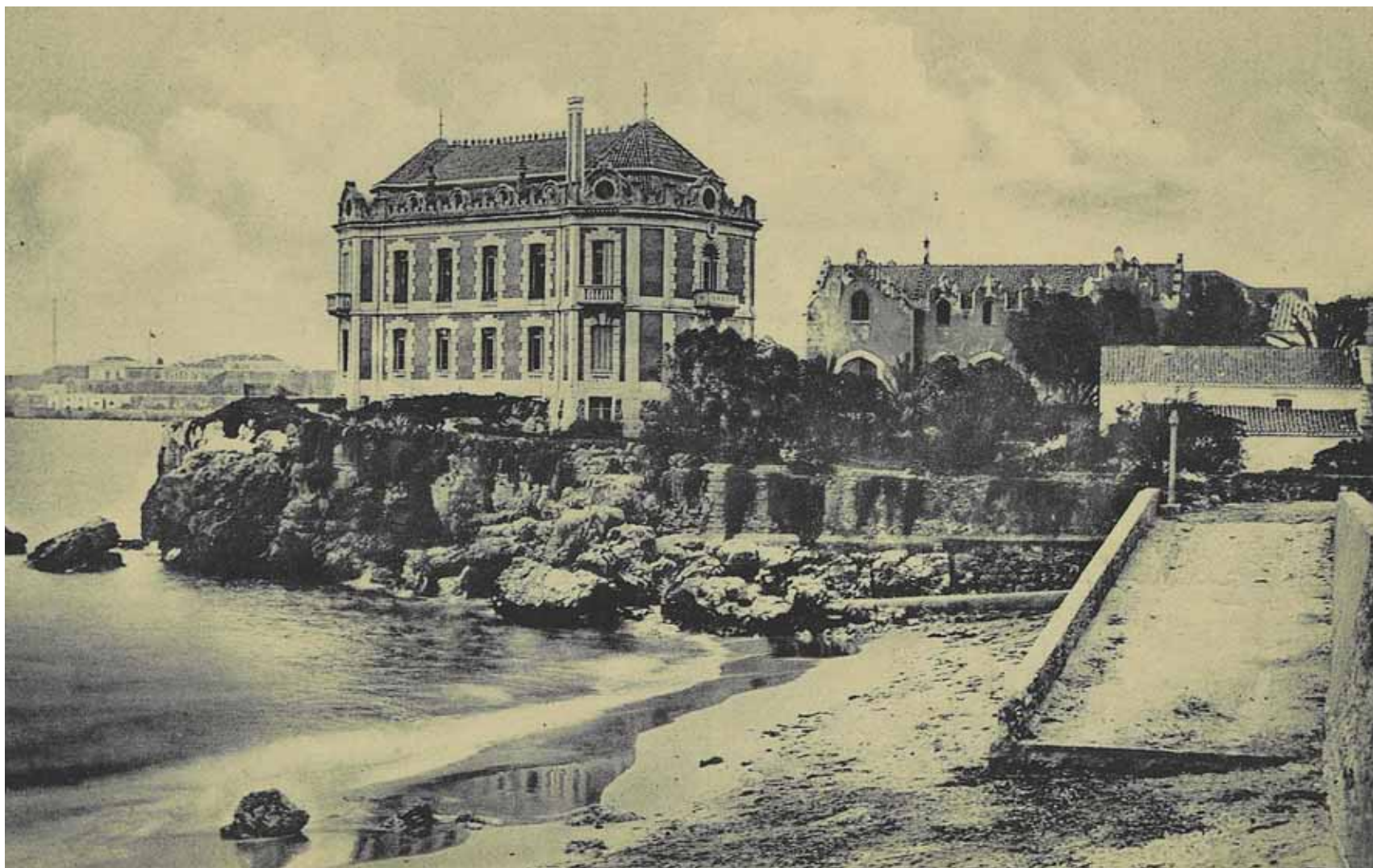
50. *Diário de notícias* (14 de setembro de 1870) p. 1.



Praia da Rainha, em Cascais, ontem e hoje...
AHMCSC/CJSF/CAS/310



«O mais curioso é que as famílias, sujeitando-se voluntariamente a passar a temporada dos banhos habitando umas bicócas sem confronto, sem vista de mar, estando aliás a dois passos da praia, conservavam todavia luxo e grandeza em, pelo menos, três coisas: as pratas, tantas vezes riquíssimas, guarnecendo salas de jantar improvisadas em quartos de paredes caiadas e sobrado roto; os criados com fardas agaloadas, golas ostentando as cores heráldicas e botões de brasão; as carruagens bem postas puxadas por magníficas parelhas bem arreadas»⁵¹



Casa dos Duques de Loulé, junto à Praia da Conceição, em Cascais, c. 1900
AHMCSC/AESP/CMBP/072



Praias da Conceição e da Duquesa, em Cascais. À esquerda encontra-se a casa dos Marqueses de Faial
AHMCSC/CJSF/A/329

«Ninguém poderá edificar, reedificar ou por qualquer modo alterar propriedade de construção urbana nas estradas municipais e nas ruas, calçadas, travessas, becos, largos ou praças do concelho sem licença da Câmara, mediante a apresentação do prospeto em duplicado da obra e a necessária vistoria para se poder marcar o conveniente alinhamento e cotas de nível sob pena de 8.000 réis de multa»⁵²

«O palácio do sr. Conde de Vale de Reis [e Duque de Loulé] está [...] assente sobre rochas [e] é, pela originalidade da sua forma arquitetónica, a edificação que mais prende a atenção de todas as pessoas de Cascais, onde, até hoje, não tem rival e mesmo não consta que no país haja outra semelhante»⁵³

51. BREYNER, Tomás de - *Memórias do Professor Tomás de Melo Breyner*, 4.º Conde de Mafra: 1869-1880. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1930. P. 314-315.

52. AHMCSC/AADL/CMCSC/B-A/005, 10 de junho de 1876, artigo 66.º.

53. BARRUNCHO, Pedro - *Op. cit.* P. 151.



À semelhança das regatas, as touradas impuseram-se como atrativo da vila, que contou com o apoio da Família Real, presente na tribuna

AHMCSC/AFTG/CAM/B/5206

A vila de Cascais transformou-se em local de visita obrigatória, por ocasião da passagem de individualidades por Portugal, como o Rei do Sião ou o Presidente da República Francesa, Émile Loubet, em 1897 e 1905, respetivamente. Na verdade, ainda que se revista de algum simbolismo, nem mesmo o assassinato de D. Carlos, em 1908, cuja presença sazonal se transformara no emblema da vilegiatura cascalense, contrariaria esta tendência, assumindo-se, então, Cascais enquanto estância balnear perfeitamente consolidada. Deste modo, até ao derrube da monarquia, D. Afonso manteve a tradição do banho, encontrando-se, depois, notícias da visita dos Presidentes da República. Manuel de Arriaga foi o primeiro a introduzir este costume, que Óscar Carmona sublimaria, ao transformar o Palácio da Cidadela em residência oficial.⁵⁴

A reestruturação em função da indústria do lazer prosseguiu, aumentando o número de empresas de aluguer de carruagens, casinos

e hotéis. Não obstante, em 1899 anotar-se-ia que «o que vale à gente de certa posição social, que vem passear ou passar uns dias a estes sítios, são os hotéis do Estoril e Monte Estoril, porque em Cascais, a não ser no Hotel Central, onde a mesa é sempre de primeira ordem, não há onde se jante bem, e muito menos onde os exigentes possam hospedar-se a seu contento. É no que Cascais está por enquanto muito pobre».⁵⁵ As insuficiências da vila relativamente ao alojamento pareciam, pois, persistir, ao mesmo tempo que se evidenciava a sua subalternização face aos Estoris.

Na verdade, entre as várias unidades hoteleiras em laboração destacavam-se dois estabelecimentos, que até à inauguração do Palace Hotel, no Estoril, em 1930, se afirmaram como as mais bem apetrechadas do concelho: o Grand Hotel (Estrade) e o Grand Hotel d'Italie, em funcionamento no Monte Estoril desde 1898 e 1899, respetivamente. O mais antigo foi edificado por iniciativa da

54. Cf. COSTA, António José Pereira da [et al.] - *Palácio da Cidadela de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal: Museu da Presidência da República, 2011.

55. *Correio de Cascais* (16 de julho de 1899) p. 2.

Companhia Monte Estoril, cedo passando a ser conhecido por Grand Hotel Estrade, uma vez que o serviço estava «a cargo do sr. E. Estrade, dono do café Montanha, que tomou aquela casa de arrendamento por alguns anos, tencionando tê-la aberta verão e inverno».⁵⁶ Já a construção do segundo, «em edifício vasto e propriamente construído para tal fim»⁵⁷, se deveu a Petracchi Felice, antigo cozinheiro da Rainha D. Maria Pia, que o dotou, mesmo, de estação telégrafo-postal particular.

Para além dos casinos do Monte Estoril, a que já nos referimos, o estabelecimento mais famoso deste tipo continuava a ser o Casino da Praia, acerca do qual se apontaria que «os banhistas têm ali onde se podem distrair; pode mesmo dizer-se que é a única distração que à noite se encontra em Cascais. Passam ali duas horas muito agradavelmente».⁵⁸ Todavia, a proibição do jogo, em 1900, transformaria estes espaços em meros locais de convívio, facto de que o concelho muito se ressentiu, pelo que nem mesmo o polémico projeto, não concretizado, do Casino da Esplanada, de 1902, conseguiu silenciar «o protesto da povoação e da colónia contra a injustiça feita a Cascais, encerrando-se-lhe os seus casinos com o seu jogo e consentindo-os em outras praias».⁵⁹ Em função desta alteração, o estudo da atividade torna-se menos claro, pois, para além do aparecimento de muitos estabelecimentos clandestinos, os antigos casinos, esvaziados da sua função inicial, continuaram a manter a designação de origem.

O mesmo não sucede relativamente ao desporto, que reforçou a sua influência enquanto angariador de visitantes, sobretudo por intermédio da vela. Desta forma, em 1893 disputar-se-ia na baía a primeira *corinthian race* portuguesa, regata em que as embarcações correm tripuladas apenas por amadores. Dois anos depois, Cascais receberia a Taça Vasco da Gama, a primeira regata internacional promovida no nosso país, a que se seguiu, no ano de 1902, uma inédita competição entre *bulb-keels* e a primeira regata oceânica, de Leixões a Cascais. Note-se, porém, que o regicídio conduziria ao término do ciclo mais brilhante da história desta modalidade, que foi particularmente sentido na vila, visto que a *paixão do mar* do monarca não encontrou efetiva continuidade no seu sucessor. Consequentemente, só voltamos a encontrar notícias acerca da organização de regatas na baía em 1912, quando se promoveu uma prova de monotipos movidos a gasolina, para a disputa de uma taça oferecida pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga.

O Sporting Club de Cascais continuou a assumir-se enquanto *rendez-vous* privilegiado para a prática do ténis, ao estabelecer os Campeonatos Internacionais de Portugal, que se realizaram oficialmente a partir de 1902 e de forma ininterrupta até 1973, com exceção dos anos de 1910, 1940 e 1951. Iniciando-se apenas com provas de singulares masculinos e pares masculinos e mistos, agregariam, desde 1905, singulares femininos e, a partir de 1911, pares femininos, ainda que com alguns intervalos. Paralelamente, a Parada promoveria três importantes gincanas automóveis, em 1904, 1905 e 1909, que lhe garantiram destaque na história da modalidade.



Republicanos responsáveis pelo movimento revolucionário no concelho, c. 1910
Ilustração portuguesa, 21 de novembro de 1910

A 5 de outubro de 1910, quando o iate *Amélia* levantou ferro da enseada de Cascais para conduzir o Infante D. Afonso até à Ericeira, onde a Família Real embarcaria com destino ao exílio, já a bandeira verde e rubra da República, que acabara de se implantar, estava pronta para ser içada na Cidadela de Cascais, pela mão de D. Fernando Castelo Branco, que após esse ato resignou ao cargo de Administrador do Concelho. Seria sucedido por João José Dinis, destacado líder republicano local, que se deslocou até à vila, a fim de proclamar o novo regime à janela dos Paços do Concelho, designando como seu secretário o carbonário e republicano Emídio Francisco de Almeida, que já desempenhava as mesmas funções na Comissão Municipal Republicana, fundada na Parede, em 1908.

«Considerando que é de justiça prestar-se homenagem aos que pela liberdade se sacrificaram», introduzir-se-iam, desde logo, mudanças ao nível toponímico, eliminando-se os nomes associados ao antigo regime e homenageando-se o 5 de outubro, a República, a Revolução ou o 31 de janeiro (de 1891) e ainda republicanos ilustres, como Cândido dos Reis, Miguel Bombarda, Heliodoro Salgado ou José Elias Garcia, que disputaram os nomes das avenidas, ruas, passeios e esplanadas do concelho. A I República manter-se-ia-se até 1926, num clima de instabilidade política que se traduziu em governos efémeros e na incapacidade de executar a maioria das reformas de fundo a que se propusera, acelerado pelo fracionamento do Partido Republicano Português. Não obstante, Cascais soube manter-se enquanto a mais famosa praia portuguesa, em função da facilidade de acesso propiciado pelo caminho-de-ferro, que se impusera como o mais poderoso instrumento de desenvolvimento do concelho.⁶⁰

Ao conceito de vilegiaturismo sucedeu o de turismo, pela assunção das preocupações efetivas dos vilegiaturistas, que ganhara protagonismo a partir de 1906, mercê da atividade da Sociedade Propaganda de

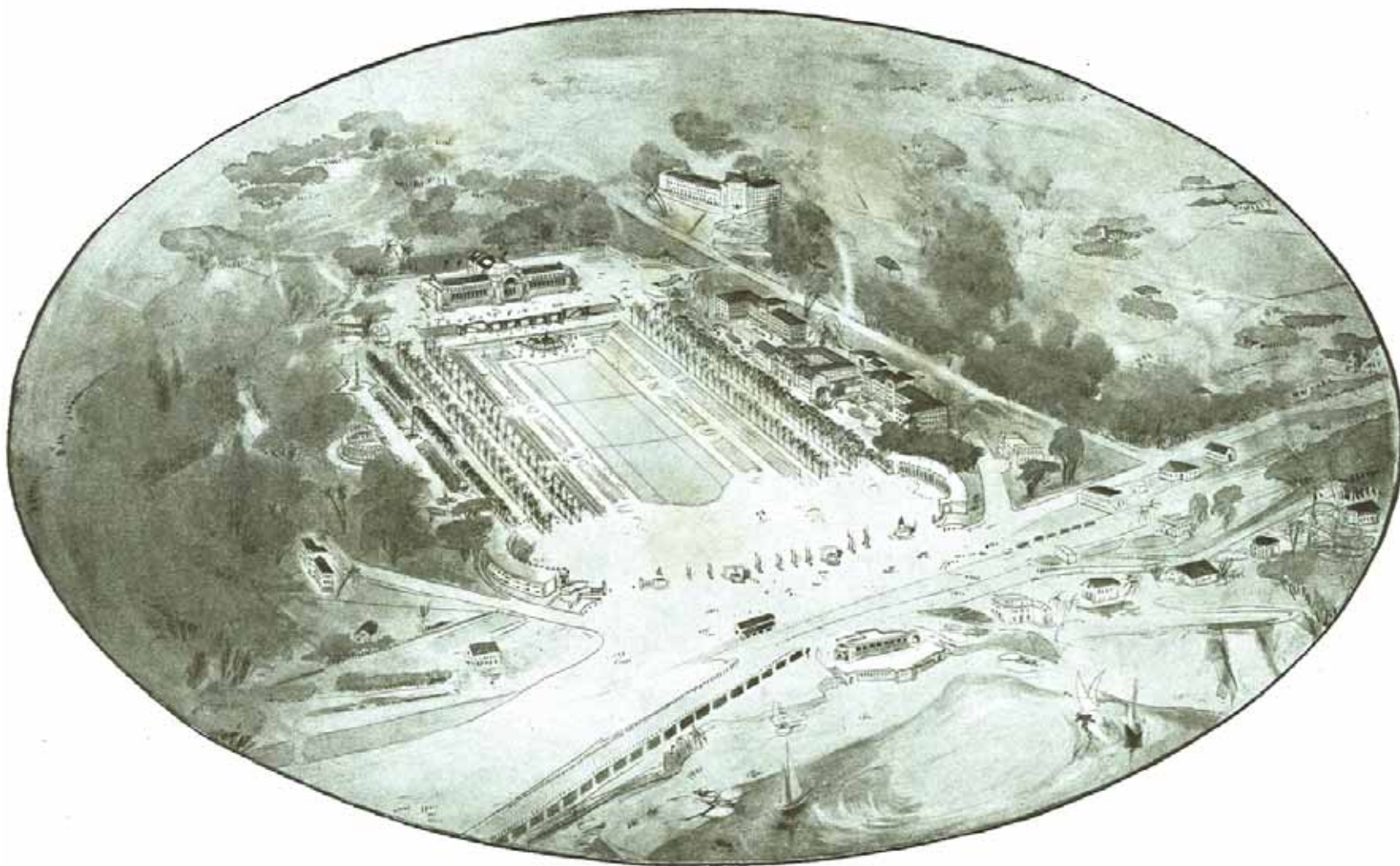
56. *Gazeta dos caminhos-de-ferro* (16 de agosto de 1898) p. 247.

57. *Correio de Cascais* (8 de julho de 1900) p. 4.

58. *Ibidem* (29 de julho de 1900) p. 2.

59. *Ibidem* (20 de julho de 1902) p. 2.

60. HENRIQUES, João Miguel - 1910-1926: a República em Cascais. Cascais: Câmara Municipal, 2010.



Estoril: Estação marítima, climatérica, termal e sportiva, 1914
Coleção do autor

Portugal em benefício da promoção do país neste domínio. Não obstante, a sua consagração apenas se efetivou por ocasião da organização do IV Congresso Internacional de Turismo, em Lisboa, de 12 a 19 de maio de 1911, e da constituição, a 16 de maio, no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo, apoiado por uma Repartição de Turismo. Ainda que, em 1907, o Grand Hotel (Estrade), o Grand Hotel d'Italie e o Royal Hotel, do Monte Estoril, tenham recebido uma recomendação da Sociedade Propaganda de Portugal e de se apontar que «esta estância no conjunto das comodidades, luxo, distrações, recursos terapêuticos é o que há de melhor em Portugal e acha-se em condições de rivalizar com as estações de inverno no Mediterrâneo»⁶¹, o momento mais marcante da história das relações entre a Sociedade Propaganda de Portugal e o concelho de Cascais parece remontar a 15 de maio de 1911, quando os participantes do já republicano Congresso Internacional de Turismo foram obsequiados com uma notável recepção em Cascais.

Em 1914 o município integraria, mesmo, esta associação, num ano em que a ambicionada internacionalização da região enquanto destino turístico se começava a cumprir, por intermédio do projeto do *novo Estoril*, conduzido por Fausto Cardoso de Figueiredo e seu cunhado, Augusto Carreira de Sousa, na sequência da aquisição da Quinta do Viana e do convite ao arquiteto Henri Martinet para o desenvolvimento de um ambicioso projeto turístico, publicitado pela brochura *Estoril: Estação marítima, climatérica, termal e sportiva*.

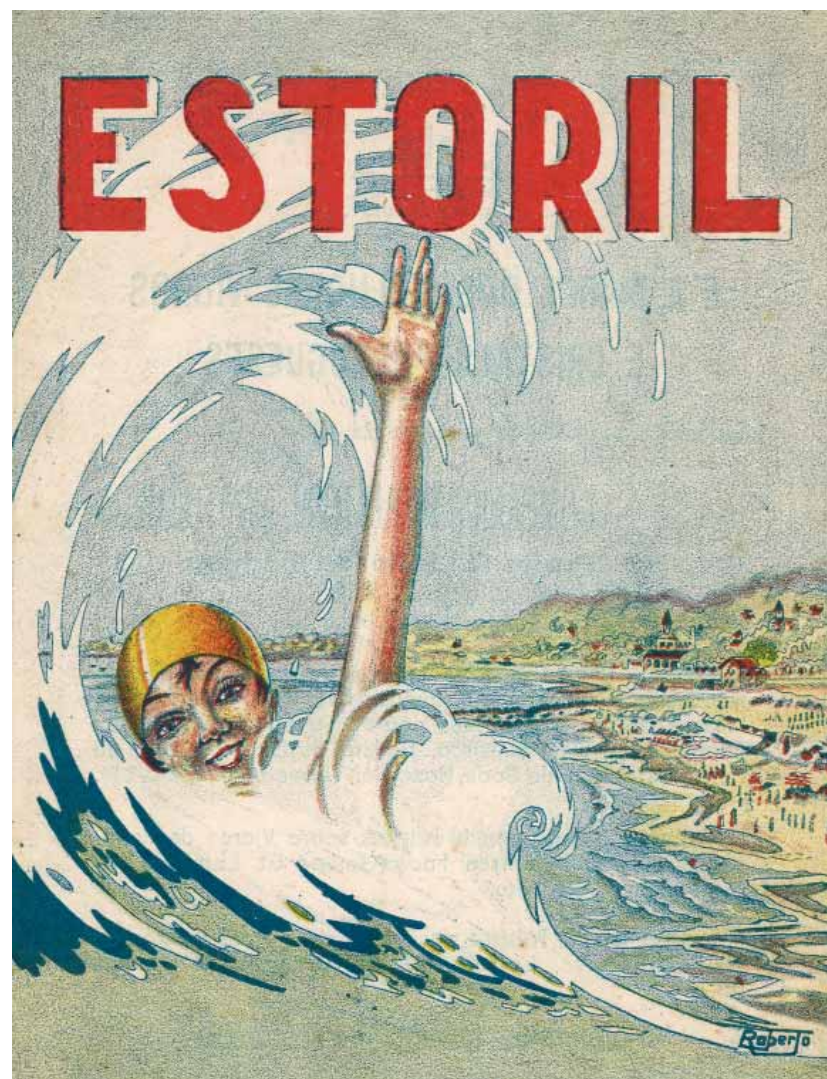
O plano a desenvolver pela Figueiredo & Sousa, Ld.^ª, fundada ainda em 1913, previa que a entrada no complexo turístico, junto à estação do caminho-de-ferro, se processasse por intermédio de uma ampla praça limitada por dois edifícios em forma de meia laranja, onde funcionariam estabelecimentos comerciais de luxo. Perpendicularmente à linha de praia edificar-se-iam duas avenidas de meio quilómetro, marginadas por palmeiras, entre as quais se instalaria uma *pelouse* relvada e cercada

61. *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal* (setembro de 1908) p. 70.

de arbustos. Numa esplanada no topo das avenidas e da *pelouse* construir-se-ia um majestoso Casino e, em cota superior, à esquerda, o Palace Hotel, voltado para o mar. Mais abaixo, junto às Termas, surgiria uma outra unidade hoteleira, de apoio à sua atividade, que comunicava com esta estrutura por meio de uma galeria envidraçada. Já do lado direito, próximo da entrada principal, se projetava o Hotel do Parque, mais modesto que o Palace, a que se seguia um pequeno pavilhão destinado a tratamentos terapêuticos, nomeadamente a banhos de sol, e o Parque, terreno acidentado com dezenas de hectares de pinhal, cortado por pequenos regatos. A alguns metros do Casino erigir-se-ia o Palácio dos Sports, junto ao qual se preparavam espaços para a prática de ténis, patinagem, croquet, cricket, futebol e hipismo. O projeto contava, ainda, com circuito de golfe de cinco quilómetros e dezoito buracos. Também o Casino seria dotado de instalações para a promoção de outras modalidades, como a esgrima e o bilhar, para além de salões de dança e, na parte posterior, de um teatro. Junto à praia instalar-se-iam cabines de banhos de mar, um café-restaurant e um *digue-promenade*, equipamento imprescindível a uma estância turística de nível internacional, enquanto na parte mais elevada do Parque se previa a montagem de um posto meteorológico numa construção rústica, ao estilo das estações alpinas.

À Figueiredo & Sousa sucedeu, em 1915, a Sociedade Estoril, composta pelos mesmos associados para «a fundação e exploração de uma estação de vilegiatura»⁶² num território que, a 18 de setembro desse ano, passou a integrar a nova freguesia do Estoril que, com sede em S. João do Estoril, se compunha das «povoações do Estoril, S. João do Estoril, Cai-Água [atual S. Pedro do Estoril], Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana»⁶³. Todavia, apesar de se prever a conclusão da obra em dois anos, o início da Grande Guerra contribuiria para que nunca se concretizasse plenamente. Apesar de a primeira pedra do casino e das termas ser lançada a 16 de janeiro de 1916, na presença dos chefes de Estado e do Governo, a relação com o arquiteto Martinet findaria, pelo que, pouco depois, se anunciava que António Rodrigues da Silva Júnior o sucedera na condução do projeto. Deste modo, no ano seguinte já se publicitavam as alterações que propusera ao desenho das termas e hotel anexo. A fim de angariar os capitais de que carecia para a prossecução dos trabalhos, a Sociedade Estoril teve de estimular a urbanização e venda de terrenos para a edificação de habitações, promovendo, mesmo, em 1918, um concurso de projetos para o efeito, a que se sucedeu a aquisição de parcelas por parte da Companhia Edificadora Portuguesa, no intuito de construir, por conta própria, prédios para venda. Desta forma, quando, no ano seguinte, se divulgou o plano do Casino do Estoril, modificado por Silva Júnior, já se assistia ao nascimento de uma área residencial, em talhões de dimensão considerável, servidos por vias largas e sinuosas: o Parque Estoril, que, tendo por limites a Estrada de Bicesse, os terrenos do antigo convento, a Estrada Nacional e a área onde se construiria o campo de golfe, dispunha de ruas e avenidas numeradas.⁶⁴

Em 1918, as Termas já se encontravam em funcionamento.⁶⁵ Os mentores do projeto ansiavam, porém, pela sua completa concretização, pelo que, em 1923, fundariam a Estoril-Plage para o efeito, de forma a que a Sociedade Estoril pudesse dedicar-se somente à eletrificação do ramal ferroviário, um dos seus mais ambiciosos planos. Na verdade, apesar de, por decreto de 14 de novembro de 1914, se autorizar o contrato de arrendamento do caminho-de-ferro de Cascais à Sociedade Estoril, este melhoramento apenas se efetivaria a 15 de agosto de 1926, quando esta se transformou na primeira linha portuguesa com tração elétrica. Em janeiro desse ano a imprensa anunciava, ainda, a assinatura de um contrato de arrendamento e exploração dos edifícios do hotel e do estabelecimento termal, propriedade da Estoril-Plage, e o recomeço dos trabalhos de conclusão da obra, visto que «o arrendatário, que é o sr. Alexandre de Almeida, o mais importante hoteleiro do nosso país, [se] propõe [...] instalar naquele edifício o melhor hotel de Portugal».⁶⁶ Pouco depois, anunciava-se, também, a reinauguração das termas.



O novo Estoril continuou a servir-se do mar enquanto imagem de marca
Casino, dezembro de 1928

62. Cf. *Diário de notícias* (31 de março de 1915) p. 6.

63. A paróquia do Estoril foi criada pela lei n.º 447, de 18 de setembro de 1915.

64. Cf. HENRIQUES, João Miguel; PINTO, Helena Gonçalves; MANGORRINHA, Jorge - *O Estoril e as origens do turismo em Portugal: 1911-1931*. Cascais: Câmara Municipal, 2011; HENRIQUES, João Miguel - *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol: fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística: Cascais, 1850-1930*. Lisboa: Colibri; Cascais: Câmara Municipal, 2011.

65. Cf. *Diário de notícias* (25 de agosto de 1918). Não obstante, por portaria de 17 de agosto de 1922 aprovar-se-ia um novo preçário, a pedido da Sociedade Estoril, que atesta, decerto, o início da atividade em novos moldes.

66. *Estoril-Jornal* (16 de janeiro de 1926) p. 8.

A legalização e concessão do jogo, por decreto de 3 de dezembro de 1927, reforçou a vitalidade do projeto, ao criar nos Estoris e na Madeira as únicas zonas de jogo permanente, a explorar em exclusivo pelas empresas escolhidas para o efeito. Deste modo, «no concelho de Cascais só será permitido o jogo de fortuna ou azar em casino ou casinos construídos a oeste de S. João do Estoril», podendo, assim, funcionar vários «estabelecimentos modelares e sumptuosos, satisfazendo a todos os requisitos de luxo, comodidade e conforto exigidos pela vida moderna, com rico mobiliário e utensilagem».⁶⁷ A concessão implicava igualmente o funcionamento de um hotel, tipo Palace, com um mínimo de 300 quartos ou de dois estabelecimentos, com 200 e 100 quartos respetivamente. Afigurava-se, pois, premente, a construção de uma nova unidade hoteleira, que seria, ainda assim, antecedida pela reinauguração da estação do Cais do Sodré, em 1928.

A revista *Casino*, elogiando a obra de Fausto de Figueiredo, já apelidava, nesse ano, o eixo Cascais-Estoril como Costa do Sol, registando que «Costa do Sol é igual a Terra Prometida»⁶⁸... A região impunha-se, então, como palco de importantes eventos, de entre os quais importa destacar, a 6 de outubro de 1929, a I Feira de Amostras do Estoril, iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, precursora da Feira Internacional de Lisboa, cuja inauguração contou com a presença do Chefe de Estado e de vários membros do Governo. Não obstante, o ano seguinte pareceu, ainda assim, ter sido o da verdadeira efetivação do projeto, quando «uma empresa estrangeira tomou posse da conceção do jogo no Estoril». Todavia, como «encontrou o hotel construído em péssimas condições que [...] obriga a avultadas despesas da transformação e das obras do grande Casino nada aproveitada, vai ser tudo demolido, para se dar início a uma nova construção em betão armado».⁶⁹



Panorâmica do Parque Estoril, em que se evidenciam as Arcadas e os Hotéis Palácio e do Parque, para além dos alicerces do Casino
AHMCSC/AESP/CJSF/H/059

A 30 de agosto de 1930 inaugurar-se-ia o Palace Hotel – o atual Hotel Palácio – com projeto do arquiteto Raul Jourde e do decorador M. Fitté. A construção fora da responsabilidade de E. Reynès e a exploração entregue à Sociedade Arrendatária Internacional, tendo, no dia anterior, Fausto de Figueiredo oferecido um chá aos representantes da imprensa na esplanada do Tamariz, para os convidar, depois, a visitar a nova unidade, dotada de duzentos quartos, de cem casas de banho e de suites no corpo central. De acordo com a tradição, os seus primeiros hóspedes oficiais foram o Príncipe Takamatsu, irmão de Hirohito, Imperador do Japão, e a esposa, a princesa Kikuko, que aqui pernoveram de 9 a 11 de novembro de 1930, em lua-de-mel. Entretanto, ao edifício das Termas, que se tornaria famoso pela piscina, também já fora acoplado o Hotel do Parque, aberto ao público a 27 de julho de 1929. Por sua vez, no início de setembro de 1930, o apeadeiro do Estoril seria transformado no *terminus* do *Sud-Express*, que ligava a estância a Paris⁷⁰, a que se seguiria a notícia de que a «Nova Empresa Concessionária [...] também está construindo de sua conta o novo Casino»⁷¹, inaugurado a 15 de agosto de 1931, com plano distinto do inicial, bem ao gosto dos primeiros projetos modernistas que então despontavam no Estoril.

Ainda que, em termos turísticos, Cascais cedesse o seu protagonismo ao Estoril, a sede do concelho não deixou de ser alvo de importantes melhoramentos, caso do saneamento da Ribeira das Vinhas, projetado por Silva Júnior, que em 1929 ainda não se encontrava completamente terminado. Mercê da filantropia do Conde de Castro Guimarães, que, em 1927, legaria ao concelho, por testamento, a Torre de S. Sebastião, com recheio e parque anexo, na condição de serem transformados em museu, biblioteca e jardim públicos, assim como parte da herança para despesas de manutenção e enriquecimento de coleções, a vila passaria a dispor de um novo atrativo: o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, oficialmente inaugurado a 12 de julho de 1931. A região continuou, assim, a captar visitantes, «contando [já em 1925] com uma população flutuante de mais de 50 000 pessoas»⁷², num período em que a noção de percurso turístico se robusteceu, nomeadamente por intermédio do estabelecimento de uma carreira de autocarros entre o Estoril, Cascais e Sintra.

Por esta altura, a apetecível Marinha foi alvo de um tentativa de urbanização, por iniciativa da Sociedade Comercial Financeira, Ld.^a, que desde 1921 divulgou as potencialidades da zona, promovendo um significativo conjunto de eventos, entre os quais se destacariam os concursos hípicas. Os planos eram, porém, mais ambiciosos, visto que se projetara o estabelecimento de uma linha de tração elétrica de Cascais à Praia do Guincho, na extensão de oito quilómetros, nunca concretizada. Já o Monte Estoril iniciaria um lento processo de subalternização face ao Estoril, à semelhança de S. João do Estoril, que se ressentiu do encerramento dos Banhos da Poça, em 1922. Quatro anos depois, Cai-Água passou a designar-se S. Pedro do Estoril, mudança que parece atestar a dinâmica da localidade em que se instalara, a partir de 1927, a benemérita Colónia Balnear Infantil de O Século. O desenvolvimento da vizinha Paredo foi igualmente notável,

67. Deveriam, ainda, dispor de «1.º Salões destinados a jogo de fortuna ou azar, dispostos de modo a não poderem ser vistos de qualquer outra dependência do casino ou do exterior e com entradas e saídas inteiramente independentes; 2.º Grande hall, salões de dança, de restaurantes, de jogos de vaza, de leitura, de fumo, de exposição e conferências, teatro e cinema, tudo com as instalações acessórias indispensáveis e necessárias para garantir o bom funcionamento geral do casino; 3.º Um parque com campos de jogos atléticos e desportivos e jardins, tudo convenientemente vedado por meio de gradeamento artístico; 4.º Uma esplanada sobre o mar, com as possíveis condições de grandeza, comodidade e conforto modernos; 5.º Um estabelecimento de banhos de mar quando na zona haja praia suscetível de nela ser construído tal estabelecimento em condições confortáveis».

68. *Casino* (14 de outubro de 1928) p. 18.

69. *Jornal de Cascais* (20 de fevereiro de 1930) p. 3.



Solário da Parede

AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001/004/0027

assumindo-se enquanto área privilegiada para a cura e profilaxia de vários males físicos, em função da praia e do sol. Mercê da divulgação das razões da fixação do Sanatório de Sant'Ana, o número de visitantes aumentou de forma extraordinária, transformando-se os tabuleiros – macas montadas sobre carrinhos de quatro rodas – num dos ícones da região, como o denota, aliás, a construção de rampas, a adaptação de várias habitações e, em 1930, a inauguração de um Solário.

Na sequência da evolução registada, a indústria do lazer robustecer-se-ia visivelmente, como se deteta no *Anuário Comercial*. Em 1915 o concelho parecia dispor de sete unidades hoteleiras: o Bristol Hotel, o Riviera Hotel, o Hotel Miramar, o Grand Hotel Monte Estoril – antigo Estrade – o Grand Hotel d'Italie, o Hotel de Paris e o Hotel Savoy; bem como de seis estabelecimentos identificados como casinos, apesar da

proibição do jogo: Baía de Cascais, Monte Estoril, Oceano, Sporting Club, Club Internacional e Casino Português... Quinze anos depois, de acordo com a mesma fonte, possuía supostamente uma hospedaria, duas pensões e nove hotéis: um em Cascais, três no Monte Estoril, três no Estoril, dois em S. João do Estoril e um na Parede. A subalternização da sede do concelho neste domínio também se acentuara, pois, ainda que outrora apenas se fizesse sentir em relação ao Monte Estoril, fora, então, quantitativa e qualitativamente ultrapassada por um conjunto significativo de localidades.

No que concerne aos casinos, nesse ano ainda se regista a laboração de quatro unidades, cuja verdadeira função está por estudar. Recorde-se, neste contexto, o abaixo-assinado enviado à Comissão Executiva Municipal, em 1920, por um grupo de vinte e sete americanos e ingleses,

70. Em junho de 1930 publicitava-se que «a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses já está estudando a ligação do Sud-Express para a linha de Cascais, de forma que uma das carruagens e um dos "fourgons" daquele comboio de luxo conduzam diretamente do estrangeiro para o Estoril, sem necessidade de mudança de comboio nem de verificação de bagagens em trânsito, os passageiros que se destinam à Costa do Sol». *O Estoril* (22 de junho de 1930) p. 2.

71. *Ibidem* (31 de agosto de 1930) p. 1.

72. *A voz republicana* (26 de julho de 1925) p. 1.

para a reabertura do Casino Internacional do Monte Estoril, que o Governador Civil não autorizaria, por se tratar de um estabelecimento destinado à prática de jogos de azar. Todavia, seis anos mais tarde anunciar-se-ia que «encerraram as suas portas no dia primeiro do corrente os Casinos Português e Stranger's Casino, tendo-se associado as respetivas empresas para fazer a exploração do Grande Casino Internacional, onde continuam havendo como anteriormente sessões cinematográficas seguidas de baile».73 Desde então, a sua atividade consolidar-se-ia, impondo-se como sala de espetáculos de primeira ordem, que os especialistas consideram, mesmo, o berço do jazz em Cascais74.

O desporto manter-se-ia como um dos principais atrativos do concelho, diversificando inclusivamente a sua oferta. Apesar de o futebol se transformar na modalidade mais apreciada, o ténis, a vela, o remo e a esgrima mantiveram o prestígio, enquanto o hipismo, o automobilismo e o golfe cativavam novos admiradores. No que concerne ao ténis, importa recordar a presença do campeão espanhol Manuel Alonso

nos Campeonatos Internacionais de Portugal de 1919, 1920 e 1921. Este último contou, também, com o campeão francês Jean Borotra, que no ano seguinte voltou a pisar os courts da Parada, à semelhança da supercampeã Suzanne Lenglen, em 1923. Ainda que os campeonatos realizados no Sporting Club de Cascais fossem a competição mais prestigiada, o ténis alargaria a sua área de influência, pelo que já em 1928 recolhemos notícias acerca da promoção de um campeonato no campo do Parque Estoril, dirigido pela Federação Portuguesa de Lawn-Tennis.

A Grande Guerra, na qual Portugal ingressaria oficialmente em 1916, também influenciou a prática da vela, decorrendo, nesse ano, a última grande regata da década em Cascais, em que, por iniciativa da Associação Naval e com o apoio do Clube Naval de Lisboa, se promoveu uma inédita competição entre quatro *out-riggers* e disputou a *Taça Birch*, o primeiro troféu nacional de pólo aquático. Esta tradição apenas seria restabelecida em 1927, pelo Clube Náutico de Portugal que, no ano seguinte, ao organizar nova competição, apresentou a



A oferta turística dos Estoris reforçou-se consecutivamente, encontrando no desporto um precioso aliado
AHMCSC/AESP/CJSF/H/086

73. Estoril-jornal (27 de março de 1926) p. 4.

74. Cf. SANTOS, João Moreira dos - Jazz em Cascais: Uma história de 80 anos: 1928-2008. [S.l.]: Casa Sasseti, 2008.

nova classe de monotipos CNP, proporcionando, assim, ao público e aos velejadores, provas entre barcos idênticos, de baixo custo, que podiam efetuar o seu percurso ao alcance da vista dos espetadores. Mantiveram-se igualmente as touradas, inaugurando-se, em 1915, uma nova praça, no sítio da Vista Alegre, por iniciativa do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, a que se sucederia, no ano seguinte, uma nova arena, no Alto do Lombo, também em Cascais.

Para além da Marinha, o hipismo conquistaria, ainda, o Estoril, como o atesta a promoção, em 1915, do I Concurso Hípico Internacional, acerca do qual se noticiou que «pelo número de concorrentes desde já inscritos e pelo valor dos prémios é de esperar que seja uma festa que não mais será esquecida por todos que a ela assistirem»⁷⁵. Outra das modalidades que então mais se divulgou foi o automobilismo, visto que, nesse mesmo ano, por meio da adaptação da pista do Concurso Hípico, o Automóvel Club de Portugal organizaria a I Gincana do Estoril, evento que bisou em 1916 e ao qual se sucederam importantes competições, como a Prova de Resistência e Consumo Lisboa-Sintra-

Cascais-Lisboa, quatro anos depois; ou o I Circuito do Estoril, em 1925. Destaque-se, por fim, a difusão do golfe, pois ainda que o Club de Golf do Estoril tivesse apenas sido fundado em 1945, este desporto já se praticava na região pelo menos desde 1929.

A afirmação do concelho de Cascais enquanto destino turístico não se efetivou, contudo, apenas por intermédio da iniciativa particular, pois, como advertiria Rocha Martins, em 1925: «Na hora em que funcionar um hotel grandioso e houver um comboio rapidíssimo, elétrico – o que se prepara – terá terminado o trabalho do iniciador e começará – ai de nós! – o dos governos».⁷⁶ Este processo de transição – de que o Estado Novo beneficiaria, aperfeiçoando, em seguida – iniciara-se pouco antes, quando, por lei de 23 de abril de 1921, se fundaram «em todas as estâncias hidrológicas e outras – praias, estâncias climatéricas, de altitude e de repouso, de recreio e turismo – comissões de iniciativas com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus fregueses um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando



Regata de monotipos CNP, ao largo do Estoril, em 1929
AHMCSC/AFTG/CAM/A/III

75. *A nossa terra* (4 de julho de 1915) p. 3. O evento repetiu-se em 1920.

76. *Estoril-Jornal* (12 de dezembro de 1925) p. 1.

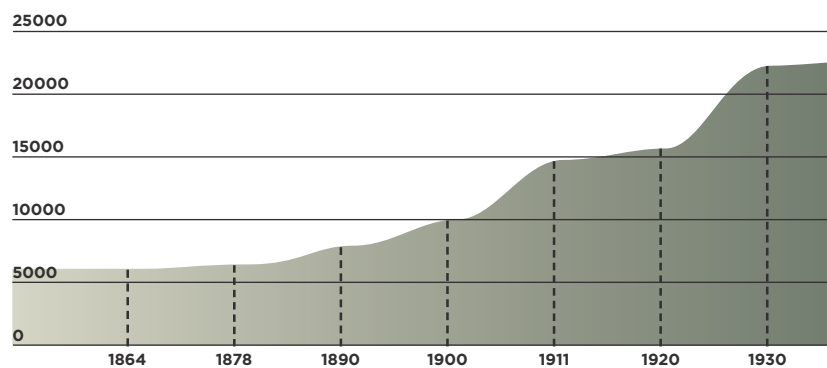
iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo». Fundar-se-iam, em seguida, duas estâncias hidrológicas no concelho: a do Estoril e a dos Banhos da Poça, definindo-se, também, a «área em que superintendem as comissões de iniciativa», que se estendia pelo Monte Estoril, Estoril, Alto do Estoril e S. João do Estoril.

Ainda que, por decreto de 24 de fevereiro de 1922, o Administrador do Concelho dispusesse de vinte dias para proceder à instalação da comissão, seria por intermédio do Delegado da Sociedade Propaganda de Portugal em Cascais que, a 7 de maio desse ano, se empossaria, na sala de sessões da Câmara Municipal, a Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais.⁷⁷ Pouco depois, equacionando a multiplicidade da oferta turística do concelho, por decreto de 5 de junho de 1922, estabelecer-se-ia que «a área das estâncias hidrológicas de praias, climatérica, de repouso, de recreio e de turismo seja uma única, abrangendo todo o concelho de Cascais, sob a superintendência de uma só comissão de iniciativa», que novo diploma reconfirmaria no ano de 1924. Desde então, a Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais, em estreita colaboração com a Câmara Municipal, garantiu, a par da iniciativa particular, projetos de embelezamento das zonas mais visitadas do litoral, nomeadamente em Cascais, no Monte Estoril e na Parede, de entre as quais importa destacar, em 1928, o cofinanciamento do alcatroamento das principais ruas das povoações marginais do concelho e do Solário da Parede, para além da propaganda turística.

O eixo Cascais-Estoris pôde afirmar-se definitivamente enquanto zona de lazer privilegiada, que a Estoril-Plage comercializaria, sobretudo a partir de 1930, substituindo a antiga *Riviera Portuguesa* pela *Costa do Sol*, designação oficializada por decreto de 22 de maio de 1935, que passou a abranger parte dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais.⁷⁸ Ao definirem-se as circunscrições desta região regulou-se, também, a sua urbanização, de acordo com um Plano aprovado pelo Governo, sob a supervisão do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol. O projeto foi coordenado por Alfred Agache até ao final do primeiro mandato de Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em 1936, apenas voltando a ganhar novo alento por ocasião do regresso deste estadista ao ministério, dois anos depois, quando encarregou da sua revisão Etienne de Gröer, que já se encontrava incumbido do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa e do Plano da Vila de Sintra.

Entre 1864 e 1930 a população do concelho avançou de 6 365 para 22 543 habitantes, o que representa um crescimento superior a 354%, particularmente sentido no litoral, pelas razões explicitadas. Não obstante este protagonismo em função da facilidade de transporte e do (vilegia)turismo, as localidades do interior do concelho saberiam manter a sua identidade, assegurando a preservação das tradições agrícolas e da extração e preparação da pedra, ao mesmo tempo que

População do concelho de Cascais [1864-1930]



beneficiavam dos confortos da modernidade.

O triunfo do associativismo, reflexo da necessidade de organização das comunidades de forma a suprir carências das mais diversas índoles, denuncia esta evolução de forma expressiva. Na verdade, ainda que a pioneira Sociedade Filarmónica Cascaense, fundada em 1868, já não exista, à semelhança de outras congéneres que a sucederam, são ainda muitas as associações nascidas no período em análise que ainda hoje se podem orgulhar de continuar a receber os seus membros, como acontece, no território da atual união das freguesias de Cascais e Estoril, com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais, antiga Associação Humanitária e Recreativa Cascaense (2 de fevereiro de 1886); a Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril (12 de março de 1911); a Associação Empresarial do Concelho de Cascais, sucessora da Associação Comercial e Industrial de Cascais (1 de março de 1913); a Sociedade Musical de Cascais (11 de maio de 1914); o Grupo Dramático e Sportivo de Cascais (13 de maio de 1915); a Associação Humanitária de Bombeiros dos Estoris (31 de janeiro de 1923); a Sociedade Propaganda de Cascais (12 de março de 1934) ou o Clube Columbófilo da Costa do Sol (17 de outubro de 1936). O mesmo sucede na área da atual união das freguesias de Carcavelos e Parede, representada pela Sociedade Musical União Paredense (4 de março de 1899), Sociedade Recreativa e Musical de Carcavelos (13 de outubro de 1901), Associação Escola 31 de Janeiro (31 de janeiro de 1911), Associação dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos - S. Domingos de Rana (2 de julho de 1911), Grupo Sportivo de Carcavelos (5 de março de 1921), Grupo Musical e Recreativo Murtalense (24 de janeiro de 1924), Parede Futebol Clube (8 de fevereiro de 1928), Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva (27 de janeiro de 1931) ou pela Associação de Beneficência e Socorros Amadeu Duarte, dos Bombeiros Voluntários da Parede (9 de agosto de 1926).

A freguesia de Alcabideche, já sem a memorável Associação de Socorros Mútuos de S. Vicente de Alcabideche, fundada a 2 de março de 1892, também daria provas da sua vitalidade neste domínio, como o atesta a fundação do Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro de Manique de Baixo (31 de janeiro de 1913), do Grupo Recreativo Futuro Alvidense, atual Sociedade Musical Sportiva Alvidense (3 de fevereiro

77. Em 1937 passaria a designar-se Junta de Turismo de Cascais e, em 1957, Junta de Turismo da Costa do Sol, a que se seguiu, em 1979, a denominação Junta de Turismo da Costa do Estoril, que utilizou até à sua extinção, no ano de 2008.

78. Por decreto de 18 de maio de 1937, fundar-se-ia a Junta de Turismo de Cascais, que sucedeu à Comissão de Iniciativa. Já a 26 de julho de 1957, novo decreto estabeleceria que a zona de turismo passava a coincidir com a do concelho e que o órgão responsável pela sua administração se designaria por Junta de Turismo da Costa do Sol. Esta denominação desapareceu a 31 de maio de 1979, para dar lugar à de Junta de Turismo da Costa do Estoril, cuja extinção foi, por sua vez, anunciada em 2008.

de 1919), da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche, pela fusão do Grupo União Alcabidechense, em atividade desde 1910 e da Estação de Serviço Contra Incêndios n.º 2, que desde 1911 a Associação Humanitária e Recreativa Cascaense montara na localidade (5 de janeiro de 1927); do Grupo de Instrução Musical de Bicesse (25 de janeiro de 1930); do Grupo Musical e Desportivo 1º de Julho de Alcoitão (1 de julho de 1931); do Grupo de Instrução Popular da Amoreira (2 de junho de 1934); do Grupo Recreativo e Familiar de Murches (20 de dezembro de 1937) ou da Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira (4 de janeiro de 1938). Recorde-se, ainda, a relevantíssima atividade associativa desenvolvida no território da atual freguesia de S. Domingos de Rana, representada, no período em questão, pela Troupe União 1º de Dezembro Caparidense (1 de dezembro de 1913), Grupo Recreativo e Dramático 1º Maio de Tires (1 de maio de 1919), Estudantina Recreativa de S. Domingos de Rana (26 de março de 1926), Grupo de Instrução Musical e Desportivo de Abóboda (1 de abril de 1930) ou pelo Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce (9 de abril de 1931).

A rápida ligação à capital propiciada pela nova Estrada Marginal acelerou a mutação do concelho, estimulando a paulatina reconversão das localidades do interior, em nome de um progresso de que se dará notícia no capítulo final desta obra, assim como a ascensão da Costa do Sol enquanto a mais importante estância de turismo internacional do país, tanto mais que os seus hotéis se associariam à passagem, circulação e permanência de muitos estrangeiros em contexto de guerra. Desta forma, logo em 1936 chegaram diversos espanhóis fugidos à Guerra Civil que fustigava o seu país, sendo ainda hoje recordado o acidente de avião ocorrido nesse ano na Areia, que vitimou o General Sanjurjo, com quartel-general no concelho desde 1934. Com o início da II Guerra Mundial surgem também os primeiros apátridas, antigos alemães agora sem nacionalidade. Ainda assim, o maior êxodo ocorreria – como se perceberá nas páginas seguintes – após a invasão de França, em 1940, mercê da neutralidade portuguesa no conflito, deslocando-se, então, até Cascais milhares de estrangeiros em fuga, que aqui permaneceriam apenas o tempo necessário para depois rumarem a uma nova vida longe das suas pátrias.



Construção da Estrada Marginal, em Carcavelos, d. 1940
AHMCSC/AFTG/CAM/B/048



Vista aérea do Estoril, c. 1930
AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/004/073/0625

Turismo forçado na Costa do Sol durante a II Guerra Mundial¹

por Irene Pimentel

Durante a II Guerra Mundial, a Costa do Sol, e em particular o Estoril, viveu curiosa e contraditoriamente um período de pujança. Aliás, num momento em que a Europa estava a ferro e fogo, com populações a ser bombardeadas e a fugir pelas estradas, com cidades na penúria, com lojas vazias e escurecidas pelo *black-out*, o pequeno país pobre e isolado que era então Portugal tinha inaugurado orgulhosamente a Exposição do Mundo Português, em Belém, nos arredores de Lisboa e a caminho da Costa do Sol, através de uma estrada marginal, que seria em breve inaugurada. Num período, onde na Europa quase só a Suíça permanecia um país de turismo – e lembre-se que os turistas à época constituíam uma pequeníssima elite – essa exposição só atraía porém os portugueses, alguns espanhóis e brasileiros, a maioria convidados pelo governo português.

No entanto, os anos da II Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, não deixaram de ser em Portugal de «turismo forçado» para muitos dos perseguidos e fugidos à guerra e às perseguições racistas e políticas do nacional-socialismo e de outras ditaduras europeias anti-semitas do centro da Europa. De facto, paradoxal e ironicamente, foi num país onde vigorava uma ditadura nacionalista com simpatias pelo anti-demo/liberalismo e anti-comunismo do nacional-socialismo alemão que alguns perseguidos por Hitler e pelo seu regime encontraram um porto de abrigo transitório.

As circunstâncias geo-políticas da neutralidade portuguesa no quadro da aliança com a Inglaterra e, por outro lado, as diferenças entre o Estado Novo – com uma ideologia conservadora e católica na qual não cabia o anti-semitismo – e o regime nazi – totalitário, expansionista, racista e genocida – possibilitaram que as autoridades portuguesas tolerassem a estadia de refugiados no País. Os refugiados que alcançaram Portugal – o que já era difícil – não deixaram, no entanto, de sentir grandes dificuldades, provocadas pelas autoridades do país.

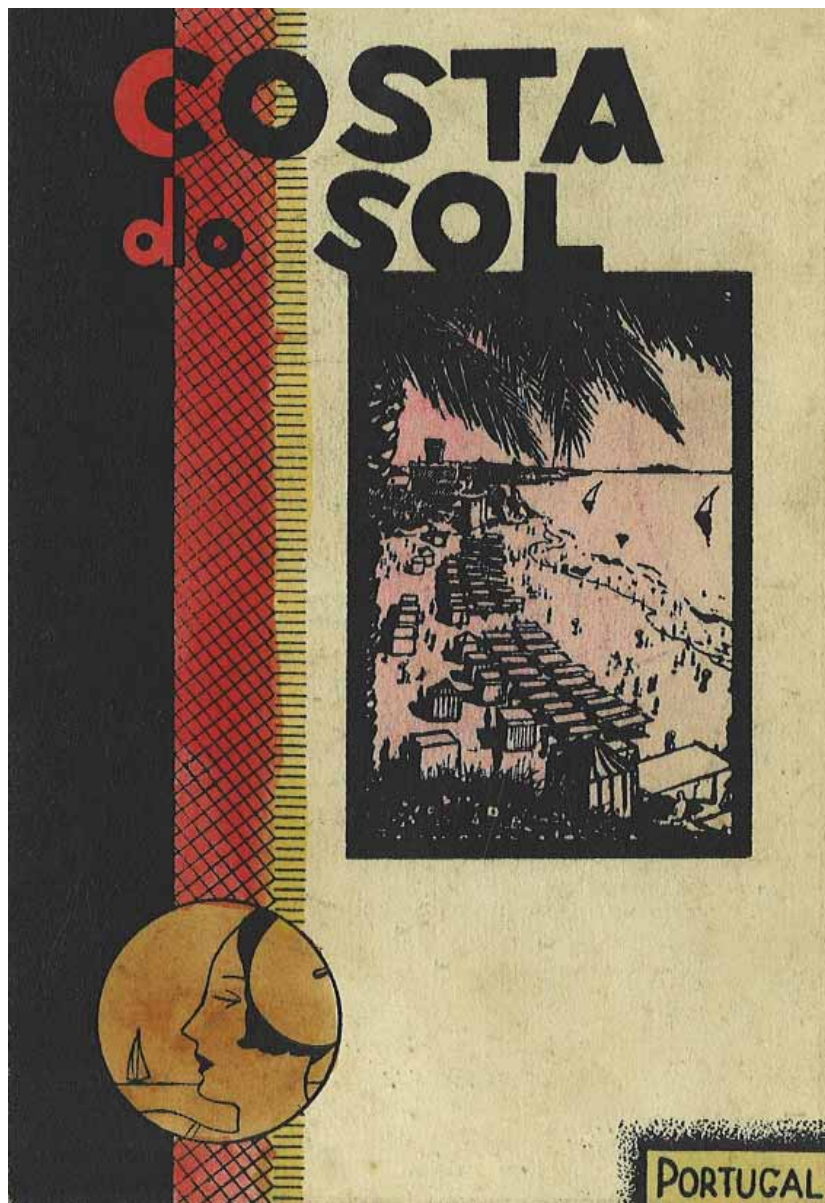
A partir de 1933, ano da institucionalização do Estado Novo português e da subida de Hitler ao poder na Alemanha, alguns judeus alemães, com uma percepção precoce das prováveis consequências do anti-semitismo nazi, haviam “imigrado” para Portugal, país onde, na época, podiam entrar sem visto e trabalhar, desde que não fosse por conta de outrem. Em 1936, no ano que o regime salazarista mais se assemelhou ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão – veja-se a criação, nesse ano, da Mocidade Portuguesa, da Legião Portuguesa e do campo prisional do Tarrafal – com os quais compartilhou o mesmo apoio ao campo “nacionalista” na guerra civil espanhola recém-iniciada, os que fugiam ao nazismo começaram a sentir as primeiras limitações à concessão de vistos².

1. Este texto não foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

2. PIMENTEL, Irene Flunser - *Judeus em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial: em fuga de Hitler e do holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.

Dificuldades de refúgio em Portugal

Depois, as restrições à entrada em Portugal foram-se tornando tanto maiores quanto mais numeroso era o afluxo de pessoas que necessitavam de salvar a vida através de Portugal. Em 28 de Outubro de 1938, após o *Anschluss* austríaco – anexação da Áustria pela Alemanha – da instauração das leis anti-semitas na Itália e da inserção da letra «J» nos passaportes dos judeus alemães, a duração do visto turístico português – concedido por três meses – foi reduzida para trinta dias³. A partir de Novembro de 1939, depois do início da guerra, os diplomatas portugueses viam-se obrigados a consultar o Ministério dos Negócios Estrangeiros – cuja pasta estava nas mãos de



AHMCSC/AESP/CJSF/H/027

Salazar – antes de concederem um visto, entre outros, a “apátridas” e a “judeus expulsos dos países da sua nacionalidade”, precisamente os refugiados mais ameaçados pelo nacional-socialismo⁴.

Lembre-se que, um ano antes, os nazis tinham começado a carimbar a letra «J» nos passaportes dos judeus alemães e austríacos, o que facilitava os propósitos das autoridades portuguesas que, para travar a entrada em Portugal de refugiados, discriminavam, pela primeira vez, determinados grupos nacionais, culturais e religiosos, em particular os judeus. No dia da ocupação de Paris pelos alemães, em 14 de Junho de 1940, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou aos consulados portugueses uma circular onde se especificava que, a partir de então, só poderiam conceder o visto de trânsito aos refugiados que possuíssem o visto do país de destino – sobretudo o americano – e uma passagem aérea ou marítima para prosseguirem viagem⁵. No entanto, uma coisa eram as ordens do ditador e da sua polícia política e outra o que efectivamente aconteceu.

É que com a ocupação da França e a chegada das tropas alemãs aos Pirenéus, uma enorme torrente de refugiados teve de procurar abrigo na Península Ibérica e, em particular, em Portugal, país virado para o Atlântico, que se tornara um dos únicos portos neutrais, com ligações marítimas para o «novo mundo». A França tinha-se tornado numa armadilha e, até na sua zona não-ocupada, os judeus e perseguidos políticos anti-nazis estavam ameaçados de serem entregues aos nacional-socialistas, conforme estipulava o artigo 9 do Armistício, assinado entre a Alemanha hitleriana e o regime de Vichy, em 22 de Junho.

Milhares de refugiados, a maioria dos quais munidos de vistos concedidos pelo côsul em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, chegaram à fronteira portuguesa. Lembre-se que este diplomata resolveu conceder no sul de França, contra as ordens de Salazar, vistos a todos os que o solicitavam, sem olhar a «raça», «religião» ou fortuna dos fugitivos⁶. Augusto d'Esaguy, da Comissão de Assistência aos Judeus Refugiados em Portugal, daria conta, em Junho de 1940, que o número de refugiados no país tinha aumentado para 10.000, de uma noite para a outra, e que, numa única semana, se juntaram cerca de 18.000 estrangeiros, na fronteira de Vilar Formoso⁷.

Segundo uma estimativa da Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) e do American Joint Distribution Committee (organização norte-americana judaica de apoio aos judeus perseguidos), entraram em Portugal, até Agosto de 1940, cerca de 12.000 refugiados, número que aumentou para 14.000, em Novembro⁸. A mesma organização Joint assinalaria que, entre Junho de 1940 e Maio de 1941, passaram por aqui cerca de 40.000 pessoas, parte das quais foram colocadas fora de Lisboa, à espera de partirem de Portugal, pois apenas se aceitava que o país fosse uma via de trânsito além-Atlântico, e não de exílio definitivo⁹.

Por seu turno, o correspondente do *New York Times* em Lisboa, James Reston, noticiou que, no final de Agosto, havia 11.000 refugiados

3. Circular n.º 10 do M.N.E., cf. SCHÄFER, Ansgar - Obstáculos no caminho para a liberdade: o governo português e os refugiados durante a Segunda Guerra Mundial. *Aspectos e tendências de estudos germanísticos em Portugal*, (Dezembro 1992). P. 42; SCHÄFER, Ansgar - *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*. [Lisboa]: UNL-FCSH, 2002. Tese de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX.

4. Circular n.º 14 do MNE, AHD do MNE, Repartição da Administração Consular, r./c. 779.

5. Circular telegráfica n.º 23 do MNE, Idem, 2.º piso, A43, M122; Processo disciplinar de Aristides Sousa Mendes; SCHÄFER, Ansgar - *Obstáculos para o caminho da liberdade [...]*, P. 43.

6. AFONSO, Rui - *Um homem bom: Aristides de Sousa Mendes, o "Wallenberg" português*. Lisboa: Caminho, 1995.

7. ESAGUY, Augusto de - *Two addresses*. Lisboa: Império, 1950.

8. *Portugal and the refugee problem*. YIVO, RG 245.4, Series XII, Portugal B 59; *Resum of JDC's operations on behalf of refugees in Portugal*, 26/11/1940, JDC, Portugal 896.

9. Idem.

nessa cidade. Destes sobravam, em Dezembro, cerca de 8.000, 90% dos quais eram judeus, com vistos de trânsito ou de destino inválidos. «O governo português deixou-os vir até Portugal desde que tivessem vistos» - continuava a notícia - e «os refugiados em desespero arranjaram qualquer espécie de visto - chinês, cubano, siamês ou de países da América do Sul - mas sem meios nem transporte para atingir esses países»¹⁰.

A PVDE, que vigiava as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, confirmou essa situação, ao dar conta que houve, nesse ano de 1940, 43.540 entradas de estrangeiros e 36.579 saídas, o que deu uma fixação positiva de 6.961¹¹. Por outro lado, hospedaram-se, nesse ano, em hotéis e pensões, cerca de 49.000 estrangeiros, o que significa que alguns já tinham vindo para Portugal no ano anterior. Lembre-se porém que se incluem nestes números apenas os que entravam legalmente e não os clandestinos, além de que, embora a maioria dos estrangeiros fosse constituída por refugiados, também havia, entre eles, cidadãos de países neutros ou mesmo da Alemanha, que não estavam em fuga¹².

Zonas de «residência fixa»

Nos dias 24, 25 e 26 de Junho, milhares de telegramas a pedir assistência e uma intervenção junto das autoridades, em Vilar Formoso, haviam chegado à Comassis, a qual, após longas conversações, acabara por conseguir que a fronteira fosse reaberta. O capitão Agostinho Lourenço, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, antecessora da PIDE), deslocou-se a Vilar Formoso, onde se viu confrontado com a necessidade de escoar a torrente de refugiados



Esplanada das Arcadas do Estoril
AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/004/162/1356

que aí se amontoavam e decidiu seguir a ideia de desviar muitos deles para zonas balneares e termas, onde havia hotéis e pensões.

A divisão dos refugiados, por locais de instalação, era feita consoante a nacionalidade e segundo várias categorias. Os que tinham vistos para países além-Atlântico eram autorizados a seguir de imediato para Lisboa, enquanto os outros, entre os quais se contavam os que tinham vistos concedidos por Aristides de Sousa Mendes, foram enviados para locais de «residência fixa»¹³, pois sabia-se que esses documentos não tinham sido dados segundo as regras oficiais de passagem e estadia no país. Entre os «centros de refugiados» contavam-se o Porto, Caldas da Rainha, Coimbra, Curia, Costa da Caparica, Sintra, Figueira da Foz e, para os que tinham dinheiro, a Costa do Sol¹⁴.

Nas zonas de «residência fixa» - Caldas da Rainha e Figueira da Foz e, a partir de 1942, a Ericeira -, os refugiados não podiam trabalhar nem sair para além de um determinado perímetro sem a autorização da PVDE, mas podiam deslocar-se livremente no seu interior e aí viviam em hotéis, pensões e quartos alugados, em relativa liberdade mas sem poderem trabalhar¹⁵. É certo que uma das dificuldades vividas pelos refugiados nesses locais era arranjar meios de subsistência. Além disso, confrontavam-se com o problema de conseguirem partir no prazo de trinta dias que durava a autorização de residência.

A PVDE, que inicialmente renovava as autorizações de estadia, passou a conceder apenas prolongamentos de pequeníssima duração, a partir de Dezembro de 1940¹⁶. Lembre-se também que desde então, provavelmente em consequência da acção do cônsul Aristides de Sousa Mendes, a concessão destes passou para a exclusiva competência da PVDE. A polícia política portuguesa, que reprimia violentamente todos os opositores internos à ditadura de Salazar, também se ocupava da política de fronteiras e foi nessa qualidade que os refugiados tanto a temeram.

A presença dos refugiados «ilustres»

Devido à censura, os jornais portugueses quase silenciaram por completo a presença dos anónimos «refugiados de guerra», como lhes chamaram, e preferiram evidentemente realçar os «visitantes ilustres» que chegavam a Portugal, «ponto terminal da Europa para as carreiras aéreas da América», como se lia, num entusiasmado artigo do *Diário de Notícias*, de Novembro de 1939. A partir do final desse ano chegaram perante o deslumbamento dos lisboetas e dos repórteres, muitos ex-governantes europeus, aristocratas, ex-monarcas, escritores e actores, expulsos pela ocupação alemã dos seus países ou voluntariamente, que passaram pelos hotéis do Estoril, a caminho de exílios dourados.

Entre as personalidades que mais entusiasmaram os portugueses, ao passarem por Lisboa durante a guerra, embora nem sempre como refugiados, a caminho de Londres ou dos Estados Unidos da América,

10. RESTON, James B. - Lisbon's refugees now put at 8.000. *New York Times*, (18 de Dezembro de 1940).

11. TT/ AOS/CO/IN-8C, pasta 5, Informações da PVDE sobre a actividade do respectivo Serviço de Estrangeiros (1940-1945).

12. Dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE), de 1940-1945.

13. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de - *Direito prisional português: a reforma da justiça criminal em Portugal e na Europa*. Lisboa: Almedina, 2003. P. 169-241; TORBERG, F. - *Eine tolle, tolle zeit: briefe und dokumente aus den Jahren der Flucht: 1938-1941*.

Gütersloh: Langen Müller, 1989.

14. AFONSO, RUI - *Op. cit.* P. 176.

15. Sylvain Bromberger, testemunho escrito dado a Christa Heinrich, 1994; Steven Carol, entrevista dada a Christa Heinrich, Lisboa, 1995; Luís Cajão entrevista dada a Christa Heinrich, Costa da Caparica, 1994, in PIMENTEL, Irene Flunser - *Op. cit.*

16. Circular telegráfica n.º 29, de 14 de Dezembro de 1940. AHD do MNE. 2.º piso, A43, M38B, cf. Ansgar SCHÄFER, *Obstáculos [...] J.* P. 44. Também AHD, 2.º piso, A 44, M150.

contam-se os actores que até aí só tinham sido vistos nas telas do cinema e que levariam o jornalista Fernando Fragozo a intitular um livro seu, *Hollywood em Lisboa*¹⁷. Segundo noticiou, em 1939, o *Diário de Notícias*, chegaram então a Lisboa, zona «de refúgio em tempo de guerra», os actores Tyronne Power, Victor France, Ramon Novaro, os polacos Jan Kiepura e Martha Eggert, chegados no navio de luxo italiano *Vulcania*, e Robert Montgomery, este último munido com um visto concedido por Aristides de Sousa Mendes. Da Alemanha, a caminho dos Estados Unidos da América, passaram também por Lisboa, o actor Erich von Stroheim e o *boxeur* alemão Max Schmelling.

Os realizadores King Vidor e Alexander Korda passaram por Lisboa, respectivamente o primeiro, em 1940, e o segundo, duas vezes, em 1939 e 1942. Em 23 de Agosto de 1940, chegou também à capital

portuguesa, com destino aos Estados Unidos da América, o cineasta francês Jean Renoir, que, numa entrevista, concedida a Fragozo, confessou não desejar «fazer política com as imagens». Jean Renoir, que trabalhara em Roma, considerou Vittorio Mussolini, filho do *Duce*, o «paladino da latinidade no cinema» e defendeu que o futuro pertenceria aos latinos, profetizando que os anglo-saxões e os norteamericanos iriam cansar o público.

A maioria dos actores, artistas e realizadores vinham da França ocupada. Comentando que em Portugal estava de passagem um «pouco da alma de Paris», o *Diário de Notícias*, de 5 de Julho de 1940, referiu a presença, entre outros, do actor e realizador Julien Duvivier («excomungado» pelo regime de Vichy), René Clair, Maurice Chevalier, Olga Valéry, Jacques Constant, Madeleine Carrol, Louis



Baile no Casino do Estoril
AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/002/004/0007

17. FRAGOSO, Fernando - *Hollywood em Lisboa*. Lisboa: Vida Mundial, 1942.

Jouvet, Madeleine Ozeray, Simone Simon e Mary Glory. Entrevistada, por Fernando Fragoso, esta última qualificou Lisboa como a «porta dum mundo que julgava ter desaparecido», descrevendo as pensões e a Avenida da Liberdade cheia de refugiados e de «automóveis com matrículas de países» onde o «black-out se tornara uma banalidade».

A cantora Maris Dubas, que fez um espectáculo no cinema Tivoli, disse, numa entrevista, que iria actuar, «com mais alma do que nunca», naquele momento em que a França jogava «a sua honra». Embora fosse proibido aos estrangeiros – exceptuando aos espanhóis – trabalhar em Portugal, alguns artistas participaram em festas de assistência: Josephine Baker, por exemplo, actuou, em 2 de Abril de 1941, num espectáculo no Coliseu dos Recreios, a favor das vítimas de um ciclone que desabou sobre Lisboa, em Fevereiro desse ano¹⁸.

BOLETIM INDIVIDUAL

Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto N.º 26.327)

| | | | |
|---|--------------------------|-------------------------|--|
| Nome completo Nom et prénom | | Calouste Gulbenkian | |
| Nacionalidade Nationalité | | Arménienne | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Stamboul | |
| | data date | de 1869 de 1 | |
| Profissão Profession | | Diplomate Franca | |
| Domicilio habitual Domicile habituel | | Hotel Aviz Lisboa | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passport | (a) Diplomate | |
| | Expedido em Delivré à | December 1926 | |
| | Data Date | de de 1 | |
| Auto. | | N.º | |
| Data - Date | | Assignatura - Signature | |
| 9 5 19 44 | | | |

Recebi a declaração de alojamento do estrangeiro: Arménienne
Calouste Gulbenkian
O Encarregado
9 5 19 44 (a)
data da saída do estrangeiro
1 8 19 44

N. B. - Este talão deve ser devolvido à Repartição que o passou, quando o estrangeiro deixar esse alojamento, com a data da saída.

4198

Boletim de alojamento de Calouste Gulbenkian, no Hotel Palácio
AHMCSC/AADL/CMCSC/I/009/001

Ainda em 1941, outros artistas estrangeiros actuaram em espectáculos a favor dos refugiados, organizados pelo jornal *O Século*, onde ficou célebre a canção *Obrigado, Portugal*. Dois refugiados, o jugoslavo Dragutin Cramer e o vienense Egon Neuman, compuseram, por seu lado, uma canção intitulada *Adeus, Lisboa*, com letra de Fernanda de Castro, que passava todos as noites na telefonia. Foi o jornalista Eugen Tillinger que relatou esse facto, no jornal de exilados alemães nos Estados Unidos da América, *Aufbau*, acrescentando, no entanto, que uma peça, intitulada *Refugiados*, com estreia marcada para o Teatro Variedades, tinha sido proibida pela polícia porque «gozava com eles»¹⁹.

No final de 1940, o *Diário de Notícias* escrevia que a «guerra e o clipper tornaram Lisboa escala obrigatória de vedetas» e que esta cidade era então «a sede cinematográfica da Europa». Em 20 de Fevereiro de 1941 chegara, vindo de automóvel de França, o actor Jean Gabin, que aguardou, no luxuoso Hotel Aviz, onde viveu Calouste Gulbenkian, o navio *S.S. Exeter* que o iria levar, «como um náufrago», para Hollywood²⁰.

Alguns actores aproveitaram a neutralidade de Portugal para publicitarem os seus filmes, em tempo de guerra, num período em que o cinema norte-americano conquistava o público português. Foi o caso do casal Lawrence Olivier e Vivien Leigh, a estrela de *Tudo o vento levou*, que assistiram à estreia do filme *Rebecca*, em Março de 1941.

Em Junho, chegou, por seu turno, a actriz polaca Pola Negri, «grande amor» de Rudolfo Valentino, que só saiu da «clandestinidade» de um modesto apartamento das Avenidas Novas para se alojar no luxuoso Estoril quando os jornalistas foram avisados da sua presença. Fragoso destacou ainda a presença em Lisboa da actriz Gracie Fields, acusada, pelos alemães, de ser «a pedinte número um do esforço de guerra inglês nos EUA». De forma bem-humorada, disse ao seu entrevistador: «não sou nenhum objectivo militar [...] *So please, don't shoot, boys*».

Por Portugal, porto neutro europeu, passaram também, entre Janeiro e Outubro de 1940, a caminho do exílio, os ex-presidentes lituano e russo, respectivamente, Autonas Smetona e Kerenski, bem como os ex-governantes da Grécia, Jugoslávia, Bélgica e França, entre outros países europeus ocupados pela Alemanha. Muitos aristocratas e ex-monarcas também se instalaram nos hotéis luxuosos de Lisboa e do Estoril. Foram os casos, entre outros, da princesa Margarida da Dinamarca, dos príncipes regentes da Jugoslávia, Alexandra e Nicolau, dos Condes de Paris, do Arquiduque Otto de Habsburgo e da Grã-Duquesa Carlota do Luxemburgo²¹. Estes últimos dois vinham aliás munidos com vistos de trânsito dados pelo cônsul Aristides de Sousa Mendes.

Entre outros intelectuais, artistas, políticos e cientistas que então atravessaram Portugal, para aqui embarcaram num navio ou num

18. *Aufbau*. New York: German-Jewish Club, 1934-2004, (18 de Dezembro de 1942).

19. VICENTE, Ana - *Arcádia: notícia de uma família anglo-portuguesa*. Lisboa: Gótica, 2006. P. 180-182.

20. Cit. por MARTINS, Maria João - Sob céus estranhos: o quotidiano em Lisboa durante a Segunda Guerra Mundial, *Tempo de guerra: Portugal, Cascais, Estoril e os refugiados na Segunda Guerra Mundial*. Catálogo da Exposição. P. 55-56.

21. *Diário de Notícias*, (4 de Março de 1940).



N^{os} 369/70

Panorama dos Estoris, visto do Alto Palmella
Panorama of Estoris seen from Alto Palmella



COSTA DO SOL } *PORTUGAL*
THE SUN COAST

«clipper», com destino à Grã-Bretanha ou aos Estados Unidos da América, contaram-se H. G. Wells, Jean Giraudoux, Jules Romain, André Maurois e Maurice Maeterlinck, alguns não como refugiados. Nos primeiros dias de Outubro de 1940, chegaram também a Portugal diversos intelectuais alemães e austríacos²². Músicos e compositores também se exilaram no «Novo Mundo», através de Portugal. Entre eles, contaram-se os compositores Bela Bartok e Darius Milhaud, bem como o músico checo Paul Stefan, em Novembro de 1940. O antigo presidente da República da Polónia e pianista, Ignacy Jan Paderewski (1860-1941) chegou, na noite de dia 6 de Outubro, a Évora, vindo de Madrid, após atravessar a França, com origem na Suíça, onde vivia²³.

«Virtuoso do piano, vedeta de um filme aos 75 anos, antigo presidente da República da Polónia», trazia na sua comitiva a irmã, o secretário particular, Strakacz, e dois assistentes, J. Skolimowski e Kollupailo, com as respectivas famílias. Faziam-se transportar num Cadillac, que ficaria em Lisboa, e num Studebaker, levado mais tarde para os Estados Unidos da América²⁴. Muito fatigado, aos 80 anos de idade, Paderewski e a sua comitiva tinham sido travados em Saragoça pela polícia política espanhola, mas haviam desobedecido e seguido para Madrid, onde o ministro da Polónia conseguira que o núncio apostólico e os ministros dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha intercedessem por Paderewski junto do próprio generalíssimo Franco.

No dia 8, o pianista e seus acompanhantes deslocaram-se para Lisboa, com destino ao Estoril²⁵, onde aguardaram a ida para os Estados Unidos da América, embarcando no navio *SS Excambion*, em 27 de Novembro de 1940. À partida, disse que iria «à procura do nosso sol, nas margens do Pacífico»²⁶ e, com um sorriso triste, agradeceu a «maneira enternecedora» como Portugal teria «tratado os refugiados polacos»²⁷. Paderewski já não regressaria à sua Polónia e Europa natais, pois viria a morrer, no ano seguinte, na sua propriedade californiana de Passo Robles, entre S. Francisco e Los Angeles²⁸.

A «Costa do Sol»: zona de alojamento dos mais ricos

Assim como o pianista Paderewski, muitas outras figuras e diversos refugiados ricos se alojaram na Costa do Sol, nomeadamente nos hotéis de luxo do Estoril. Segundo os *Boletins de Alojamento de estrangeiros: 1939-1945*²⁹ enviados à Câmara Municipal de Cascais pelos hotéis e pensões para serem apresentados na PVDE, o mês de Junho de 1940 foi aquele em que chegaram mais estrangeiros à zona do Estoril, provavelmente devido aos vistos concedidos pelo cônsul Aristides de Sousa Mendes.

Depois, no relatório da gerência referente a 1941, o presidente da Câmara Municipal de Cascais, capitão Roberto Raposo Pessoa, considerou «verdadeiramente excepcional» esse ano, em que havia concorrido «igualmente para o aumento das receitas camarárias a extraordinária afluência de refugiados estrangeiros, cujo número oscilou durante meses entre 1000 e 1200». Devido ao afluxo de «muitos

refugiados, e, entre eles, algumas notabilidades de relevo mundial», o autarca de Cascais pediu, às autoridades competentes, «para que fosse aumentada a dotação policial atribuída» a esse concelho.

Entre os estrangeiros, refugiados ou actores de passagem para a Europa, Londres ou o «Novo Mundo», alojados no período da II Guerra



AHMCSC/AESP/CMBP/369

22. Hermann Budziszlawski, Emil Gumbel, Hans Jacob, Alfred Polgar, Kurt Enoch, Erich Rinner, Friedrich Stampfer, Friederike Maria Zweig e Hilde Walther. Em fuga do Terceiro Reich, também passaram por Lisboa, Joseph Kessel, Leonhard Frank, Walter Mehring, Franz Blei, Erich Ollenhauer, Iwan Heilbutt, Annette Kolb, Grete Sultan, Alexander Roda Roda, Leo Lania, Otto Meyerhof, Oskar Karlweis, Julius Bab, Fritz von Unruh, Otto Zoff, Steffie Spira, Susanne Bach e Adrienne Thomas.

23. Idem, (7 de Outubro de 1940).

24. *New Yorker*, (21 de Dezembro de 1940), p. 9.

25. *Século*, (9 de Outubro de 1940).

26. *República*, (8 de Outubro de 1940).

27. FRAGOSO, Fernando - *Op. cit.*

28. *Diário de Notícias*, (7 de Outubro de 1940).

29. Edição da Câmara Municipal de Cascais.

Mundial, no Hotel Palácio do Estoril, que indicaram a sua profissão, a maioria era constituída por diplomatas (209); executivos, industriais, negociantes, banqueiros e comerciantes (318); engenheiros (84); empregados (73); jornalistas (68); militares (50); aviadores e marinheiros (44); advogados (44); políticos e governantes (41); estudantes (28), bem como cineastas, escritores e artistas (26), entre outros.

Lembre-se que, entre os diplomatas, se encontravam então em Portugal todos os membros do governo e pessoal oficial das Legações da Jugoslávia, que aí aguardaram a partida para o exílio londrino. Adido diplomático desse país em Roma, Miloch Tsrnhanski relatou que «os de entre nós considerados democratas» viviam nos hotéis elegantes da Avenida da Liberdade, em Lisboa, enquanto os considerados «fascistas» ficavam em Sintra, de onde desciam ao Estoril, para jogarem as suas fortunas no casino³⁰.

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

| | | | |
|--|--------------------------|--|--|
| Nome completo Nom et prénom | | António de Saint-Exupéry | |
| Nacionalidade Nationalité | | Francesa | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Lyon | |
| | data date | 29 de Junho de 1900 | |
| Profissão Profession | | Escritor | |
| Domicílio habitual Domicile habituel | | 52 rue Michel Ange, Paris | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport | (a) <i>Passaport</i> N.º 006 | |
| | Expedido em Delivré à | Chirmont-Ferrand | |
| | Data Date | 10 de 10 de 1940 | |
| Auto. N.º | | | |
| Data-Date | | 28 / XI / 1940 | |
| Assignatura-Signature | | <i>António de Saint-Exupéry</i> | |
| Recebi a declaração de alojamento do estrangeiro: | | | |
| | | <i>António de Saint-Exupéry</i> | |
| | | 28 / XI / 1940 (a) | |
| N. B. - Este talão deve ser devolvido à Repartição que o passou, quando o estrangeiro deixar esse alojamento, com a data da saída. | | data da saída do estrangeiro 20 / XI / 1940 | |

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Boletim de alojamento do aviador e escritor Saint-Exupéry, no Hotel Palácio
AHMCSC/AADL/CMCSC/I/009/001

Pelo Estoril passou logo no início de 1938, ainda antes de a guerra começar, o escritor e intelectual alemão, Stefan Zweig, exilado em Londres, para onde tinha fugido da perseguição nazi. A presença deste escritor em Portugal, que fez aliás a biografia de dois navegadores portugueses - Vasco da Gama e Fernão de Magalhães - deveu-se ao facto de ele ser então representante da Freeland League Jewish Territorialist Colonization e ter estado envolvido em negociações falhadas - para estabelecer em Angola uma colónia judaica³¹.

A sua estadia no país pretendia ser incógnita, mas foi descoberta pelo jornalista português do *Diário de Lisboa*, Artur Portela, que o entrevistou no Estoril³². Foi aliás desta estância balnear que Zweig escreveu duas cartas aos seus amigos Joseph Roth e a Siegmund Freud, convidando-os para passarem um «intermezzo meridional» nesse «local tranquilo da Riviera» portuguesa³³. Já depois do começo da guerra estiveram de passagem pelo Estoril diversos governantes, personalidades e cabeças coroadas da Europa, ocupada pela Alemanha.

Em Novembro de 1940 hospedaram-se no Hotel Palácio do Estoril o milionário Charles Guggenheim, que se inscreveu como «comerciante» no boletim de alojamento, a futura primeira-ministra da Índia, Indira Nehru e o economista John Maynard Keynes. Outros passaram pelo Estoril com passaportes falsos, clandestina e brevemente. Foram os casos de diversos escritores e intelectuais alemães e austríacos fugidos ao nacional-socialismo, munidos de passaportes checos emitidos em Marselha, que ficaram alojados no Grande Hotel da Itália, no Monte Estoril, entre Julho e Outubro de 1940, enquanto aguardaram o navio para os Estados Unidos da América.

Entre estes, contaram-se o escritor Franz Werfel³⁴ e a esposa, Alma Mahler-Werfel, que sentiu, em Portugal, uma «tranquilidade paradisíaca», bem como o historiador Golo Mann, filho de Thomas Mann e sobrinho de Heinrich Mann. Heinrich e Nelly Mann, munidos com passaportes checos em nome de Ludwig, o sobrinho Golo, o casal Werfel e o casal Feuchtwanger tinham fugido de França, em Setembro de 1940, com o apoio do ERC-CAS, através dos Pirinéus, até Espanha³⁵. Nas suas memórias, Heinrich Mann, que também se alojou no Grande Hotel de Itália, no Monte Estoril, não se esqueceu de mencionar a grande «Exposição do Mundo Português», com a qual o Estado Novo, de costas voltadas para uma Europa em guerra, celebrava o seu passado imperial³⁶.

Casino e praia, no «paraíso triste»

Ao chegar de Londres, em Julho de 1940, a sobrinha de Heinrich e filha de Thomas Mann, Erika Mann³⁷, sentiu, pelo contrário, em Portugal uma infelicidade que a atmosfera pacífica e a claridade «do único porto livre e neutral da Europa» não atenuou. Nos refugiados, com os quais se cruzou, lamentou a atitude passiva de espera da catástrofe anunciada, tão diferente da postura activa dos londrinos que, apesar

30. TSRNHANSKI, Miloch - Cem dias em Portugal. *História*. Ano X, nº 105. (Fevereiro de 1988). P. 12-29.

31. SCHÄFER, Ansgar - *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*. Lisboa: [s.n.], 2002. P. 142-150.

32. A informação é dada por Alberto Dines, autor de uma biografia de Stefan Zweig (*Morte no Paraíso*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira), em FERNANDES, Ferreira. *Público*. (6 de Março de 1995).

33. ZWEIG, Stefan - *Briefe an Freunde*. [S.l.]: Eiselin, 1978. P. 288-289.

34. JUNGK, Peter Stephan - *Eine lebensgeschichte*. Frankfurt: S. Fischer, 1987.

35. HEINRICH, Christa - O quotidiano dos refugiados, *Lissabon, 1933-1945, Fluchtstation am Rande Europas*. Exposição documental do Goethe-Institut Lissabon 9/10-30/11/1997, no Museum Judengasse Fankfurt am Main, Goethe Institut München. Jüdisches

Museum Frankfurt am Main, Gesselschaft Portugal-Frankfurt, 97. P. 20

36. MANN, Heinrich - *Ein Zeitalter wird besichtigt*. Düsseldorf: Claasen, 1973. Ver as fichas de alojamento de Alma Mahler-Werfel, Franz Werfel, Gotfried Thomas Mann e Heinrich e Nelly Ludwig, nomes falsos de Heinrich, nos Boletins de Alojamento em Hotéis, Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

das bombas, lutavam contra um inimigo visível³⁸. Se muitos refugiados consideraram então Portugal como um «paraíso», também o escritor e aviador Antoine de Saint-Exupéry expressou a mesma ideia de Erika Mann.

Antes de partir para Nova Iorque, no navio *Siboney*, da American Export Lines, juntamente com o cineasta Jean Renoir, o aviador e autor do *Príncipezinho* esteve alojado, entre 28 de Novembro e 20 de Dezembro de 1940, no Hotel Palácio do Estoril. O aviador e escritor francês, que viria a morrer quatro anos depois, num desastre de avião, tinha sido convidado para proferir uma palestra sobre o «correio aéreo», mas escolheu falar sobre o medo. Face à sufocação com que os refugiados mais ricos gastavam, na roleta, fortunas «esvaziadas de significado» e «moeda talvez caducada», Saint-Exupéry sentiu uma angústia igual à «que nos invade no jardim zoológico diante dos sobreviventes de uma espécie em (vias de) extinção»: «todas as noites, o Casino Estoril se enchia de fantasmas. *Cadillacs* silenciosos depositavam-nos sobre a areia, junto da porta da entrada [...] jogavam à roleta ou ao baccarat, conforme as fortunas. Às vezes observava-os. Não sentia nem indignação, nem ironia, apenas uma vaga angústia. [...] os valores nos seus cofres estavam talvez garantidos por fábricas confiscadas ou ameaçadas pelos bombardeamentos ou em vias de destruição. Esforçavam-se para crer, aferrando-se ao passado como se nada tivesse acontecido nos últimos meses [...] Era irreal. Parecia uma dança de marionetas. Mas era triste»³⁹.

«Triste» e «claro» foi como este escritor adjectivou, no seu livro *Carta a um Refém*, o «paraíso» que era Portugal, num período em que se falava muito «de uma invasão iminente» e o país se agarrava «à ilusão da sua felicidade». «Lisboa, que edificara a mais deslumbrante exposição que já houve no mundo, sorria com um sorriso um tanto pálido» acrescentou Saint-Exupéry, dizendo que se brincava «à felicidade, em Lisboa, para que Deus quisesse mesmo acreditar nela»⁴⁰.



AHMCSC/AESP/CJSF/H/294

A maioria dos refugiados e estrangeiros que se alojaram no Estoril e na Costa do Sol permaneceram porém pouco mais de uma semana nesse local de «turismo forçado». Os dias dos que tinham dinheiro eram passados, como se viu, no Casino, na Praia do Tamariz, nos campeonatos de *lawn-tennis*, nas corridas de cavalos, nos concursos de elegância automóvel, desfiles de moda, bailes, *rallies*, saraus musicais, bem como nas sessões de teatro e cinema⁴¹. As praias da Costa do Sol, em particular a do Tamariz no Estoril, aliás como as da Foz do Arelho e da Figueira da Foz, começaram a encher-se de refugiados, a partir do verão de 1940.

Foi isso mesmo de que a imprensa deu conta, como se pode ver num artigo, de 11 de Setembro desse ano, do *Diário de Notícias*, a assinalar a nova moda dos fatos de banho claros, trazida às praias pelas estrangeiras. Embora sem mencionar directamente os refugiados, o artigo regozijava-se com o facto de Portugal se ter tornado «a praia mais ocidental da Europa onde se falam agora todas as línguas e se encontram mulheres de todos os tipos de beleza». Em 13 de Outubro de 1941, era, porém, outra a notícia de *O Século*, que anunciava o regulamento dos fatos de banho, recentemente aprovado pelo Ministério do Interior⁴².

A presença dos refugiados foi, assim, também a causa da introdução de novas leis de policiamento de costumes e, nomeadamente, da adopção de normas sobre o uso dos fatos de banho, que deviam obrigatoriamente incluir o saio, para as mulheres, e uma camisa que cobria o tronco, para os homens. Uma das personagens criadas por Suzanne Chantal, no seu romance *Deus não Dorme*, dá conta do ridículo da situação, ao lamentar que, em breve, a polícia iria «obrigar a tomar banho com calças, ligas e saias como em 1900»⁴³.

Marta Feuchtwanger, mulher do escritor Leon Feuchtwanger, entrou em conflito com as autoridades portuguesas, devido ao seu fato de banho não regulamentar⁴⁴. Por seu turno, um diplomata jugoslavo contou que ele próprio foi abordado na praia por dois polícias à civil, por estar em tronco nu na areia. Intimado a ir à polícia, para ser multado em 3.000\$00, por ofensa ao regulamento do vestuário para banhos de mar, acabou por ser perdoado, mas aconselhado a vestir-se «sobretudo quando saísse da água»⁴⁵.

A berlinense Ruth Arons, chegada aos 14 anos a Portugal com a família, em 1936, lembrou que, com a abertura da Estrada Marginal, havia autênticas excursões de *voyeurs* a caminho das praias da Costa do Sol. Contou que, numa casa frente ao areal da praia de Oeiras, uma mulher de binóculos se entretinha a vislumbrar os estrangeiros, sem a parte superior do fato de banho, e as estrangeiras com *maillots* curtos, para os denunciar à Polícia Marítima⁴⁶. Esta tinha aliás a cumplicidade da Mocidade Portuguesa Feminina, organização estatal das raparigas portuguesas, que, no seu *Boletim* alertou, em 1942, contra o mau exemplo das estrangeiras, que na Figueira da Foz, se apresentavam «de *maillot* de duas peças»⁴⁷.

37. SCHOPPMANN, Claudia - *Im fluchtgepäck die sprache: deutschsprachige schriftstellerinnen im exil*. Berlin: Orlanda Frauenverlag, 1991. P. 148-160.

38. Idem. P. 156.

39. GURRIARÁN, José António - *Um rei no Estoril: Dom Juan Carlos e a família real no exílio português*. Lisboa: Dom Quixote, 2001. P. 111-112.

40. MARTINS, Maria João; VIANA, Clara. *Público Magazine*. N.º 263 (26 de Março de 1995). P. 18-32.

41. PACHECO, Cristina, coord. - *Tempo de guerra: Portugal, Cascais, Estoril e os refugiados na Segunda Guerra Mundial*. Cascais: Câmara Municipal, 2004. P. 4-5. Catálogo de exposição.

42. MAI no ANTT, Algumas normas para o uso de fato de banho, Ministério do Interior. Gabinete do Ministro, Maço 518 caixa 76, 1941.

43. CHANTAL, Suzanne - *Deus não dorme*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1944.

Assim como a ociosidade forçada atirou a vaga concentrada dos refugiados para as praias, também todos os espaços públicos sentiram a sua presença e os novos hábitos trazidos por eles. As esplanadas e a atitude mais liberta das refugiadas que nelas se sentavam parecem ter sido os fenómenos que mais marcaram os portugueses, no período da guerra. O escritor e advogado português Alexandre Babo recordou as «esplanadas», onde se viam «franceses, belgas, holandeses, judeus dos mais remotos lugares». Descreveu em particular a pastelaria lisboeta que mais permaneceu no imaginário português, relacionado com os refugiados:

«À “Suíça”, no Rossio, já chamavam o “Bompernasse”, ali onde predominavam as mulheres [...] fumando em público. [...] Tudo isto era murro na boca do estômago do provincianismo nacional. [...] Aquela

gente aparentava outros hábitos, mais livres, mais naturais e abertos [...] sem olharem (elas) de soslaio os machos, sentadas nos cafés, nas cervejarias, nos passeios públicos, o que até então era apanágio exclusivo dos homens e de algumas poucas mulheres.»⁴⁸

Através da heroína do seu romance, *Deus não Dorme*, a escritora francesa Suzanne Chantal descreveu as críticas de alguns portugueses aos hábitos diferentes, vislumbrados nas estrangeiras, ilustrando essa situação o colocar na boca de uma portuguesa o seguinte diálogo com o dono de uma pastelaria: «Estes refugiados! Querem que a gente tenha pena deles. Entre num café. Está cheio deles. Passam ali os dias inteiros sem fazer nada [...] Estas estrangeiras! Passeiam-se sem meias, sem chapéu. Trazem *baton* nos lábios e não têm camisa. Uma vergonha! Um mau exemplo para as nossas filhas»⁴⁹.



Banhistas na Praia do Tamariz
AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001/057/0424

44. HEINRICH, Christa - *Op. cit.* P. 18-20.

45. TSRNHANSKI, Miloch - *Op. cit.*

46. Arons Ruth, entrevista dada a Irene Pimentel, 1993.

47. *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*.

48. BABO, Alexandre - *Recordações dum caminheiro*. Lisboa, Escritor, 1993.

49. CHANTAL, Suzanne. *Op. cit.* P. 344.



Hall do Hotel do Parque e das Termas do Estoril
AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/001/089/0708

Também a alemã Ilse Losa, chegada ao Porto em 1935, referiu, no seu romance *Sob Céus Estranhos*, a incompreensão de algumas portuguesas, perante a ociosidade forçada dos refugiados, para as quais as «mulheres “lá de fora” eram umas “desavergonhadas”, frequentavam os cafés como se fossem homens». No entanto, outras começaram a sentir-se atraídas «pelo ar de independência dessas mulheres» e, a par do escândalo, começou a surgir, entre as portuguesas, uma atracção pelos novos hábitos⁵⁰.

As estrangeiras influenciaram a moda, com a introdução do turbante, do penteado curto “à refugiada”, dos sapatos com cunha de cortiça e dos vestidos curtos. Seguindo o seu exemplo, muitas jovens portuguesas começaram também a sentar-se em cafés, a frequentar, sozinhas, o cinema e a sair à rua sem meias, luvas e chapéu. Prefigurando os novos hábitos que inexoravelmente estavam a ser adoptados, Ilse Losa descreveu o início dessa mudança: «O desembaraço com que se moviam e agiam [...] encontravam, para horror dos habitantes mais velhos, uma série de imitadores na gente nova. Começavam a ver-se raparigas de famílias bem instaladas em simulado “négligé” de penteado “à refugiada”, a fumar cigarros na confeitaria, a discutir com gestos largos. Rapazes que até então só saíam à rua com raparigas da sua roda [...] mostravam-se por toda a parte com as “valdevinas”»⁵¹.

Antoine de Saint-Exupéry reparou que muitos portugueses também tinham um semblante triste, num período em que se falava muito «de uma invasão iminente», mas o país se agarrava «à ilusão da sua felicidade» com um «sorriso um tanto pálido», ao edificar «a mais deslumbrante exposição que já houve no mundo». Essa Exposição do Mundo Português também foi referida pelo escritor Alfred Döblin, nas

suas memórias de exílio, onde descreveu a chegada ao «escaldante Portugal, um mundo rico em cor, meridional, pacífico», enfim, «um país maravilhoso». Além do calor e da luminosidade, o barulho parece ter sido a principal recordação sensual que perdurou, de Lisboa, na memória daquele autor de *Berlin, Alexanderplatz*.

Nas ruas, as buzínadas dos automóveis, os cantos dolentes dos cegos e os pregões dos vendedores ambulantes misturaram-se com o ruído dos carros eléctricos onde se amontoavam, descalças e andrajosas, crianças que, aos gritos, apregoavam jornais. Döblin lembrou que, numa das colinas lisboetas, se podia ver «a original estátua a um desses rapazes», que mereciam um monumento, profetizando que «talvez um dia lhes pudessem comprar também casaco e calças»⁵². Salazar, que se regia pela norma de «o que parece é», preocupou-se em eliminar das ruas a aparência da miséria, ora reenviando os pedintes para o meio rural, ora internando os «desviantes» na Mitra, ora instituindo múltiplas proibições, de impossível aplicação.

Era, assim, proibido andar descalço, mendigar e viajar “à pendura” nos transportes colectivos, comportamentos que foram anotados por Alfred Döblin, que ainda referiu outro terrível hábito português, também proibido, ou seja, «o escarro anatómico»: «E o que significa este escarrar? Portugal é um país neutro. Se tivesse sido invadido e estivesse na situação de uma Holanda, de uma Noruega, seria levado a crer que se trata de uma forma de empenhamento político, é como que um descarregar. Simplesmente, para nossa salvação, são independentes. Há que encontrar uma explicação. E ei-la: o ruído. O escarrar anda de mãos dadas com o barulho. Como não se pode desatar a gritar sem mais nem menos e nem todos trazem chocalho consigo, cospe-se, assim dando prova, pelo menos, de bons intentos [...] Nunca ouvi sussurrar em Portugal»⁵³.

No mesmo mês de Outubro de 1940, em que Alfred Döblin deixava Portugal, no navio grego *Nea Hellas* chegava ao país, vinda de Marselha, a intelectual alemã Eva Lewinski, munida de um «emergency visa» americano. Esta última sentiu então o mesmo alívio da maioria dos refugiados, mas, ao contrário das imagens que ainda perduram na memória da maioria dos seus companheiros de infortúnio, também sentiu constrangimento e revolta perante a miséria alheia: «De repente, andar livremente nas ruas sem papéis e sem medo da polícia, sentarmo-nos em cafés, falar na língua que nos apetecesse, ver as iluminações nas ruas durante toda a noite, ver as lojas cheias de produtos alimentares, jornais em todas as línguas, livros, livros, livros [...] mas logo ao lado da zona rica da cidade, havia Alfama, onde a miséria e a sujidade eram indescritíveis [...] Nunca se deveria esquecer»⁵⁴.

Este testemunho é importante porque, ao mesmo tempo que descreve Portugal como o primeiro porto de asilo e a penúltima etapa de uma fuga, onde, de repente, os perigos pareciam ter desaparecido, revela também a miséria indescritível que existia no país.

50. LOSA, Ilse - *Sob céus estranhos*. Porto: Afrontamento, 1987.

51. Idem. P. 62.

52. DÖBLIN, Alfred - *Schicksalreise: Bericht und Bekenntnis: flucht un exil, 1940-1948*. [Munich]: Serie Piper, 1986; *Viagem ao destino*. Lisboa: ASA, 1996.

53. HEINRICH, Christa - *Zuflucht Portugal. Exilstation am Rande Europas*, Filmexil/Film-Museum Berlin, Deutsche Kinemathek. [München]: Text und Kritik, 2002. P. 6.

54. Filme documental *Letzte Visum: Passage unbekannt*, de Karin Alles, Hessischer Rundfunk, 1987.

Espiões no Estoril

Na Costa do Sol, além dos refugiados ricos, diplomatas e estrangeiros de passagem, alguns enquanto comerciantes ligados ao *import-export*, também permaneceram, no período da II Guerra Mundial, muitos agentes secretos dos dois campos beligerantes, que se escondiam sob a capa de adidos diplomáticos. Foi isso que relatou o diplomata jugoslavo Miloch Tsrhanski, fugido de Roma, onde tinha sido adido de imprensa da Legação do seu país, antes de este ser invadido pelas forças do Eixo, em 1941, que esteve alojado no Hotel de Inglaterra, no Estoril.

Os agentes secretos da Alemanha terão escolhido o Hotel Atlântico, o Grande Hotel do Monte Estoril e o Hotel do Parque⁵⁵, enquanto o Grande Hotel de Itália, no Monte Estoril, e o Hotel Palácio eram os preferidos dos agentes secretos dos aliados⁵⁶, conforme afirmou Howard Whitman⁵⁷. Aliadófilos e germanófilos também se cruzavam nos *lobbies* dos hotéis de Inglaterra, Paris e Miramar. Em Outubro de 1940, alojou-se no Hotel Palácio do Estoril, o arménio Nubar Gulbenkian, que colaborou com a agência secreta britânica, MI6 e,

entre 19 e 24 desse mês, aí se instalou também o futuro ensaísta Isaiah Berlin. Sobre este judeu inglês, então a trabalhar no British Information Service de Nova Iorque e na Embaixada britânica em Washington, a sua amiga Virginia Wolf tinha dito que ele parecia ser um «swarthy portuguese jew»⁵⁸.

Embora com um peso diferenciado consoante as fases da guerra, a actuação dos serviços secretos ingleses predominou sobre os outros. A plataforma portuguesa foi utilizada pelos ingleses na guerra económica, na vigilância das redes de espionagem do Eixo, na contra-espionagem e na passagem clandestina de soldados dos exércitos dos países ocupados para Londres. Com o início da guerra, a estação secreta inglesa, fechada nos anos vinte, havia sido reaberta no consulado da Grã-Bretanha, em Lisboa, sob a direcção de Phillip Johns, comandante da Marinha Real. Este trabalhava simultaneamente para o MI5, agência incumbida da contra-espionagem, em território britânico, e para o Secret Intelligence Service (SIS) – ou secção V (de contra-espionagem) do MI6 –, encarregue da espionagem e da contra-espionagem no estrangeiro, bem como para o Special Operation Executive Committee (SOE)⁵⁹.

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

| | | | |
|---|--------------------------|-----------------------|------------|
| Nome completo Nom et prénom | | Isaiah Berlin | |
| Nacionalidade Nationalité | | British | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Riga (Lithuanie) | |
| | data date | 6 de 6 1909 de 1 | |
| Profissão Profession | | Civil Servant (Temp.) | |
| Domicílio habitual Domicile habituel | | Oxford, England | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport | (a) British | N.º 349681 |
| | Expedido em Delivré à | London | |
| | Data Date | 2 de Julho de 1940 | |
| Auto. | N.º | | |
| Data - Date | | 19/11/1940 | |
| Assignatura - Signature | | Isaiah Berlin | |

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

| | | | |
|---|--------------------------|-----------------------|--------|
| Nome completo Nom et prénom | | Ian Lancaster Fleming | |
| Nacionalidade Nationalité | | Inglesa | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Bordeaux | |
| | data date | 28 de Junho de 1908 | |
| Profissão Profession | | Gouvernement Officiel | |
| Domicílio habitual Domicile habituel | | England | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport | (a) Passaporte N.º | 193543 |
| | Expedido em Delivré à | Foreign Office | |
| | Data Date | 23 de Fevereiro de 1 | |
| Auto. | N.º | | |
| Data - Date | | 20/15/1941 | |
| Assignatura - Signature | | [Signature] | |

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Boletins de alojamento de Isaiah Berlin e de Ian Fleming, no Hotel Palácio
AHMCSC/AADL/CMCSC/1/009/001

55. GURRIARÁN, José António - *Op. cit.* P. 260.

56. TELO, António José - *Propaganda e guerra secreta, 1939-1945*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1990; *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Vol. 1. Lisboa: Vega, 1991; *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987.

57. Os espiões que viveram ao sol, publicado em 1974, in *Palm Beach Life*, cit. por GURRIARÁN, José António - *Op. cit.* P. 260.

58. PACHECO, Cristina - *Op. cit.* P. 78.

59. BARREIROS, José António - *A Lusitânia dos espiões*. Lisboa: Hugin, 1995.

Quanto ao SOE, criado e tutelado, desde Junho de 1940, pelo Ministry of Economic Warfare (MEW), o departamento dirigido por Hugh Dalton estava subdividido em duas estruturas: o SO1, especializado em missões de propaganda nos países do Eixo, e o SO2, encarregue de operações especiais. Sem ligações ao Foreign Office e dirigido, em Portugal, por Jack Grosvenor Beevor⁶⁰, adido militar da embaixada britânica em Lisboa, o SOE era especializado em acções de propaganda nos países do Eixo, de sabotagem na Europa ocupada e de resistência a uma possível invasão alemã, nas nações neutras.

A partir de 1941, o SOE organizou, com o apoio de portugueses, um movimento de resistência contra uma eventual invasão alemã de Portugal, através da rede «Shell», assim chamada por ser dirigida por Cecil Rogerson, vice-cônsul britânico e delegado dessa empresa petrolífera no Porto, e constituída por outros empregados nessa firma holandesa⁶¹. Em Lisboa também operavam a Naval Intelligence Division, a Military Intelligence Service e o MI9. Dirigido por Donald Darling, funcionário do Repatriation Office do consulado de Lisboa, e, mais tarde, representante da delegação do SIS, em Gibraltar, o MI9 organizou fugas de prisioneiros e de militares aliados, dos

países ocupados pelo Eixo, mantendo linhas de entrada e de saída clandestina, através de Gibraltar e de Lisboa, a caminho de Londres.

Em 1941, Richard («Dick») Brooman-White ficou encarregue da direcção superior da secção V do MI6 do Mediterrâneo e do Noroeste da Europa, enquanto Charles de Salis era o responsável pelo *desk* ibérico, no qual trabalhava «Kim» Philby, que, mais tarde, se soube ser um espião britânico ao serviço da URSS⁶². Quando esteve em Portugal, Philby esteve alojado no Estoril, da mesma forma que o escritor Graham Greene, colaborador do SOE e autor de inúmeros livros de espionagem. Outro escritor e agente secreto foi Ian Lancaster Fleming, em Maio de 1941, o criador da figura de James Bond.

No Estoril, em Maio de 1941, período em que trabalhava para o Naval Intelligence Department, este último ter-se-ia inspirado, no Casino Estoril, para o seu livro, *Casino Royale*. Thomas Malcolm Muggeridge, outro elemento da *Intelligence* inglesa, alojou-se na Pensão Royal do Estoril, em Maio de 1942, enquanto o espião jugoslavo Bocko Christitch se hospedou no Grande Hotel do Monte Estoril, em Agosto de 1941.

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

| | | | |
|---|-----------------------------|---------------------|--|
| Nome completo Nom et prénom | | Christitch Bockko | |
| Nacionalidade Nationalité | | yougoslave | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Belorussia | |
| | data date | de 20 août de 1889 | |
| Profissão Profession | | Ministre | |
| Domicilio habitual Domicile habituel | | Rome | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport (a) | Diplomatique | |
| | Expedido em Delivré à | Belgrade | |
| | Data Date | de _____ de 1 _____ | |
| Auto. | | N.º _____ | |
| Data - Date | | 15/12/1941 | |
| Assignatura - Signature | | Bockko | |

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto lei N.º 26.327)

| | | | |
|---|-----------------------------|---------------------|--|
| Nome completo Nom et prénom | | Jovan Popov | |
| Nacionalidade Nationalité | | yougoslava | |
| Nascimento Naissance | local lieu | _____ | |
| | data date | de _____ de 1 _____ | |
| Profissão Profession | | Diplomata | |
| Domicilio habitual Domicile habituel | | Londres | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport (a) | Diplomatique N.º 14 | |
| | Expedido em Delivré à | Londres | |
| | Data Date | 9 de junho de 1943 | |
| Auto. | | N.º _____ | |
| Data - Date | | 31/3/1944 | |
| Assignatura - Signature | | J. M. Popov | |

Boletins de alojamento de Bocko Christitch, no Grande Hotel do Monte Estoril e de Dusko Popov, no Hotel Palácio
AHMCS/AADL/CMCSC/I/009/007 | AHMCS/AADL/CMCSC/I/009/001

60. Idem. P. 23.

61. BARROS, Júlia Leitão de - O Caso Shell: espionagem em Portugal durante a II Guerra Mundial. *História*. Ano XIV, nº 147, (Dezembro de 1991), P. 55-83.

62. Harold Russell Philby («Kim») foi uma das cinco «toupeiras soviéticas», juntamente com o major Anthony Blunt, do MI 5, Mclean, Burgess e Cairncross.

Em Cascais viveu o conde Iwan Schouwaloff, um russo branco naturalizado holandês, próximo do capitão Agostinho Lourenço, chefe da PVDE, bem como dos serviços da Legião Portuguesa. Para não acatar a ordem de mobilização militar da Holanda, no início da guerra, fugira para Portugal onde se oferecera à Alemanha para combater na frente leste. Acabaria por desertar e requerer a nacionalidade portuguesa, vindo a ser denunciado como espião nazi, pelo jugoslavo Dusko Popov («Triciclo»), que estava ao serviço dos britânicos⁶³.

Após o fim da rede «Shell», do SOE, em Portugal, em 1942, a secção V do MI6, de contra-espionagem britânica, dirigida superiormente pelo major Stewart Menzies, com estações em Estocolmo, Berna, Madrid e Lisboa, passou a ser a principal actividade dos serviços secretos ingleses em território português. Foi então reforçado o sistema de detecção de agentes secretos alemães e criada, pelo MI5, uma rede de espiões duplos britânicos, chamada Double-Cross System (ou XX Committee), para combater a rede de agentes duplos da Abwehr espionagem e contra-espionagem do Alto Comando Militar alemão.

Dois dos mais célebres agentes duplos foram os irmãos jugoslavos Dusko e Ivo Popov, respectivamente «Triciclo» e «Couraçado», recrutados pelo MI5 e que eram na realidade espiões britânicos. Entre 1940 e 1944 várias vezes em Portugal, o operacional do XX Committee, «Triciclo» também transmitiu aos ingleses informações sobre o projectado rapto do duque de Windsor, pela Gestapo, em Portugal, como se verá, bem como sobre o ataque japonês a Pearl Harbour⁶⁴. No final de Janeiro de 1944, Dusko Popov transmitiu a Londres um extenso relatório de Johann Jebesen, com nomes de membros da Abwehr.

Membro deste serviço secreto militar alemão Jebesen terá colaborado com a rede dos agentes duplos jugoslavos (certamente os irmãos Popov, Dusko e Ivo), a favor dos ingleses, desde o Verão de 1943. Em 28 de Março de 1944, Jebesen informou os serviços secretos ingleses de que a *Abwehr* tinha começado a suspeitar de «Triciclo», mas que ele próprio tinha conseguido desviar as atenções e ia ser condecorado pelos alemães. No dia seguinte, ao deslocar-se à legação alemã em



Praia do Tamariz, rendez-vous do Estoril
AHMCSC/AFTG/CAP/CAP/039

63. TT/AOS/CO/IN-8C, pasta 52. Pedido de obtenção de naturalidade portuguesa para aos condes Schouwaloff (194-); Cristina PACHECO - *Op. cit.*, P. 78.

64. BARREIROS, José António - *Op. cit.*, P. 73.

Lisboa, para receber a condecoração, foi espancado, raptado e atirado e manietado para um automóvel de matrícula diplomática alemã, que atravessou a fronteira portuguesa. Entregue à Gestapo, viria a ser executado no campo de concentração de Orianenburg, em Abril de 1945⁶⁵.

Através dos boletins de alojamento de estrangeiros pode-se ver que estiveram alojados no Hotel Palácio não só os irmãos Popov, como o célebre espião duplo, «Garbo» para os ingleses e «Arabel» para os alemães, cuja identidade permaneceu secreta até 1984, quando o autor Nigel West o identificou como Juan Pujol, natural de Barcelona, que na realidade esteve ao serviço dos britânicos. Em 1944, «Garbo» ou «Arabel» transmitiu aos alemães informações erradas sobre a localização do desembarque aliado, no continente europeu. Esse plano de cobertura da invasão da Europa ocupada, em Junho de 1944, que consistia em enganar os alemães sobre os ataques aliados, chamava-se operação «Fortaleza». Esta estava dividida em duas sub-operações: «Fortaleza norte», que dizia respeito a uma concentração fictícia, na Escócia, de tropas destinadas a atacar a Noruega; e «Fortaleza sul», que procurava enganar a Abwehr sobre a exacta

localização do «Dia D», dando a entender que o desembarque ocorreria na zona do Pas-de-Calais e não, como aconteceu, nas praias da Normandia⁶⁶.

No Hotel Palácio do Estoril também estiveram hospedados os actores Zsa Zsa Gabor, fugida da Hungria, em 1944, e Leslie Howard, que colaborou no esforço de guerra dos aliados. Este último partiu de Portugal, onde tinha vindo assistir à exibição do seu penúltimo filme, *Spitfire, the first of the few*, em Junho de 1943, para a sua derradeira viagem num avião da BOAC, abatido por caças alemães no Golfo da Biscaia. Segundo uma versão, os alemães teriam pensado que aí viajaria Winston Churchill, mas o certo é que também era passageiro desse avião Tyrell Shervington, director da empresa Shell em Lisboa, desde 1922, e um dos agentes do serviço secreto britânico, SIS, em Lisboa, o qual também poderá ter sido o alvo dos alemães⁶⁷.

O próprio Leslie Howard poderia ter sido o visado, dado que trabalhou para os serviços secretos britânicos⁶⁸. Segundo contou Milosh Tsrhanski, adido de imprensa da Legação da Jugoslávia em Roma (1938-41), que fugiu, após a invasão do seu país, para Portugal, onde

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art. 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

| | | | |
|---|--------------------------|----------------------------|--|
| Nome completo Nom et prénom | | Leslie Howard | |
| Nacionalidade Nationalité | | Inglesa | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Londres | |
| | data date | 3 de Abril de 1893 | |
| Profissão Profession | | Director e Actor de Cinema | |
| Domicilio habitual Domicile habituel | | U. S. A. | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport | (a) Passaporte N.º 9073 | |
| | Expedido em Delivré à | Londres | |
| | Data Date | 17 de Março de 1942 | |
| Auto. | | N.º | |
| Data—Date | | 1.5.1943 | |
| Assinatura—Signature | | Leslie Howard | |

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. / Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

BOLETIM INDIVIDUAL
Para os efeitos do art.º 1.º do Decreto N.º 16.386 de 18 de Janeiro de 1929
(Aprovado pelo Decreto-lei N.º 26.327)

| | | | |
|---|--------------------------|---------------------------------------|--|
| Nome completo Nom et prénom | | GULBENKIAN Nubar Sarkis | |
| Nacionalidade Nationalité | | Iran | |
| Nascimento Naissance | local lieu | Kadi Keri | |
| | data date | 2 de VI de 1906 | |
| Profissão Profession | | Diplomat | |
| Domicilio habitual Domicile habituel | | Londres - 25, rue de la Paix, Paris 2 | |
| Documentos de viagem Documents de voyage | Passaporte Passeport | (a) Passaporte de Londres N.º 932 | |
| | Expedido em Delivré à | Londres | |
| | Data Date | 17 de XI de 1933 | |
| Auto. | | N.º | |
| Data—Date | | 27/10/1944 | |
| Assinatura—Signature | | [Assinatura] | |

(a) Indicar se é passaporte, cédula pessoal ou certificado de nacionalidade. / Indiquer s'il s'agit de passeport, carte d'identité ou autorisation de résidence.

Boletins de alojamento de espiões ao serviço do Reino Unido: Leslie Howard, no Hotel Atlântico e Nubar Sarkis Gulbenkian, no Hotel Palácio
AHMCSC/AADL/CMCSC/I/009/003 | AHMCSC/AADL/CMCSC/I/009/001

65. PUJOL, Juan; WEST, Nigel - *Garbo*. Mem-Martins: Europa-América, 1990. P. 141-143 e 146-147.

66. Idem. P. 60, 63, 66-70, 72-73-75, 81-83, 86, 88, 90-91, 96, 108-113, 119, 141, 198, 211-213 e 219.

67. GURRIARÁN, José António - *Op. cit.* P. 103, 105 e 260.

68. MARTINS, Maria João - *Sob céus estranhos: o quotidiano em Lisboa [...]*. P. 59.



Hotel Atlântico, no Monte Estoril
AHMCS/C/AFTG/CAP/A/284

permaneceu cerca de cem dias no Estoril, os portugueses tinham a lista dos passageiros que partiam em aviões ingleses e alemães, pelo que «os espíões decidiam qual dos aparelhos devia ser abatido», tendo a escolha recaído sobre aquele onde viajava Leslie Howard.

Efectivamente, a embaixada da Grã-Bretanha enviou, em Março de 1943, a Salazar uma informação sobre três redes de espionagem alemã, constituída uma delas por Hans Friderick Grimm e Hans Scholz. Estes dois faziam parte de uma denominada “organização de Bremen”, que contava com agentes em Lisboa, na Madeira, na Horta (Açores), em Luanda e no Lobito (Angola), alguns dos quais foram presos e outros expulsos do país. Duas outras redes alemãs se dedicavam, respectivamente, à transmissão de informações para a Alemanha e à espionagem naval: a rede “Kuno/Weltzien”, ligada à firma Uwa e Weltzien, representantes em Portugal da Krupp, e a rede “Bendixen”, na qual se incluíam Ernst Schmidt, bem como alguns jornalistas e empregados portugueses da Radio Marconi.

Em 8 de Outubro de 1943, de novo por denúncia dos ingleses lembre-se que a rede britânica Shell tinha sido denunciada à PVDE,

em 1942, pelos alemães – uma brigada da PVDE participou numa rusga, às moradias Belver, Gira-Sol e Bem-me-Quer, no Estoril, as últimas das quais pertenciam respectivamente a Wilhelm Lorenz e a Hans Bendixen⁶⁹. Embora o relatório da PVDE, assinado por Júlio de Almeida, afirmasse nada ter encontrado de suspeito, nos últimos dois chalés foram encontrados um aparelho de rádio TSF e outro «de marca hallicrafter, tipo Super Defiant»⁷⁰.

A guerra secreta alemã contava em Portugal com a actividade de várias agências, nomeadamente com o serviço secreto naval e com a Abwehr, dirigida pelo almirante Canaris e pelo general Oster, os quais viriam a ser presos e executados, por suspeita de implicação no atentado a Hitler, no Verão de 1944. A secção III desse serviço, incumbida da contra-espionagem, era dirigida, em Portugal, pelo capitão Fritz Kramer, que, ao chegar ao país, esteve alojado no Hotel Atlântico, no Monte Estoril, até se instalar na Casa Atlanta. Na lista de alemães suspeitos de espionagem, elaborada pela PVDE em 30 de Abril de 1945, este último constava como «chefe da contra-espionagem alemã» em Portugal, desde 27 de Novembro de 1940.

69. TT/AOS/CO/PC-3E, pasta 7, Actividade da Alemanha em Portugal.

70. GURRIARÁN, José António - *Op. cit.* P. 98, 101 e 102.

Além de Bendixen e de Fritz Kramer, muitos outros agentes secretos alemães viviam aliás no Estoril: foram os casos, por exemplo, de Johan Georg von Wussow e de Rolf Friederici, adjunto do adido comercial da legação alemã, que reorganizou os serviços secretos da Alemanha em Portugal⁷¹. Outro elemento importante da espionagem alemã em Portugal era Erich Emil Schroeder, «assistente científico e delegado da polícia» (Polizei Verbindungsführer), da legação alemã em Lisboa⁷². Schroeder era provavelmente o elemento da Gestapo SD, sucedendo, em Março de 1941 e até ao final da guerra, a Walter Schellenberg⁷³.

O caso dos duques de Windsor

Já num artigo do *Daily Mirror*, atribuído a Eugen Tillinger, se dizia que se os serviços secretos ingleses actuavam em Portugal também

os «melhores agentes da Gestapo» estavam em Lisboa, capital que tinham transformado na «sua coutada favorita»⁷⁴. A polícia secreta da Alemanha nazi teve a sua génese nas SS (Schutzstaffel), serviço de segurança de Hitler, controladas a partir de 1929 por Heinrich Himmler, e no Sicherheitsdienst (SD, serviço de segurança), organizado em 1931, como um ramo de Intelligence das SS. O SD fundiu-se depois com a Gestapo (polícia secreta), criada em 1933, inicialmente sob a chefia de Hermann Göring e, depois, de Heinrich Himmler, chefe das SS, secundado por Reinhardt Heydrich⁷⁵.

Em 17 de Junho de 1936, Himmler foi nomeado chefe supremo das SS e de todas as polícias alemãs, unificadas num organismo central: Polícia Secreta do Estado, a RSHA (Reichssicherheitshauptamt), que englobava o SD, a Gestapo (polícia política, AMT IV) e a Kripo (polícia criminal)⁷⁶. Depois do início da guerra, combinando todos os poderes



Casa de Santa Maria, em Cascais, onde se alojaram os duques de Windsor
AHMCSC/AFTG/CAP/A/069

71. Idem. P. 141-144.

72. TT/AOS/CO/IN-8C, pasta 4, Informações da PVDE sobre estrangeiros existentes em Portugal (1940-1945).

73. ZUR MÜHLEN, Patrick von - *Fluchtweg Spanien-Portugal: die deutsche emigration und der exodus aus Europa: 1933-1945*. Bonn: Dietz, 1992.

74. VICENTE, Ana - *Op. cit.* P. 180-182.

75. FREI, Norbert - *L'Etat hitlérien et la société allemande, 1933-45*. Paris: Seuil, 1994.

76. SNYDER, Louis L., dir. - *Encyclopedia of the Third Reich*. Ware: Wordsworth Military Library, 1998. P. 113-115 e 286.

77. ALLEN, Martin, *El rey traidor*. P. 268, cit. por ANTUNES, José Freire, dir., *Judeus em Portugal: o testemunho de 50 homens e mulheres*. Versailles: Edeline, 2002.

78. SCHELLENBERG, Walter - *Labyrinth (The): memoirs of Walter Schellenberg, Hitler's chef of counterintelligence*. Cambridge: Da Capo Press Edition, 2000. P. 168-174.

de espionagem, policiamento e informação, a Gestapo-SD estava subdividida em sete secções, entre as quais se contavam o AMT IV - a Gestapo propriamente dita. O chefe SS Walter Schellenberg (1910-1952), começou por chefiar o AMT IV, mas ficou depois com a incumbência de reorganizar o AMT VI, ou seja, os serviços secretos alemães no estrangeiro, nomeadamente em Portugal, onde chegou pela primeira vez, em 1939, que, no ano seguinte, foi incumbido de raptar os duques de Windsor em Portugal, alojados na casa do banqueiro português Ricardo Espírito Santo, em Cascais, entre Junho e Outubro de 1940⁷⁷.

Efectivamente, o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Ribbentrop, a mando de Hitler, ordenara a Schellenberg a retirada dos duques germanófilos da vigilância dos serviços britânicos a que estavam a ser submetidos em Portugal, e a sua remoção para um país onde o controlo alemão fosse maior. Segundo contou Schellenberg, nas suas memórias, isso seria feito numa partida de caça na fronteira luso-espanhola, onde o duque, ao qual o governo alemão estava disposto a abrir uma conta na Suíça, mostrara interesse em ir. Quando se soube que o duque já não planeava ir à caça e provavelmente não estaria na disposição de seguir os alemães voluntariamente, Ribbentrop ordenou o seu rapto, caso fosse necessário⁷⁸.

Chegado a Lisboa, Schellenberg estabeleceu contactos com o japonês Kijuro Suzuki, que lhe forneceu todos os planos da casa de Ricardo Espírito Santo, e com um comando de espiões alemães, sediados na Costa do Sol portuguesa. Schellenberg afirmou, nas suas memórias, que tinha achado um contra-senso raptar o duque e o certo é que a ordem acabou por não ser levada adiante. No dia 2 de Agosto de 1940, o duque de Windsor e Wallis Simpson partiram, de Lisboa, no navio «Excalibur», rumo às Bahamas, tal como pretendia Churchill⁷⁹.

Alguns episódios com cabeças coroadas da Europa

Devido à permanência em Portugal, durante a II Guerra Mundial, dos duques de Windsor, bem como de outros ex-monarcas ou pretendentes a tronos europeus, a Costa do Sol ficou no imaginário português como um local de cabeças coroadas. No Estoril, mas alojados na Casa Mar e Sol, estiveram Max Oppenheimer Ophuls, realizador do conhecido filme *Lola Montes*, bem como o ex-rei Carol II da Roménia. Este último tinha fugido para Portugal, vindo de Sevilha, onde se encontrava exilado, em regime de liberdade vigiada, depois de ter abdicado do trono da Roménia, em Setembro de 1940⁸⁰, mas, com a ajuda dos governos aliados e a passividade da Direcção General de Seguridad espanhola, acabou por atravessar a fronteira portuguesa. Na sua fuga contou com o auxílio do capitão Mário de Carvalho Nunes, ajudante de campo do Presidente da República português, de Zdzislaw Zorawski, um polaco da Intelligence Service, do inglês Victor Reynolds, que o alojou junto à fronteira, na Quinta do Carmo, e de Augusto Joly, que o transportou para Lisboa.



Carol II da Roménia no Estoril
AHMCS/AFTG/CAM/B/1685

Conterrâneo e súbdito do ex-rei Carol, o escritor e historiador das religiões romeno, Mircea Eliade, redigiu, em Maio de 1941, umas notas sobre a estadia do antigo monarca em Portugal. Eliade tinha começado por ficar alojado no Hotel Palácio do Estoril, mas mudara-se, depois da morte da sua companheira Nina, para uma casa da Rua da Saudade, em Cascais. Eliade, que era anti-comunista e germanófilo, permaneceu em Portugal, entre Fevereiro de 1941 e 13 de Setembro de 1945, como conselheiro de imprensa da Legação da Roménia em Lisboa, chegando mesmo a escrever um *Diário Português*, bem como um livro sobre Salazar. Inicialmente simpaticista do governante português, acabou por se distanciar deste quando Portugal se foi aproximando dos Aliados, a partir de 1943.

Revelando que não “morria de amores” pelo ex-monarca romeno, Eliade relatou que o ministro da Roménia em Lisboa tinha protestado, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros contra o facto de o governo português receber Carol, mas teria obtido como resposta a de que Portugal o considerava como um refugiado político. Não sem antes ter sido recebido oficialmente por Carmona e Salazar, Carol acabaria por partir, em 25 de Novembro de 1944, para Cuba e, depois, para o Brasil, onde se casaria finalmente com Magda Lupescu. Regressaria, em 1947, a Portugal, onde viria a falecer seis anos depois.

Portugal foi também lugar de exílio de outros “refugiados”, nomeadamente de algumas cabeças coroadas europeias, como o príncipe D. Juan de Espanha, que se instalou no Estoril, em 1946, onde foi sempre atentamente vigiado pelo elemento da PIDE⁸¹, João d’Almeida Costa, um antigo equilibrista de circo, amigo do motorista e criado particular do príncipe espanhol, José Jurado⁸². O próprio D. Juan sabia, aliás, que estava a ser vigiado, pois, numa ocasião disse ao seu motorista: «No te creas, que la policia solo me protege si no que

79. GURRIARÁN, José António - *Op. cit.* P. 260-261.

80. Com a invasão da Polónia pelas forças da Wehrmacht, a Roménia permaneceu oficialmente neutral. No entanto, a derrota da França às mãos do exército alemão e a retirada das forças britânicas do continente europeu retiraram o significado à garantia que estes dois países tinham dado de defesa da independência romena. Em Julho de 1940, a URSS ocupou a Bessarábia e, a 30 de Agosto, as forças do Eixo, Alemanha e Itália, forçaram a Roménia a dar metade da Transilvânia à Hungria. Entretanto em Julho, Ion Gîurgu formou um novo governo, onde se incluiu um ministro do partido da extrema-direita anti-semita, Guarda de Ferro, Horia Sima. Em Setembro, a Guarda de Ferro e o general Ion Antonescu uniram-se, formando um «Estado Nacional Legionário» romeno, que forçou à abdicção do rei Carol II, a favor do seu filho Miguel. Carol e a sua companheira Magda Lupescu tomaram o caminho do exílio, em 7 de Setembro de 1940, num comboio especial, onde teriam levado tesouros da Roménia. Em 23 de Novembro de 1940, a Roménia juntou-se às forças do Eixo, pouco depois de tropas nazis terem começado a ocupar o país e, em 22 de Junho de 1941, a Wehrmacht, com apoio romeno, atacou a União Soviética.

81. TT/AOS/CO/IN-8C, pasta 35, 1.ª subdivisão, fls. 25, 522 e 530; 2.ª subdivisão, 3.ª subdivisão fl. 544, 4.ª subdivisão, informação sobre o Príncipe D. Juan de Espanha, (2 de Fevereiro de 1946).

82. GURRIARÁN, José António - *Op. cit.* P. 76-77.



Conde de Barcelona no Clube Naval de Cascais, em 1948
AHMCSC/AFTG/CAM/B/0181

com mucho cuidado tambien me vigila, com my seguridad personal, no hago caso, nada me preocupa»⁸³.

A despedida de Portugal

Nesse período, já do pós-guerra, a maioria dos refugiados que não tinham esses pergaminhos nem dinheiro não permaneceu em Portugal, onde o regime salazarista tudo fez para que fosse apenas um país de trânsito e não um país de destino e de exílio. Mas, com a presença desses refugiados, durante a II Guerra Mundial, a Europa “chegou” a Portugal e aos principais locais onde eles se instalaram, em «regime de residência fixa» ou não, entre os quais a Costa do Sol.

Através dos refugiados, pobres ou ricos, os portugueses não puderam mais ignorar que pertenciam ao continente europeu. Para eles, por seu turno, na hora da partida, o país simbolizou a despedida, talvez para sempre, dessa mesma Europa, que, apesar de tudo, não queriam abandonar. A figura de um refugiado do romance *Deus não Dorme*, de Suzanne Chantal, diz a dado momento que todas elas partiam com os olhos voltados para a Europa. Ao partir de Lisboa, num navio com destino ao «novo mundo», a personagem principal deste romance, Liouba, saúda cada pormenor da «cidade que desfilava» sob os seus olhos: «Adeus, zimbório branco da Estrela; fachada lisa e clara do Palácio da Ajuda. Adeus Torre de Belém, colocada sobre o rio como

um pisa-papéis de pedra. Em breve, adeus Tejo. Adeus Europa.»⁸⁴

Também, ao partir num hidroavião, o jugoslavo Miloch Tsrnhanski assinalou que Portugal tinha ficado «lá em baixo, como uma jóia perdida na escuridão»⁸⁵. Em Outubro de 1940, a última visão de Alfred Döblin foi a da Exposição do Mundo Português, a brilhar de «forma lendária» e cuja luz mágica foi a última, que viu «da Europa, mergulhada na tristeza»⁸⁶. Pela mesma altura, Heinrich Mann também dizia adeus, com um último olhar sobre o porto de Lisboa, deixando escrito nas suas memórias: «Será o último, de uma Europa que fica. Achei-o incrivelmente belo. Uma amada perdida não é mais bela. Tudo o que me foi dado vivi-o na Europa, alegria e tristeza [...]. Mais que dolorosa foi essa despedida»⁸⁷.

Para Hans Natonek, quando o navio saiu da barra do Tejo, num dos primeiros meses de 1941, a cidade mais ocidental da Europa sintetizou, à luz do sol poente, toda uma vida passada nesse continente: «Diante de mim, frente a mim, já quase a desaparecer, ficavam alguns dos mais bonitos bastidores do passado europeu, barroco e gótico [...] à luz dourada do sol poente, vi as torres de Praga, a doce paisagem austríaca, o Luxemburgo, Paris - toda uma vida passada na Europa [...] Era como se o último olhar apagasse a Europa»⁸⁸.



Panorâmica de Cascais
AHMCSC/AFTG/CAP/A/198

83. TT/AOS/CO/IN-8C, pasta 35, 3.ª subdivisão, fl. 544.
84. CHANTAL, Suzanne - *Op. cit.* P. 396.
85. TSRNHANSKI, Miloch - *Op. cit.*
86. DÖBLIN, Alfred - *Op. cit.* P. 236.
87. MANN, Henrich - *Op. cit.* P. 448.
88. Letzter Tag in Europa. *Aufbau*, 4/4/41.



Cascais no segundo quartel do século XX, em fotografia de António Passaporte
AHMCSC/AFTG/CAP/A/191

Lá longe, aqui tão perto¹

por Helena Matos

1945-1955 - De porto de abrigo a destino

Já foi conhecido por Cascaes, Estoris, a Linha, Costa do Sol e ainda há-de ser Costa do Estoril. Mas neste final da II Guerra Mundial, entre o assombro das explosões de Hiroshima e Nagasaki, dos julgamentos de Nuremberga e do próprio sobressalto duma Europa em que os Aliados de ontem se tornam nos inimigos de hoje, a designação mais apropriada para esta costa será porto de abrigo. Uma espécie de concha-refúgio iluminada pelo sol onde muitos aportam procurando refazer-se da extraordinária tormenta que se abateu sobre as suas vidas, os seus países e os seus povos.

Ao contrário do que sucedia uns anos antes, aqueles que agora aqui chegam não fogem ao extermínio nem à guerra. Afastam-se de uma Europa que se refaz das cinzas e que os vê como símbolos de um passado que se acredita definitivamente morto. São reis: contudo já não têm reino. Mas como os reis nunca deixam de o ser, acabaram a tornar-se uma espécie de reféns de um mundo que acabou mas que os deixou cá como testemunhos: não podem voltar a ser quem foram, mas também não podem deixar de ser o que são, confundindo-se com a multidão anónima; não podem voltar aos países cujo nome usam como uma espécie de apelido mas também não podem ir pelo mundo fora. Humberto II de Itália, Joana da Bulgária, Carol da Roménia são alguns dos protagonistas desse destino em que as palavras falhanço, tragédia e glória correm demasiado próximas umas das outras.

Chegaram ao Estoril depois de terem reinado por um mês, como é o caso de Humberto II de Itália, ou de terem visto ser assassinada uma parte da família como sucedeu à rainha da Bulgária que não só suspeitava que o marido, o rei Bóris III, fora envenenado pelos nazis como tivera ainda de se confrontar com a execução, pelos comunistas féis a Estaline, da elite monárquica do país, nomeadamente com a execução do seu próprio cunhado, o príncipe regente Kyrill.

A esta espécie de naufragos do tempo todas estas memórias deveriam assemelhar-se às nuvens negras de uma tempestade que o sol desta costa afugentava para longe. Aqui essa gente presa entre o que foi e o que já não pode ser, vai viver suficientemente próxima dos seus países de origem para poder regressar quando possível e suficientemente distante para não temer pela sua existência. Aqui eles vão também conseguir realizar o sonho impossível de todos os príncipes: serem reconhecidos enquanto tal nas recepções, na entrada dos hotéis, nas casas das grandes famílias para, escassos quilómetros à frente, gozarem dos privilégios do anonimato e da descontração da ausência do protocolo.

Dos seus países vêm professores para os filhos. Para o Estoril rumam também políticos e aristocratas que lhes são próximos. Trazem-lhes

1. Este texto não foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

notícias e procuram manter viva a instituição monárquica. O caso mais interessante desta fidelidade dos monárquicos para com aqueles que consideram os seus reis é o que sucede com D. Juan de Bourbon. Filho de rei que abdicara, Afonso XIII, tornara-se pretendente ao trono de Espanha após a renúncia dos seus irmãos aos direitos dinásticos. Depois de ter residido em Itália e na Suíça, chega em 1946 com a sua família ao Estoril. Vem por três meses. Ficarà 36 anos. A sua casa, a villa Giralda, mantém no pós-guerra o imaginário do Estoril enquanto palco de conspiração política internacional.

É claro que os espões ingleses e alemães já não se acotovelam nos hotéis portugueses e que pertence ao passado o tempo em que agentes alemães tentavam aliciar para uma aliança com Hitler o duque de Windsor, quando este passava uns dias na casa de Cascais

do banqueiro Ricardo Espírito Santo. O que neste pós-guerra se urde no Estoril é o futuro da monarquia espanhola. Em boa parte é como se se recuasse aos anos 30 quando, antes e durante a guerra civil de Espanha, aqui aguardaram pelo seu momento homens como o general Sanjurjo. Mas aqueles que a partir de 1946 acorrem à villa Giralda já não desenham estratégias de guerra em cima de um mapa de Espanha, como sucedeu entre os refugiados espanhóis que se alojavam nesta costa no ano de 1936, mas sim planos para a sucessão de Franco.

No Estoril, D. Juan de Bourbon, conde de Barcelona, vai viver muito mais do que conspirações: conhece os dias dolorosos da morte do seu filho, D. Alfonso e a vitória amarga que para si representou o regresso dos Bourbons ao trono de Espanha: Franco que mantivera



Humberto de Itália, em visita à Colónia Balnear Infantil de O Século, em S. Pedro do Estoril, no ano de 1946
AHMCS/C/FTG/CAM/B/2082

oficialmente a Espanha como uma monarquia e dava de si mesmo a imagem de um rei, atribuindo títulos e cunhando moeda com o seu rosto vai levar ao limite esse assumir de um papel régio designando quem seria o futuro rei de Espanha: o filho de D. Juan de Bourbon.

Umás ruas abaixo da villa Giralda ficam as casas do rei Carol da Roménia e da rainha Joana da Bulgária. Em Cascais, Humberto chama Itália à magnífica casa com vista para o oceano onde passa a viver.

Começam por esperar. Durante quanto tempo terão acalentado a ideia de voltar àqueles que outrora foram os seus reinos? Os versos que Amália nesses anos 40 cantava, e que alguns deles escutaram em Lisboa, no Café Luso e também no Casino Estoril, talvez os tenha levado a prenderem-se no fatalismo do fado-destino de cada um, tenha nascido rei, príncipe ou plebeu, e que os trouxe até aqui, onde o sol e o mar a todos envolvem e tratam por igual.

Mas se é verdade que as famílias da aristocracia europeia eram os mais desejados dos hóspedes também se tornava evidente que, ao contrário do que sucedera com os refugiados durante a guerra, não eram suficientes para encher os hotéis. À medida que a paz se tornava efectiva na Europa extinguiu-se o fluxo de gente que procurava abrigo em Portugal. E nessa Europa que renascia das cinzas e da dor, as estâncias rivais do Estoril iam reabrindo as suas portas.

Os números davam conta desta mudança: a cobrança da taxa de turismo no Estoril e em Cascais, que não parara de crescer entre 1944 e 1947, regista uma descida em 1948. Hotéis como o Parque, Paris, Inglaterra, Miramar e o Grande Hotel apresentam em 1948 resultados iguais ou mesmo inferiores aos que tinham obtido em 1944.

Transformar o Estoril de refúgio em destino é a aposta para evitar o declínio: no pós-guerra a Junta de Turismo de Cascais duplica o investimento no que então se designava por “publicações de propaganda”. É colocada publicidade de forma continuada na imprensa estrangeira, sobretudo na de língua inglesa. É também apoiada a edição de postais com fotografias da zona. O postal era então um poderoso meio de divulgação turística. Dos postais que levaram o Estoril a moradas remotas há que destacar nesta época os de António Passaporte, um fotógrafo que começara por ser caixeiro-viajante e que graças a essa actividade inicial fizera longas viagens de que regressara transformado num bom fotógrafo e com a certeza de que comercialmente valia a pena apostar na produção de bilhetes-postais. Recolhe imagens por todo o país. A Costa do Sol não foi excepção a esta sua recolha e são centenas os clichés assinados «Passaporte». Às vezes nem é preciso olhar para o canto inferior direito, basta reparar se o céu tem nuvens. Mesmo na Costa do Sol, Passaporte não prescindiu delas, qual enquadramento superior perfeito para as imagens que colheu durante décadas.

Guias da zona, folhetos de hotéis e horários da linha de Cascais ilustrados por artistas plásticos e acompanhados de textos assinados por jornalistas e escritores constituem também uma parte significativa do esforço de propaganda a que vem juntar-se, já no final dos anos



Um trecho de Cascais captado pela objetiva de António Passaporte
AHMCS/AFTG/CAP/A/453

quarenta, a edição de alguns cartazes e da revista *Cascais e seus lugares*.

A mensagem que a Junta de Turismo de Cascais procura passar nestes anos insiste cada vez mais nas excelências do clima, na animação constante garantida pelo Casino aberto todo o ano e pela possibilidade de assistir ou participar em várias provas desportivas. Destas últimas as mais visíveis são aquelas a que é associado um maior cosmopolitismo: hipismo e vela, em Cascais, golf, ténis e corridas de automóveis, no Estoril. Aliás é no Estoril que termina o Rallye Automóvel Internacional, organizado, desde 1947, pelo Automóvel Club de Portugal. As razões desta escolha são facilmente entendidas quando se lêem os relatórios anuais publicados na revista *Cascais e seus lugares*: «Tendo-se realizado as provas finais deste Rallye no Estoril, ofereceu esta Junta de Turismo uma valiosa Taça que foi atribuída ao primeiro dos automóveis ligeiros, e ainda subsidiou largamente as despesas de recepção aos concorrentes».

Desporto particularmente privilegiado é a vela que tem, nesta época, como momento alto a Semana Internacional de Vela. Este acontecimento é considerado pela Junta de Turismo de Cascais «uma boa propaganda desta Zona de Turismo». A presença de importantes velejadores internacionais e a correspondente cobertura do acontecimento justificam esta opinião. Associar o Estoril enquanto destino turístico a acontecimentos que na época tinham um carácter social exclusivo é também o propósito da organização da Exposição Canina Internacional do Estoril que tem lugar pela primeira vez em 1951.



H.R.H. ARCHDUKE JOSEF FRANZ VON HABSBURG

Cousin of former Emperor Franz Josef of Austria, the archduke has no direct claim to throne. During last war he lived in Germany. He looks older than

his 55 years because he almost starved in 1947. He has very little money. His furniture was given by friends, and his wife raises vegetables for the family.



ADMIRAL NICHOLAS HORTHY,

Dictator of Hungary for 24 years, Horthy was taken to Germany in 1944 by the Nazis, came to Portugal in 1949. Now 82 and penniless, he lives with his wife.



FORMER REGENT OF HUNGARY

grandson and daughter-in-law (his son died last summer in plane crash) in a borrowed house. Next summer they must give up house, have no place to go.



The Louella Park
presides over
making. She a

Life Visits a Haven for Exiled Royalty

HOSPITABLE PORTUGUESE TOWN IS THE "ROYAL MORGUE OF EUROPE"



AIR VIEW OF ESTORIL SHOWS TOWN, SUBURBS, ATLANTIC OCEAN

The town of Estoril, Portugal, 15 miles west of Lisbon, contains more exiled royalty per square inch than any other place in the world. In or around Estoril, which until 10 years ago was only a resort for wealthy British, live two former kings (of Italy and Romania), one ex-regent (of Hungary), pretenders to two thrones (of France and Spain), one archduke (of Austria-Hungary) and enough minor princes and counts to stock a dozen palaces. Thrust aside by their countries, they have descended on Estoril because of its benign climate, because the Portuguese are glad to have them as a tourist attraction and give them special diplomatic status, and because it is, if nothing else, a foothold on the Continent. Their presence has given the town a nickname: the "Royal Morgue of Europe."

The Portuguese who cluster about relish the chance to practice heel-checking and hand-kissing—their own pretender lives in Brazil. But the royal exiles, shown here in photographs by *LIFE*'s Gordon Parks, rarely get together. When they do the protocol problem is a hostess's nightmare. Most prefer—or are forced by slim finances—to live quietly, pursuing some pet project, talking with royalists who pass through and nurturing the hope that the uncertain future will somehow bring back the glorious past.



THE COUNTESS OF PARIS

Wife of the Bourbon pretender to French throne, the countess, 39, presides over Estoril's biggest (12 children) family. Here she walks with daughter at horse Count is often away in Paris organizing return from exile, which is now pe



BARONESS WALPURGA VON FRIESEN

sons of Estoril, Baroness von Friesen
tonly's only real industry—gossip
and husband moved from Germany

to Liechtenstein when Hitler came, to Estoril when
war came. They are town's oldest royal residents.
Here she walks dogs in village of Cascais, near Estoril.



THE COUNT OF BARCELONA

les over
se show.
mitted.

Don Juan, 37, son of Alfonso XIII, with whom he fled Spain in 1931, is closer to
throne than any others at Estoril, hopes Franco will restore monarchy. He loves
sailing, is shown here at wheel with son Don Carlos. His wife took this picture.

CONTINUED ON NEXT PAGE 131

Royally
CONTINUED

**FORMER KING
CAROL OF ROMANIA**

Exiled from Romania since 1940, when he abdicated in favor of son Michael, Carol, who is 57, and his wife Magda Lupescu (now Princess Elena of Romania) live more lavishly than any other Estoril exiles. While on throne Carol sent good-sized fortune out to Magda. Though rich, pair are also social outcasts because of Magda; only Archduke Josef Franz will speak to them. Before coming to Estoril, they lived three years in Mexico, three in Brazil. Carol likes to listen to records and to shoot pigeons at an Estoril club.



**FORMER KING
UMBERTO OF ITALY**

Exiled from Italy after plebiscite ruled against monarchy in 1946, Umberto, now 46, has stayed in Estoril ever since. He lives simply and comfortably on his holdings in England with his three daughters, two of whom are shown here. His wife and son are both in Switzerland, she undergoing eye treatment, he at school. Umberto is royal colony's social and intellectual leader, is always happy to see visitors. He is currently hard at work on a history of the relationship between the royal families of Italy and Portugal.

CONTINUED ON NEXT PAGE

FLEISCHMANN'S GIN



*Makes America's
Most Delicious Gin
Drinks*

Because
...It's the Gin that gives you all 4

- ☆ QUALITY
- ☆ SMOOTHNESS
- ☆ TASTE
- ☆ RELIABILITY



*FIRST GIN DISTILLED IN AMERICA • DISTILLED FROM AMERICAN GRAIN • 50 PROOF.
THE FLEISCHMANN DISTILLING CORPORATION, PEESKILL, N. Y.

132



*the New Shape
is the news*

The new-shape winged platter hat. News because its silhouette is so daringly different. It resembles a winged platter ... yet it's actually one of the season's most flattering hats.

The new-shape Modess box. News because its silhouette is so dramatically different from the usual napkin boxes. Wrapped, it looks like a box of stationery ... or candy ... or facial tissues. Yet it contains fine, luxury-soft Modess. (Same number of napkins, of course.)

Available in 3 sizes—Regular, Junior, Super. All pre-wrapped!



*Does more than
**LAZY
LAXATIVES***

PHILLIPS' MILK OF MAGNESIA

*not only relieves constipation,
but accompanying acid
indigestion, too!*

THREE TABLESPOONFULS FOR CONSTIPATION! When irregularity causes you trouble, you should take Phillips'. Because Phillips' brings more complete relief than lazy laxatives which simply relieve constipation. Wonderful Phillips' also relieves the acid indigestion that frequently accompanies constipation!

ONE TABLESPOONFUL FOR ACID UPSET! Phillips' contains one of the fastest, most effective neutralizers of excess stomach acids known. Brings amazingly fast relief from upset stomach, gas, heartburn and other symptoms of acid indigestion.

LIQUID PHILLIPS' AVAILABLE IN 15¢, 50¢ AND 25¢ BOTTLES
PHILLIPS' TABLETS IN \$1.00, 50¢ AND 25¢ SIZES



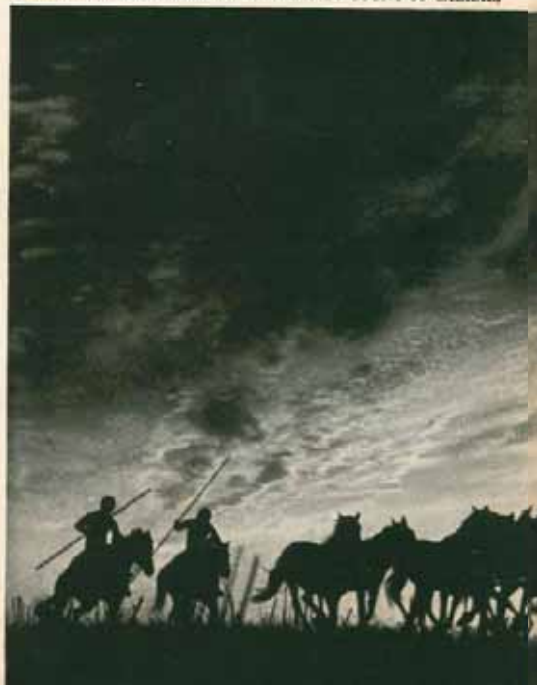
134

Royally CONTINUED



ARCHDUKE'S LABORATORY is a garage where Josef Franz conducts experiments. He has worked 20 years on problems of nonincandescent electric

HERDSMEN CHASE HORSES BELONGING TO COUNT OF CABRAL.





lighting, sold platinum ring to buy equipment for this laboratory. He also writes music and poetry, and once wrote a play which was performed in Hungary.

PORTUGUESE NOBLE WHO ASKS EXILES TO HIS HARE HUNTS



YES! only \$1
 3 fine fabrics
 #416 satin
 #412 nylon
 #414 broadcloth
 A, B, C cups,
 32-40

**Look...
 Lovable...only \$1!**

You'll love the styling... you'll
 adore the fit. Compare it with bras
 at twice the price, then marvel at
 all that Lovable gives you for only \$1.
 An amazing value... see it
 at your favorite store.
 Other fine Lovable styles, \$1 up.
 Also sold in Canada

Lovable

Any way you figure... it's

The Lovable Brassiere Co., Dept. L-2, 180 Madison Ave., New York 16, N. Y.

135

AIR KING brings you

Superb TV Performance

in brilliantly styled Decorator Cabinets...



Model 30C3 - Stage 30" picture in a magnificent Mahogany Console with doors. Also available without doors.

PREPARE for the thrill of your life when you see Air King's new "King Size" 20-inch television with precision-built chassis.

You'll see perfect, bigger-than-life pictures—amazingly sharp and clear on Air King's new soft-focus, glare-proof screen. You'll see stunning new decorator cabinets of finest craftsmanship.

You'll see television with all the most advanced features... engineered by Air King, a leader for more than 30 years in electronic development. For today's best buy in television see Air King!

AIR KING
 TELEVISION



...has everything!

AIR KING PRODUCTS COMPANY, INC., BROOKLYN 32, NEW YORK
 Subsidiary of
HYTRON RADIO & ELECTRONICS CORP.
 One of America's Oldest Manufacturers of Receiving Tubes

133

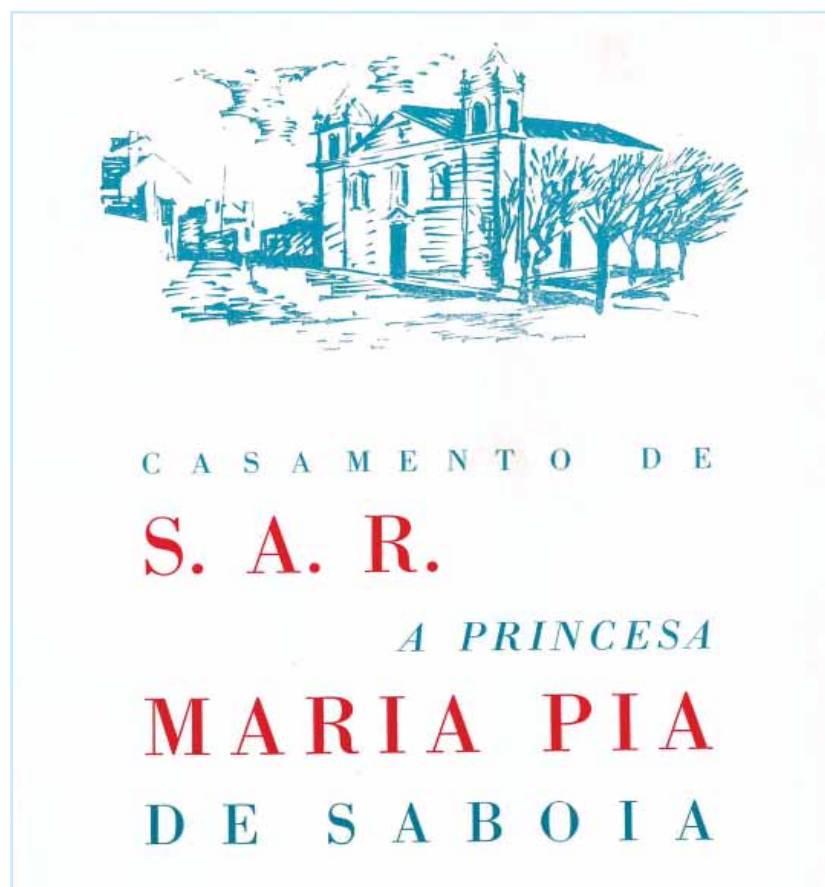
A presença de alguns membros das famílias reais aqui exiladas, quer como assistentes, quer como participantes em muitas destas provas, completa na perfeição esta estratégia de «boa propaganda desta Zona de Turismo»: uma fotografia de Don Juan de Bourbon a bordo do *Saltillo* em Cascais ou jogando ténis no Estoril; uma imagem de Humberto de Itália a assistir ao golf com a sua família ou um dos membros da numerosa família dos condes de Paris nas corridas de cavalos é um dos melhores cartões de visita da zona. Daí que quando, a 12 de Fevereiro de 1955, a princesa Maria Pia de Sabóia, filha do rei Humberto de Itália, casa em Cascais com o príncipe Alexandre da Jugoslávia, o enlace real seja vivido com um interesse e uma intensidade que ultrapassou, em muito, a curiosidade que os casamentos reais têm o condão de suscitar. É como se por breves dias tudo e todos neste espaço procurassem criar e criar-se a si mesmo a ilusão de que os noivos, as suas famílias e muitos dos seus convidados tinham reencontrado os seus reinos. A ilusão é quase perfeita quando nos belos salões do

Museu Condes Castro Guimarães, a família real italiana oferece uma recepção a dois mil dos seus compatriotas. No íntimo todos sabiam que não era assim mas, por momentos, isso pouco importava. Eram verdadeiras as jóias, eram reais as vénias, eram sentidos os votos de felicidade que os portugueses lhes prodigalizaram. Eram verdadeiras as orquídeas que vieram às centenas da Madeira para ornamentar a igreja, eram verdadeiras as colchas que os portugueses colocaram nas janelas à espera que a noiva passasse e era certamente delicioso o bolo em que se misturaram quatrocentos ovos e cinquenta quilos de açúcar.

O casamento de Maria Pia de Sabóia não foi a única boda real do Estoril e não trouxe directamente mais turistas a esta zona. Mas pelo aparato de que se revestiu, pela época em que teve lugar e pela atenção que suscitou no estrangeiro entre pessoas com disponibilidade para viajar é um marco na própria imagem da Costa do Sol. Não por acaso, nesse mesmo ano de 1955, é editado material de divulgação noutras línguas, acompanhado de cuidadosa ilustração. O cartaz cujas potencialidades já tinham sido exploradas nos anos 30 pela Comissão de Iniciativa na divulgação desta costa volta a merecer vinte anos depois o interesse dos promotores turísticos. A Junta de Turismo de Cascais abre mesmo um concurso para a sua concepção entre artistas portugueses. Comuns a todos eles são as linhas distendidas, as cores fortes, o humor que de alguma forma têm implícito e o sol, enquanto



Cenas de um casamento: Alexandre da Jugoslávia e Maria Pia de Sabóia, 1955
Cascais e seus lugares: boletim da Junta de Turismo de Cascais, maio de 1955



elemento central. Simultaneamente procura-se estimular a produção de textos sobre esta zona, seleccionando «O melhor artigo sobre a Costa do Sol» redigido quer por portugueses, quer por estrangeiros.

Desde 1951 que a Costa do Sol registava valores que davam conta da recuperação turística da zona. O casamento de Maria Pia de Sabóia é o acontecimento que encerra simbolicamente o ciclo que começara no pós-guerra e em que esta costa e as pessoas que a ela se acolhiam procuravam reencontrar o seu lugar. O porto de abrigo dera lugar a um destino. Destino turístico para milhares de anónimos. Destino pessoal para aqueles que como a princesinha italiana aqui chegaram por causa da História e por aqui ficaram por causa da vida.

1955-1968 – Estoril Festival

Os actos administrativos não passam muitas vezes de letra morta. E no caso do turismo pode até dizer-se que a burocracia é muitas vezes responsável por boa parte daquilo a que alguns, anos mais tarde, chamam erros, mas também não será mentir acrescentar que o final dos anos 50 e a década de 60 foram nesta costa marcados positivamente por singelos actos administrativos cujo alcance não seria fácil vislumbrar num primeiro momento.

O primeiro desses actos, a promulgação do decreto nº 41 205 de 26 de Julho de 1957, começou por ser uma espécie de vitória do senso comum sobre a burocracia, pois este decreto não só voltava a integrar o concelho de Cascais na área de jurisdição da Junta, como esta, por força do mesmo decreto, também mudou de nome: a Junta de Turismo de Cascais passa a chamar-se Junta de Turismo da Costa do Sol. Mas provavelmente esta sensata decisão administrativa não teria mais impacto além de oficializar a designação que a linguagem quotidiana tinha consagrado caso não houvesse o factor humano. No caso concreto esse factor tem nome e rosto: Joaquim Serra e Moura, empossado como presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol a 12 de Dezembro de 1958. No seu discurso de tomada de posse Serra e Moura avisa: «Não basta o clima ameno que possuímos; não é suficiente o azul do céu e o sol radioso de que temos, normalmente, privilégio; não chegam as belezas naturais que Deus distribuiu com generosidade [...]. Nós temos de nos esforçar para dar cada vez mais nível ao ambiente que nos rodeia».

O presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol junta ao entusiasmo que caracterizou a Sociedade de Propaganda e da Comissão de Iniciativa, a consciência aguda de que o Estoril não pode viver de recordações por mais fascinantes que elas sejam. Serra e Moura sabe que nesta passagem dos anos 50 para 60 não basta o *glamour* de mais um namoro real, agora o de Juan Carlos e Sofia da Grécia, sorrindo apaixonados na Boca do Inferno, para manter o Estoril não apenas como uma referência entre os destinos turísticos mas também como um destino capaz de escapar aos ritmos da sazonalidade.

Um outro acto administrativo veio dar a Serra e Moura os meios para provar que tinha razão: a 25 de Junho de 1958 foi constituída a



Teodoro dos Santos mostrando a maquete do Hotel Estoril-Sol
AHMCS/AFTG/CNM/0027

Sociedade Estoril-Sol. O empresário Teodoro dos Santos que é o seu rosto ganha, nesse ano de 1958, a concessão do jogo que até aí fora da Estoril Plage. E não é de modo algum exagero dizer que Teodoro dos Santos e a Sociedade Estoril-Sol vão ocupar nas décadas de 60 e 70 o lugar que nos anos 20 e 30 fora desempenhado por Fausto de Figueiredo e as suas Estoril Plage e Sociedade Estoril.

Para conseguir a concessão do jogo, Teodoro dos Santos jogara ele mesmo muito forte: propôs-se construir um hotel não de 40 mil como obrigavam os termos do concurso mas sim de 80 mil contos. Fica também obrigado a construir um casino de valor não inferior a 25 mil contos e a remodelar o edifício do Tamariz com obras cujo valor fosse, pelo menos, de 2.500 contos. A organização de espectáculos, festivais e encontros de arte são outras das propostas em que a Sociedade Estoril Sol apostou para ganhar esta concessão.

Sinal inequívoco do ciclo que agora começa, enquanto no que era o antigo Parque Palmela se lança a primeira pedra do futuro Hotel Estoril-Sol, no Estoril são demolidos o Hotel do Parque e o edifício das Termas.

O dinheiro da Sociedade Estoril-Sol a par do dinamismo de Serra e Moura levam a que a Costa do Sol se transforme e viva a um ritmo e com uma desenvoltura que contrastam com a pequenez que predomina na maior parte do país.

O Carnaval de 1959, com o seu desfile de estrelas a que não faltou um carro alegórico desenhado por Salvador Dali foi o primeiro sinal dos novos ventos que sopravam na Costa do Sol. Concebido como um evento à escala internacional, traz ao Estoril nomes célebres do espectáculo como Maurice Chevalier, os galãs António Vilar e Jacques Sernas, o costureiro Pierre Balmain e os seus modelos, a princesa Doris Pignatelli... Em Lisboa, o aeroporto da Portela enche-se de fotógrafos e caçadores de autógrafos que aguardam pelo momento em que as estrelas descem dos aviões. Quando tal acontece as horas de espera



Cascais e seus lugares: boletim da Junta de Turismo de Cascais



Carro alegórico do Carnaval Internacional do Estoril
AHMCSC/AFTG/CNM/0028

parecem largamente compensadas: «Nadia Gray, de casaco de peles vistoso e caro, cabelos de um louro arruivado, ao pescoço um colar de pérolas, trouxe o seu sorriso aliciante; Françoise Christophe, num rico casaco branco, cabelos dum louro não platinado sorria também e erguia a mão numa saudação aos cinéfilos; Micheline Presle, num casaco azul, cabelos louros platinados, mostrava nos lábios pintados o encanto da sua juventude, apesar dos olhos pintados e das sobrancelhas avivadas a negro azulado. Depois, as três vedetas concederam autógrafos, falaram para a rádio e seguiram para o Estoril», escreve *O Século* de 8 de Fevereiro de 1959.

Mas se o Carnaval de 1959 é um bom cartão de apresentação de Teodoro dos Santos e da sua Sociedade Estoril-Sol, a inauguração do Hotel Estoril-Sol, em 1965, é a consagração do antigo moço de recados e vendedor de malas – daí que fosse também conhecido por “Teodoro das malas”. É um homem claramente orgulhoso aquele que a 15 de Janeiro de 1965 recebe o Presidente da República para, ao seu lado, proceder à inauguração do seu Hotel Estoril-Sol.

«O Hotel Estoril-Sol (que custou cerca de 160 mil contos e constitui uma dimensão nova no turismo português) foi ontem inaugurado pelo sr. Presidente da República» – destaca na sua primeira página de 16 de Janeiro de 1965, *O Século* que, tal como os outros jornais, não deixa de destacar o gigantismo das instalações – 400 quartos, salões para congressos, um dos quais com capacidade para mais de mil pessoas, 2900 candeeiros e apliques... – a par dos cosmopolitismos da boíte, da vista deslumbrante que se desfrutava do restaurante panorâmico no 10º andar, das tapeçarias e obras de arte usadas na decoração que fazem da inauguração deste hotel um acontecimento tal como o fora a do Hotel Palácio em 1930. «O Hotel-Estoril-Sol [...] está apenas a 30 quilómetros do Aeroporto da Portela (Lisboa) por auto-estrada, através do Parque de Monsanto e ao longo da estrada marginal», salienta a imprensa que faz a cobertura da inauguração e que Teodoro dos Santos convidara a conhecer o novo hotel.

Os investimentos de Teodoro dos Santos e os projectos de Serra e Moura marcam o ritmo na Costa do Sol: aos eventos tradicionais como as provas desportivas e a Exposição Canina juntam-se nos

anos 60 novas iniciativas que visam associar o destino Costa do Sol a acontecimentos de carácter exclusivo e ocorrendo ao longo de todo o ano, acontecimentos esses susceptíveis de canalizar atenções, turistas e também beneficiar os habitantes, pois para estes últimos, segundo os documentos da Junta de Turismo da Costa do Sol, muito haveria que fazer: «No Estoril, por exemplo, falta quase tudo - lê-se no Plano de Actividades para o ano de 1962 - Não há teatro nem cinema, não há um parque infantil, as ruas e os passeios é como se não existissem, em tão precário estado se encontram, os cafés e os restaurantes estão longe de satisfazer os menos exigentes, não há um local para espectáculos ao ar livre, de música, de dança, ou de folclore, as lojas são modestíssimas, a iluminação é deficiente, etc., etc., etc.». Não admira assim que muitas das iniciativas criadas e dinamizadas neste período sejam dirigidas aos turistas e aos residentes: os Cursos de Música da Costa do Estoril, um Concurso de Conjuntos de Jazz (antecessor do festival que nasceria nos anos 70) o Salão de Arte Moderna que teve como seu primeiro vencedor João Cutileiro, o Salão de Fotografia, o Teatro Experimental de Cascais (TEC), as Festas de Santo António, a preservação do património arqueológico das grutas de Alapraia, os Salões de Arte e a Feira de Artesanato onde se daria a conhecer Rosa Ramalho, são eventos criados pela Junta de Turismo da Costa do Sol ou apoiados directamente por ela. Para os divulgar são encomendados cartazes, calendários, desdobráveis, marcadores de livros, folhetos e mapas. Muito deste material é desenhado nesta época por Oskar Pinto Lobo que conseguiu criar uma linha gráfica coerente e marcante.

Num tempo em que se começavam a multiplicar os destinos turísticos apostou-se em criar razões para que se fosse à Costa do Sol. Tanto no Verão como no Inverno. Com sol ou sem ele. Mas sempre num ambiente de festival. Os turistas vieram de facto. Mas não apenas eles. Os jornais trazem anúncios apelativos que comercializam novos empreendimentos urbanísticos nesta zona. Analisando os anúncios que os promovem nas páginas dos jornais percebem-se os gostos da época - alcatifas e terraços com churrasqueira - e também os padrões de conforto de uma classe média urbana que já não abdica da máquina de lavar roupa e do ar condicionado.

Em 1870 o rei D. Luís fez da Cidadela de Cascais a sua residência oficial de Verão. Um século depois, em 1970, vários portugueses compravam uma casa com vista para o mar nesta faixa de terra que já foi Cascaes, Estoril, Linha, Costa do Sol e Costa do Estoril. Na medida das suas posses e da sua plebeia condição repetiam o gesto de D. Luís: queriam a sua Cidadela se por Cidadela se entender um espaço onde aqueles que a ela se acolhem vêem diluídas as contingências do seu dia-a-dia.

Melhor que fazer férias tão perto do mar, tão perto da serra e tão perto de Lisboa só mesmo viver lá nesse local simultaneamente tão perto do que se deseja e tão longe do que se quer esquecer. Ou seja na Costa do Sol.



Cascais e seus lugares: boletim da Junta de Turismo de Cascais



Prancha de mergulho junto à Praia da Conceição, em Cascais, em meados do século XX
AHMCSC/AFTG/CAP/A/029

1968-1974 - Tempos de revoada

Na noite de 6 para 7 de Setembro de 1968 um carro faz a grande velocidade a estrada marginal em direcção a Lisboa. Devia ser bonita a viagem porque bonito é o traçado dessa estrada concebida para ser panorâmica e porque bonitas são todas as noites de Verão ao pé do mar. E bonitas, lindíssimas até, eram as ocupantes que, seguindo em direcção a Cascais em automóveis particulares de boa marca, se cruzavam com esse carro oficial. Não é provável que os viajantes – os dos automóveis particulares, por um lado, e os da viatura oficial, por outro – tenham sequer cruzado um olhar nessa noite de Setembro. O mais certo é que apenas o mar e a Lua tenham notado como os sorrisos de quem viajava para Cascais contrastavam com o olhar inquieto dos homens que seguiam no carro de Estado, como então se chamava às viaturas oficiais. E tinham razões para sorrir os primeiros, pois dentro de minutos estariam num dos acontecimentos sociais mais extraordinários que até então tivera lugar em Portugal, a festa Patiño. Quanto aos segundos, a cada quilómetro vencido viam confirmados os seus piores receios. A dado momento, um dos passageiros perguntou ao homem que ocupava as suas atenções em que universidade se tinha ele formado. Não sabia. Perguntou-lhe em seguida em que ano se formara. Também não se lembrava. Nesse

momento os outros ocupantes do carro de Estado perceberam que o Governo português era chefiado por um incapacitado. Salazar, porque é dele que se trata, não sabia quem era. Salazar viaja sentado entre os médicos Eduardo Coelho e Vasconcelos Marques. À frente seguem Silva Pais e o motorista. Cada vez mais apressada, a viatura segue para o Hospital dos Capuchos. Também apressados, os convidados de Antenor Patiño, o rei do estanho, vão chegando a Alcoitão. Uma passeadeira vermelha leva-os até àquilo que a imprensa define como um palácio suspenso. Enquanto, ao ritmo frenético de Os Pentágono, nas pistas de dança se cruzam Gina Lollobrigida, Maria Félix ou a princesa Margarida da Dinamarca, Salazar, sentado numa cadeira de rodas, é submetido a exames nos hospitais de S. José e dos Capuchos e, por fim, é levado para a Cruz Vermelha.

Entretanto a nomenclatura do regime é confrontada com a realidade. «O país está sem Presidente do Conselho», repete desorientado o ministro Gonçalves Rapazote. Há 36 anos que o País conhecia Salazar como Presidente do Conselho. Gente cresceu e morreu perante essa circunstância que quase se diria imutável. O País «sem Presidente do Conselho» era um País em que o Poder não estava na rua mas alguns em parte incerta.



135-Cascais-Cais do Club Náutico em dia de Regatas

AHMCSC/AFTG/CAP/A/064

Já passava das quatro da madrugada do dia 7 de Setembro de 1968 quando, perante o vazio de poder, o cirurgião Vasconcelos Marques anuncia à vasta equipa médica que está na sala de operações da Cruz Vermelha Portuguesa: «Vamos operar o doente do quarto 68». Enquanto em São Domingos de Benfica, Salazar, agora «o doente do quarto 68» é operado, em Alcoitão, os convidados mais festivos de Patiño vêm nascer o dia bebendo taças de chocolate à volta da piscina.

A festa Patiño culmina o ciclo das festas dos milionários que, nesse ano de 1968, deram a Portugal uma ilusão de cosmopolitismo. A primeira dessas festas, o baile Schlumberger, teve lugar a 4 de Setembro, na Quinta do Vinagre. Seguem-se a tenta e sardinhada organizadas por Manuel Vinhas e um jantar oferecido pelos duques do Cadaval no restaurante Muchaxo, no Guincho. A 6 é a vez da festa Patiño, em Alcoitão.

Durante dias os jornais portugueses enchem-se com as imagens dessas personagens mais ou menos irreais que habitualmente borboleteavam entre Monte Carlo, Paris e Nova Iorque e que agora se sentavam nas mesas dos restaurantes da marginal, fazem fila nos cabeleireiros de Cascais e compravam souvenirs. A 7 de Setembro de 1968 quando os

milionários começam a regressar a casa ou se preparam para outras festas, Portugal descobre-se sem Presidente do Conselho e começa a preparar-se a sucessão de Salazar.

Aos estrangeiros, milionários ou não, que visitavam esta costa talvez parecesse que aqui nada mudava mas na verdade Portugal estava a alterar-se rapidamente. Socialmente era cada vez mais evidente que o país rural perdia terreno. Na política, a guerra em África tornara-se a preocupação omnipresente. Nos investimentos de capitais, nomeadamente no turismo, tudo adquire neste tempo em Portugal uma outra escala proporcionada pelos bons números do crescimento económico. Marcelo Caetano substituíra Salazar e pelo país passa a esperança na Primavera marcelista.

Na Costa do Sol, mais ou menos alheios a tudo isto, norte-americanos, ingleses, espanhóis, franceses e alemães fotografam as corridas de touros na nova praça de Cascais, os chalets do Monte e o novo Casino no Estoril. Inaugurado a 27 de Março de 1968, a construção de um novo Casino do Estoril era um dos compromissos da sociedade Estoril-Sol quando se candidatara à concessão do jogo. Na inauguração do Casino do Estoril, o homem forte da Estoril-Sol, que era também um excelente relações públicas das suas iniciativas, faz o

levantamento dos montantes investidos pela empresa que dirige. Os números impressionam: no Hotel Estoril-Sol, nas obras do Tamariz e na construção do Casino tinham sido investidos 253 mil contos: «Isto é, mais 71.500 do que o valor das nossas obrigações» – frisa Teodoro dos Santos para imediatamente passar da enumeração das cifras à exaltação das obras em causa e do papel que estas iam desempenhar na «batalha do turismo».

Mas mais impressionante e não menos eloquente foi a voz de Amália soando nessa noite no novo casino. Amália fora a artista convidada para cantar no espectáculo de inauguração do novo casino. A ouvi-la, além dos muitos convidados de honra, estiveram também muitos jornalistas portugueses e estrangeiros que nos dias seguintes dedicam largos textos a este espectáculo, ao novo casino e, claro, à Costa do Sol. Fossem grandes empresários como Teodoro dos Santos, donos de restaurantes ou os responsáveis pela Junta de Turismo da Costa do Sol, todos sabiam que muitos dos turistas que visitavam esta costa anualmente tomavam essa decisão depois de lerem muitos dos artigos que esses jornalistas-convidados redigiam quando regressavam aos seus países.

Outros foram influenciados pelos documentários, cartazes e anúncios divulgados internacionalmente. E quantos terão resolvido viajar para a Costa do Sol depois terem visto James Bond apaixonar-se no Estoril pela única mulher que o levaria ao altar, a Condessa Teresa di Vincezo, Tracy para os amigos? *007 – Ao Serviço de Sua Majestade* foi filmado em grande parte em Portugal. Nele vê-se a então chamada Ponte Salazar (actualmente 25 de Abril); a Arrábida; o Rossio, em Lisboa; Sesimbra; Palmela e, naturalmente, o Guincho, Cascais, o Casino do Estoril e o Hotel Palácio do Estoril, em cujas mesas de jogo, anos antes o espião Ian Fleming se teria inspirado para criar precisamente o agente James Bond ou 007.

O imaginário da Costa do Sol passa por se apresentar como um algures benfazejo que pairava entre o tempo vertiginoso da História e o tempo lento de Portugal ou, como sucedia nesta época, ilusoriamente lento. Mas, por vezes, o tempo da política irrompia como que lembrando que era ele o dono e senhor das coisas. Foi esse o caso do Festival Pop do Estoril. Marcado para 26 de Agosto de 1970, no Parque dos Salesianos, este festival, também conhecido por Festival do Estoril ou Festival dos Salesianos, foi organizado pelo Quarteto 1111 e contou com o apoio da Junta de Turismo da Costa do Sol que anteriormente organizara com particular êxito o I Festival de Conjuntos Modernos.

O Festival do Estoril teve grande simpatia por parte da rádio que divulgou largamente esta iniciativa sobretudo no programa *Página Um*, com grande audiência na época. A imprensa dá-lhe também destaque e durante dias faz notícias sobre a lista dos participantes no que chamava *1º Festival Português. Ao Estoril Sob o Signo da Juventude* ou *Festival monstro de pop-music* e onde se arranjavam bilhetes por 25 tostões.

Além do organizador do festival, o Quarteto 1111, dava-se como garantida a presença de Os Chinchilas, Os Sindikato, Os Psico, Ruy Mingas, Padre Fanhais, Samuel e Os Bárbaros. A lista dos participantes crescia todos os dias e chegou a incluir os belgas Wallace Collection.

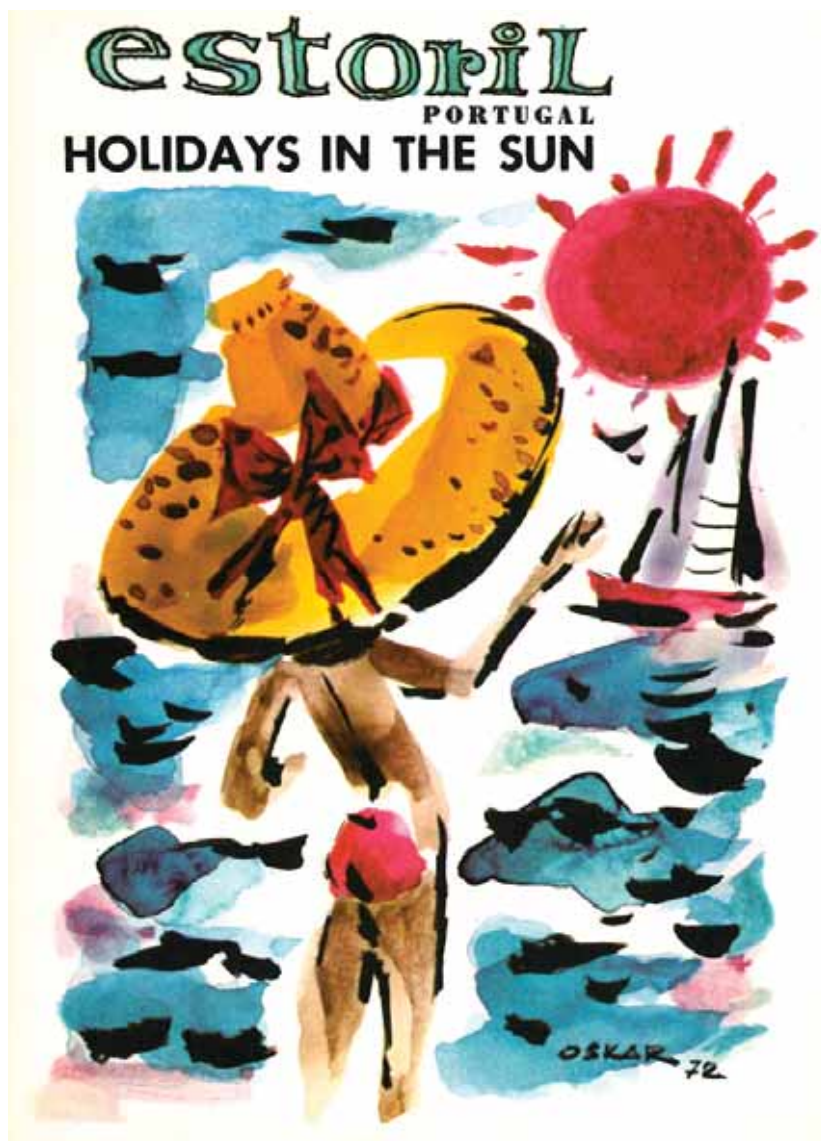
Apesar do enorme interesse que este festival suscitou – ou também por causa dele – a verdade é que o Festival Pop do Estoril não chegou a acontecer, pois uma violenta carga policial não só dispersou do Parque dos Salesianos as pessoas que aí tinham acorrido, como a intervenção das autoridades chega à própria zona das arcadas do Estoril. Dada a tradicional presença de estrangeiros na zona, nos dias seguintes a imprensa internacional noticia abundantemente o sucedido. Um dos bodes expiatórios destes acontecimentos acabou por ser a própria



Casino Estoril
Costa do Sol, junho de 1971

Junta de Turismo da Costa do Sol que acaba a assumir as culpas pelo sucedido num comunicado que faz publicar e onde se lê: «A Junta de Turismo da Costa do Sol lamenta informar que por não ter solicitado a respectiva legalização para o espectáculo de música moderna que deveria ter tido lugar na mata da Escola Salesiana do Estoril, o mesmo não se pôde realizar». Poucas pessoas terão acreditado nesta explicação e não será grande desacerto afirmar que o problema não estava na licença mas sim nas notícias que chegavam a Portugal sobre os festivais pop que nesses anos estavam a ter lugar nos Estados Unidos da América, Woodstock, Ilha de Wight, em Inglaterra, etc., notícias essas que muito terão influenciado a decisão policial de impedir o Festival Pop do Estoril que não por acaso era apresentado como estando «À Procura da Autenticidade de Woodstock».

O Woodstock português teria lugar um ano depois, em 1971, não no Estoril mas em Vilar de Mouros. Para alguns tal só foi possível porque



AHMCSC/AACD/JTCE/B/005/Lv. 34

as autoridades não quiseram ver repetidas na imprensa internacional imagens semelhantes às que tinham sido tiradas no Estoril em 1970 e optaram por vigiar mas não intervir.

Mas nestes tempos de revoada mesmo aquilo que parece idêntico só o é frequentemente na aparência: os turistas continuam a desembarcar de máquina fotográfica a tiracolo, camisas coloridas deixando entrever corpos pouco habituados ao sol e boné na cabeça. Aliás são cada vez mais: no início da década de 70, na Costa do Sol passara-se dos 100 mil turistas por ano para 150 mil. Contudo eles já não chegam aristocraticamente em carros com motorista nem desenvoltamente ao volante de carros tão modernos quanto o seu cosmopolitismo: o turista que organiza só a sua viagem, que faz ele mesmo a reserva nos hotéis diminui de número. Este é o tempo das viagens organizadas, dos agentes de viagens e das excursões. Esta mudança na forma de viajar e no perfil social e cultural dos turistas obriga a mudanças não tanto na forma como se divulga esta zona mas sobretudo entre quem se faz essa divulgação: «suspendeu-se, em grande parte, a habitual publicidade da Costa do Sol no País, substituindo-a por uma acção directa Hoteleiros - Agentes de Viagens. Em resumo: da economia resultante de “uma menor publicidade clássica” conseguiu-se a possibilidade de um patrocínio eficaz, para que os nossos hoteleiros se desloquem ao estrangeiro e procedam “à venda da Zona”, terminologia que nos desagrade, mas constitui linguagem promocional» - lê-se no relatório da Junta de Turismo da Costa do Sol para o ano de 1972.

Para «vender a Zona» aos turistas e aos cada vez mais importantes agentes de viagens vão contar os hoteleiros a partir de 1972 com o Autódromo. Anunciado em 1966, o Autódromo do Estoril foi inaugurado em Junho de 1972. Nesse ano efectuaram-se provas de Fórmula 3. No ano seguinte foi a vez da Fórmula 2 e anunciou-se, para Setembro de 1974, a realização do primeiro Prémio de Fórmula 1, em Portugal.

No início da década de 70 a «batalha do turismo» de que falava Teodoro dos Santos estava a ser ganha na Costa do Sol.

1974-2014 - Costa do Estoril

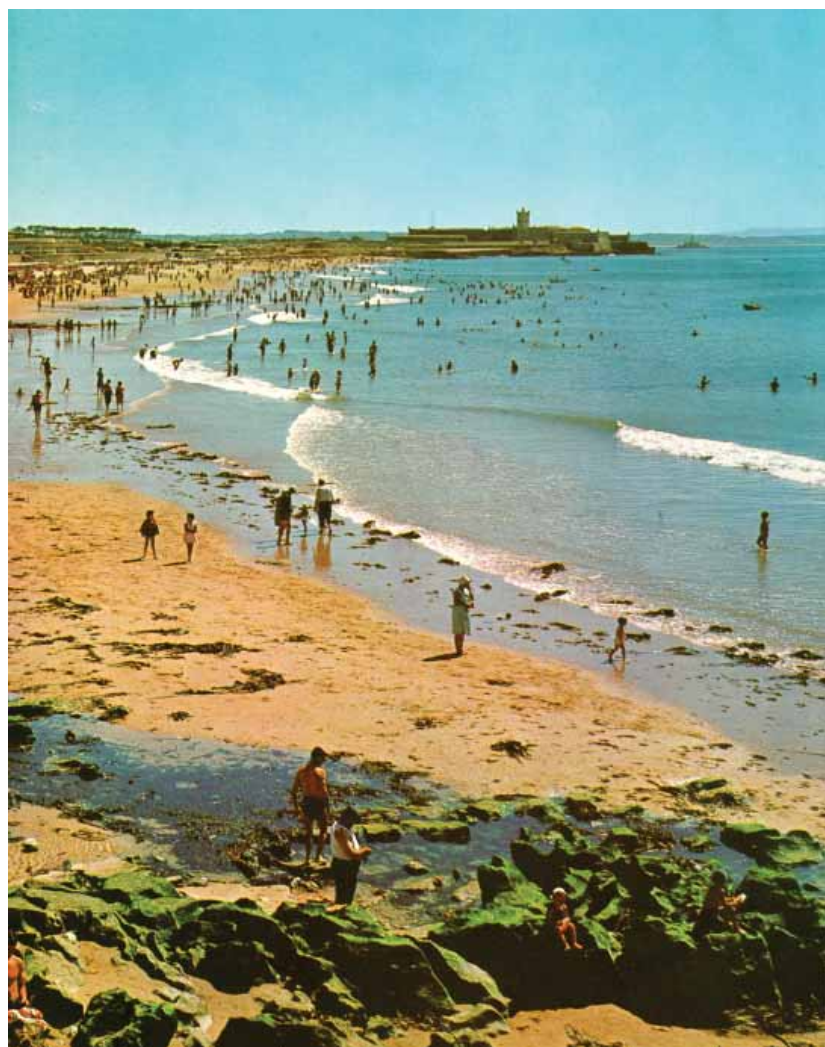
No início de 1975 há quem acredite que Portugal pode vir a ser a Cuba da Europa. Há também quem tema que a instabilidade política e as ameaças de crise económica levem, uma vez passada a euforia inicial, ao estado de espírito que, nos anos 20, permitira que da I República se passasse para o Estado Novo. Mas Portugal em 1975 não é o mesmo país que fora em 1926. E de modo algum se repetiam aqui, no extremo ocidental da Europa, todas as peças do xadrez que permitiu, em 1956, aos tanques soviéticos invadirem Budapeste com o intuito de corrigirem os “desvios” ideológicos do socialismo húngaro e em 1958 a Fidel tomar o poder em Cuba.

Significativamente é ao contemplar as praias da Costa do Sol cheias de gente que um dos principais protagonistas dos acontecimentos

destes anos, Mário Soares, reforça a sua íntima convicção de que Portugal não ia ser a Cuba da Europa: «Estava muito calor, era domingo, decidimos ir passear até Nafarros. Fui a guiar, uma coisa que faço quando estou bem-disposto. “Vamos pela costa, para ver o mar”, sugeri a minha mulher. Fomos os dois, devagar, por ali fora. Perto do mar, começámos a ver cachos e cachos de automóveis e, na areia, uma multidão de pessoas. As praias e os parques de automóveis estavam literalmente a abarrotar! “Como é possível – pensei – com esta classe média tão forte, com toda esta gente nas praias, que se venha a dar aqui um golpe comunista?” Não era.»

Na verdade não foi. Mas Portugal tinha várias contas a ajustar com o passado.

As movimentações sociais, o redesenhar das fronteiras a par da renhida luta interna pelo poder levaram a que se vissem anos politicamente apaixonantes mas, à excepção dos jornalistas estrangeiros e de alguns intelectuais que se deslocaram propositadamente a Portugal para observarem *in loco* uma revolução tardia, diminuiu



Praia de Carcavelos
Costa do Sol, junho de 1971

fortemente a procura turística. Contudo os hotéis, esses, continuavam a receber hóspedes. Mas estes não vinham de férias. A maior parte nem sabia ao que vinha. Eram os portugueses que fugiam de África. Os hotéis (e os desta costa não são excepção) vão albergar durante 1975 e 1976 algumas destas pessoas a que política mais do que a História impropriamente chamou retornados. Mais uma vez o sol e o mar desta costa foram o horizonte possível e de certa forma apaziguador para os olhos de quem só sabia que não podia regressar à terra que chamava sua.

Quando nos hotéis os retornados começam a dar lugar aos turistas torna-se patente que o país e as pessoas iam reencontrando o seu lugar. E num país que procura relançar e ajustar a sua economia o turismo é naturalmente um sector preferencial. Em 1978 tem lugar em Lisboa o I Congresso do Turismo Local e Regional. A importância do turismo como actividade económica é o denominador comum a todas as intervenções dos congressistas. Investimentos vultuosos e tarifas especiais procuram captar novos turistas.

A Costa do Sol não só está presente neste congresso como é uma das entidades convidadas a integrar o secretariado da Conferência Permanente dos Orgãos Locais e Regionais de Turismo. Mas é evidente que o lugar que anteriormente lhe cabia como principal destino turístico português é agora ocupado por uma outra zona, o Algarve, cuja importância vale à sua Comissão Regional de Turismo ser a escolhida para organizar o próximo congresso. E é neste tempo esquina da História que se vive com a consciência de que se fechou um ciclo, que a Costa do Sol enquanto designação oficial deixou de existir dando lugar à Costa do Estoril. A mudança está consagrada num decreto publicado a 31 de Maio de 1979 e talvez o texto desse decreto seja a mais eloquente explicação para as razões que levaram a tal alteração: «O Decreto nº 41 205, [...] de 26 de Julho de 1957, criou uma zona turística com sede em Santo António do Estoril e que abrange a área de toda a circunscrição do concelho de Cascais, cujo órgão administrativo passou a designar-se por “Junta de Turismo da Costa do Sol”. Esta designação não foi, porém, registada, o que tem gerado dificuldades na promoção turística internacional por existir outra idêntica fora do País. Torna-se, por isso, necessário proceder à alteração daquela designação, adoptando outra, que mereceu já consagração nacional e internacional e que a Câmara Municipal de Cascais, por deliberação unânime dos seus componentes, aprovou. Nestes termos: O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202º da Constituição, o seguinte: Artigo único. A Junta de Turismo da Costa do Sol passa a ter a designação de “Junta de Turismo da Costa do Estoril”». A Espanha registara internacionalmente a designação Costa do Sol e a Portugal não restava outra alternativa senão adaptar-se a essa circunstância. E assim, num país que se descobre ele mesmo tão perto da Europa e dos grandes circuitos turísticos, a Costa do Sol passa a chamar-se Costa do Estoril.

Mas voltemos ao decreto que consagra essa alteração: chama-se *Diário da República* e não *Diário do Governo*, o jornal oficial em que vem publicado e, mais importante, não só a Constituição invocada já não é a mesma referida nos decretos anteriores sobre esta costa como



Praia do Tamariz
Costa do Sol, junho de 1971



Baía de Cascais

Cascais Dinâmica. Fotografia de Rui Cunha

o nacionalismo corporativo em que radicava a anterior Constituição (ratificada em 1933, e revista em 1945, 1951, 1959 e 1971) deu lugar a um país que, em 1976, se define logo no artigo primeiro da nova Constituição como uma República «empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes».

Independentemente daquilo que pensavam sobre a sociedade com classes ou sem elas, numa matéria os portugueses estavam de acordo neste final dos anos 70: fazer turismo não era mais um privilégio mas sim um direito. Da rotina anual de milhares de portugueses passou a fazer parte decidir o destino de férias e de passeios. Continuariam eles a escolher a Costa do Estoril?

Não tinham sido apenas as vicissitudes políticas dos anos 70 a transformar radicalmente o cenário da Costa do Sol, agora do Estoril. Um dos principais problemas com que esta zona turística teve então de

lidar – a poluição das águas – era já conhecido há anos, sendo mesmo referido nos relatórios da Junta de 1972. Aliás algumas iniciativas a que a Junta esteve associada no início dos anos 70 – como o banho dos médicos na Praia do Tamariz em 1972 – procuravam combater os receios e a má imagem que a poluição das águas por essa época já inspirava. Por outro lado, o que no passado tinham sido os trunfos da sua afirmação – a proximidade à capital e a linha férrea – revelavam-se agora como indutores da explosão urbana e da massificação nas praias.

Quanto mais se caminha para as últimas décadas do século XX mais evidente se torna que ao contrário do que sucedera no passado já não bastava divulgar a nova designação da zona, Costa do Estoril, ou continuar a acenar com as excelências do clima. Era preciso mais. Era necessário resolver problemas de ordenamento urbano, apostar fortemente no combate à poluição marítima e definir aqueles traços

distintivos que podem levar a que entre centenas de destinos turísticos este seja o escolhido.

Na procura desses factores que podem fazer a diferença foi feito em 1979 um inquérito para apurar as motivações e os interesses dos turistas que aqui afluem e coloca-se a hipótese de se constituir uma Sociedade de Desenvolvimento Regional com vista à exploração das Termas, encerradas desde o princípio dos anos 60. As Termas viriam de facto a funcionar de novo mas seria necessário esperar pelo século XXI mais precisamente por 2010, para que o Estoril se pudesse apresentar como o único local na Grande Lisboa onde existem e funcionam umas Termas. Esta reabertura integra-se numa tendência de recuperação de conceitos e serviços que no passado se tinham mostrado eficazes na construção da imagem da zona. Não deve causar admiração esta espécie de regresso aos locais onde décadas antes os turistas foram felizes. Afinal é precisamente desse difícil equilíbrio entre os desejos do presente e o fascínio pelo passado que nasce boa parte da atracção desta costa onde, repetindo um gesto secular, os turistas continuam a chegar aos hotéis embora também, como manda a tradição, cada geração chegue de modo diverso da anterior.

Hoje na bagagem não vêm jóias nem guarda-roupa para toda uma estação e muitos dos turistas são na verdade pessoas a quem o seu trabalho obriga a viajar. Contudo não são poucos aqueles que, à documentação para o congresso em que vêm participar, juntam os tacos para jogar golf ou as raquettes de ténis. Ou que ficam mais uns dias para ver os outros jogar, ou seja as cabeças de cartaz que animam as provas de ténis, golf e hipismo que aqui têm lugar.

Em boa verdade aquilo que noutros tempos aqui trouxe reis, príncipes que já não o eram, generais sem tropas e presidentes sem país não é diverso do que leva hoje os participantes dos congressos a prolongar a sua estadia e tantos outros a procurarem ter aqui a sua casa: o desejo não de fuga, presente em tantos outros destinos turísticos, mas precisamente o de estar. Estar num local onde o sol, o mar, a paisagem e a propaganda criaram a convicção de que não podemos e provavelmente não devemos fugir da realidade, mas podemos certamente vivê-la numa escala e num ritmo mais reconfortantes.

Dizem as estatísticas que a maior parte destes turistas ou trabalhadores-turistas são portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e alemães. O que as estatísticas não dizem mas que se presume que será de cem por cento é a percentagem desses turistas, residentes e viajantes ocasionais que pára a olhar para o mar. Não por acaso esta costa também teve quem a quisesse dar a conhecer como Enseada Azul mas acabou por ser conhecida como de Cascais e dos Estoris. Depois foi do Sol. E agora é do Estoril. Amanhã o nome poderá ser outro pois as mudanças administrativas são uma constante: em 2008, a Junta de Turismo foi extinta. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Cascais, procurando colmatar o vazio deixado por essa extinção, transformou a empresa municipal de turismo (que tinha inicialmente como principal objectivo a gestão do Centro de Congressos do Estoril inaugurado em 2001) num prolongamento da extinta Junta.

Olhando em perspectiva para o correr desse mais de um século de turismo nesta costa detectamos como que um movimento pendular entre pólos a partir dos quais irradiam as diversas actividades: no início era o mar em Cascais, depois tivemos os chalets do Monte, o casino no Estoril, a linha férrea, os grandes hotéis.

É ainda cedo para avaliar o impacto que essa alteração administrativa terá nesta zona, mas o que se pode já afirmar é que neste início do século XXI a baía de Cascais ressurgiu como o centro de um conjunto de actividades, de que se destaca naturalmente a *World Series* da Taça América. E é inegável que, em terra, a Casa das Histórias onde se alberga a colecção Paula Rego acrescentou uma forte razão para se voltar à Parada e à Cidadela, onde a história deste século de turismo mais ou menos começou.

O senso comum gosta de acreditar que os destinos turísticos, tal como as famílias felizes, não têm história. Nada mais falso. No que às famílias e aos destinos turísticos diz respeito. Aqui não falta História e sobram histórias. Há mais de cem anos que elas se cruzam nesta costa. E agora mesmo parece estar aqui a viver-se num daqueles momentos que mais tarde se concluirá ter sido decisivo.



Litoral nas imediações do Guincho
Cascais Dinâmica. Fotografia de Rui Cunha



Estrada Marginal, na Parede, em meados do século XX
AHMCSC/AESP/CJSF/D/110

Memórias de um Território

Revisitando os últimos 75 anos da nossa História

As Comemorações do 650º aniversário da vila de Cascais constituem momento oportuno para analisar mais detalhadamente a história dos últimos 75 anos do município, que formataram de forma decisiva o território e o quotidiano dos cascalenses, numa breve viagem final pelo nosso passado, do início da II Guerra Mundial até à consagração de Cascais enquanto o melhor destino turístico sustentável do Mundo.

A partir de 1940, a nova Estrada Marginal facilitou a imposição da Costa do Sol enquanto a mais importante estância de turismo internacional do país, propiciando uma revolução urbanística sem precedentes, que se efetivou por meio de investimentos de vulto na melhoria das infraestruturas e na construção de novos equipamentos, primeiramente na vila e depois no resto do concelho. Desta forma, a 5 de outubro de 1940 inaugurar-se-ia o Parque Municipal de Cascais, que recebeu o nome de Marechal Carmona, em homenagem ao Presidente da República que montara residência oficial no Palácio da Cidadela. Nesse ano assistiu-se, ainda, à instalação dos Paços do Concelho no antigo Palácio dos Condes da Guarda, a que se seguiu, a 21 de dezembro de 1941, a inauguração do Hospital Condes de Castro Guimarães, sob a direção da Santa Casa da Misericórdia de Cascais.

Paralelamente, a aposta de desenvolvimento em função do turismo – evidenciada pela campanha contra moscas e mosquitos conduzida em 1939 – implicaria a abertura de novos espaços consagrados ao lazer, casos do Grupo Desportivo Estoril Praia, a 17 de maio desse ano, assim como do Club Náutico Afonso Sanches, cuja denominação foi evoluindo até que em 1940 se passasse a apelidar de Clube Naval de Cascais. Nesse mesmo ano assistiu-se, ainda, à inauguração do Pavilhão de Caça na Quinta da Marinha, com salão de chá e bar, num concelho que desde 1941 passou também a dispor de um Posto de Turismo no Estoril.

A 5 de abril de 1942 inauguravam-se as Salas de Leitura e de Arqueologia do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, onde se expuseram os artefactos recolhidos durante os trabalhos arqueológicos conduzidos nas Grutas de Alapraia e nos povoados pré-históricos do Estoril e da Parede, e mais tarde, o espólio exumado nas grutas artificiais de S. Pedro do Estoril, escavadas na falésia nascente da Pedra do Sal. Anos depois, em 1945, a necrópole de Alapraia seria, mesmo, classificada como Imóvel de Interesse Público. Na senda de novos visitantes, o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães promoveria, ainda, apreciados Concertos de Verão, em 1944. O mesmo sucedeu na Boîte Palm Beach, inaugurada nesse mesmo ano, para apreciadores de outros estilos de música...

De acordo com o censo de 1940, o concelho dispunha de 29 641 habitantes. Uma população em crescimento exigia a construção de novos equipamentos escolares: públicos, como o posto de Bicesse, ou privados, como a Escola Alemã do Estoril, em funcionamento



desde o ano anterior. Em 1940 assiste-se, ainda, à conclusão das obras de saneamento básico em S. João do Estoril e Carcavelos, a que se seguiu, em 1942, a abertura do posto de Correios do Estoril e, dois anos depois, a inauguração do chafariz de Trajouce. A estada no concelho afigurava-se cada vez menos sazonal, ao mesmo tempo que o espírito de comunidade se robustecia. A 14 de fevereiro de 1941 nasceria a Sociedade Familiar e Recreativa da Malveira da Serra e, a 25 de dezembro, a Associação Familiar e Desportiva da Torre. Já a 27 de maio do ano seguinte se assistiu à dissolução da Associação Humanitária Recreativa Cascaense – a mais antiga em atividade no concelho – transitando o Teatro Gil Vicente para a posse da nova Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais.

A promoção, a 9 de agosto de 1942, de uma procissão na vila para comemorar a reconstrução das torres da Igreja dos Navegantes, gizadas por Tertuliano Marques, atesta igualmente a união de esforços da população para dotar a sua terra das benfeitorias que desejava.

Até 1945 o feriado municipal de Cascais era comemorado a 30 de agosto, data que evocava o regresso à vila do Regimento de Infantaria n.º 19, em 1814, uma vez terminada a Guerra Peninsular. Esta força aquartelada na Cidadela de Cascais destacara-se de forma exemplar durante o conflito, sendo comumente reconhecida a sua bravura em campo, como, por exemplo, na batalha de Fuentes de Oñoro; no segundo sítio da praça de Badajoz e, depois, de Ciudad Rodrigo; na



batalha de Salamanca; no sítio do Forte do Retiro em Madrid; nos combates da Ponte de Valladolid e de San Muñoz; na batalha de Vitória e dos Pirinéus; nos combates de Alturas de Zarza, de Echalar e de Zuzaramundi; na tomada da praça de S. Sebastião; na batalha do Nivelles; no combate de Hastings; ou na batalha de Orthez.

Todavia, por intermédio do Engenheiro Abreu Nunes – então Presidente da Junta de Turismo de Cascais – em 1945 o Dr. Fausto do Amaral Figueiredo tomou conhecimento de uma notícia publicada na edição de 3 de setembro de 1814 da *Gazeta de Lisboa* em que se registava que «Ontem pela manhã entraram nesta Capital e foram recebidos com igual pompa e aplauso que os outros Corpos os Regimentos de Infantaria n.º 7 e n.º 19, os quais descansam hoje aqui e passarão logo às suas praças de Setúbal e Cascais, onde serão certamente acolhidos com igual júbilo, afeição e regozijo». Constatando que a data do retorno do célebre Regimento era posterior a 3 de setembro e que a comemoração do evento não se traduzia numa festa de índole tradicional e característica, propôs, então, a mudança do feriado municipal para o dia 7 de junho, aniversário da elevação de Cascais à categoria de vila, em 1364, que se efetivaria a 11 de maio de 1945, curiosamente na mesma sessão em que se registou em ata a congratulação do município pelo termo da II Guerra Mundial. Esta deliberação manteve-se até 1 de junho de 1977 quando, invocando a necessidade de o feriado municipal ser fixado em dia de festas tradicionais e características do concelho e recordando que as únicas celebrações deste género eram as dos santos populares e a Festa do Mar, a autarquia deliberou, de novo, alterar o feriado municipal para 13 de junho, dia de Santo António, que ainda hoje se mantém.

O desenvolvimento do concelho traduzir-se-ia igualmente na urbanização de terrenos até então destinados à agricultura ou a outras atividades económicas, evidenciando-se, por exemplo, ao nível da construção de habitações sociais, de forma a debelar necessidades há muito sentidas. O Bairro Marechal Carmona foi inaugurado em 1946, a expensas da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, com subsídios dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas e da Câmara Municipal, sucedendo-lhe, no ano seguinte, o projeto do Bairro dos Pescadores, também em Cascais. O rápido crescimento das localidades esteve igualmente, em 1948, na génese, do Bairro Otaviano, na Parede, enquanto na vila se projetava a urbanização dos Parques Palmela e Gandarinha e da Quinta de Santa Clara, que viriam, pouco depois, a ser pontilhados de vivendas. Já em 1949 se deu início à construção da primeira fase do Bairro da Federação das Caixas de Previdência, inaugurado no ano seguinte, quando também se equacionava a expansão dos bairros Marechal Carmona e Dr. Oliveira Salazar (Pescadores).

Em 1946 e no âmbito desta campanha de renovação, procedeu-se à inauguração das oficinas municipais e do lavadouro de Cascais, assim como da nova estação do caminho-de-ferro na vila e, em 1948, ao início do funcionamento do reservatório de água de Alcabideche. Assistiu-se também à aprovação do Plano de Urbanização da Costa do Sol, «início de uma orientação que viria [ou deveria vir] a abranger,

a breve trecho, todo o território nacional». Não obstante se prever a sua revisão a cada cinco anos, tal só veio a acontecer em 1959, pelo que, com as devidas alterações, se manteve em vigor até 1997, por ocasião da aprovação do Plano Diretor Municipal de Cascais. O PUCS assumiu-se, assim, como um documento determinante para a imposição do urbanismo na aceção que hoje lhe atribuímos, definindo os elementos estruturantes de uma região alargada, com vista à sua expansão de forma ordenada e concorrendo ativamente para um planeamento à escala das grandes regiões.

Na década seguinte, quando Cascais já contava com 42 177 habitantes, manter-se-ia a aposta na construção de novos acessos e equipamentos. Neste contexto, em 1950 fundava-se o Colégio Amor de Deus no Monte Estoril, lançando-se a primeira pedra do Instituto Superior Missionário do Espírito Santo, na Torre d'Aguilha e inaugurando-se, ainda, o edifício da Lota e da Guarda Fiscal. Um ano depois construiu-se a 1ª Circular, atual Avenida 25 de Abril, a que se sucedeu, em 1952, a abertura do novo Mercado de Cascais e a iluminação elétrica em Rana, que atestava o desenvolvimento tentacular do concelho, cada vez mais perpendicular à Estrada Marginal, ao qual se deveria também a constituição da freguesia da Parede, a 14 de maio de 1953, com territórios até então pertencentes a S. Domingos de Rana. Nesse ano assiste-se igualmente à inauguração da Cadeia de Tires e do reservatório de Quenena, a que se seguiu, em 1954, o nascimento do novo bairro em Alvide «para famílias pobres», a ampliação do Bairro Marechal Carmona e a urbanização de toda a zona em torno do Mercado de Cascais e da Quinta da Bela Vista, em Sassoeiros. Decorreriam, então, igualmente as inaugurações da nova Escola da Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, da iluminação elétrica em Manique, Tires, S. Domingos de Rana e Zambujal e da Junta de Freguesia de Carcavelos.

A eletricidade, que entretanto se tornara também uma exigência das populações do interior do concelho, alcançaria a Abóboda e Trajouce, em 1955, ano marcado pela inauguração da estação telefónica



Bairro dos pescadores, em Cascais
AHMCS/AFTG/CAM/B/003/127

automática de Cascais, da autoria do arquiteto Filipe Nobre de Figueiredo, a 29 de dezembro. Em 1957 decorrem, por sua vez, os primeiros trabalhos de terraplenagem no Bairro Irene, construído por iniciativa do benemérito Álvaro Pedro de Sousa, ao mesmo tempo que a Câmara Municipal adquiria terrenos para a urbanização do Areeiro e mandava estudar o anteprojeto do Bairro da Amoreira.¹

O lazer continuou, ainda assim, a destacar-se como um dos principais dinamizadores do concelho, que se traduziria num pioneirismo inusitado, como sucedeu em 1953, por ocasião da montagem da primeira biblioteca itinerante do país, que, sob a sábia direção de Branquinho da Fonseca, conservador do Museu-Biblioteca Condes de

Castro Guimarães, promoveu o livro e a leitura por todo o concelho.² Nesse ano disputar-se-ia, ainda, no Estoril, o I Campeonato de Golfe Aberto de Portugal, a que se seguiu, em 1954, a construção de um campo de futebol na Amoreira, a remodelação do campo de ténis do Estoril e, já no ano seguinte, a inauguração da primeira piscina descoberta do Hotel Atlântico e do campo de futebol do Murtal.

Este foi igualmente um período de extraordinário desenvolvimento do associativismo concelhio, marcado pela fundação do Clube de Ténis do Estoril, em 24 de agosto de 1945; do Clube de Golfe do Estoril, a 5 de outubro de 1945; do Clube de Futebol de Sassoeiros, a 13 de junho de 1946; do Clube Nacional de Ginástica, na Parede, a 25 de julho de 1950; do Grupo Recreativo Livramento Estoril Clube, a 11 de agosto de 1952; do Grupo Desportivo Murtalense, a 1 de janeiro de 1953; do Centro de Cultura e Desporto do Pessoal do Município de Cascais, a 15 de abril de 1954; do Grupo Desportivo Recreativo das Fontainhas, a 6 de janeiro de 1956; da Associação Juventude Salesiana, a 20 de março de 1961; do Grupo Recreativo de Matos Cheirinhos, a 19 de abril de 1962; do Clube Desportivo do Arneiro, a 10 de agosto de 1962; da União Recreativa e Desportiva de Tires, a 8 de dezembro de 1962 e da Sociedade Recreativa Outeirense, a 1 de janeiro 1963. Refira-se, ainda, neste âmbito, a inauguração da nova sede da Sociedade Musical União Paredense, em 1950, assim como das novas instalações do Clube Columbófilo Costa do Sol, em 1957.

A 26 de julho desse ano, a Junta de Turismo de Cascais passou a designar-se por Junta de Turismo da Costa do Sol. Em 1958, Teodoro dos Santos, que alcançara a concessão do jogo para a Sociedade Estoril-Sol, conduziria a região a uma nova fase de desenvolvimento, celebrada pelo Carnaval de 1959, que, concebido à escala internacional, contou com a participação de Maurice Chevalier, entre outras celebridades do mundo do espetáculo, assim como de um carro alegórico desenhado por Salvador Dalí.³ Desde então, a “marca” Costa do Sol, a que, em 1979, se sucedeu a de Costa do Estoril, continuou a afirmar-se enquanto destino de excelência, de renome internacional.

À construção de um novo bairro na Torre em 1958 seguir-se-ia, no ano seguinte, a venda de terrenos em Cascais à Junta Central da Casa dos Pescadores, para novas edificações. O crescimento urbanístico espalhou-se também pelas restantes freguesias, nomeadamente a Parede, onde em 1958 se adquiriram terrenos na Madorna para a construção de casas de renda económica, cujo alargamento seria estudado em 1963, ao mesmo tempo que se urbanizava a envolvente da nova igreja paroquial e os terrenos a poente do Rádio Clube Português. Vastos territórios do concelho, até então votados à lavoura ou ao abandono, seriam, pois, tomados por uma política de expansão urbanística, cuja voracidade é, por exemplo, atestada pelos estudos de urbanização de Birre, em 1960, das Fontainhas, em 1963, ou do Alto do Moinho Velho e da Pampilheira, com aquisição de terrenos até 1965. Refira-se, ainda, que em 1959 se procedeu à inauguração do abastecimento público de água em Alcoitão, assim como em Polima, uma das localidades mais afastadas da sede do concelho. A 29 de

A INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉCTRICA EM MANIQUE E TIRES

Comecam a surgir os benefícios resultantes da celebração do novo contrato da luz.
É de esperar que todo o concelho venha a usufruir, num futuro breve, das indiscutíveis vantagens da energia eléctrica.

No dia 11 deste mês foi inaugurada a luz eléctrica nas povoações de Manique e de Tires. Na primeira destas localidades estiveram presentes ao acto os Srs. Tenente-Coronel José Raposo Pessoa, presidente da Câmara Municipal de Cascais, alguns vereadores, Eng.º João de Korth, director das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, D. Vasco Belmonte e Lino de Sousa, funcionários superiores desta empresa, Norberto dos Reis, chefe da secretaria do Município de Cascais, o director do Instituto Salesiano de Manique, representantes da U. N. e da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana e outras entidades concelhias, bem como muito povo.

A ligação da corrente foi feita, a convite do Sr. Presidente da Câmara, por uma das habitantes mais idosas da localidade.

Seguidamente realizou-se na sede do Grupo Musical de Beneficência de Manique de Baixo uma sessão solene, no decorrer da qual usaram da palavra a Sr.ª D. Idalina Policarpo, que, em nome do povo de Manique, agradeceu à Câmara Municipal de Cascais e às Companhias Reunidas Gás e Electricidade o benefício recebido; o Sr. Manuel Oraça, director da colectividade, que também dirigiu agradecimentos às duas entidades e que aproveitou a ocasião para pedir a construção duma escola; o Sr. Padre Diamantino, director do Instituto Salesiano de Manique; o Sr. Eng.º João de Korth, que agradeceu em nome das Companhias Reunidas, e, no final, o Sr. Presidente da Câmara, que endereçou os parabéns a todos os habitantes, focando os benefícios da electrificação.

O Sr. Tenente-Coronel Raposo Pessoa fez notar, por último, o facto de o povo de Manique nunca lhe ter dirigido qualquer pedido, durante os seus 15 anos de actividade na Câmara, o que, se, por um lado, podia ser tomado como regozijo, podia também constituir motivo para reprimenda, por denotar ou falta de interesse ou desunção.

Seguiu-se um beberete, oferecido por uma comissão de senhoras da localidade.

Por entre o estrear de foguetes e morteiros, os visitantes dirigiram-se depois para a cabina das prisões de Tires, onde foram recebidos, no meio de aclamações, pelos representantes das Juntas de Freguesia de S. Domingos de Rana e Parede.

A guarda de honra foi feita pelos bombeiros voluntários de Parede, Carcavelos, Cascais e pelas representações das sociedades recreativas de Abóbada, Alcoitão, Bicoesse, Caparide, Carcavelos, Porto Salvo, Rebelva, Taláide e Tires, que eram portadoras dos estandartes respectivos.

Eram 19 h. e 40 minutos quando o presidente da direcção da Sociedade de Tires, a convite do Sr. Presidente da Câmara, entrou no posto de transformação 995, para fazer a ligação da corrente eléctrica que havia de levar a luz, e com ela a alegria, ao povo de Tires.

Organizou-se em seguida um cortejo em direcção à sede da Sociedade, no qual tomaram parte, também, os alunos das escolas de Tires, a banda da Fundação de Oeiras, que executara, momentos antes, sob a regência do maestro Sr. Amadeu Stoffel, um magnifico concerto, e alguns milhares de pessoas, que não ocultavam o seu regozijo.

Na sessão solene que se seguiu na sede do Grupo Musical e Dramático 1.º de Maio de Solidariedade Operária de Tires, presidida pelo Sr. Tenente-Coronel Raposo Pessoa, que se encontrava ladeado dos Srs. Eng.ºs João De Korth e D. António de Castelo Branco, usaram da palavra o Sr. Alberto Ferreira, nosso estimado correspondente naquela localidade, que apresentou os cumprimentos de boas-vindas e os agradecimentos do povo de Tires às entidades oficiais e às C. R. G. E. pelo melhoramento efectuado; o Sr. Alberto Pimentel; os Rev.ºs P.ºs Dr. Pereira Rodrigues e José da Fonseca Lopes, prior das freguesias da Parede e S. Domingos de Rana, e o Sr. Eng.º D. Vasco Belmonte, para agradecer, em nome das C. R. G. E. e em seu nome pessoal, as referências amáveis feitas pelos oradores que o antecederam.

Por fim o Sr. Presidente da

Um aspecto da sessão solene em Tires

UM GESTO ALTRUISTA

Um dos nossos estimados amigos que pretende conservar o seu nome no anuário, benfeitor da obra de assistência às crianças pobres das escolas de Cascais, quis comemorar o 7.º aniversário do seu extremo netinho, oferecendo, no dia 12 deste mês, às 74 crianças que frequentam aquela obra, o pequeno almoço, constituído por saborosas sanduíches de carne e fiambre.

Esta simpática iniciativa teve, como era de esperar, o condão de transportar mais uma dose de alegria àquelas crianças, que, até há pouco, iam para a escola em jejum.

Bem haja!

Sociedade Recreativa Musical DE CARCAVELOS

Da direcção desta estimada colectividade recebemos um amável ofício, no qual nos comunica que na primeira reunião após a sua posse deliberou apresentar-nos assistências saudações, fazendo votos pela continuidade, cada vez mais expansiva, deste jornal.

Sinceramente sensibilizados por esta prova de simpatia e de delicadeza, retribuimos à direcção da Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos as votos que nos formulou e, mais uma vez, declaramo-nos ao seu inteiro dispor para o que entender a bem da colectividade que dirige.

A nossa terra, 24 de abril de 1954

1. Cf. MONOGRAFIA DE CASCAIS, Dir. Ferreira de Andrade - Cascais: Câmara Municipal, 1969.
2. Cf. PACHECO, Cristina; HENRIQUES, João Miguel - Branquinho da Fonseca: um escritor na biblioteca. Cascais: Câmara Municipal, 2012; PROENÇA, José António [et al.] - Museu Condes de Castro Guimarães: roteiro. Cascais: Câmara Municipal, 2008.
3. Cf. JOSÉ TEODORO DOS SANTOS, 1906-1971: O EMPRESÁRIO DE TURISMO DA RENOVACÃO. Estoril: Estoril-Sol, [D.L. 1985]; MATOS, Helena - Costa do Estoril: um século de turismo. 1ª ed. Estoril: Livros e Livros, 2000.



AHMCSC/AFTG/CAM/B/003/149

outubro de 1961 decorreria, por sua vez, a inauguração da escola primária de Alcabideche.

Para além da abertura dos hotéis Cibra e Londres, em 1957 e 1959, respetivamente, este último ano ficou sobretudo marcado, a 19 de março, pela inauguração do Cine-Teatro S. José, em Cascais, assim como do campo de jogos do Grupo Desportivo de Caparide. Dois anos mais tarde foi estreado o recinto para hóquei no Parede Futebol Clube, a que se seguiu, em 1963, a pré-inauguração da nova Praça de Touros de Cascais, assim como da sede do Grupo de Instrução Musical de Bicesse.

De acordo com a *Monografia de Cascais*, a partir de 1962 elaborar-se-ia um vasto plano de obras tendo por base estudos previamente estabelecidos, com vista à urbanização das povoações de Trajouce, Abóboda, Birre, Cobre, Galiza, Alapraia, S. Domingos de Rana, Outeiro de Polima e toda a área compreendida entre S. João e S. Pedro, bem como o núcleo de Mato-Cheirinhos. O mesmo sucederia em relação à área norte de Tires, do Rosário, da Rebelva e da zona envolvente da Praça de Touros. Remontam já a 1963 os projetos para a expansão do Murtal, Bicesse, Pau-Gordo, Martinha, Alvide, Abuxarda e Zambujal, ano em que também se deu início à venda de terrenos para a construção através das Caixas da Previdência, em Alvide, no atual Bairro de S. José e ao estudo da urbanização da zona entre a Quinta das Sainhas e de Santo António e o limite do concelho com Oeiras. O fornecimento de energia elétrica atesta de forma expressiva esta evolução. Segundo as informações compulsadas na fonte que vimos citando, alcançaria, em 1957, Bicesse, Alcoitão, Torre e Birre; em 1959-60, Malveira da Serra, Janes, Talaíde, Pau Gordo, Martinha, Arneiro, Sassoeiros, Murches, Aldeia de Juso e Carrascal de Manique; em 1961, Charneca e Areia; em 1962, Atrozela, Bicesse e Madorna e em 1963-64 - no mesmo ano em que se iniciavam os trabalhos de remodelação do Parque Palmela, concluídos em 1968 - Polima, Outeiro de Polima, Conceição da Abóboda e Ribeira de Penha Longa. Atibá apenas seria dotada desta mais-valia em 1967, a que se seguiu o Cabreiro, dois anos depois...



A nossa terra, 4 de abril de 1959

A 11 de outubro de 1964, no ano em que Cascais celebrou o 600º aniversário da sua elevação à categoria de vila, decorreu a inauguração do Aeródromo da Costa do Sol - Conde de Monte Real, ao mesmo tempo que abria ao público a Estalagem Muchaxo, no Guincho. A partir do ano seguinte o Hotel Estoril-Sol, investimento superior a 150 mil contos, da iniciativa de José Teodoro dos Santos, marcaria



Biblioteca itinerante, em Caparide, em meados do século XX
AHMCSC/APSS/ABF



um novo período de desenvolvimento turístico da região, pela inauguração do Hotel Nau, a que se seguiu o Hotel Cidadela, em 1966, e a Estalagem Oceano em Carcavelos, no ano seguinte. Pouco antes, em 1965, eram inaugurados o edifício dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Cascais e a estátua de D. Pedro I, num ano igualmente marcado pela estreia de *Esopaida*, a primeira peça do Teatro Experimental de Cascais, com encenação de Carlos Avilez. A animação continuava, pois, em alta, como o atesta a promoção, em julho de 1966, do I Festival Internacional de Cinema de Amadores do Estoril, para cineastas nacionais e estrangeiros. O concelho regressaria, ainda, às bocas do Mundo, por ocasião do casamento da Infanta Pilar de Borbon, filha dos Condes de Barcelona, em maio de 1967, cuja boda decorreu no Hotel Palácio.

A urbanização do concelho prosseguiu, à medida que antigos residentes e novos migrantes, que procuravam organizar a sua vida na capital, foram forçados a procurar habitação fora de portas, a custos mais acessíveis. Multiplicaram-se, desta forma, novas urbanizações em que as moradias de dois pisos cederam lugar a prédios de vários andares, com o apoio de autocarros que partiam regularmente das estações ferroviárias, como sucederia em 1967, por ocasião da

inauguração das carreiras da Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs entre Cascais e Murches, que passou a servir a Pampilheira e Aldeia de Juso. Foi também neste contexto que, por exemplo, em 1966 decorreu a inauguração do Bairro da Caixa de Previdência, na Torre e dos Bairros da Madorna e do Rosário.

Nesse ano também se iniciaria a atividade do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, mandado construir pela Misericórdia de Lisboa com a colaboração do Ministério das Obras Públicas, a que se sucedeu, a 29 de outubro de 1967, a abertura da primeira aldeia S.O.S. de Crianças de Portugal, em Bicesse. Já a 27 de novembro de 1968 se inaugurou o Liceu de Cascais, com capacidade para 1 900 alunos, em cerimónia presidida pelo Almirante Américo Tomás, que se viu então rodeado por um irrequieto grupo de jovens. Por sua vez, o ano de 1971 seria sobretudo assinalado pela construção de um pontão no Monte Estoril, de forma a travar as areias e garantir a formação de uma nova praia, assim como pelas obras de ampliação do Hospital dos Condes de Castro Guimarães que no ano seguinte passava à categoria de Hospital Distrital de Cascais. Finalmente, a 1 de fevereiro de 1974 nasceria a Maternidade Distrital de Cascais.

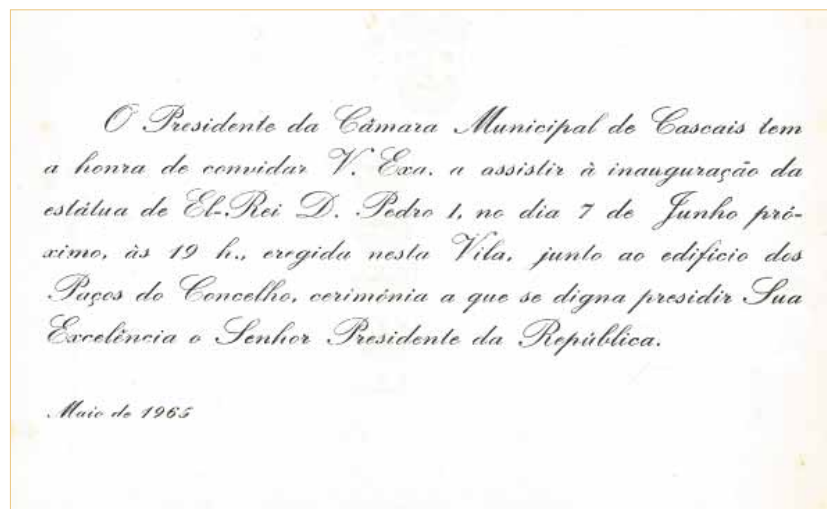


Inauguração do Aeródromo de Tires, 1964
AHMCSC/AFTG/CAM/B/002/020

A 28 de março de 1968 iniciava-se a atividade do novo Casino Estoril, desenhado pelos arquitetos Filipe Nobre de Figueiredo e José de Almeida Segurado. Dois anos depois propor-se-ia a adaptação do antigo Casino Estoril a Pavilhão de Congressos da Costa do Sol, ao mesmo tempo que se inaugurava a piscina flutuante de mar, na Praia do Tamariz, a expensas da Sociedade Estoril-Sol, com projeto do arquiteto Eduardo Anahory. Em fevereiro de 1971 noticiava-se, também, estar para breve a ligação do troço do Paredão entre Cascais e o Monte Estoril, que se esperava concluir rapidamente, em prol da oferta turística do concelho. Este ambiente de descontração reforçar-se-ia, mesmo, em novembro de 1971, quando o Pavilhão de Desportos de Cascais – entretanto demolido – recebeu o I Festival Internacional de Jazz, a que se seguiu, a 17 de junho de 1972, a inauguração oficial do Autódromo do Estoril, ainda que incompleto.

O associativismo continuou a prosperar, registando-se, em 1964, a fundação da Associação Desportiva da Costa do Sol e do Clube Desportivo e Recreativo “Os Vinhais”, a 7 de janeiro e 30 de março, respetivamente. Seguiram-se-lhes muitas outras associações e coletividades cuja história ficará por contar, quem sabe, talvez, por ocasião das Comemorações dos 700 anos da nossa Vila! Em 1964 proceder-se-ia igualmente à reinauguração das instalações da Sociedade Musical Sportiva Alvidense, a que se seguiu, quatro anos depois, a abertura da nova sede da Sociedade Columbófila do Estoril, assim como as dos Bombeiros Voluntários na Parede, em 1969; da Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, em 1972; do Instituto da Sagrada Família, na Madorna, em 1973; e do Grupo Rotário de Cascais-Estoril, em 1974.

A 3 de agosto de 1968, quando António de Oliveira Salazar caiu ao tentar sentar-se numa cadeira da sua residência de verão, no Forte de Santo António do Estoril, o Estado Novo, que personificava, iniciaria um inexorável processo de decadência, que a Revolução de 25 de abril de 1974 conduziu ao seu termo, implantando um regime democrático,



Coleção Maria José Lacerda e Mello



Inauguração da Estátua de D. Pedro I, 1965
AHMCS/AFTG/CAM/B/001/026

apoiado por nova Constituição. Algumas das reuniões preparatórias do movimento decorreram, mesmo, no concelho, designadamente em S. Pedro do Estoril, a 24 de novembro de 1973, e em Cascais, a 5 de março do ano seguinte.⁴ A descolonização trouxe milhares de portugueses provenientes de África, que, instalados em hotéis, pensões e casas particulares, também contribuíram para o acréscimo

4. CASCAIS E O 25 DE ABRIL: ITINERÁRIOS DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES NO CONCELHO DE CASCAIS. Cascais: Câmara Municipal, 1999.



Panorâmica do concelho, c. 1970
AHMCS/AFTG/CAM/B/3198-3203















de cerca de 17 000 habitantes registado entre 1973 e 1981, valor ainda assim percentualmente menos significativo que o alcançado nos municípios vizinhos. Mercê do extraordinário afluxo de migrantes à capital foi também neste período que se iniciou a construção de bairros clandestinos, quase sempre sem condições básicas de saneamento, por meio da ocupação de antigos terrenos agrícolas.

Em 11 de março de 1976 assistir-se-ia à fundação da CERCICA Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Cascais, decidindo-se, no ano seguinte, criar um Museu do Mar na vila, por meio da adaptação, para o efeito, do extinto Sporting Clube de Cascais, projeto que apenas se efetivou plenamente em

1992. A possibilidade de fruição do património histórico e cultural seria alargada, em 1982, mercê do legado de Henrique Mantero Belard à Câmara Municipal da Torre de S. Patrício, a futura Casa-Museu Verdades de Faria, onde funciona o Museu da Música Portuguesa. Apesar de a 18 de novembro de 1983 uma inundaçãõ deixar submersa a baixa de Cascais, ficando muitos estabelecimentos comerciais total ou parcialmente inutilizados, o período subsequente caracterizar-se-ia pela aposta na melhoria das condições de vida e na recuperação dos patrimónios natural e cultural de um concelho que se ressentira de um crescimento populacional verdadeiramente explosivo, já anunciado em 1962 pela *A hora...*



Cascais, em meados do século XX. Ao centro o Cine-Teatro S. José
AHMCSC/AESP/CMBP/059

Freguesia de Alcabideche

Velhinha, muito velhinha, mas sempre animada da mesma alegria comunicativa, que é também o espírito do seu povo, Alcabideche apresenta-se como um estranho rincão onde, aqui mais que em qualquer outro sítio, os contrastes de luz e de forma se sucedem, se jogam como surpresas que o tornam mais encantador, mais vivo. A norte, a Serra de Sintra, por cujas faldas se estende, envolve-o no sossêgo reconfortante da natureza, empresta-lhe a fisionomia calma e contemplativa que, para o ocidente, se debruça sobre a vastidão preñhe de mistério e de beleza que o Oceano ali vai abrir; a sul, Cascais e Estoril põem-no em contacto directo com um mandanismo efervescente, com o cenário colorido, alegre, berrante, que gentes de todos os continentes ali vão pintar. Porém, sobre estes quadros, é o mesmo o céu ardente, o mesmo o sol criador.

Actualmente, Alcabideche é sede de uma extensa freguesia pertencente ao concelho de Cascais. Limitam na a freguesia de São Pedro de Sintra, a norte; a sede do concelho, a sul; a freguesia do Estoril, a nascente; e o Oceano Atlântico, a poente. É composta de numerosas e pitorescas povoações que, a breves distâncias umas das outras, mostram de ano para ano um franco desenvolvimento. Abaxarda, Alcabideche, Alcoitão, Amoreira, Almoinhas Velhas, Arneiro, Alcorvim, Alvide, Atrozela, Biscaia, Bi-



Alcabideche — Igreja Matriz

cesse, Cabreiro, Carrascal de Manique, Figueira do Guineho, Janes, Malveira, Marches, Manique, Peninha, Pisão, Penha Longa, Pau Gordo, Pai do Vento, Pedreiras de Alvide e Zambajeiro são os lugares englobados, presentemente, na área desta freguesia.

Alcabideche é uma povoação muito antiga. É mesmo a terra mais remota a Ocidente de Lisboa. Já alguns árabes lhe fizeram referências quando da ocupação muçulmana. Da pré-história é farta a existência de indícios que nos reve-

lam a preferência de homem de então por estes locais.

A sua população actual conta um número de cerca de 13.000 habitantes, número este que nos revela o seu desenvolvimento.

Região essencialmente agrícola, ela lega ao concelho uma riqueza económica considerável, completada, ainda, por um comércio e por uma indústria em franca exploração. Um confronto entre o seu estado de há alguns decénios atrás e o actual fala-nos de uma caminhada progressiva que ainda não cessa, que não terminará já porque a fertilidade das suas terras a ela é benéfica, já porque é salutar e preciosa a meta a alcançar.

Decerto, muito a beneficia a vasta rede de estradas que a ligam a Cascais e a outros pontos, mesmo os mais recônditos, da freguesia. É ela o veio canalizador dos turistas que aqui se deslocam durante quase todo o ano, ora em busca de sedutores recantos, ora atraídos, arrastados, pelo desdobrar contínuo de maravilhas surpreendentes.

Senhora dos elementares requisitos exigidos pela vida moderna, Alcabideche lança-se numa série de realizações que constituirão a plataforma de futuros empreendimentos. Possui luz eléctrica — pública e particular —, telefones e distribuição domiciliária de correspondência postal. Afim de ministrar à população infantil uma instrução básica, existem nesta freguesia, embora em número insufi-



Alcabideche — Edifício Escolar

A HORA



Alcabideche — Vista parcial

ciente etendendo à população que serve, alguns edifícios escolares: dois na sede, com duas e três salas; um na povoação da Malveira, com 4 salas de aula; outro em Alvide, composto de 2 salas; um em Bicesse, formado por duas salas; e, finalmente, em Manique, um edifício adequado dividido em duas salas de aula. Nesta última povoação, foi criado um moderno e amplo edifício, que sendo propriedade do Seminário Salesiano, tem o objectivo de legar a rapazes que desejem seguir a vida celesiástica uma educação dequada.

Em Alcabideche, existe, também, um centro de preparação especial dependente da Polícia de Segurança Pública e destina-se a ministrar instrução aos futuros agentes daquela instituição policial.

Destaque-se o panorama que, sob o ponto de vista cultural e recreativo, esta freguesia oferece. Todas as suas povoações parecem querer acompanhar o movimento que, sob o aspecto associativo, faz regorgitar os grandes centros. E então, em edifícios próprios, bem conservados, onde brilha o gosto e o carinho da gente local, instalam-se associações, clubes, onde o convívio, à noite, após as horas de trabalho, é fatimo e convidativo. Ali se realizam programas festivos, bailes, cinemas, palestras culturais, etc. Contudo, o que mais as enobrece é o auxílio material e moral que prestam aos mais necessitados da terra por motivo de doença, desastre, morte de familiares, etc., e a oferta que fazem todos os anos, pela época das Festas do Natal. Alcabideche, Amoreira, Alvide, Malveira da Serra e Bicesse são as povoações onde estas sociedades recreativas e culturais mais se evidenciam, não só pelo aspecto

das suas instalações e da variedade de iniciativa, mas também pela larga esfera onde fazem sentir a sua acção.

Em Amoreira, tem lugar o célebre e antigo *Campo das Amoreiras*, de grandes e belas tradições e ao qual se ligam os pergaminhos do não menos célebre Club Desportivo Estoril Praia.

De todas as colectividades desta freguesia a *Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche* é a que se reveste dos mais belos e grandes pergaminhos desde que após a sua fundação em 5 de Janeiro de 1927, todos os elementos da sua corporação tomaram como lema o seu prestígio. A sede desta associação que conta actualmente 500 sócios e de que é presidente o sr. Jorge da Conceição Costa, está instalada num edifício próprio, anexo ao qual existe uma escola



Alcabideche — Sede dos Bombeiros Voluntários

de treino da corporação constituída por 30 homens, cujo comandante é o sr. José Manuel. O seu material é composto por uma ambulância, um tanque de pronto-socorro e dois transportes de pessoal, porém a sua direcção, cõscia das suas necessidades em face de novas técnicas de ataque a incêndios e de socorro, pretendem adquirir uma nova ambulância, uma auto-bomba, bem, assim precisa de reparar o seu edifício sede e de eriar um salão de convívio para os seus sócios.

Da lata gigantesca que alcançou esta região no lugar que hoje ocupa e do impulso que a anima, merece referência o trabalho da Junta de Freguesia composta pelos srs. Rogério de Oliveira e Cruz, Manuel Henrique Diniz e Manuel de Oliveira Roquete, respectivamente presidente, secretário e tesoureiro.

Do plano de empreendimentos que esta Junta deseja introduzir na freguesia, salientam-se, pela sua premente necessidade, os seguintes melhoramentos: a concretização do plano de urbanização; a conclusão da rede de esgotos; a construção de um novo edifício escolar em Alcoitão e Amoreira; a nomenclatura das ruas, a nomeação dos prédios e a reparação das diversas ruas deste último lugar; a reparação das ruas no Bairro da Alegria; e a construção de um lavadouro público em Pau Gordo.

Que a realização destas justas aspirações seja o prémio para o trabalho insano destas entidades. A todos, bem assim ao regedor da freguesia, sr. Victor de Matos Martins, vão os nossos votos do rápido progresso desta risonha e próspera freguesia.

CONCELHO DE CASCAIS

Freguesia de S. I



S. Domingos de Rana — Edifício Escolar

De ruas pitorescas, tortuosas, em que transparece, ainda, o primitivismo irregular, mas airoso, que — há quantos séculos! — as traçou e hoje as caracteriza agradavelmente como as rugas serenas e bondosas do rosto de um ancião, São Domingos de Rana dir-se-ia um mascu onde cada pedra nos falasse de uma lenda, onde cada canto nos abrisse um sonho.

Visto de longe, o seu casario, de côres leves, parece estalar num aceno convidativo. E é um aceno aberto que se propaga pelas manchas alegres de todas as outras povoações da freguesia — o mesmo aceno que a igreja matriz, alta e formosa, sobressaindo elegantemente dos telhados ondeantes que a cercam, vai elevar da terra ao céu.

Aqui, longe e perto de Lisboa, São Domingos parece alhear-se das correntes mundanas que a margina, envolvida numa simplicidade semi-rústica que a tonifica.

Outrora, foi uma das terras mais influentes do concelho de Cascais. Presentemente, é sede da maior freguesia deste mesmo concelho e, também, uma das mais populosas. Abóboda, Caparide, Conceição de Abóboda, Casal dos Clérigos, Matos Cheirinhos, Outeiro de Polima, Polima, Quenena, Rana, Ribeiras das Parreiras, Talaíde, Tires e Trajouce são as povoações por onde se dispersa a sua população de 12.000 habitantes, aproximadamente. Confina a norte com os limites administrativos da freguesia de Rio de Moaro, pertencente ao

A HORA

concelho de Si
cente, com os
cabelos; e a p
Atlântico e a f

Nada se pod
cisar sobre o a
Domingos de l
seus fundadore
ram postos a
da ocupação r
centemente, un
am «forno de
bem como an
esta povoação
nais estes revel
de aglomerado
estes os únicos
a um passado



Domingos de Rana



De construção muito posterior, mas também antiga, a igreja matriz é dos templos mais belos de todo o concelho. Foi reconstruído no ano de 1710, e seu interior enriquece-se de preciosos painéis. Ali, podemos admirar a *Ceia de Cristo* de Pedro Alexandrino e o retábulo de *Nossa Senhora e São Domingos* do mesmo pintor.

Hoje, como em tempos imemoriais, esta região encontra na agricultura a sua principal fonte de receita económica. Mas, na mesma paisagem de então, outras gentes e outros meios alimentam o incremento que a há-de levar à descoberta de ridentes faturados. Destarte, é já bastante prometedora a considerável expansão de certas explorações fabris, bem assim a rede de estabelecimentos comerciais que serve o povo local.

Incontestavelmente que, para o seu desenvolvimento muito contribui a circunstância de boas e movimentadas estradas a unirem a Lisboa e a outros pontos, tornando-a num concorridíssimo centro de comunicações rodoviárias.

...tra; a sal e a nas-
da freguesia de Car-
ente, com o Oceano
freguesia da Parede.
e, actualmente, pre-
parecimento de São
Rana, nem sobre os
s. Em Caparide, fo-
descoberto indícios
omana, e, mais rison-
ha. Assim, obtiveram a electrifi-
cação total da terra e, cientes de
que uma sólida educação forma
sólidos pilares sobre os quais se
levantará um não menos sólido
progresso, edificaram novas esco-
las e repararam algumas existen-
tes: São Domingos de Rana é ser-

Foi aproveitando as condições promissoras desta freguesia que as entidades administrativas abriram um plano de empreendimentos que a fará surgir mais bela, mais risonha. Assim, obtiveram a electrificação total da terra e, cientes de que uma sólida educação forma sólidos pilares sobre os quais se levantará um não menos sólido progresso, edificaram novas escolas e repararam algumas existentes: São Domingos de Rana é ser-



Domingos de Rana — Sede da Junta da Freguesia

vida por um edifício moderno de 6 salas; e na Abóboda, em Caparide, em Talaíde, em Tires e em Trajouce, a população infantil beneficia de outras escolas.

Destaque-se, e por aqui avalie-se a civilidade da gente local, o bom acolhimento com que ela envolve o movimento associativo que, como pelo resto do concelho, alastra quase febrilmente. São Domingos, Abóboda, Caparide, Matos Cheirinhos, Rana, Tires, Trajouce e Talaíde possuem sociedades culturais e recreativas, na sua maioria instaladas em construções de muito bom gosto. Nesta última localidade, merece-nos especial atenção o «Grupo de Solidariedade e Instrução Musical», pelos fins beneméritos que o prestigiam. Também o «Operário Futebol Club de Talaíde», ainda em formação, mas já acreditado em face da boa-vontade e do bairrismo dos seus actuais presidentes, srs. Veríssimo Herculano Duarte e Carlos Fernando de Sone de Bastos Sabido, tem captado as simpatias da terra. O terreno donde brotará o seu belo parque de jogos foi uma oferta da Casa Sabido.

Para além das sessões recreativas que, assiduamente, estas associações levam a efeito, é altamente sensibilizante o altruísmo que as irmana. Todo o saldo positivo que resulta de bailes, teatro e outros festejos reverte em auxílio dos pobres e dos inválidos. É este o exemplo máximo que estas modestas povoações, de modestas gentes, podem orgulhosamente arvorar, revestindo, merecê dos seus nobres sentimentos, folgadoos vulgares, quase diríamos superfluos, de uma utilidade social que constitui — queremos estar certos — o imã que arrebatava a simpatia das multidões. Uma pequena análise sobre as actividades presentes de São Domingos de Rana convence-nos da marcha segura que a anima. A este dinamismo, e como seus principais impulsionadores, aliam-se os competentes membros da Junta de Freguesia, srs. D. Henrique José de Melo Breyner Cardoso de Menezes, presidente; Benjamim Angélico, secretário; e António dos Santos Vicente, tesoureiro.

Dos melhoramentos que esta Junta deseja introduzir nas diferentes povoações a seu cargo, impõem-se os que apontamos: criação de um posto da Guarda Nacional Republicana para patrulha rural; abertura de uma estrada que ligue São Domingos de Rana à Parede, e outra do Zambujal ao lugar de Tires; abertura da rede de esgotos — melhoramento este de primeira necessidade; demarcação da área pertencente a esta freguesia; reparação da antiquíssima igreja ma-



S. Domingos de Rana — Igreja Matriz

triz, bem como restauro da «Ceia de Cristo», obra, como já atrás citamos, de Pedro Alexandrino; construção de uma capela na po-

exploração e canalização de água nesta última localidade, visto que a sua falta constitui já um problema ante o constante aumento de população, e a ampliação da actual escola que, nestes últimos anos, tem revelado uma frequência superior à sua capacidade; edificação de outros estabelecimentos de ensino em Rana e Rebelva; e, finalmente, a concessão de facilidades da parte da Câmara de Cascais, afim de permitirem o direito de «auto-construção», benefício este já autorizado pela vizinha Câmara Municipal de Oeiras no respectivo concelho.

Neste pequeno plano de melhoramentos está expressa, bem moldada, a vontade decedida de progresso do bom e trabalhador povo de São Domingos de Rana. E é à altura de a servir, com competência e sacríficio, que a Junta de Freguesia se tem conservado à testa de todas as iniciativas que a poderão beneficiar.

★



S. Domingos de Rana — Cruzeiro

voação de Talaíde — a família Sabino, desta terra, concede o terreno necessário para a sua edificação e outros auxílios; construção de uma sede própria destinada às instalações do benemérito «Grupo de Solidariedade e Instrução Musical»;

A antiguidade histórica de São Domingos de Rana, a sua feição peculiar, enfim, as suas características concorrem para a colocar num plano especial dentro do concelho de Cascais, dando-lhe uma personalidade própria de que, desde logo, o visitante se apercebe. Foi tudo isto que há trinta anos nos encanta, que nos deixou recordações fortes e que, hoje, de novo em contacto a velhice veneranda que exala, nos fez reviver agradavelmente os mesmos encantos que outrora nos surpreenderam e que como surpresas mais uma vez se nos afiguraram, tão grandes e vivas são as belezas em que mergulha a sua paz religiosa.

CONCELHO DE CASCAIS

«Eram 20h30 quando uma chuva miúda mas pertinaz começou a cair. À medida que as horas iam passando, a intensidade da chuva ora aumentava, ora diminuía, tombando por vezes em fortes e fustigantes bátegas mas ininterruptamente. Sobre a madrugada uivou a sirene dos bombeiros, mal entendida, tão forte era o barulho da chuva a cair nos telhados. Nunca ninguém supôs, porém, a catástrofe que se estava a desenrolar. A água, em catadupas, convergiu para o centro da vila e tudo inundou, inclusivamente o quartel da corporação dos bombeiros, que logo se viu privada de contar com algumas das suas viaturas, radiotelefonos e outro material necessário à prestação dos indispensáveis socorros. A chuva continuava teimosamente a cair, aquela chuva que tão desejada fora e que trazia agora consigo a tristeza, a desolação a até a morte. Na rua, o espetáculo era medonho e desolador, presuntivo de graves e grandes desgraças. As ruas da baixa da vila de Cascais estavam literalmente inundadas, tendo a água invadido todos os estabelecimentos e casas, em certos casos até ao teto, destruindo tudo quanto encontrou na sua marcha para o mar. Junto à Praia da Ribeira, encontrando a barreira da muralha que se opunha ao seu escoamento para a praia, começou a inundar os edifícios circunvizinhos, inclusive o da própria Câmara, até que o muro, não suportando o peso e impacto da água, que cada vez mais ia chegando, cedeu e a enxurrada tudo levou: barcos, pedras, terra, areia, abrindo sulcos na estrada Marginal. Os postes elétricos que ali

se encontravam tombaram também e a vila mergulhou na escuridão, o que tornou o cenário ainda mais arrepiante. Era a barragem do rio da Mula que ruíra e a água, vindo de roldão, tudo arrastava na sua marcha impiedosa e terrível. Em Manique, também a velha ponte ruíra. Do Alto do Moinho Velho podíamos observar o imenso lençol de água que se estendia por toda a Ribeira das Vinhas, cobrindo o Mercado e fazia da Quinta das Loureiras, a norte da estação de caminho-de-ferro, uma enorme e horrível piscina. Junto aos correios, um espetáculo terrível e medonho: a água atravessava os estabelecimentos e casas e saía em catadupas por portas e janelas, tudo arrastando na sua fúria destruidora como automóveis, camionetas e até roulottes. Começava a circular a notícia de que havia mortos nas caves de um dos prédios, o que veio mais tarde, infelizmente, a ser confirmado. Na Farmácia da Misericórdia, o funcionário que fazia o serviço noturno salvou-se a custo da enxurrada. Por todo o lado flutuavam os mais diversos artigos de mercearia, retrosaria, eletrodomésticos, produtos farmacêuticos, mas no meio de toda esta desolação ainda havia quem se aproveitasse da desgraça alheia, apoderando-se daquilo que encontrava. É justo salientar a abnegada ação dos bombeiros de Cascais, o dinamismo e ação da presidente da Câmara Municipal que, tomando prontas e rápidas medidas e providências, tentavam minorar o estado caótico em que tudo se apresentava»⁵. Assim se descreveu a terrível inundação que em 1983 se apossou de Cascais, a que se sucedeu um período



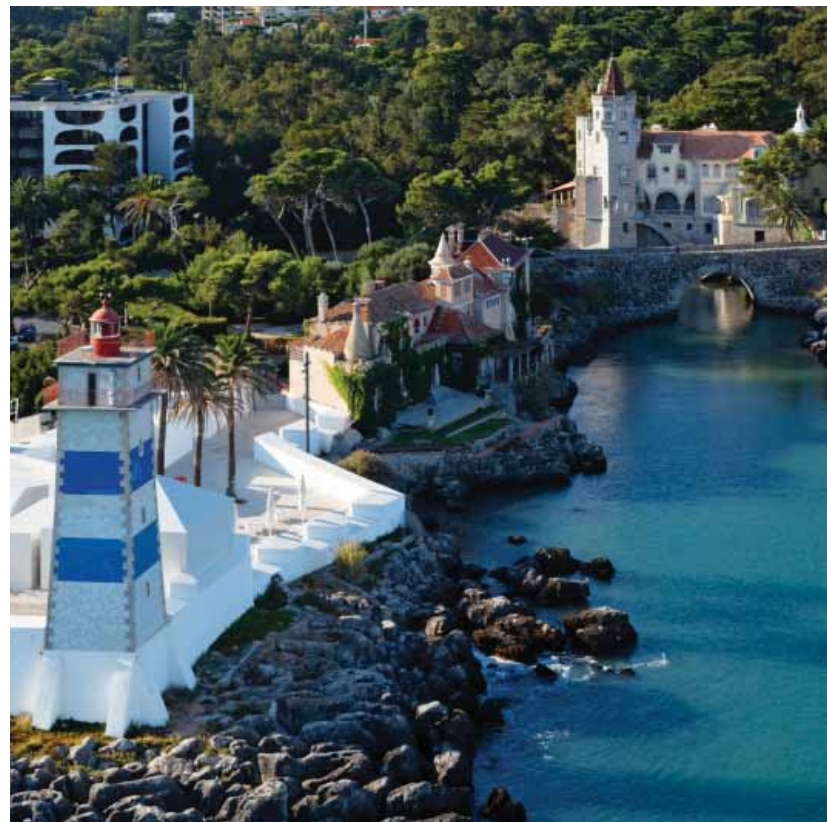
Inundação em Cascais, 1983
AHMCSC/AFTG/CAM/B/0422

marcado pela construção de novos equipamentos, que atestam a tendência para a urbanização de todo o município.

Desta forma, em 1985 proceder-se-ia à inauguração das primeiras duzentas habitações construídas pela Cooperativa CHESOL, na Aldeia de Juso; a que se seguiu a abertura da nova Estação dos C.T.T. de Carcavelos, em 1986; da nova Repartição de Finanças de Cascais e Junta de Freguesia de Cascais, em 1987; da nova estação de caminho-de-ferro da Parede, em 1988 e da nova Junta de Freguesia da Parede, no ano seguinte. A década de noventa confirmaria esta evolução, como o atesta a inauguração do Complexo Desportivo do Estoril, na Alapraia, em 1993; da nova sede da Junta de Freguesia de Alcabideche, em 1995; da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. João do Estoril, em 1996; da esquadra da P.S.P. no Estoril, em 1997 e da Estação dos C.T.T. no Monte Estoril, da nova sede da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana e do novo Palácio da Justiça de Cascais, adaptado às necessidades presentes, para onde também se transferiram as Conservatórias dos Registos Civil, Predial e Comercial, em 1998.

As últimas décadas do século XX seriam, ainda, caracterizadas pela apresentação do Programa de Recuperação dos Bairros Clandestinos de Cascais, em 1987, destinado a minimizar as consequências de um processo de urbanização que tomara parte substancial do concelho, assim como pela adjudicação, em 1988, da empreitada para a construção da nova autoestrada de Lisboa a Cascais, concluída em 1991. Neste ano inaugurou-se, ainda, o CascaisShopping, o primeiro centro comercial regional em Portugal, a que se sucedeu, em 1996, o lançamento da primeira pedra da Marina de Cascais, em funcionamento desde 6 de agosto de 1999. Também nesse ano a Parede ascendeu à categoria de vila, em reconhecimento da pujança de uma localidade que há muito se impusera pela oferta de serviços. Note-se, ainda, que em 1985 tomariam posse os elementos da Comissão Instaladora da Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais, que, abrangendo o parque florestal da Serra de Sintra, a zona costeira até às Azenhas do Mar e, no concelho de Cascais, todo o quadrante noroeste, permitiu, a 11 de março de 1994, a constituição do Parque Natural Sintra-Cascais. Ainda no domínio ambiental, em 1986 se assinaria o contrato para a execução da empreitada de construção do Intercetor Geral Laje-Sassoeiros-Guia, integrado no projeto de saneamento da Costa do Estoril, sucedido, em 1990, pelo início da laboração da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Trajouce.

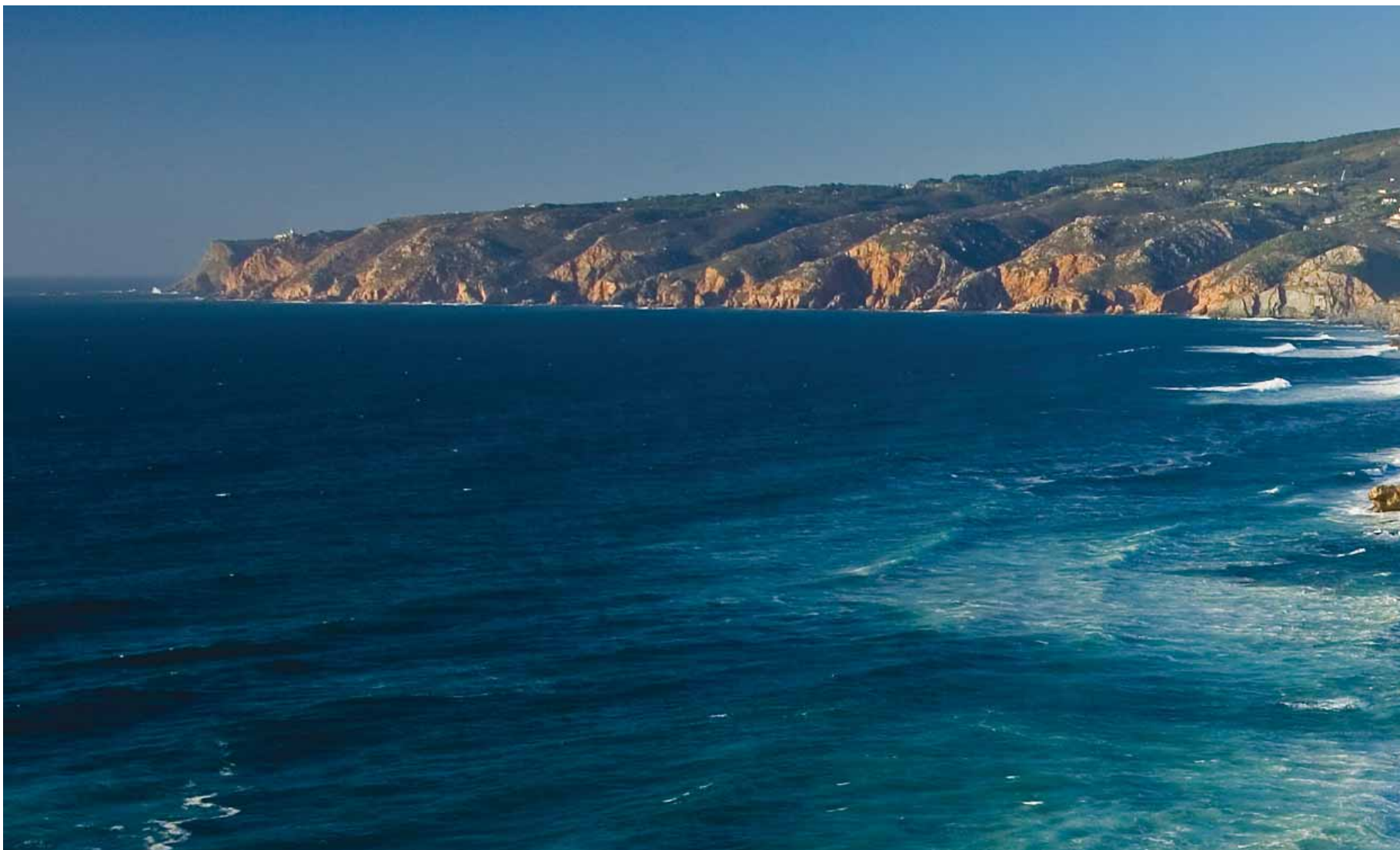
A 20 de outubro de 1984 – ano em que a Sociedade Estoril-Sol voltou a garantir a concessão do jogo por mais dezanove anos – promoveu-se no Autódromo do Estoril o I Grande Prémio de Fórmula 1, em que se sagrou vencedor Alain Prost. A 27 de março de 1985, a Rainha de Inglaterra realizou uma memorável visita à St. Julian's School, instalada na Quinta de Santo António, em Carcavelos. Meses depois, decorreria a I edição do Guincho Wave Classic, campeonato internacional de windsurf que atraiu multidões, assistindo-se, no ano seguinte, à inauguração do Teatro Municipal Mirita Casimiro, no Monte Estoril e à estreia do I Festival Internacional de Cinema da Costa do Estoril,



Santa Marta, em Cascais
Cascais Dinâmica. Fotografia de Rui Cunha

em 1989. O investimento no turismo e na cultura reforçar-se-ia, por meio da abertura de novos equipamentos, casos do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, em 1986; da Delegação da Junta de Turismo da Costa do Estoril em Cascais, no ano de 1990; do Museu do Mar, em 1992, que, cinco anos depois, passaria a designar-se por Museu do Mar-Rei D. Carlos; do Auditório do Parque Palmela, em Cascais, em 1995; e do Espaço Memória dos Exílios, no Estoril, em 1999. Manter-se-ia igualmente o apoio às coletividades do concelho, que se traduziu nas inaugurações do novo quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris, em 1985; da sede do Grupo União Desportivo de Alcabideche, em 1987; e dos novos quartéis dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos e de Alcabideche, em 1993, a que se seguiu, dois anos mais tarde, o dos Bombeiros Voluntários de Cascais.

No início do século XXI intensificou-se o investimento na melhoria das condições de vida dos cascalenses, com a inauguração do Pavilhão Desportivo de Matarraque, em S. Domingos de Rana, no ano 2000; das instalações da Fundação S. Francisco de Assis, no Zambujeiro, do Terminal Rodoviário de Cascais e da Piscina Municipal em Alcabideche, em 2001; da nova sede da Junta de Freguesia do Estoril, no antigo Mercado de Santa Rita, em 2002; da Escola Básica da Amoreira, no Pai-do-Vento e do CADIn – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, em 2003; do Paredão requalificado e do Pavilhão Guilherme Pinto Basto, do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, em 2005; da



Praia do Guincho e Serra de Sintra

Cascais Dinâmica. Fotografia de Rui Cunha

nova esquadra-modelo do Estoril, em 2006; do Centro de Saúde de S. Domingos de Rana, em 2008; da nova Escola Básica Nº 2 das Areias, em S. João do Estoril, do Complexo de Piscinas da Abóboda, do Centro Comunitário da Senhora da Boa Nova e do primeiro Ninho de Empresas DNA, em Alcabideche, no ano de 2009, que em 2011 seria distinguido com o Prémio Europeu de Iniciativa Empresarial, na categoria de Investimento em Qualificações. Nesse ano, abrir-se-ia igualmente a Escola Básica n.º 1 e Jardim de Infância da Areia/Guincho, equipada com uma Ludobiblioteca, ao mesmo tempo que se lançava o primeiro Orçamento Participativo, com o objetivo de reforçar a participação dos cidadãos. Em 2012, a Câmara Municipal adquiriria ao Estado o Hospital Dr. José d'Almeida e o Quartel da Parede, inaugurando-se paralelamente a primeira unidade de cuidados continuados e paliativos em Cascais pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o novo Complexo de Piscinas da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais e a nova Escola Básica e Jardim de Infância de Matos-Cheirinhos, a que seguiu, em 2013, a inauguração da Casa

do Alecrim, em S. João do Estoril, primeira residência do país, sem fins lucrativos, para doentes de Alzheimer; do Parque das Gerações, também em S. João do Estoril e do Cascais Surf Center, na Praia de Carcavelos.

Continuou-se a apostar fortemente na defesa do património histórico, cultural e natural, como garante da autonomia de um concelho cada vez cosmopolita, impulsionando a criação de novas infraestruturas, como o Centro Cultural de Cascais, em 2000; a Biblioteca da Casa da Horta da Quinta de Santa Clara, o Centro de Congressos do Estoril e o Forte de S. Jorge de Oitavos, em 2001; o Espaço Memória do TEC, a Casa de Santa Maria, em Cascais e a Casa Reynaldo dos Santos, na Parede, no ano de 2004; a Biblioteca de S. Domingos de Rana e o Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal, junto à Praia de S. Pedro do Estoril, em 2005; o Farol-Museu de Santa Marta, em 2007; o Conservatório de Música de Cascais, sede da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, no Monte Estoril, em 2008; ou a Casa



das Histórias Paula Rego, em 2009, que dois anos depois seria distinguida com o Prémio Turismo de Portugal, na categoria de Melhor Novo Projeto Público. Promoveu-se, ainda, a recuperação e abertura ao público da Cidadela, cujo palácio foi reaberto em 2011, logo seguido da Pousada que, em 2013, foi distinguida com o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, como o melhor projeto de recuperação para fins turísticos. Seguir-se-á, em breve, a inauguração da Casa Henrique Sommer, destinada a receber o Arquivo Histórico Municipal, que então também assumirá as funções de Centro de História Local. Cascais impor-se-ia igualmente como palco para os mais prestigiados eventos internacionais, de que se destacam, em 2007, o Campeonato do Mundo de Vela e o Estoril Film Festival e, desde 2009, as Conferências do Estoril. No ano de 2012 a vila foi, mesmo, distinguida com o Prémio Cidade Perfeita e com o Galardão Município ECO XXI, a que se seguiu, já em 2014, o Prémio Internacional de Melhor Destino Sustentável, na sequência da recuperação ambiental promovida na Duna da Cresmina e no Pisão.

Num período marcado por profundas alterações administrativas – que implicou a reorganização das antigas seis freguesias do concelho nas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana e nas uniões das freguesias de Carcavelos e Parede e de Cascais e Estoril, em atividade na sequência das eleições autárquicas de 2013 – Cascais tem vindo a desenvolver uma reflexão sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro enquanto município uno, dotado de identidade própria, em que o multiculturalismo e a aposta na inovação constituem importantes fatores de desenvolvimento. As Comemorações dos 650 Anos da Vila de Cascais, designação que traduz de forma abrangente a proposta de (re)descoberta da(s) nossa(s) história(s) e da(s) nossa(s) gente(s), constituem, assim, fator de reforço de uma cidadania ativa, na certeza de que, geração após geração, Cascais tem sabido respeitar as suas memórias, de olhos postos no futuro.



Cascais Dinâmica. Fotografia de Rui Cunha



